

# OPINIÃO PÚBLICA

ISSN 0104-6276

R  
E  
V  
I  
S  
T  
A

D  
O

C  
E  
S  
O  
P

A  
B  
C  
P

Vol. VIII, nº 2

**Reitor**

Carlos Henrique de Brito Cruz

**Coordenador Geral**

José Tadeu Jorge

**Coordenador dos Centros e Núcleos de Pesquisa**

Eduardo Guimarães

**CENTRO DE ESTUDOS  
DE OPINIÃO PÚBLICA**

**Conselho Orientador**

Antônio Flávio Pierucci  
(FFLCH – USP)

Bolívar Lamounier  
(IDESP)

Carlos Eduardo Meirelles Matheus  
(PUC-SP)

Fernando Antônio Lourenço  
(IFCH – UNICAMP)

Hélgio Trindade  
(NUPERGS – UFRGS)

Leandro Piquet Carneiro  
(FFLCH-USP, ISER)

Marcus Figueiredo  
(IUPERJ)

Mauro Francisco Paulino  
(Inst. DATAFOLHA)

Márcia Cavallari Nunes  
(IBOPE)

Ney Lima Figueiredo  
(CEPAC)

Ørjan Olsén  
(Ipsos\_Opinion)

Rachel Meneguello  
(IFCH – UNICAMP)

Regina Moran  
(IMECC – UNICAMP)

**Equipe Técnica**

**Coordenação**

Rachel Meneguello

**Equipe de Projetos Permanentes**

Katia Mika Nishimura  
Simone da Silva Aranha  
Maria Teresa Gonzaga Alves  
Vítor Luís Cooke Vieira  
Rosilene Sydney Gelape

**Estagiários**

Maria Carolina Segato Komniski  
Janaina de Rezende Barreto

**Secretaria Geral**

Maria das Graças Pla Sanches

**OPINIÃO PÚBLICA  
VOL. VIII, Nº1**

**Conselho Editorial:**

Amaury de Souza, Antônio Lavareda,  
Carlos Vogt, Charles Pessanha, Fábio  
Wanderley Reis, Frederick Turner,  
Juarez Rubens Brandão Lopes, Leôncio  
Martins Rodrigues, Lúcia Avelar, Nelly  
de Camargo, Nelson do Valle e Silva,  
Ruy Martins Altenfelder Silva.

**Comitê Editorial:**

Leandro Piquet Carneiro  
Márcia Cavallari Nunes  
Marcus Faria Figueiredo  
Rachel Meneguello

**Editora responsável:**

Rachel Meneguello

**Editoração Gráfica:**

Paula Vanina Cencig

Opinião Pública é uma publicação do CESOP e está aberta a propostas de artigos e colaborações que deverão ser submetidas ao Conselho Editorial.

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não expressando a opinião dos membros do Conselho Editorial ou dos órgãos que compõem o CESOP.

ISSN 0104-6276

Outubro de 2002

Publicação Indexada no  
Sociological Abstracts,  
IBSS (International Bibliography of  
the Social Sciences) e  
Data Índice - IUPERJ

**Centro de Estudos de  
Opinião Pública**

Universidade Estadual  
de Campinas  
Cidade Universitária  
“Zeferino Vaz”  
Caixa Postal: 6110  
Campinas – São Paulo  
13081-970

Tel: (55-19) 3788-1712/ 3788-7093

Tel/Fax: (55-19) 3289-4309

e-mail: [cesop@unicamp.br](mailto:cesop@unicamp.br)

Home-Page:

<http://www.unicamp.br/cesop/>

## Pensando grande

*OPINIÃO PÚBLICA* apresenta ao leitor este primeiro número elaborado em parceria com a Associação Brasileira de Ciência Política.

Para a *OP* esta parceria potencializa sua missão como revista científica: apresentar um fórum qualificado para idéias, reflexões e análises, publicar artigos de pesquisadores nacionais e internacionais sobre os temas de ciências sociais, divulgar dados de surveys realizados no Brasil e exterior que traduzam algumas das principais tendências sobre as questões que ocupam a agenda política e a pesquisa social sejam munidas de métodos, técnicas e abordagens que aperfeiçoam o conhecimento de seus objetos.

Neste encontro, *OPINIÃO PÚBLICA* elege a ciência política como interlocutor privilegiado para o tratamento de temas, objetos e seus métodos de análise.

---

Para a *ABCP*, este encontro responde a uma preocupação central: uma associação profissional tem que pensar a disciplina. A Ciência Política Brasileira enfrenta opções difíceis. A produção da disciplina é fortemente influenciada pelo que se faz na América do Norte, sobretudo nos Estados Unidos. É uma consequência do volume de recursos, das bibliotecas incomparavelmente melhores que a de outros países, da massa de pesquisas que se realiza. A Ciência Política, nos Estados Unidos, é muito diversificada, com imensa variedade de perspectivas teóricas e metodológicas. Porém, essa torrente de recursos e a diversidade interna não impediram que ela seja, em certo ponto, provinciana. Nela, os estudos regionais são secundários. Consequentemente, a América Latina também. É, até certo ponto, um simples reflexo da geopolítica e da geoeconomia.

A Europa reagiu econômica e politicamente à hegemonia norte-americana e ao crescimento acelerado de alguns países do Oriente através da União Europeia e do MCE. Na Ciência Política, o reflexo dessa reação foi a criação do *European Consortium for Political Research* (ECPR). O ECPR é o que há de mais dinâmico na Ciência Política de hoje. Tem mais de trezentos centros afiliados e coordena os estudos de mais de oito mil alunos de Ciência Política. Porém, nos serve mais como exemplo do que como parceria. Foi criado para ser auto-referenciado e, efetivamente, o é. Sua principal revista, a *European Journal of Political Research*, enfoca, explicitamente, temas europeus. Aceita a participação de autores não-europeus, mas não aceita pesquisas sobre outros sistemas políticos, a menos que tenham implicações óbvias e explícitas para a Europa.

Temos, com a América Latina e a Europa do Sul, cultura e tradições comuns, e a interlocução com seus países promete ser missão profícua. A criação da Associação Latino-Americana de Ciência Política (ALACP) foi um grande passo, e nossos convênios e crescente interação com nossas congêneres espanhola e francesa foram outros. A presença neste volume de *OP* de artigos anteriormente publicados na revista *America Latina Hoy* é fruto desse esforço.

As revistas de qualidade nas que os pesquisadores brasileiros podem publicar não são muitas e a produção anual de vários deles excede o limite imposto pela política, adotada por várias revistas brasileiras, de só publicar um artigo de cada autor por ano<sup>1</sup>. Precisamos de mais revistas, sobretudo de revistas nas que pesquisadores possam ter seus trabalhos avaliados por colegas da mesma disciplina, que conheçam tanto a teoria quanto os métodos de pesquisa usados na pesquisa. No Brasil, *Opinião Pública* é uma dessas revistas.

---

<sup>1</sup> Há certa sabedoria nessa política, que evita o provincianismo. É desnecessária quando o processo de *peer review* é independente e externo à instituição que a publica.

Esse encontro se deve a uma preocupação comum: consideramos que a pesquisa empírica é um calcanhar de Aquiles das ciências sociais no Brasil. cremos que, em quantidade e qualidade, temos excelentes pensadores e produzimos ensaios de muito bom nível. Porém, temos relativamente poucos pesquisadores empíricos, particularmente, quantitativos. O treinamento dos nossos estudantes em Estatística e Métodos de Pesquisa deixa muito a desejar. O contato de muitos de nossos profissionais com colegas da Europa e da América do Norte vem, com frequência, acompanhado de fortes queixas com relação à própria formação. É duro ter lutado por longos anos para conquistar um título de doutor e descobrir que não se consegue ler a tabela que um colega holandês ou escandinavo coloca no quadro negro.

Por outro lado, a sofisticação estatística é instrumento da Ciência Política e não o seu objetivo. Necessária, para poder ser usada quando o problema assim o exija, para poder ler os trabalhos que a usam, mas nunca obrigatória. O grosso dos problemas teóricos e práticos da disciplina pode ser estudado com instrumentos relativamente simples. Da mesma maneira, rigor metodológico é uma coisa; quantitativismo é outra.

Queremos demonstrar a necessidade de usar, com rigor, métodos e técnicas variadas. Queremos demonstrar a utilidade de pesquisar o país e reafirmar a vocação pública da pesquisa científica.

Esse encontro *OP-ABCP* é o primeiro passo nessa direção.

*Gláucio Ary Dillon Soares, Presidente da ABCP*  
*Rachel Meneguello, Editora da OP*

# OPINIÃO PÚBLICA

Outubro de 2002

Vol. VIII, nº2

## SUMÁRIO

	<i>Pág.</i>
<i>Partidos políticos na América Latina</i> Manuel Alcántara Sáez Flavia Freidenberg	137
<i>Como se escolhe um candidato a Presidente? Regras e práticas nos partidos políticos da América Latina</i> Flavia Freidenberg Francisco Sánchez López	158
<i>Coerência partidária nas elites parlamentares latino-americanas</i> Leticia M. Ruiz Rodríguez Mercedes García Montero	189
<i>Estruturação ideológica dos partidos e grupos políticos na Venezuela (1998-2000)</i> Marisa Ramos	230
<i>De João Goulart a Hugo Chávez: A política venezuelana à luz da experiência brasileira</i> Octavio Amorim Neto	251
<i>Matar e, depois, morrer</i> Gláucio Ary Dillon Soares	275
<i>Podemos confiar nas medidas de confiança?</i> Susanne Lundåsen	304
<i>O efeito do contexto e posição da pergunta no questionário sobre o resultado da medição</i> Alberto Carlos de Almeida	328
<b>TENDÊNCIAS</b> <i>Encarte de Dados de Opinião Pública - Ano 8, nº 2</i>	341



OPINIÃO PÚBLICA  
Campinas  
Vol. VIII, nº2 - p.137-393  
**Outubro 2002**  
ISSN 0104-6276



OPINIÃO PÚBLICA/ CESOP/ Universidade Estadual de Campinas – vol.  
VIII, nº 2, Outubro 2002 – Campinas: CESOP, 2002.  
Revista do Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade  
Estadual de Campinas.

Semestral

ISSN 0104-6276

1. Ciências Sociais 2. Ciência Política 3. Sociologia 4. Opinião Pública  
I. Universidade de Campinas II. CESOP

## *Partidos políticos na América Latina*

---

**Manuel Alcántara Sáez**

Universidade de Salamanca

**Flavia Freidenberg**

Universidade de Salamanca

---

### **Resumo**

O argumento principal do artigo é mostrar que os partidos e sistemas partidários da América Latina são mais estáveis do que em termos gerais se costuma sustentar. Apesar da percepção hostil dos eleitores sobre os partidos, os sistemas de partidos apresentam certos níveis de estabilidade na região, afora casos como Venezuela e Peru, que parecem ser mais a exceção do que a regra. Foi realizada uma tipologia de quatro cenários em que se compara a oferta partidária na eleição fundacional pós-transição e na última eleição legislativa realizada em cada sistema.

**Palavras chave:** Partidos Políticos, Sistema partidários, América Latina, polarização, Latinobarómetro.

### **Abstract**

The principal argument of this article is to show that the parties and the Latin American party system are more stable of which in general term usually it is maintained. In spite of the electorate hostile perception about the parties, the party system presents some level of stability in Latin America, with the exception of Venezuela and Peru. A four-dimension typology compares the party offer in the fundational post-transition election and in the last legislative election in each system.

**Key words:** Party Politics, Party Systems, Latin America, polarization, Latinobarometro, effective number parties

### ***A importância dos partidos***

O avanço irrestrito da democracia nos últimos tempos supõe um processo triplo. A necessidade de articular regras de jogo assumidas pela maioria e que ao mesmo tempo compusessem espaços organizativos mínimos nos quais se realizasse a competição política. A incorporação da mobilização social através de formas de participação e de representação, e, finalmente, a criação de canais de seleção de pessoal político que liderasse e gerisse a política cotidiana. Estas três faces se referem a temas recorrentes da literatura das ciências sociais e aludem, em uma terminologia mais técnica, à institucionalização do regime político, à intermediação entre as demandas da sociedade e o poder, e à profissionalização da política.

Em um marco de poliarquia, em que predomine a livre e igualitária competição pelo poder mediante regras conhecidas e assumidas pela maioria por meio de processos eleitorais periódicos, a institucionalização, a intermediação e a profissionalização são elementos indispensáveis. Essas funções têm sido desempenhadas pelos partidos políticos, como claros eixos que entrelaçam de uma maneira estável e previsível a sociedade com o regime político. Independentemente do modelo de partido do que se parta, as funções desempenhadas de articulação e de agregação de interesses, de legitimação, de socialização, de representação e participação, e de formação de uma elite dirigente, com maior ou menor intensidade, continuam sendo vitais para o sistema político.<sup>1</sup>

Essa situação é comum a todos os sistemas políticos democráticos. No entanto, são notórias as diferenças existentes entre aqueles cujo desenvolvimento é de longa data, com um grau notável de consolidação, e os mais recentes. O papel venturoso dos partidos políticos se liga a sua operacionalidade funcional, e esta se encontra enormemente condicionada pela variável tempo e isso é mais importante ainda para o âmbito da competição interpartidária. Ou seja, a vida de um partido, seguindo certa comparação biológica, requer a existência de certas condições que estão ligadas à idéia de sobrevivência. A rotinização dos procedimentos, a

---

<sup>1</sup> Uma revisão profunda da literatura mostra que se chegou a um consenso sobre uma série de funções básicas exercidas pelos partidos. Entre as funções que se destacam cabe assinalar: a de proporcionar poder aos dirigentes (Weber, 1922/1944); a de competição eleitoral (Weber, 1922/1944; Downs, 1957; Sartori, 1976/1992); a de recrutamento de elites para tornar operativo o sistema político (Sartori, 1976/1996; Von Beyme, 1982/1986); a de socialização política porque oferecem informação básica e explicações aos cidadãos sobre como compreender a realidade (Alcántara, 1997) e a de representação e articulação de interesses de grupos sociais (Lipset e Rokkan, 1967; Cotarelo, 1985). Todas essas funções se desenvolvem de uma ou outra maneira, independentemente da concepção de partido que se sustente; seja como *organizações para o recrutamento de votos eleitorais* segundo Weber (1922/1992:9); *partidos de integração de massas* (Duverger, 1951/1992); como *empresas eleitorais*, seguindo os termos de Panebianco (1982/1990); *partidos catch all* como observou Kirchheimer (1980) ou a mais recente caracterização como *partidos cartel* desenvolvida por Katz e Mair (1995).

alternância de suas lideranças, desprendendo-se de adesões caudilhescas iniciais, a moderação de suas ofertas programáticas, a identificação clara e diferenciada por parte de um eleitorado mais ou menos fiel, são aspectos de um processo que se liga indefectivelmente ao tempo. No entanto, já se sabe que, em política, o tempo é um fator que em muitas ocasiões é escasso. Mais ainda, os processos de transição para a democracia são habitualmente impelidos por uma necessidade de urgência, de queimar etapas o mais rapidamente possível, de encontrar *fórmulas mágicas* que conspiram contra a própria idéia de que a institucionalização da política não é coisa de um dia.

A personalização da política, a aparente verticalidade no processo de tomada de decisões partidárias e as denúncias de que os partidos são oligarquias que representam cada vez menos os cidadãos levaram muitos a desprezar a importância dos partidos como instrumentos do sistema político, pondo em dúvida a capacidade mobilizadora e de representação dessas agremiações. Embora, em princípio, pareça que não há incentivos para que os partidos desenvolvam estratégias organizativas para forjar laços fortes com o eleitorado, nem tampouco estruturas que dêem sustentação aos dirigentes partidários, existem razões suficientes que ajudam a sustentar que os partidos continuam sendo instrumentos básicos do jogo político e estruturas de intermediação necessárias para o funcionamento do sistema.

Os eleitores os reconhecem ainda como referentes, apesar dos sentimentos antipartidários das elites, da abertura de muitos regimes políticos para a participação de setores independentes e da desconfiança manifesta de muitos cidadãos. Criticam-se os partidos, promovem-se modos de representação alternativos, mas até o momento não se propuseram outras formas de democracia que possam funcionar sem o concurso dos partidos. Por isso, eles continuam sendo os articuladores da competição eleitoral, criam um universo conceitual que orienta os cidadãos e as elites no que diz respeito à compreensão da realidade política, ajudam a fazer acordos em torno de políticas governamentais (muitas vezes de maneira conjuntural, como alianças fantasmas, e até por políticas específicas, mas o fazem), estabelecem ações para a produção legislativa; provêem de pessoal as instituições e tornam operativo o sistema político. Além disso, e como objetivo principal, ao querer ganhar eleições,<sup>2</sup> contam com estratégias organizativas para

---

<sup>2</sup> Os partidos querem ganhar eleições e, como disse Downs (1957/1992, p. 96), formulam políticas para ganhar as eleições; não ganham as eleições para pôr em prática políticas. Mas é preciso dizer também que nem as organizações partidárias nem os políticos que as integram têm como *única meta* conseguir votos, já que em um mesmo partido convivem pessoas com interesses e objetivos diversos, a mobilização do apoio eleitoral com a pretensão de incrementar suas cotas de poder se apresenta como o objetivo principal dos políticos e suas organizações. Pode haver partidos que busquem desenvolver políticas de acordo com sua visão do mundo; que lhes interesse exercer a oposição e até outros que não se preocupem com a arena eleitoral, mas que prefiram manter sua própria sobrevivência como ator relevante dentro do sistema político. E mais

mobilizar apoios que lhes permitam triunfar nessas eleições (ou conservar os apoios já conseguidos em oportunidades anteriores).<sup>3</sup> E tudo isso não é pouca coisa.

### ***Os antecedentes históricos na América Latina***

Na América Latina, o universo partidário, seguindo pautas nacionais, é tão rico que se torna extremamente complexo fazer uma classificação dos partidos da região seguindo critérios relativos ao seu momento de fundação, ainda mais se se toma o período dos governos autoritários das décadas de 1970 e 1980 como um divisor de águas. Não obstante, faremos um breve relato da história recente para elucidar em que medida as transições, que tanto impulsionaram a reivindicação da democracia como única legitimidade política plausível, foram fonte de aparição ou, conforme o caso, revitalização dos partidos. Analiticamente, esse foi um momento histórico que separa profundamente a América Latina dos outros casos afetados pela *terceira onda de democratização*.<sup>4</sup>

No início dos processos de transição democrática (1978-1980), a América Latina contava com quatro cenários muito diferentes. O primeiro cobria os países com tradições partidárias sólidas, tanto em termos da existência de máquinas partidárias como de capacidade dessas máquinas para mobilizar o apoio de importantes setores da população. O segundo contemplava um modelo misto em que partidos antigos iriam coabitar com partidos novos surgidos do próprio processo de transição. O terceiro enquadrava os casos definidos pela manutenção da existência de organizações, mas historicamente vazias do ponto de vista político e social. Finalmente, o quarto estava presente nos países em que, somando-se a debilidade histórica partidária aos efeitos dos últimos tempos dos governos autoritários, mal havia um marco mínimo de partidos (Ver Quadro I).

No primeiro caso, sempre tomando como referência o pano de fundo das transições para a democracia, estavam os países do Cone Sul (Argentina, Chile e Uruguai). Neles, o universo partidário praticamente respeitava o mesmo esquema

---

ainda, pode haver políticos que procurem alcançar alguma combinação desses objetivos ou que em momentos diversos tenham objetivos diferentes, isto é, que experimentem um deslocamento de seus objetivos. Mesmo assim, esta idéia de ver os partidos como grupos que buscam cotas de poder se encontra amplamente difundida na literatura. Diversos autores como Weber (1922/1944), Duverger (1951), Downs (1957), Sartori (1976/1992), Kirchheimer (1980), Von Beyme (1982/1986) e Aldrich (1995) sustentaram essa premissa.

<sup>3</sup> A idéia de que os partidos utilizam estratégias para mobilizar apoios eleitorais se baseia na premissa de que os partidos têm como meta principal ganhar eleições. Desse ponto de vista, relativamente novo na literatura sobre o tema, o partido é visto como um sistema político em si mesmo (Katz e Mair, 1995), que tem seu próprio processo de tomada de decisões, seu próprio sistema eleitoral e atores participantes (Eldersveld, 1964). As estratégias são entendidas como os cursos de ação (decisões e atividades) organizativas que os dirigentes (ou estrategistas) projetam para alcançar suas metas.

<sup>4</sup> Após os processos de mudança política que a América Latina sofreu na década de 1970, começaram a proliferar os trabalhos que estudaram os partidos como atores principais da transição, na qual, em muitos casos, as estruturas partidárias exerceram o papel de *ponta de lança* da desejada democratização (Garretón, 1993; Cavarozzi, 1995; Alcántara, 1994; Dutrénit, 1998).

anterior à quebra da democracia: radicais e justicialistas na Argentina; socialistas, democrata-cristãos, radicais e conservadores no Chile; e colorados, blancos e frente-amplistas no Uruguai, eram uma continuação da política nacional de inícios da década de 1970, absorvendo valores superiores a 90 por cento de apoio eleitoral. Em um primeiro momento pós-transição, este também seria o caso do Peru, já que os dois partidos que se alternaram no poder na década de 1980 (APRA e Ação Popular) eram anteriores ao processo autoritário, embora posteriormente o próprio sistema de partidos, como se verá mais adiante, sofresse um dos cataclismos mais sérios da região.

O segundo, mais complexo, reunia partidos nascidos em meados do século XX que mantinham uma estrutura muito sólida e em torno dos quais o novo sistema político democrático ainda girava. Tal era o caso do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) na Bolívia e do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil. Eles conviveram com uma variedade de novos partidos surgidos, seja durante o período autoritário, seja durante a própria transição. São exemplos os casos de ADN e MIR e, mais adiante, CONDEPA e UCS na Bolívia, e do PMDB, PSDB, PDT e PFL no Brasil, entre outros. Pode-se enquadrar também neste caso o Equador, que reproduz o sistema de partidos anterior ao rompimento da democracia. O PSC foi criado em 1951 como MSC, e como PSC em 1967; a DC (que é o tronco fundador e fundamental da DP) em 1964; a ID em 1967 e somente o PRE em 1983, depois do desaparecimento de dois líderes que deixaram um vazio de poder na tendência populista. Esses partidos conviveram em um primeiro momento com o CFP, PLRE e PCE, todos anteriores à ruptura democrática.

O terceiro caso acolheria o Paraguai, onde a presença contínua da fraude eleitoral marcou a existência da Ação Nacional Republicana (Partido Colorado) e do Partido Liberal Radical Autêntico. Somente depois das primeiras eleições constitucionais de 1993, o jogo partidário ficou mais claramente legitimado. Algo similar se poderia dizer dos Partidos Liberal e Nacional de Honduras. Essa situação também se poderia ampliar para o caso da Nicarágua, embora parcialmente, no que tange ao Partido Liberal, ou ao Panamá, com o PRD e o Partido Arnulfista.

Do último grupo fariam parte os sistemas de partidos em que houve um processo muito claro de refundação paralelo ao processo de transição. Isso parece evidente em El Salvador, onde ARENA e FMLN são filhos do conflito bélico, e na Guatemala, onde FRG, PAN e URNG têm origem semelhante. O mesmo vale parcialmente para a Nicarágua, com o FSLN, e para a República Dominicana, embora aqui a presença do PRD datasse da ditadura trujillista.

No entanto, nem todos os países latino-americanos entram nessa tipologia. Ficam de fora os três casos que tiveram processos transicionais anteriores: Costa

Rica, Colômbia e Venezuela; e aqueles dois, Cuba e México, que viveram imersos, este segundo até muito recentemente, em um regime de partido único.

Tudo isso permite fazer uma caracterização dos partidos em uma linha que enfatiza a grande heterogeneidade reinante na América Latina quando chegou à região a terceira onda de democratização. Paralelamente, e embora se deva levar em conta o *efeito transicional*, este fato sugere a necessidade de aprofundar outras variáveis explicativas do desenvolvimento partidário, suas transformações e suas eventuais crises que levam à eliminação de uns e ao nascimento de outros.

<i>Sistema de partidos no início da transição. Partidos com maior apoio na eleição fundacional legislativa</i>			<i>Sistemas de partidos na atualidade. Partidos com maior apoio na última eleição legislativa</i>	
PAIS	Ano	Partidos	Ano	Partidos
<i>Grupo I</i>				
Argentina	1983	UCR-PJ	1999	UCR-FREPASO - PJ
Chile	1989	Concertación · Unión por el Progreso de Chile	1997	Concertación · Unión por el Progreso de Chile
Uruguai	1984	PC-PN-Frente Amplio	1994	PC-PN · Frente Amplio
Peru	1980	APRA · AP	2000	Perú 2000· Perú Posible
<i>Grupo II</i>				
Bolívia	1985	MNR-ADN	1997	MNR-ADN-MIR-CONDEPA-UCS
Brasil	1986	PFL-PMDB-ARENA/PDS/PPR	1998	PFL-PSDB-PMDB-PT-
Equador	1978	CFP-ID-PCE	1998	DP-PSC-PRE-ID-MUPP-NP
<i>Grupo III</i>				
Paraguai	1993	ANR-PC · PLRA	1998	ANR-PC · PLRA
Honduras	1981	PLH-PNH	1997	PLH-PNH
Nicarágua	1984	FSLN	1996	FSLN-ALIANZA LIBERAL
Panamá	1994	PRD-ARNULFISTA	1999	PRD-ARNULFISTA
<i>Grupo IV</i>				
El Salvador	1982	ARENA-PDC-PCN	1997	ARENA-FMLN
Rep. Dominicana	1978	PR/PRSC-MMP	1998	PRD-PLD
Guatemala	1985	DCG-UCN-MLN	1999	FRG-PAN
Colômbia	1982	PC-PL	1998	PC-PL
Costa Rica	1982	PLN· UNIDAD	1998	PLN· PUSC
Venezuela	1973	AD· COPEI	2000	AD·COPEI ·MVR · MAS
México	1985	PRI	2000	PRI – PAN· PRD

\* No caso em que houve eleição para duas câmaras, inclui-se o dado da Câmara Baixa.

\*\* O critério de inclusão é que os partidos tiveram uma representação majoritária na Câmara.

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados extraídos de Manuel Alcántara Sáez: *Sistemas Políticos de América Latina*. Madri, Tecnos,1999.

### ***As mudanças nos partidos da América Latina entre 1980 e 2000***

Ao longo do período de democratização dos sistemas políticos latino-americanos acontecido depois das transições políticas, em alguns casos, e de continuidade, para outros, os partidos políticos da região sofreram profundas mutações que se baseiam em aspectos tanto endógenos como exógenos, em questões de alcance estritamente político institucional, ou em outras de conteúdo social ou econômico.

Os elementos endógenos centraram-se em questões tradicionais como as relativas a lideranças mais ou menos caudilhescas, a enfrentamentos entre os Poderes do Estado, ao impacto da corrupção. Por seu lado, o fator exógeno por excelência foi a derrocada do socialismo real e a perda de um referente sólido ideológico e prático para grandes setores da esquerda latino-americana. Entre as questões de caráter político-institucional que tinham a ver com as modificações registradas no universo partidário, se encontravam as mudanças realizadas nos próprios textos constitucionais, as leis partidárias e as leis eleitorais. Nenhum país latino-americano deixou de fazer essas modificações, com maior ou menor profundidade, durante esse período. Finalmente, as questões de outra índole não estritamente políticas também estiveram na origem das mudanças acontecidas, fosse como consequência da crise econômica que assolou a região durante a década de 1980 e que enterrou definitivamente o modelo de substituição de importações e a centralidade do Estado vigentes quase durante meio século,<sup>5</sup> fosse como resultado da aparição de valores pós-materialistas e das mudanças registradas nas sociedades.

A partir de uma perspectiva descritiva, sem utilizar índice algum de volatilidade que reforce o argumento de uma posição mais empírica, constata-se que as mudanças ocorridas nos sistemas de partidos latino-americanos entre 1980 e 2000, em termos da continuidade das mesmas siglas partidárias, somente afetam um número muito limitado de casos. Com exceção de Brasil, Peru e Venezuela, os outros países continuam mostrando uma estrutura partidária muito similar no final do período indicado à que tinham em seu início. A mudança radical de pressupostos programáticos que afetou muito os velhos defensores do populismo mais ativo não incluiu uma transformação profunda na cúpula dirigente, nem nas bases sociais de apoio. Isso fica evidente nos casos do PJ da Argentina e do PRI do México, especialmente durante os governos de Carlos Menem e de Carlos Salinas de Gortari. A relativa continuidade na composição dos sistemas de partidos é um aspecto surpreendente que contradiz a visão que habitualmente se oferece da

---

<sup>5</sup> Embora Uruguai e Costa Rica sejam uma exceção nesta situação.

existência de mudanças dramáticas, ou da derrocada da ordem anteriormente existente.

Por outro lado, a continuidade observada permite matizar a suposta crise dos partidos, na medida em que se “estes continuam sendo os que eram”, sua própria existência, graças aos processos eleitorais, invalida a tese genérica da rejeição dos eleitores. A classe política continua, portanto, mantendo as velhas siglas, sem procurar outro tipo de acomodação. Embora isso, como se verá mais adiante, não minimiza a percepção hostil que a população continua tendo dos partidos.

De qualquer modo, é um fato que a média dos partidos latino-americanos é estável e que as profundas mudanças acontecidas no Peru e na Venezuela durante a década de 1990 são a exceção, e não a regra. Nesses dois países pode se falar, sem nenhuma dúvida, de uma refundação do sistema partidário segundo um esquema funcional para os interesses das lideranças bonapartistas de seus respectivos presidentes. Por outro lado, as expectativas geradas em outros países com respeito ao nascimento de novos partidos que pudessem transformar radicalmente os diferentes sistemas políticos foram pouco a pouco desenganadas. Primeiro, foi o M-19 colombiano que não soube manter o impulso que o levou a posicionar-se como uma terceira força na constituinte de 1991; depois, o PRD mexicano, que deixou de ser alternativa nas eleições de 2000, e a própria FREPASO argentina, muito diluída no seio da Aliança contra a histórica UCR. Uma situação parecida ocorreu no Equador com o Movimento Unidade Pachakutik-Nuevo País, que embora tenha se posicionado como a terceira força em sua estréia eleitoral de 1996, obtendo quinze assentos no Congresso da República, precisa ainda mostrar qual vai ser seu papel e o apoio que os cidadãos lhe darão devido a seus constantes comportamentos que bordejam o limite do sistema.

### ***Três características sistêmicas dos partidos na América Latina ao final do século XX***

A longa lista de variáveis presentes, conforme o que disse anteriormente, requereria um tratamento alheio ao interesse deste artigo, que se centra na busca de um diagnóstico mais simples baseado na identificação de quais variáveis, entre as citadas, estiveram no vértice da mudança e chegaram a gerar o estado atual das coisas. Três aparecem como as de maior força explicativa por sua capacidade de integrar as restantes. Trata-se do formato numérico do sistema de partidos, de sua polarização ideológica e do apoio social que recebem. Todas elas compõem uma proposta que gira em torno de não diferenciar o problema, no âmbito do estudo dos partidos, em duas dimensões: a referida aos sistemas de partidos e a atinente à vida interna dos próprios partidos, algo já tradicional nas análises dos politólogos

que concedem sempre mais atenção ao primeiro aspecto do que ao segundo; desse modo, se aceita não perder de vista a retroatividade de ambas as dimensões.<sup>6</sup>

### ***O formato numérico dos sistemas de partidos***

Uma questão relevante se refere ao formato numérico dos sistemas de partidos que tenta projetar a quantificação dos mesmos no sistema político. Se tomarmos o Poder Legislativo como âmbito primordial da competição política, uma vez dirimida a contenda eleitoral, e se analisarmos o número de partidos ali existentes, realizando uma relativa ponderação em função de seu peso diferente (isto é o que vem a ser o conceito de número efetivo de partidos<sup>7</sup>), constatamos que a América Latina tende ao multipartidarismo. O Quadro 2, que resume os valores médios do número efetivo de partidos para a década de 1990, indica que apenas

<sup>6</sup> O estudo dos partidos políticos esteve concentrado em aspectos bastante distintos aos relacionados com a organização e o funcionamento interno. Pode-se dizer que na academia não houve realmente interesse em estudar o que ocorre dentro das agrupações partidárias. Além dos trabalhos realizados de uma perspectiva histórica (Di Tella, 1993; Dutrénit e Valdez, 1994; Malamud, 1995), o enfoque dominante privilegiou a análise dos partidos na relação com seu ambiente. Neste sentido, as pesquisas centraram seu interesse na vinculação dos partidos com seu entorno, seja em sua vinculação com outras organizações partidárias, por exemplo, com relação à competição eleitoral (Nohlen, 1993; Alcántara, 1996); em sua interação no marco do sistema de partidos e sua ancoragem na sociedade civil (Mainwaring e Scully, 1995); em sua relação com as instituições do sistema político (Mainwaring e Soberg Shugart, 1997) ou, como já se observou, enquanto promotores da democratização. Com a reiterada realização de processos eleitorais, os autores concentraram ainda mais suas análises no rendimento eleitoral dos partidos e naqueles aspectos vinculados a sua participação nas eleições, por exemplo, a realização de campanhas eleitorais e pesquisas de opinião. Mas as dificuldades que as organizações partidárias encontravam para satisfazer as demandas dos cidadãos em cenários de crise econômica, de apatia e desencanto com a atividade política, levaram ao surgimento de *outsiders* políticos, personalidades que embora chegassem ao poder graças aos partidos, atuavam à margem deles (Perelli, Picado e Zovatto, 1995; Mayorga, 1995). Isso levou muitos estudiosos a falar de uma *crise de representação dos partidos* (Manz e Zuazo, 1998) e conduziu a investigação sobre o surgimento de novos mecanismos de representação, como os (velhos e novos) movimentos sociais, que procuravam superar os partidos como estruturas de intermediação política entre os cidadãos e o Estado. É possível encontrar trabalhos que concentraram sua análise em algum aspecto relacionado com a organização interna, como o financiamento eleitoral e não eleitoral (Álvarez, 1997; Fernández Rubio, 1997; Del Castillo e Zovatto, 1998; Ramos Rollón, 1998) ou a disciplina interna e a presença de facções (Morgenstern, 1996), mas os estudos de partidos como unidades de análise são escassos (Coppedge, 1994; Jimenez Polanco, 1995; Levitsky, 1997), assim como tampouco se realizaram investigações tanto teóricas como empíricas de caráter sistemático comparado entre diversos países da região ou entre partidos de um mesmo sistema político que analisem a organização interna e o tipo de funcionamento das organizações partidárias a partir de um mesmo esquema analítico de aproximação. Neste sentido, uma investigação recente que centra a análise nos partidos como mini- sistemas políticos procura aprofundar a discussão do funcionamento interno das organizações partidárias. Ver Alcántara e Freidenberg (2001).

<sup>7</sup> A fragmentação eleitoral pode ser medida através de dois índices: o de fracionalização (Rae, 1977) e o do número efetivo de partidos (Laakso e Taagepera, 1979). A fórmula para calcular o índice de fracionalização a partir da proposta de Rae é a seguinte:

$$F = 1 - (\sum T_i^2)$$

Em que  $T_i$  = é a porcentagem de votos (ou de cadeiras) de cada partido. Este índice permite apreciar a relação existente entre o número de partidos e seu tamanho, se aplica tanto ao campo eleitoral (votos) como ao legislativo (cadeiras) e abarca teoricamente desde zero, que seria a situação hipotética em que todos os votantes se inclinariam pelo mesmo partido ou que todos os legisladores pertencessem ao mesmo partido, o que supõe uma ausência de competição, até 1, que é a situação hipotética em que todos os votantes se inclinariam por distintos partidos ou que todos os parlamentares pertencessem a partidos diferentes e que, portanto, houvesse tantas opções partidárias quanto casos em competição. O número efetivo de partidos proporciona a mesma informação que o índice de fracionalização sobre o sistema de partidos, mas de uma maneira mais simples, já que permite apreciar melhor quantos partidos competem eleitoralmente e quantos no estão presentes no Congresso. A partir dessa fórmula, pode-se calcular N do seguinte modo:  $N = 1/(1-F)$ .

um número muito reduzido de países se aproxima do bipartidarismo puro que traduz com mais simplicidade a lógica governo-oposição (Costa Rica, Honduras e Paraguai). Ao contrário, todos os demais países estão imersos em uma situação cujo alto número de partidos implica habitualmente duas coisas: uma rotação mais multiforme na hora de obter êxitos eleitorais e a necessidade de realizar acordos amplos que levem a governos de coalizão, circunstância que ocorre fundamentalmente em Argentina, Bolívia, Brasil, Chile e Uruguai.

Em algum momento se observou o lado negativo para a governabilidade de um excesso de ofertas partidárias, na medida em que confunde o eleitorado, que pode chegar a ter dificuldades para diferenciá-las, e na propensão a tornar mais complicada a existência de maiorias sólidas, claras e estáveis. Não obstante, tanto a tradição eleitoral de incorporar a representação proporcional nas eleições legislativas como a própria heterogeneidade das sociedades latino-americanas refletem uma situação distinta desse suposto ideal.

## **QUADRO 2**

### ***Médias do número efetivo de partidos legislativos***

	<i>Primeira metade da década de 1990</i>	<i>Durante a década de 1990</i>
Bolívia	4,1	4,4
Brasil	8,5	7,3
Colômbia	2,2	2,9
Costa Rica	2,2	2,3
Chile	5,1	5,1
Equador	6,6	5,3
El Salvador	3,0	3,3
Guatemala	3,5	3,2
Honduras	2,0	2,1
México	2,2	2,4
Nicarágua	2,0	3,3
Panamá	4,3	3,8
Paraguai	2,2	2,0
Peru	4,3	3,3
R.Dominicana	2,8	2,9
Uruguai	3,3	3,2
Venezuela	3,7	4,9
Total regional	3,7	3,6

*Dados da primeira metade da década tomados de Manuel Alcántara, "Elecciones, Electores y Partidos en América Latina en la década de 1990", in América Latina Hoy 13 (maio) : 7-16 (Madri e Salamanca: SEPLA-Instituto de Estudios de Iberoamérica y Portugal). Fonte: Elaboração própria.*

### ***A polarização ideológica dos partidos políticos latino-americanos***

Essa heterogeneidade das sociedades latino-americanas recém-citada se expressa numa polarização ideológica<sup>8</sup> relativamente alta entre os partidos políticos presentes no Poder Legislativo mais distanciados na escala esquerda-direita. De acordo com o conteúdo do Quadro 3, a média latino-americana da polarização ideológica, segundo a escala de autopercepção, se situa em 2,5 pontos e a realizada de conformidade com a escala de percepção *dos outros* se estabelece em 4,8 pontos. Ambas deixam espaço para a inclusão de fórmulas partidárias intermediárias, sendo o próprio grau de polarização um incentivo para sua inclusão.

#### **QUADRO 3**

##### ***Distâncias na polarização ideológica entre os partidos parlamentares mais extremos***

Argentina	FREPASO-PJ	1,6 (3,2)
Bolívia	CONDEPA-AND	3,6 (4,0)
Colômbia	PL-PC	1,8 (2,0)
Costa Rica	PLN-PUSC	- (3,2)
Chile	PS-UDI	3,8 (6,3)
Equador	PACHAKUTIK-PSC	3,4 (3,9)
El Salvador	FMLN-ARENA	- (8,2)
Guatemala	MLN-FDNG	- (6,5)
Honduras	PL-PN	- (2,6)
México	PRD-PAN	3,1 (6,2)
Nicarágua	FSLN-AL	- (6,8)
Paraguai	PEN-ANR	1,9 (1,8)
Peru	CAMBIO90-APRA	2,1 (4,2)
R. Dominicana	PLD-PRSC	2,0 (2,7)
Uruguai	FA-PN	2,7 (4,8)
Venezuela	MAS-COPEI	2,0 (3,1)
Média regional		2,5 (4,8)

*A polarização é medida em uma escala na qual 1 é esquerda e 10 direita de acordo com a subtração dos valores médios dos partidos que se situam no extremo ideológico do arco parlamentar.*

*Sem parênteses são as distâncias entre autopercepções, entre parênteses são distâncias de percepções dos outros.*

**Fonte:** Manuel Alcántara (dir.). *Proyecto de Elites Latinoamericanas (PELA)*. Universidad de Salamanca (1994-2000).

<sup>8</sup> A partir da autolocalização ideológica dos membros dos partidos é factível conhecer quais partidos estão mais próximos e quais mais distantes e até que ponto partidos adjacentes são similares ou estão próximos uns de outros (Sartori e Sani, 1976/1992:438). Referir-se à polarização supõe também pensar em um modelo espacial como o proposto por Anthony Downs (1957) para vincular a ideologia, os partidos e os eleitores. Diz-se que dois grupos são “pólos separados” para indicar que suas atitudes são tão marcadamente distintas que não poderiam encontrar-se mais distantes umas de outras (Sani e Shabad, 1986: 590). Podemos usar duas medidas para conhecer a polarização do sistema de partidos: a *distância* e a *superposição*. Quanto maior for a distância e menor a superposição ideológica, o sistema de partidos estará mais polarizado. Ao contrário, quanto menor for a distância e maior a superposição, mais moderado será o sistema.

Como se indicou acima, uma excessiva polarização ideológica costuma ser interpretada como uma situação que aponta para uma ruptura próxima do sistema político. O grau de polarização permite pressupor a predisposição da elite política para compactuar políticas que favoreçam a ação de governo (fórmulas de consenso) ou, ao contrário, que dificultem a ação governamental (dissenso). A polarização está vinculada à governabilidade (Alcántara, 1995, p.387), como também é uma variável de grande conteúdo explicativo no momento de estudar a estabilidade do sistema democrático, sua eficácia, atividade e viabilidade (Sartori & Sani, 1976/1992). Não obstante, os dados de polarização também podem ter a leitura de que traduzem uma situação positiva em que finalmente o sistema político foi capaz de levar a cabo uma função integradora. El Salvador, Nicarágua, Chile e México são os casos com um maior grau de polarização. Os primeiros refletem a integração da guerrilha no sistema político sob a forma de um partido. No Chile, projeta-se a profunda divisão que sua sociedade sofreu durante o longo período autoritário, enquanto que no México, se refletem as tensões anteriores à histórica mudança de julho de 2000.

Contudo, se em alguns países, apesar dos níveis de polarização, a política começa a se encaminhar através de espaços de competição e diálogo democrático, em muitos outros a política parece ser um *diálogo de surdos*. Um exemplo disso parece ser o Equador, onde os estereótipos, certa irresponsabilidade das elites e a presença de fraturas latentes (*cleavages*) que não terminaram de incorporar-se na comunidade nacional - como a regional e a étnica - conduzem a um clima de tensão política constante. Nesses casos, a polarização pressiona no sentido da ingovernabilidade do sistema político.

### ***O apoio social aos partidos políticos latino-americanos***

Diante do exposto, pareceria que os partidos latino-americanos gozam de boa saúde. No entanto, os distintos analistas assinalam como um de seus principais problemas a rejeição que suscitam entre a população, a baixíssima valoração que recebem, de acordo com as pesquisas de opinião, quando se pergunta sobre diferentes instituições e os partidos são classificados indefectivelmente no último lugar. Esta circunstância se reflete também no Quadro 4 e o no Gráfico 1 que mostra que apenas 21 por cento dos latino-americanos têm muita ou alguma confiança nos partidos. Países como Venezuela, Equador, Argentina, Panamá e Peru estão entre os que seus cidadãos manifestam menor apoio aos partidos, enquanto que em lugares como Costa Rica ou México, os partidos são mais bem considerados.

Não obstante, essa avaliação convencional sobre os partidos deve ser matizada. Em primeiro lugar, é essencial levar em conta outro tipo de respostas maciças positivas a perguntas do tipo de “se o país pode funcionar sem políticos”

(ver Quadro 5 e Gráfico 2) ou os próprios valores das cifras de participação eleitoral, que depois de décadas de seca, manipulação eleitoral e inclusive de ausência total de prática eleitoral, e embora continuem existindo numerosos problemas técnicos na administração eleitoral (censo, etc.), se situam claramente acima de 60 por cento da população com idade de votar (ver Quadro VI e Gráfico 3). Embora se deva levar em conta que em muitos países o sufrágio é obrigatório, o que relativizaria esse tipo de afirmação, não se deve esquecer que as penas por não participar não costumam ser aplicadas pelos poderes públicos. Em países como Uruguai, Nicarágua, Argentina, Costa Rica e Bolívia, os cidadãos acreditam que o país não poderia funcionar sem partidos e este tipo de afirmação revaloriza o papel dessas instituições. Alguns dirão que essa afirmação responde à ausência de mecanismos alternativos aos partidos políticos na tarefa de representação cidadã. E é certo, uma vez que até o momento, com algumas exceções,<sup>9</sup> os partidos não puderam ser substituídos na hora de representar as demandas dos cidadãos e no exercício do governo. Portanto, continuam sendo os vínculos entre regime político e cidadãos.

Além disso, os dados mostrados equiparam-se aos do Quadro 7, segundo o qual 55 por cento dos latino-americanos pensam que o voto é um instrumento para mudar as coisas no futuro, porcentagem que viria a coincidir com a da média da participação eleitoral. Na maioria dos países latino-americanos, o voto continua sendo o instrumento por meio do qual se escolhem os políticos e, através deles, os partidos. As preferências que se manifestam por pessoas, como alguns militantes e dirigentes partidários apontaram em diversas entrevistas realizadas,<sup>10</sup> terminam por converter-se em apoio às estruturas partidárias.

De qualquer modo, convém analisar os dados por países para constatar as grandes diferenças existentes. Três dos cinco países cujos entrevistados mostram em maior grau que não têm nenhuma confiança nos partidos - Venezuela, Equador e Peru - são os que em 2000 enfrentavam a maior crise política de toda a região. Como já se mencionou, Venezuela e Peru refundavam seus canais de representação popular e o Equador era vítima de uma insólita espiral de instabilidade política, com cinco presidentes em três anos. Esses países experimentaram profundas crises político-partidárias, ao ponto de, no caso de Venezuela e Peru, chegar a refundar-se o tipo de vínculo existente entre os partidos e os cidadãos. Por isso mesmo, é interessante observar que é precisamente nesses países que os cidadãos acreditam em maior porcentagem que seu voto conta para mudar as coisas no futuro (Quadro 8). Essa combinação de crise, mudança partidária e otimismo no ato de votar por parte dos cidadãos mostra uma interessante ambigüidade na política desses países.

---

<sup>9</sup> Neste caso, nos referimos às tentativas de reforma política realizadas no Equador, destinadas a abrir a participação para os independentes e tirar o monopólio da representação dos partidos políticos. Neste sentido, ver Freidenberg e Alcántara (2001).

<sup>10</sup> No Projeto de Pesquisa sobre “Partidos Políticos na América Latina” muitos dos militantes responderam neste sentido.

Precisamente, a valorização do voto nesses dois países de alto nível de crises partidárias coincide com aquela que ocorre em países onde existe uma tradicional estabilidade do sistema de partidos, como Uruguai ou Argentina. Essas valorizações também se manifestaram em Paraguai, Nicarágua, Brasil e El Salvador. Ao mesmo tempo, países como Bolívia, Colômbia, México ou Guatemala se apresentam como casos em que a população se divide em partes mais ou menos iguais quanto à possibilidade de que o voto mude as coisas no futuro. Ainda assim, a participação eleitoral e o voto continuam sendo instrumentos reconhecidos e valorizados do sistema político, o que abona ainda mais a atuação dos partidos.

### **Conclusões**

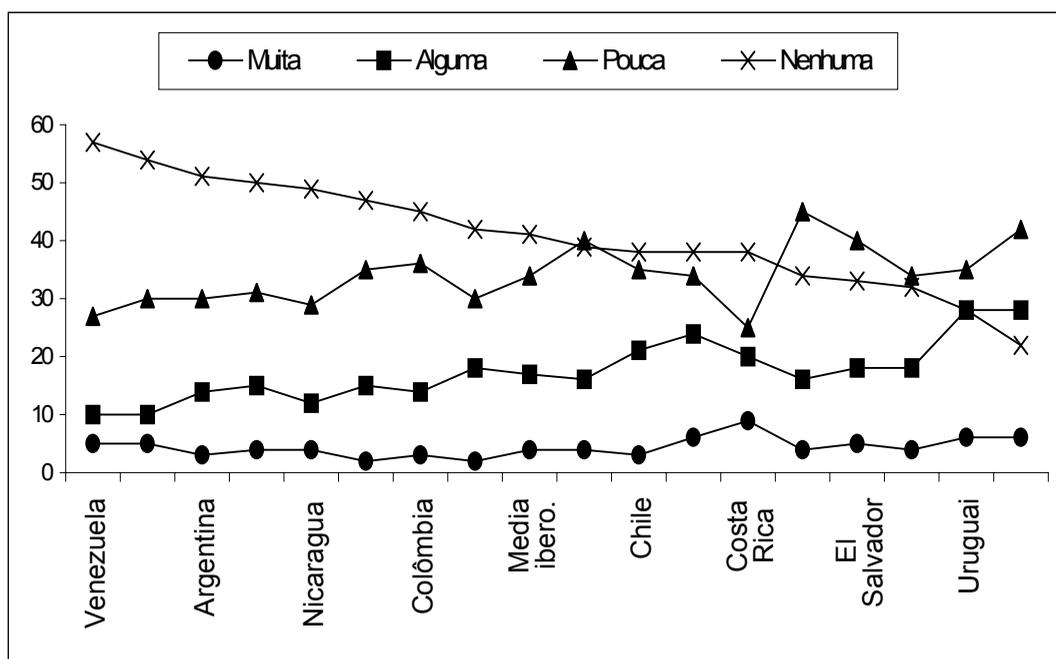
O argumento central deste artigo está em destacar que os partidos são importantes e *contam* na vida política da América Latina. Apesar dos prognósticos, das percepções gerais dos cidadãos e de algumas análises, a tendência geral que se manifesta é de certa estabilidade na configuração dos sistemas partidários latino-americanos. Na maior parte dos sistemas poliárquicos, as elites partidárias que refundaram as regras do jogo político continuam sendo parte da vida política de cada país e, através desses partidos, continuam tornando o sistema político operativo e o legitimando.

Como já se mencionou nas páginas anteriores, os partidos na América Latina continuam estruturando a competição e dando forma aos resultados eleitorais; continuam criando o universo conceitual que orienta os cidadãos e as elites no que se refere à compreensão da realidade política, ajudam a costurar acordos em torno de políticas governamentais (muitas vezes de maneira conjuntural, como alianças fantasmas e até por políticas específicas, mas o fazem), estabelecem ações para a produção legislativa; provêm de quadros as instituições e, com tudo isso, tornam o sistema político operativo. Os partidos continuam sendo os atores principais na estruturação da dinâmica política latino-americana, apesar de certas exceções de sistemas pontuais e do papel que cada vez mais têm os meios de comunicação de massa e alguns novos movimentos sociais.

Dada a centralidade que os partidos continuam tendo, é interessante pensar na necessidade de conhecer ainda mais como funcionam internamente. Isso nos leva a mudar a unidade de análise dos sistemas partidários para os partidos e observar o modo como interagem os diversos atores que os integram; suas características e sua natureza; sua participação nos processos de tomada de decisões; o modo como se produz a política e esta se exerce. Se os partidos continuam sendo centrais no sistema político, então será preciso aprofundar seu estudo. Uma linha de trabalho que surge como proposta é a que centra a unidade de análise nas estratégias que desenvolvem para alcançar suas metas. Ao querer

ganhar eleições, contam com estratégias organizativas (decisões e atividades) que lhes ajudam a conseguir seus fins. Quem sabe, ao aprofundar este tipo de análise, se conheça mais ainda o modo como se estruturam e funcionam, o que ajudaria a refletir sobre suas falências e contribuiria para estabelecer os pontos que levam a sua desconexão com os cidadãos.

**GRÁFICO 1**  
*Nível de confiança nos partidos políticos por países*



**QUADRO 4**  
*Confiança nos partidos políticos*

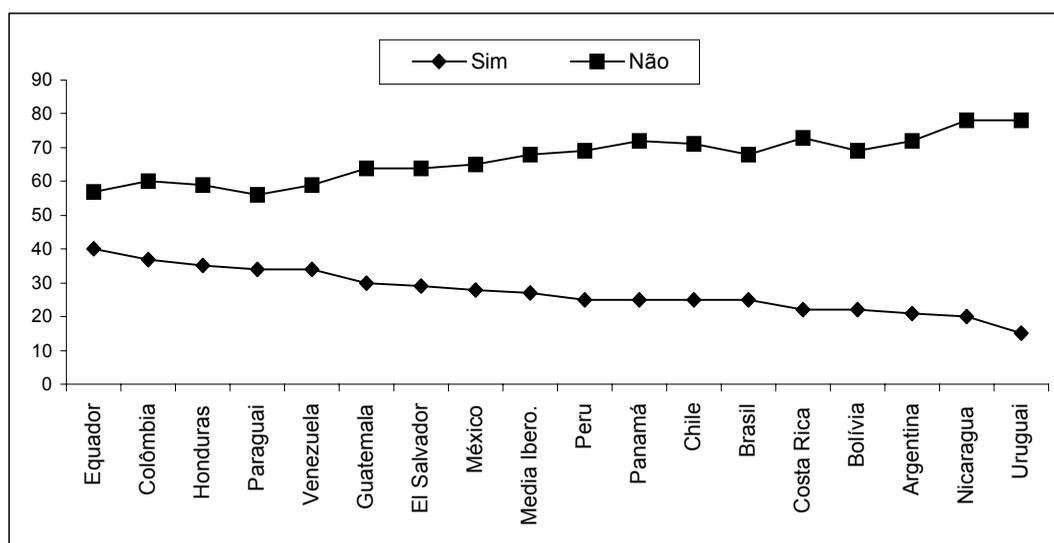
PAÍS	Muita	Alguma	Pouca	Nenhuma	(N)
Média Ibero-americana	<b>4</b>	<b>17</b>	<b>34</b>	<b>41</b>	<b>17901</b>
Venezuela	5	10	27	57	1200
Equador	5	10	30	54	1200
Argentina	3	14	30	51	1264
Panamá	4	15	31	50	1000
Nicarágua	4	12	29	49	1000
Peru	2	15	35	47	1045
Colômbia	3	14	36	45	1200
Bolívia	2	18	30	42	794
Brasil	4	16	40	39	1000
Chile	3	21	35	38	1200
Paraguai	6	24	34	38	600
Costa Rica	9	20	25	38	1000
Guatemala	4	16	45	34	1000
El Salvador	5	18	40	33	1000
Honduras	4	18	34	32	1000
Uruguai	6	28	35	28	1199
México	6	28	42	22	1200

**Pergunta:** Você diria que tem muita, alguma, pouca ou nenhuma confiança nos partidos políticos?

\* Eliminaram-se os não sabe/não responde.

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do Latinobarômetro 1998.

**GRÁFICO 2**  
*O funcionamento dos países e o papel dos políticos*



**QUADRO 5**  
**Porcentagem média de participação política**

PAÍS	Sim	Não	(N)
<b>Média Ibero-americana</b>	<b>27</b>	<b>68</b>	<b>17767</b>
Equador	40	57	1200
Colômbia	37	60	1200
Honduras	35	59	1011
Paraguai	34	56	575
Venezuela	34	59	1200
Guatemala	30	64	1000
El Salvador	29	64	1010
México	28	65	1105
Peru	25	69	1054
Panamá	25	72	1021
Chile	25	71	1200
Brasil	25	68	1001
Costa Rica	22	73	1007
Bolívia	22	69	796
Argentina	21	72	1196
Nicarágua	20	78	1002
Uruguai	15	78	1189

**Pergunta:** Pelo que você sabe ou ouviu dizer, acredita que é possível que o país funcione sem políticos?

\* Eliminaram-se os não sabe/não responde.

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do Latinobarómetro 1998.

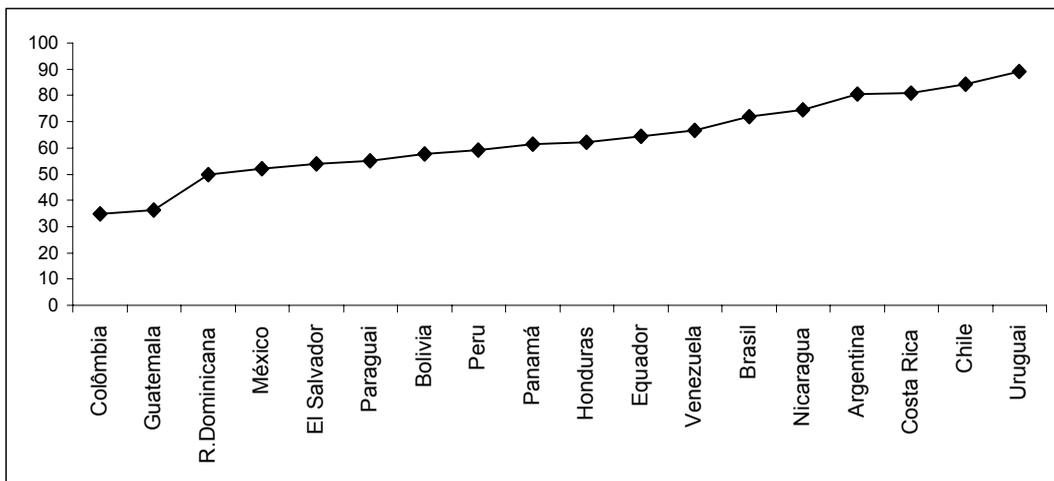
**QUADRO 6**  
**Porcentagem média de participação política\***

País	Média	Voto	País	Media	Voto
Colômbia	34,8	Voluntário	Honduras	62,1	Obrigatório
Guatemala	36,5	Obrigatório	Equador	64,4	Obrigatório
R.Dominicana	49,8	Obrigatório	Venezuela	66,6	Obrigatório
México	52,2	Obrigatório	Brasil	71,9	Obrigatório
El Salvador	53,8	Obrigatório	Nicarágua	74,5	Voluntário
Paraguai	54,9	Obrigatório	Argentina	80,7	Obrigatório
Bolívia	57,5	Obrigatório	Costa Rica	80,8	Obrigatório
Peru	59,3	Obrigatório	Chile	84,1	Obrigatório
Panamá	61,5	Obrigatório	Uruguai	89,3	Obrigatório

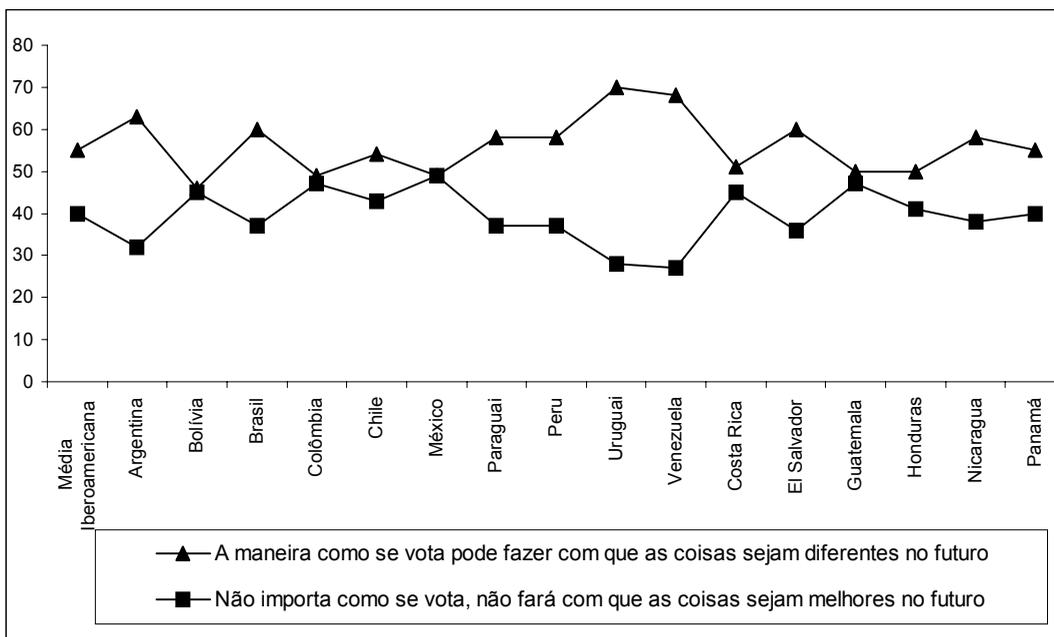
\* Porcentagem de voto sobre o total da população em idade legal de votar.

**Fonte:** IDEA (1997). Voter turnout from 1945 to 1997: a global report on political participation Stockholm. International Institute for Democracy and Electoral Assistance.

**GRÁFICO 3**  
Porcentagem média de participação política\*



**GRÁFICO 4**  
Importância que tem de votar\*



**QUADRO 7**  
**Importância de votar\* (em porcentagens)**

PAÍS	A maneira como se vota pode fazer com que as coisas sejam diferentes no futuro.	Não importa como se vota, não fará com que as coisas sejam melhores no futuro.	(N)
Bolívia	46	45	764
Colômbia	49	47	1200
México	49	49	1200
Guatemala	50	47	1000
Honduras	50	41	1000
Costa Rica	51	45	1000
Chile	54	43	1200
Panamá	55	40	1000
Média Ibero-americana	55	40	17902
Paraguai	58	37	600
Peru	58	37	600
Nicarágua	58	38	1000
El Salvador	60	36	1000
Brasil	60	37	1000
Argentina	63	32	1264
Venezuela	68	27	1200
Uruguai	70	28	1199

**Pergunta:** Algumas pessoas dizem que a maneira como se vota pode fazer com que as coisas sejam diferentes no futuro. Outros dizem que independentemente de como se vota, não fará com que as coisas sejam melhores no futuro. Qual das frases está mais perto de sua maneira de pensar?

\*Não foram levados em conta os não sabe/ não responde. Esta pergunta foi eliminada no caso do Equador devido a um erro em sua aplicação.

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do Latinobarómetro 1998.

**BIBLIOGRAFIA**

ALCÁNTARA SÁEZ, Manuel. (1994) Análisis comparado del papel de los partidos en los procesos de transición política. In DUTRÉNIT, Silvia & VALDÉS, Leonardo (eds.). *El fin de siglo y los partidos políticos en América Latina*. México, Instituto Mora e Universidad Autónoma Metropolitana.

\_\_\_\_\_. (1996) Elecciones, electores y partidos en América Latina en la década de 1990. *América Latina Hoy*, 13 (maio): 7-16. Salamanca e Madri, Instituto de Estudios de Iberoamérica y Portugal/SEPLA.

\_\_\_\_\_. (1997) Las tipologías y funciones de los partidos políticos. In: Vários autores. *Curso de Partidos Políticos*. Madri, AKAL Universitaria. p.37-57.

\_\_\_\_\_. (1999) *Sistemas Políticos de América Latina*. Vol I e II. Madri, Tecnos.

ALCÁNTARA SÁEZ, Manuel & FREIDENBERG, Flavia. (2001) *Partidos políticos de América Latina*. Salamanca, Ediciones de la Universidad de Salamanca.

ALDRICH, John. (1995) *Why Parties? The Origin and Transformation of Political Parties in America*. Chicago e Londres, The University of Chicago Press.

ÁLVAREZ, Angel. E. (1997) *Los dineros de la política. Competencia en el mercado político e intervención del Estado*. Caracas, Universidad Central de Venezuela. Facultad de Ciencias Jurídicas y Políticas. Instituto de Estudios Políticos.

COTARELO, Ramón. (1985) *Los partidos políticos*. Madri, Alianza.

CAVAROZZI, Marcelo. (1995) Los partidos políticos latinoamericanos: sus configuraciones históricas y su papel en las transiciones recientes. In: ALCÁNTARA, Manuel & CRESPO, Ismael. (eds). *Los límites de la consolidación democrática en América Latina*. Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca.

COPPEDGE, Michael. (1994) *Strong Parties and Lame Ducks. Presidential Partyarchy and Factionalism in Venezuela*. Stanford, Stanford University Press.

DEL CASTILLO, Pilar & ZOVATTO, Daniel. (1998) *La financiación de la política en Iberoamérica*. San José de Costa Rica, IIDH- CAPEL.

DI TELLA, Tulio. (1993) *Historia de los partidos políticos en América Latina. Siglo XX*. México, Fondo de Cultura Económica.

DOWNS, Anthony. (1957) *An Economic of Theory of Democracy*. Harper and Bros.

DUTRÉNIT, Silvia. (ed). (1998) *Huellas de las transiciones políticas. Partidos y elecciones en América Latina*. México, Instituto Mora.

DUTRÉNIT, Silvia & VALDÉS, Leonardo. (1994) *El fin de siglo y los partidos políticos en América Latina*. México, Instituto Mora-UAM Iztapalapa.

DUVERGER, Maurice. (1951) *Les partis politiques*. Paris, Librairie Armand Colin. (Edição castelhana consultada: *Los partidos políticos*. México, Fondo de Cultura Económica, 1992).

ELDSERVELD, Samuel. (1964) *Political Parties. An Behavioral Analysys*. Chicago, Rand McNally.

FERNÁNDEZ RUBIO, Delia. (1997) *El financiamiento de los partidos políticos*. Buenos Aires, CIEDLA.

FREIDENBERG, Flavia & ALCÁNTARA SÁEZ, Manuel. (2001) *Los dueños del poder: Partidos Políticos en Ecuador 1978-2000*. Quito, Flacso- Sede Ecuador.

GARRETÓN, Manuel Antonio (ed). (1993) *Los partidos y la transformación política de América Latina*. Santiago, CLACSO y FLACSO- Chile.

JIMENEZ POLANCO, Jackeline. (1995) El Partido Revolucionario Dominicano (PRD): La faccionalización de un partido carismático. In: LÓPEZ Nieto, L.; GILLIESPIE, R. & WALTER, M (comp.). *Política Faccional y Democratización*. Madri, Centro de Estudios Constitucionales.

KATZ, Richard & MAIR, Peter. (1990) Three Faces of Party Organization: Adaptation and Change. Trabalho preparado para o *XII World Congress of Sociology* realizado em Madri entre 9-13 julho. Mimeo.

\_\_\_\_\_. (1995) Changing Models of Party Organization and Party Democracy. The Emergence of the Cartel Party. *Party Politics*, 1(1):5-29.

KIRCHHEIMER, Otto. (1966) The transformation of the Western European Party System. In: LAPALOMBARA & WINER, M. *Political Parties and Political Development*. Princeton, Princeton University Press.

LAAKSO, M. & TAAGEPERA, R. (1979) Effective number of parties. A measure with application to West Europe. *Comparative Political Studies*, 12:3-27.

- LEVITSKY, Steve. (1997) Crisis, adaptación partidaria y estabilidad del régimen en la Argentina: el caso del peronismo (1989-1995). *Revista de Ciencias Sociales*, 6:85-131(setembro).
- LIPSET, Seymour. M. & ROKKAN, Stein. (1967) *Party, Systems and Voter Alignments*. Nova York, Free Press. (Tradução para o espanhol consultada: Estructura de división, sistemas de partidos y alineamientos electorales, in BATTLE, A. *Diez textos básicos de Ciencia Política*. Barcelona, Aírel.1992).
- MAINWARING, Scott & SCULLY, Timothy (eds.). (1995) *Building Democratic Institutions*. Stanford, Stanford University Press.
- MAINWARING, Scott & SOBERG SHUGART, Michael (eds). (1997) *Presidencialism and Democracy in Latin America*. Cambridge e Nova York, Cambridge University Press.
- MALAMUD, C. (1995) *Partidos políticos y elecciones en América Latina y la península*. Madri, Instituto Universitario Ortega y Gasset.
- MANZ, T. & ZUAZO, M. (coords). (1998) *Partidos políticos y representación en América Latina*. Caracas, Nueva Sociedad, ILIDIS, Friedrich Ebert Stiftung-FES.
- MAYORGA, René. (1995) *Antipolítica y neopopulismo*. La Paz, CEBEM.
- MORGENSTERN, Scott. (1996) *The electoral connection and the legislative process in Latin America: Factions, Parties and Alliances in theory and practice*. San Diego, Dissertação de Ph.D. University of California.
- NOHLEN, Dieter. (1993) *Sistemas Electorales y Sistemas de partidos*. México, FCE.
- PANEBIANCO, Angelo. (1982) *Modelli di partito*. Bologna, Societa Editrice il Mulino (Edição castelhana consultada: PANEBIANCO, Angelo (1990) *Modelos de partido*. Madri, Alianza Editorial).
- PERELLI, Carina; Picado, Sonia & ZOVATTO, Daniel (comps). (1995) *Partidos y clase política en los 90*. San José, IDDH-CAPEL.
- RAMOS ROLLÓN, María Luisa. (1998) La financiación de los partidos políticos en América Latina: Estado actual y propuestas de reforma. *Revista de Estudios Políticos*, 102 (outubro-dezembro):321-337. (Madrid: Centro de Estudios Constitucionales).
- RAE, Douglas. (1977) *Leyes electorales y sistemas de partidos políticos*. Madri, CITEP.
- SANI, Giacomo e SHABAD, Goldie. (1986) ¿Adversarios o competidores? La polarización del electorado. In: LINZ, Juan José & MONTERO, José Ramón. *Crisis y cambio: Electores y partidos en la España de los ochenta*. Madri, Centro de Estudios Constitucionales.
- SARTORI, Giovanni. (1976) *Partidos y sistemas de partidos*. Madri, Alianza. (Edição consultada, 1992).
- SARTORI, Giovanni & Sani, Giacomo. (1992) Polarización, Fragmentación y competición en las democracias occidentales. In: SARTORI, G. *Partidos y Sistemas de Partidos*. Madri, Alianza.
- VON BEYME, Klaus. (1986) *Los partidos políticos en las democracias occidentales*. Madri, Centro de Investigaciones Sociológicas.
- WEBER, Max. (1992) *Economía y Sociedad*. México, Fondo de Cultura Económica.

*Recebido para publicação em maio de 2002*

*Tradução de Pedro Maia Soares*

# *Como se escolhe um candidato a Presidente? Regras e práticas nos partidos políticos da América Latina*

---

**Flavia Freidenberg**

Universidad de Salamanca

**Francisco Sánchez López**

Universidad de Salamanca

---

## **Resumo**

Este trabalho examina a maneira como os partidos políticos da América Latina selecionam seus candidatos às eleições presidenciais. A análise está baseada no estudo de 44 partidos de 16 países da América Latina, e mostra que apesar da crescente tendência para o emprego de processos mais inclusivos na seleção dos candidatos nas últimas décadas, predomina a centralização do processo de tomada de decisões dos partidos da região. O material empírico provém da pesquisa sobre Partidos Políticos e Governabilidade na América Latina da Universidad de Salamanca.

**Palavras chave:** seleção de candidatos - partidos políticos - eleições internas- América Latina

## **Abstract**

This work examines the way the Latin American political parties nominate their candidates for presidential elections. The analysis is based on a study of 44 parties in 16 countries of the region and it shows that although one can observe more inclusive procedures in the last decades, it prevails the centralized decision-making processes within the Latin American parties. The empirical material comes from the research Political Parties and Governability in Latin America, Universidad de Salamanca.

**Key words.** Nomination of candidates, political parties, internal elections, Latin America

## *Introdução*

O processo de seleção dos candidatos é um campo de análise que foi algumas vezes ignorado e outras pouco explorado nos estudos sobre os partidos políticos, ainda que a questão de designar um candidato, por um processo ou outro, seja um dos momentos mais significativos em qualquer organização partidária,<sup>1</sup> já que os indicados serão aqueles que representarão a organização perante o eleitorado e de quem dependerá muitas vezes o êxito ou a derrota eleitoral, assim como também, passada a eleição, o exercício do governo ou da oposição. Por isso, conseguir uma candidatura é um recurso de poder essencial em uma organização partidária, em particular, quando ganhar eleições se converte na meta principal para seus membros<sup>2</sup> e a designação como candidato significa a perspectiva de um cargo político.<sup>3</sup>

A maneira como se escolhem os candidatos em qualquer partido político é fundamental, particularmente naquelas organizações em que a designação supõe competição entre os diferentes postulantes. Mas não somente nos partidos. De algum modo, a escolha de um candidato deve ser defendida perante os outros membros do partido e perante o público em geral, mesmo quando essas razões respondem a questões pessoais (amizade, família), políticas (por pressão dos grupos de poder internos ou de outros grupos de interesse) ou competitivas (porque tem mais possibilidades de ganhar dos outros partidos). A postulação de um candidato é uma decisão que compromete todos os membros da organização e conclui com a mobilização efetiva do partido. Essa decisão, depois de tomada, é legítima e vinculante, já que todo o partido deve colocar-se atrás do candidato e mobilizar-se em seu favor. Mas, sobretudo, o processo de seleção é um aspecto importante porque mostra *quem* é recrutado para ganhar uma eleição;<sup>4</sup> permite conhecer a dinâmica intrapartidária<sup>5</sup> e os momentos de maior conflito; vincula as elites partidárias, os candidatos e os eleitores entre si,<sup>6</sup> permite observar uma das dimensões centrais da estratégia organizativa para conquistar apoios por parte dos políticos e seus partidos<sup>7</sup> e pode afetar a disciplina dos membros no Legislativo,<sup>8</sup> com claras conseqüências para a coesão do partido, assim como também para o

---

<sup>1</sup> Ver Schattschneider (1941); Gallagher (1988, p.1); Katz (2001, p.276-296).

<sup>2</sup> Entre todas as possíveis metas que um partido pode ter, há uma comum a todos, intrínseca à natureza dos próprios partidos, que é a de conseguir cotas de poder. Diversos autores de distintas perspectivas coincidem na defesa esta premissa: Weber (1992); Schattschneider (1941); Schumpeter (1962); Duverger (1951); Downs (1992); Kirchheimer (1980); Epstein (2000); Sartori (1992); Janda (1980); Von Beyme (1986); Schlesinger (1994); Billie (2001); Alcántara Sáez e Freidenberg (2001), entre outros.

<sup>3</sup> Ver Kirchheimer (1980, p.344).

<sup>4</sup> Ver Epstein (2000, 201); Gallagher (1988, p.2).

<sup>5</sup> Ver Gallagher (1988, 2); Ware (1996, p.257); Rahat e Hazan (2001), e o trabalho de Billie (2001, p.364).

<sup>6</sup> Ver Taylor (2000, p.2).

<sup>7</sup> Ver o Capítulo 2 para uma justificação teórica desta afirmação e o Capítulo 8 para uma análise empírica à luz do Partido Roldosista Equatoriano em Freidenberg (2001).

<sup>8</sup> Ver Gallagher (1988, p.265) e Mainwaring e Shugart (1998, p.164).

rendimento das instituições do sistema político.<sup>9</sup> Finalmente, a partir da observação dos processos de seleção dos candidatos, é possível compreender a maneira como funciona o sistema democrático, uma vez que é de se esperar que nesse tipo de regime as instituições também se comportem internamente de maneira democrática.<sup>10</sup>

Embora o processo de seleção dos candidatos seja um dos momentos centrais da vida interna de qualquer partido, seu estudo recebeu pouca atenção na América Latina. As razões da escassez desse tipo de trabalho são diversas. Primeiro, trata-se de um tipo de dado difícil de conseguir porque usualmente não existem registros oficiais, acessíveis ao observador externo, em que conste essa informação básica dos partidos. Segundo, existe certa tensão entre o respeito às regras formais e o que depois acontece “a portas fechadas”, dificultando ainda mais esse tipo de estudo. E, em terceiro lugar, as constantes mudanças de procedimentos impedem o estabelecimento de pautas de funcionamento estáveis: não raro, um mesmo partido emprega mecanismos diversos em duas eleições seguidas, o que dificulta a análise, pois normalmente essas mudanças não se encontram registradas nos documentos partidários. Essas razões fizeram com que se subestimasse muitas vezes o estudo desses tipos de processos, mas consideramos que, embora sobrevivam regras informais que subjazem ao funcionamento formal do partido, que esses processos não se encontrem registrados de maneira específica e mesmo que muitas vezes as regras formais não são respeitadas, os políticos necessitam legitimar seus atos em função dessas regras, sempre que elas estabelecem o que se pode (e não se pode) fazer, o que se espera dos membros e a relação que deve existir entre eles. No momento de dirimir conflitos internos, as regras e, particularmente, sua interpretação, são um recurso de suma importância para definir, exteriorizar e legitimar o exercício do poder.<sup>11</sup> Dada a importância que tem o processo de seleção de candidatos e uma vez que ele é um dos espaços que podem gerar maiores conflitos internos, é razoável pensar que esse processo deva ser explicitamente detalhado nas regras dos partidos.<sup>12</sup> Por isso, é interessante observar os métodos que os partidos estabelecem em seus regulamentos como uma maneira (não a única) de aproximar-se do estudo da seleção dos candidatos e contrastar a história formal com a real.

Embora se tenham realizado pesquisas sobre partidos políticos específicos ou comparando partidos de diversos países,<sup>13</sup> não se desenvolveram na América

---

<sup>9</sup> Ver Gallagher (1988, p.1) e BILLIE (2001, p.364).

<sup>10</sup> Este argumento é sustentado por Billie (2001, p.364).

<sup>11</sup> Análises neste sentido se encontram em Katz e Mair (1990); Panebianco (1982) e Alcántara e Freidenberg (2001).

<sup>12</sup> Billie (2001, p.365).

<sup>13</sup> Exemplo disso foram os estudos de caso como o de Coppedge (1994, p.20-24) sobre a Ação Democrática na Venezuela; o de Diaz. (2000); o de Freidenberg (2001) sobre as estratégias de seleção de candidatos do Partido Roldosista Equatoriano. Existem também estudos comparando partidos de um mesmo país, como os de Siavelis (2001) e (1997); o desenvolvido por De Luca, Jones e Tula (2000); o de Buquet (2001); o de Taylor-Robinson (2001) e o de Valdés (2001). Outros trabalhos em

Latina trabalhos que abordem de maneira comparada um grande número de partidos, sistematizando os diversos mecanismos que as organizações partidárias da região utilizam para escolher seus candidatos. Foi precisamente a ausência desse tipo de análise que nos motivou a realizar esta pesquisa de caráter exploratório. Os objetivos do presente estudo se baseiam na necessidade de contribuir para a discussão sobre os mecanismos que empregam os partidos para escolher seus candidatos e de delinear uma série de ferramentas que permitam abordar a análise dos métodos de seleção de maneira comparada.

O trabalho divide-se em três partes. Na primeira seção, apresentam-se os distintos métodos de seleção dos candidatos dos partidos em geral e se esboçam algumas ferramentas para seu estudo. O marco analítico contempla duas dimensões que têm a ver com o tipo de candidatura e com o mecanismo de escolha dos candidatos, construído a partir de uma série de perguntas propostas por pesquisas recentes sobre este tema realizadas em outros contextos regionais.<sup>14</sup> Neste marco, interessa-nos explorar as seguintes questões:

- a) Quem pode ser escolhido como candidato? Podem ser todos os cidadãos, os militantes dos partidos ou os militantes que cumprem uma série de requisitos? Há restrições na apresentação das candidaturas? Que tipos de restrições ocorrem: de natureza interna ao partido ou de caráter externo (estabelecidas por lei)?
- b) Quem escolha os candidatos: os cidadãos, todo os membros do partido ou somente alguns?
- c) Onde se escolhem os candidatos? São escolhidos no nível nacional ou no nível subnacional?
- d) Como são designados os candidatos: por procedimentos de votação dos cidadãos, dos militantes, de ambos, ou são diretamente designados por órgãos do partido? São mecanismos inclusivos ou exclusivos?
- e) Houve mudanças nesses processos ou se mantiveram estáveis? Se houve mudanças, em que sentido foram essas modificações: para mecanismos mais ou menos participativos?

Na segunda seção exploram-se os mecanismos que 44 partidos de 16 países da América Latina empregaram na seleção de seus candidatos à Presidência da República, com a intenção de oferecer um mapa dos métodos que se

---

que se comparam casos nacionais, como o de Martz. (1999, p.639-659) sobre as nomeações presidenciais na Venezuela e na Colômbia e a discussão de Taylor (2000) sobre os processos de seleção de candidatos e sua vinculação com o sistema eleitoral na América Latina, com especial ênfase nos casos de Venezuela, Chile, Colômbia e Estados Unidos. Finalmente, Colomer (2000) e Alcántara Sáez (2001) publicaram trabalhos sobre a realização de eleições internas na América Latina.

<sup>14</sup> Ver os trabalhos de Rahat e Hazan (2001) e Billie (2001) à luz das experiências dos partidos europeus e o trabalho clássico de Gallagher (1988). Algumas das perguntas que orientam nossa investigação estão plasmadas no trabalho de Rahat e Hazan (2001) em sua tentativa de sistematizar os métodos de seleção de candidatos e o de Billie (2001) sobre os distintos níveis territoriais de seleção.

desenvolveram nos partidos da região a partir do marco analítico exposto na primeira seção. Analisa-se o nível de inclusão que se supõe que esses processos desenvolvam e o grau de centralização (ou não) dos mesmos, o que permite discutir a questão da democracia interna dos partidos e estabelecer se houve, ou não, uma tendência para a democratização dos procedimentos dessas organizações nas últimas décadas na região.

O material empírico deste trabalho faz parte de um projeto de pesquisa mais amplo denominado *Partidos políticos e governabilidade na América Latina*, dirigido por Manuel Alcántara Sáez e financiado pela Comissão Interministerial de Ciência e Tecnologia da Espanha. Os critérios de escolha dos partidos analisados correspondem aos dessa pesquisa, dentro do “critério de relevância” utilizado por ela.<sup>15</sup>

### ***Mecanismos de seleção de candidatos***

O processo de seleção dos candidatos está relacionado com o processo de tomada de decisões de uma organização partidária; com a estrutura de autoridade da mesma, assim como com fatores vinculados ao sistema político. Por um lado, o tipo de processo utilizado mostra a natureza e a fortaleza da relação entre elites e candidatos. Diferentes métodos refletem distintos tipos de laços entre os participantes e manifestam intenções diferentes com respeito ao que se espera das relações intrapartidárias. Por outro lado, é necessário levar em conta que a relação entre elites e candidatos pode estar mediada por uma série de elementos. A presença (ou não) de regras eleitorais nacionais que determinam o modo como se devem escolher os candidatos, o tipo de estrutura de voto vigente no sistema eleitoral, a organização de governo, a cultura política, a natureza do partido, o tipo de liderança e as características sociopolíticas do entorno do partido são aspectos que podem chegar a incidir nesse processo de seleção. Esses fatores podem afetar a capacidade das elites partidárias de determinar o nome do candidato frente à capacidade dos eleitores de modificar essas preferências e, embora consideremos central sua análise, devido ao efeito que cada um deles pode ter sobre a variável em estudo e abordemos alguns aspectos da relação entre normas eleitorais e processo de eleição, esses fatores serão tratados de uma maneira mais profunda em

---

<sup>15</sup> Um partido político foi considerado relevante quando: a) havia obtido representação na Câmara de Deputados Nacional nas três últimas eleições legislativas (força numérica expressa em assentos ou em votos obtidos); b) havia superado a barreira dos cinco por cento eleitoral nas três últimas eleições legislativas; c) tivesse representação em todos os distritos eleitorais do país (força territorial) ou que sua representação em determinados distritos fosse significativa e d) contasse substantivamente na dinâmica partidária do sistema político. Entende-se por "contar substantivamente" o fato de que esse partido exerça uma influência especial na dinâmica partidária e que por diversas razões seja impossível não o levar em conta no momento de estudar o funcionamento do sistema de partidos. Embora a pesquisa original trate de 18 países, no presente estudo só se analisam 16, ficando de fora o Brasil, devido à dificuldade para conseguir informação sobre este ponto, e a Venezuela, devido às mudanças partidárias que experimentou nos últimos anos.

pesquisas futuras. Nesta seção interessa-nos estabelecer um marco analítico a partir do qual possamos esclarecer as distintas maneiras que um partido político tem para escolher seus candidatos, assim como também uma ferramenta que sirva para construir uma taxonomia dos sistemas de escolha de candidatos nos partidos da América Latina.

### **Candidaturas**

Uma das dimensões a considerar na análise dos métodos de seleção é a relacionada com quem pode se apresentar como candidato nas eleições gerais.<sup>16</sup> Há duas maneiras de interpretar essa dimensão. Uma, é observando-a a partir do que disponha a lei eleitoral nacional com respeito a quem pode ser candidato e a outra, conforme o que indique o partido. A vigência da norma eleitoral incide sobre a natureza dos candidatos que se permitem aos partidos; o que faz com que ambas estejam relacionadas entre si, toda vez que os partidos estão condicionados pelas regras do sistema.

As restrições com respeito aos requisitos que um candidato deve cumprir para poder ser designado podem ser classificadas em um contínuo que vai desde um nível maior de inclusão até outro que supõe uma maior exclusão no processo de seleção de candidatos. Sob essa dimensão, conforme o que estipulem as normas do partido, a variável pode apresentar diversos valores que vão desde incluir todos os cidadãos, os membros dos partidos ou somente os membros dos partidos que cumprem uma série de requisitos (ver Tabela I). No caso em que todos os cidadãos podem apresentar-se como candidatos, se supõe que o processo é mais amplo e inclusivo que nos outros, que estariam no extremo oposto do contínuo, onde somente podem participar os membros do partido que cumprem uma série de requisitos, tais como, por exemplo, os que são membros há um determinado tempo; os que foram eleitos para outros cargos de representação popular; os que exerceram cargos em algum órgão interno do partido e demonstrem sua condição de quadro; que sejam assinantes do periódico partidário; que seus filhos freqüentem escolas do Estado, em vez de escolas religiosas, ou que suas esposas e filhos participem de organizações femininas ou juvenis do partido, entre outros.<sup>17</sup>

---

<sup>16</sup> Ver a proposta de Rahat e Hazan (2001, p.301).

<sup>17</sup> Alguns dos requisitos mencionados foram extraídos como exemplo dos exigidos pelo Partido Socialista Belga. Ver Rahat e Hazan (2001).

**TABELA I**  
**Quem pode ser candidato conforme o grau de inclusão?**

Maior inclusão		Maior exclusão	
←		→	
Todos os cidadãos		Membros partidários	Membros dos partidos com alguns requisitos

Fonte: Rahat e Hazan (2001:301).

### Processo de designação

A segunda dimensão para poder ordenar os métodos de seleção partidária é a vinculada com o corpo que escolhe os candidatos. Pode ser uma pessoa, um grupo de pessoas, todos os membros da organização ou os potenciais votantes. A eleição de um ou outro mecanismo supõe diferentes processos de tomada de decisões no interior do partido, assim como dá uma idéia dos tipos de relações que se geram entre os atores intrapartidários. Por exemplo, a realização de eleições internas manifesta um nível maior de inclusão de atores nesse processo decisório, enquanto que a escolha por um único líder, que concentra o monopólio da decisão das candidaturas, marca uma estrutura de autoridade menos participativa que a anterior e mais rígida, embora haja competição entre os candidatos para ganhar a vontade do líder. A natureza dessa relação é crucial, já que ajuda a conhecer o vínculo entre as elites partidárias e os futuros governantes, caso ganhem a eleição, e entre as elites do partido e os militantes. Neste sentido, não é o mesmo, para poder ser designado, que um político dependa de seus votantes ou de seu partido. No caso em que a definição da candidatura esteja nas mãos do partido, o aspirante precisa cair nas graças dos líderes, o que contribui para a disciplina interna. Ao passo que se sua nomeação depende somente dos votantes, importa menos sua relação com o aparato partidário, embora este continue controlando a estrutura de oportunidades. No entanto, a escolha de um ou de outro depende, como já se mencionou, não apenas da estrutura de autoridade interna, mas também dos incentivos vigentes no sistema eleitoral.

Os métodos podem ser classificados de diversas maneiras, conforme o critério utilizado.<sup>18</sup> Nesta pesquisa, os métodos são classificados segundo o grau de

<sup>18</sup> Rahat e Hazan (2001, p.304) apontam distintos métodos, conforme quem realiza a escolha dos candidatos: a) o eleitorado; b) os membros do partido; c) uma agência partidária escolhida; d) uma agência partidária não escolhida ou e) o líder do partido. Por sua vez, Billie (2001, p.367) introduz a subdivisão territorial em sua classificação e distingue entre os órgãos nacionais e os subnacionais, conforme o procedimento de nomeação. Taylor (2000, p.4) sistematiza diferentes processos de seleção de candidatos: a) a seleção através das elites partidárias (por um único líder ou uma liderança coletiva, tanto unificada como dividida); b) a seleção a partir da realização de uma Convenção do partido ou outras organizações dos

inclusão que supõem no processo de tomada de decisões do partido. Em um extremo do contínuo, o mecanismo implica um alto nível de inclusão, toda vez que o partido consulta o eleitorado<sup>19</sup> nas eleições internas sobre quem deve ser o candidato, enquanto que no outro extremo é somente um líder que escolhe. Entre esses dois pólos, existem múltiplas possibilidades que geralmente variam entre partidos de um mesmo país, entre países e entre um mesmo partido em dois momentos distintos. Conforme seja então o nível de inclusão, são distintos os envolvidos na nomeação: pode ser todo o eleitorado, através de uma eleição direta (internas abertas); somente os membros registrados no partido (internas fechadas); um órgão interno ou pela designação do líder ou dos líderes do partido (nacionais e/ou locais) (ver Tabela II).

A realização de eleições abertas supõe um maior nível de inclusão dos cidadãos no processo de tomada de decisões de um partido e sua utilização é vista pela opinião pública e alguns analistas como um indicador de democratização partidária.<sup>20</sup> Os argumentos a seu favor indicam que este mecanismo supõe uma maior participação dos cidadãos na vida interna do partido, o qual muitas vezes os aproxima da organização e gera uma maior racionalização e ordenação dos procedimentos da classe política, toda vez que limita seu acionar à vontade do eleitorado potencial. Esse tipo de método ajuda a atrair novos membros para a agrupação; contribui para que o partido mobilize (e se preocupe) por novos interesses sociais até o momento não representados, embora isso suponha encorajar a adoção de estratégias eleitorais do tipo "catch all" e, finalmente, é um mecanismo que facilita a legitimação perante a opinião pública,<sup>21</sup>. Não obstante, costuma-se criticar os procedimentos orgânicos por sua submissão às decisões das elites e por seu papel de cenário de legitimação das decisões de uma minoria.

Mesmo assim, esse mecanismo traz ao partido uma série de dilemas. O primeiro deles tem a ver com o fato de que o tipo de eleitorado que participa das eleições internas pode ser muito diferente do que depois vai votar na disputa eleitoral, o que pode levar a apresentação de um candidato que posteriormente não seja da preferência de todo o eleitorado. O segundo dilema está relacionado com o fato de que esta prática pode servir para colocar por plebiscito o candidato acima da organização partidária, consolidando dessa forma um líder por cima do partido. Desse modo, um dos problemas mais importantes da região, a personalização da

---

partidos; c) a seleção a partir de eleições (fechadas, abertas, não obrigatórias) e, finalmente, d) a seleção a partir da auto-eleição (*self-selection*).

<sup>19</sup> Neste ponto é necessário fazer uma distinção importante com respeito ao que se entende por eleitorado. O fato de que seja o "eleitorado" que elege o candidato não tem que ver com a estrutura do voto (sistema de listas abertas), mas com o procedimento interno do partido. Nesta pesquisa, se entende como "escolha pelo eleitorado" a realização de eleições internas abertas em que todos os cidadãos têm direito de participar. Para uma discussão sobre as diferenças na definição do que significa o "eleitorado" ver Rahat e Hazan (2001, p.302) e Gallagher (1988a).

<sup>20</sup> Ver as análises de Taylor (2000) e Alcántara Sáez (2001) sobre essa questão.

<sup>21</sup> Ware (1996, p.266).

política, se agravaria.<sup>22</sup> O terceiro dilema está relacionado com a autonomia partidária. Os mais ortodoxos assinalam que se um partido é a “parte de um todo”, em seus assuntos internos deveriam participar somente aqueles que fazem parte dele. Em quarto lugar está a questão da competição interna, a mobilização de recursos e o risco da faccionalização interna. Além disso, corre-se o risco de que se privilegie o candidato que representa os valores do eleitorado (ou do que as pesquisas assinalam desse eleitorado), em vez de as preferências de seus militantes. Isso potencializa a ambigüidade programática e faz com que os candidatos busquem evitar declarações ideologicamente demasiado precisas.

**TABELA II**  
**Quem escolhe os candidatos segundo o grau de inclusão?**

Maior inclusão				Maior exclusão			
Eleitorado (internas abertas)	Membros do partido (internas fechadas)	Seleção por órgão colegiado do partido		Seleção por órgão executivo do partido		Liderança partidária	
		nacional	local	nacional	local	nacional	local

Fonte: Elaboração própria a partir de Rahat e Hazan (2001) e Billie (2001).

### ***A seleção dos candidatos presidenciais nos partidos políticos da América Latina***

#### **Quem pode ser candidato...**

A observação do variado cenário partidário da América Latina mostra que quem quer ser candidato deve cumprir, de um lado, os requisitos da lei eleitoral nacional e, de outro, os que lhe impõe cada partido. As leis eleitorais dos países da região estabelecem que todos os cidadãos têm o direito de eleger e, ao mesmo tempo, de ser eleitos para cargos de representação popular, com o que se costuma entender que todos os cidadãos podem ser candidatos, mesmo quando tenham que cumprir com uma série de atributos para exercer um cargo (nacionalidade, idade, não ter causas penais pendentes, entre outros). Essa particularidade ocorre em todos os países analisados, mas há alguns poucos que acrescentam a esses requisitos exigidos por lei o da filiação partidária ou o de representação territorial nacional (Chile). Neles, a própria lei eleitoral obriga qualquer pessoa que queira apresentar sua candidatura que o faça através dos partidos políticos. São os casos

<sup>22</sup> Ver Alcántara Sáez (2001, p.21).

em que se dá o monopólio da representação política às organizações partidárias, impedindo que o cidadão que não seja membro de um partido se apresente como candidato em uma eleição (como em El Salvador e no Equador até 1996), o que afeta as regras internas dos partidos. Amparados nessas condições, os agrupamentos partidários esperam que seus candidatos cumpram os requisitos da lei, assim como também exigem, pelo menos em seus estatutos, que sejam filiados ao partido, embora o processo de filiação seja um mecanismo facilmente “controlável” pelas elites partidárias, caso queiram apresentar um candidato não afiliado.<sup>23</sup>

Em alguns partidos, aos requisitos estipulados por lei e ao de filiação, acrescenta-se outra série de exigências, como a de antigüidade na filiação – por exemplo, nos casos da UCR (Argentina); PUSC (Costa Rica); PC (Paraguai); PDC (Chile) - ou muitos outros requisitos, como no PRI do México, que também exige o pagamento de cotas, ter exercido outro cargo de representação popular em nome do partido, estar filiado ao partido há pelo menos dez anos; apresentar um programa de trabalho perante um órgão do partido; não ter causas judiciais pendentes nem ter sido um quadro destacado de outro partido antagônico, entre outros.

Finalmente, temos os partidos que competem em sistemas onde se permite a apresentação de candidaturas de membros dos partidos, de independentes e de *auspiciados*, isto é, de pessoas que não pertencem ao partido, mas que são apoiadas por ele em uma determinada disputa eleitoral. Os exemplos mais claros nesse sentido são os do Equador depois de 1996, do Chile, com os *auspiciados*, da Argentina e da Bolívia, com a figura dos *extrapartidários*, do Uruguai e do PRD do México, que permite a apresentação de candidatos externos. Enquanto isso, no Peru ocorre o caso inverso: para poder apresentar uma candidatura fora das organizações políticas tradicionais, é preciso contar com um grupo político que patrocine o candidato e uma quantidade de assinaturas de cidadãos que a respaldem. Isso significa que é possível que uma pessoa independente se apresente como candidato, mas para isso necessita “fundar” um grupo político que a apóie.<sup>24</sup>

---

<sup>23</sup> É interessante observar que embora este seja um requisito exigido pela organização aos que queiram ser candidatos, muitas vezes é muito fácil o processo de “filiação” quando o partido quer apresentar alguém que não é filiado. Veja-se o exemplo do PJ na Argentina, em outros níveis de eleição, como no de governadores ou no legislativo, que em reiteradas ocasiões apresentou como *seus* candidatos políticos não partidários, como Ramón “Palito” Ortega, a quem filiou depois que ganhou as eleições em Tucumán, ou o caso do independente Avelino Porto, que se postulou como candidato a Senador pela Capital Federal. Agradecemos a Steve Levitsky esta precisão e os exemplos.

<sup>24</sup> Este é um dos elementos que favoreceu a presença de agrupações *ônibus*, criadas apenas para levar um candidato à Presidência. Veja-se como exemplo o caso de Alberto Fujimori e suas diversas agrupações políticas.

**TABELA III**

**Quem pode ser candidato segundo a lei e segundo o partido?\***

Maior inclusão ←

→ Maior exclusão

Maior inclusão ←			→ Maior exclusão
Todos os cidadãos		Membros partidários (filiação)	Membros dos partidos com restrições internas**
		Panamá	México (PRI: antigüidade de filiação, nacionalidade própria e dos pais, ser quadro do partido, pagar cotas, ter desempenhado outro cargo antes etc.; PRD: filiados e pagamento de cotas)
Peru <sup>1</sup>			
Argentina (filiados, filiados com requisitos e extrapartidários)			
Bolívia (afiliados e extrapartidários)		Costa Rica (PLN)	Costa Rica (PUSC, antigüidade de filiação)
		México (PAN)	
México (PRD: filiados e externos)		Nicarágua	
		El Salvador	
Equador depois de 1996 (filiados, auspiciados e independentes)		Equador hasta 1996	Equador (DP, pagar cotas)
Chile (filiados e auspiciados)			Chile (PDC, antigüidade de filiação)
Uruguai		Colômbia	
		Honduras	Argentina (UCR, antigüidade de filiação)
		Paraguai (PLRA)	Paraguai (PC: antigüidade de filiação)
		Guatemala	

\* Quando se coloca o nome do país é porque os casos partidários analisados respondem da mesma maneira a essa categoria. No caso em que um ou mais partidos desse país tenha uma regra distinta, se assinala a diferença.

\*\* Nos casos em que se assinala o pagamento de cotas não se pôde constatar se essa exigência se cumpre na prática.

<sup>1</sup> Os candidatos que queiram apresentar-se por fora dos partidos devem formar um grupo político e reunir um número de assinaturas que os apóie para inscrever a candidatura. Isso significa que os candidatos independentes devem contar com uma "legenda política" que os respalde.

Fonte: Elaboração própria a partir de PPAL (1997-2000) e pesquisas com informantes-chaves (2001).

### **Quem escolhe os candidatos...**

Ao analisar a dimensão de quem realiza a escolha dos candidatos na América Latina, é necessário considerar tanto variáveis exógenas como endógenas aos partidos. Se partimos da análise dos condicionamentos externos, é possível diferenciar entre dois tipos de sistemas. De um lado, estão aqueles em que o processo de seleção de candidatos dos partidos é *regido pela lei eleitoral de maneira expressa* (Costa Rica, Bolívia desde 1999, Uruguai desde 1999, Paraguai desde 1996, Panamá, Honduras, Guatemala e República Dominicana<sup>25</sup>); do outro, estão aqueles em que existe autonomia partidária para definir suas regras internas com respeito a essa questão e que, portanto, *a lei não fixa mecanismos específicos* para o funcionamento das organizações na escolha de seus candidatos (Equador, Peru, El Salvador, México, Nicarágua, Colômbia e Chile).

Nos países em que a legislação regulamenta a forma de escolha dos candidatos, ela contempla que se realizem eleições internas de que participem todos os cidadãos (afiliados e simpatizantes ou independentes) (Uruguai, Argentina, Bolívia); onde só possam votar os membros do partido (Honduras, Paraguai, Panamá); que seja um órgão colegiado do partido que defina as nomeações (República Dominicana e Guatemala) ou que seja o partido que escolha o mecanismo que vai usar (Costa Rica). Em alguns dos países indicados, a inclusão dos mecanismos de seleção de candidatos na legislação eleitoral nacional foi resultado de processos de reforma política realizados nos últimos cinco anos, com exceção da Costa Rica, onde é anterior, e em Honduras, que data de 1985.<sup>26</sup> No Paraguai (1996), Panamá (1997), Bolívia, Uruguai (1999) e Argentina (2001) a incorporação de mecanismos mais participativos se deve a uma pretendida democratização interna dos partidos gerada desde a classe política (de maneira externa às organizações). Os traços comuns dessas reformas foram a inclusão de eleições internas, com controle por parte dos órgãos eleitorais nacionais, todo isso como uma maneira de aumentar o controle sobre os partidos, em detrimento da autonomia partidária, pelo menos no que se relaciona com a seleção de candidatos, um aspecto central da vida dos partidos, tradicionalmente não sujeito a condicionantes externos. O interessante de tudo isso é que em alguns países já se utilizavam esses mecanismos antes de que a lei o determinasse, como em alguns partidos do Paraguai.<sup>27</sup>

---

<sup>25</sup> Cabe mencionar também o caso da Argentina, onde o Senado aprovou em 2001 uma lei que regulamentava a seleção interna de candidatos nos partidos, mas como ainda não foi aprovada pela Câmara de Deputados, não está em vigor.

<sup>26</sup> Embora a reforma seja de 1985, só se pôs em prática quatro anos depois.

<sup>27</sup> ANR-PC realizou eleições internas abertas antes da reforma eleitoral de 1996. O mesmo ocorre na Argentina, onde alguns partidos realizaram eleições internas sem que esteja já vigente a lei que impõe esse mecanismo.

**TABELA IV**

**Países em que a seleção dos candidatos está normatizada pela regra eleitoral geral**

		<i>O que estabelece a norma?</i>	<i>Internas</i>	
		<i>Candidato presidencial</i>	<i>Normatizadas por lei</i>	<i>Na prática</i>
Argentina	Sim	O Senado aprovou um projeto de lei que estabelecia a realização de eleições internas abertas simultâneas (2001). Esse projeto ainda não conta com aprovação da Câmara de Deputados (em fevereiro de 2002).	Sim	Sim (parcial)
Bolívia	Sim	A Corte Nacional Eleitoral e as Cortes Departamentais Eleitorais terão a seu cargo a condução dos processos eleitorais internos dos partidos políticos. Para a organização e condução desses processos, a Corte Nacional e as Cortes Departamentais Eleitorais se sujeitarão às disposições contidas no Estatuto Orgânico de cada partido (Artigo 20º.- Controle dos processos democráticos internos). Os órgãos e procedimentos para a nomeação de candidatos estarão contidos no Estatuto Orgânico do Partido. A Corte Nacional Eleitoral, na época de inscrever as nominatas de candidatos, verificará o cumprimento de tais disposições estatutárias (Artigo 21º.- Da nomeação de candidatos.- Lei de Partidos Políticos de 1999 n 1983).	Sim	Sim
Colômbia	Sim	Estipula que a organização eleitoral colaborará na realização de consultas internas que poderão efetuar-se em nível nacional, departamental, distrital e municipal (Lei de Partidos Políticos 1994, art. 10). Estabelece a realização de eleições internas abertas, ao permitir que qualquer votante participe da primária de um partido, seja ou não afiliado, e as incentiva com a disposição de que se financiem com fundos públicos (Lei 180 de 1994).	Sim	Sim (parcial)
Costa Rica	Sim	Estabelece a nomeação através da Assembléia Nacional ou pelo método de primárias, regulando a data em que a Convenção Nacional as realiza. Na normativa nacional, assim como nos Estatutos dos partidos, se designa as primárias presidenciais sob o nome de Convenção Nacional (Código Eleitoral art. 74). Podem participar todos os cidadãos que contem com um cartão de adesão indicando sua simpatia pelo partido.	Sim	Sim
Chile	Não	-	Não	Sim (parcial)
Equador	Não	-	Não	Não
El Salvador	Não	-	Não	Não
Guatemala	Sim	A Lei Eleitoral determina que seja a Assembléia Nacional de cada partido (órgão colegiado) que decida a candidatura presidencial	Não	Não
Honduras	Sim	Eleições internas fechadas.	Sim	Sim

(continua)

(continuação da TABELA IV)

México	Não	-	Não	Sim (parcial)
Nicarágua	Não	-	Não	Sim (parcial)
Paraguai	Sim	Estabelece a realização de eleições livres, secretas e diretas em que participam todos os afiliados do partido em circunscrição única nacional segundo artigo 33 do Código Eleitoral de abril de 1996.	Sim	Sim
Panamá	Sim	A lei eleitoral estabelece que se realizem eleições internas fechadas.	Sim	Sim
Peru	Não	-	Não	Não
República Dominicana	Sim	Os partidos poderão designar candidatos a cargos eletivos sempre que tenha sido expresso o voto afirmativo da maioria dos delegados a <i>convenciones regulares</i> e publicamente celebradas (Art. 68, Lei de 1994).	Não	Sim (parcial)
Uruguai	Sim	Eleições primárias abertas realizadas por todos os partidos no último domingo do mês de abril anterior às eleições gerais. A eleição é somente para presidente; o candidato a vice-presidente deve ser escolhido pela Convenção Nacional.	Sim	Sim

**Fonte:** *Elaboração própria a partir de dados de PPAL (1997-2000), Alcántara Sáez (2001) e Alcántara Sáez e Freidenberg (2001).*

A observação dos dados mostra que: a) existem diversos tipos de mecanismos de eleição nos partidos estudados; b) que dentro de um mesmo país podem empregar-se métodos diversos, em particular quando as regras eleitorais nacionais não estabelecem um sistema uniforme, levando os partidos a escolher o mecanismo que mais interessa às estratégias da coalizão dominante; e c) os partidos costumam utilizar sistemas diversos para as nomeações de seus candidatos presidenciais em um período curto de tempo. A seguir, serão examinados os distintos métodos utilizados nos casos em análise.

### **Eleitorado (internas abertas)**

Nos últimos anos, houve uma tendência crescente para a incorporação de mecanismos de seleção de candidatos mais participativos na região. Os partidos decidiram consultar os cidadãos para definir seus candidatos presidenciais e, com isso, tornar mais democrático o processo de tomada de decisões partidárias. Mesmo assim, e apesar dessa tendência, ainda são muito poucos os partidos que se atrevem a esse procedimento. Os casos mais proeminentes em que se usou esses métodos são os da FREPASO e da UCR na Argentina; o da Frente Sandinista

de Libertação Nacional na Nicarágua; o do PLC na Colômbia; o do MNR<sup>28</sup> e do MIR<sup>29</sup> na Bolívia; o da Concertación no Chile e, recentemente, os partidos do Uruguai e o PRI no México. Esses partidos, pelo menos uma vez nos últimos anos, utilizaram esse tipo de mecanismo para escolher candidato, com resultados posteriores díspares quanto ao êxito eleitoral.

As características dos procedimentos variam entre os países e os partidos, mas o elemento singular de todos eles é que permitem que os cidadãos participem de maneira direta na designação de seu candidato às eleições gerais e impede (em princípio) que os órgãos nacionais possam afetar os resultados.<sup>30</sup> As variações têm a ver com a maneira como se realiza o processo eleitoral. Por exemplo, se é uma *eleição simultânea* para todos os partidos políticos e estipulada pela lei eleitoral (como no Uruguai, onde se fez coincidir a eleição em um mesmo dia para todos os partidos, depois da reforma constitucional que substituiu a eleição por inscrições<sup>31</sup>), ou se somente o fazem como uma *eleição individual*, sem afetar o processo de outros partidos (como Argentina, Nicarágua, Colômbia e México). Outra diferença entre os partidos que realizam internas abertas é se contemplam (ou não) o acordo entre os pré-candidatos para realizar a eleição. O melhor exemplo neste sentido é o do Partido Liberal da Colômbia que contempla em sus Estatutos a realização de internas abertas (Consulta Popular) se os dois pré-candidatos chegam a um acordo entre si e com a Direção Nacional do partido. Mas se esse acordo não ocorre, é a Convenção que designa o candidato. Nas eleições de 1990 e 1994, os pré-candidatos concordaram com a realização de internas e assim, depois da aprovação da Convenção de 1989, César Gaviria enfrentou e ganhou de Ernesto Samper.<sup>32</sup>

<sup>28</sup> Disputaram duas listas: a de Gonzalo Sánchez Losada e a de Juan C. Durán, que tiveram seus próprios candidatos em todos os cargos, desde dirigente cantonal a presidencial, escolhendo-se mais de 17.000 cargos. Para essas eleições o partido criou seu próprio Regulamento Eleitoral que foi aceito pela Corte Eleitoral Nacional (Alcántara Sáez, 2001, p.16).

<sup>29</sup> Este partido também realizou uma espécie de eleição interna, que gerou disputas entre as correntes partidárias, mas a Corte Nacional Eleitoral desconsiderou ambos os processos, o que lhes obrigou a fazer novamente a convocação. Por seu turno, ADN e UCS ainda não realizaram eleições internas. Ver García Montero (2001).

<sup>30</sup> Neste sentido, há uma exceção importante que é a da FSLN da Nicarágua na qual, depois da Consulta Popular de 1996, os candidatos nacionais mais votados tiveram de ser eleitos de novo e ratificados pelo Congresso do partido, o que implicou, em alguns casos, na escolha de outros candidatos. Com isso se mostra a permanente ingerência das elites partidárias nos órgãos e que a pretendida legitimação dos procedimentos internos que motiva a realização de eleições internas não resulta neste caso no sentido esperado.

<sup>31</sup> Sob esta modalidade, o PN, PC e FA-EP realizaram pela primeira vez eleições internas abertas em 25 de abril de 1999. O Partido Nacional se apresentou dividido ideologicamente entre as lideranças do ex presidente Luis Alberto Lacalle (apoiado pela corrente herrerista principal no interior do país e controladora do aparato partidário), o ex ministro do Interior, Juan Andrés Ramírez (líder da nova tendência "Desafío Nacional") e o precursor da última coalizão governamental, Alberto Volonté. A estes somaram-se com uma presença marginal o ex ministro de Relações Exteriores, Álvaro Ramos, (depois da cisão de seu setor "Proposta Nacional" da corrente "Mãos à Obra" de Volonté) e o deputado García. Lacalle ganhou as internas com uma ampla margem de 49,60 por cento frente aos outros candidatos: Ramírez (33 por cento), Volonté (10,20 por cento) e Ramos (7 por cento) (Martínez Barahona (2001). No PC concorreram dois candidatos, ganhando as eleições internas aquele que depois obteve a Presidência da República, Jorge Battle (por 55,1 por cento contra 43,9 por cento de seu concorrente Hierro). Na Frente Ampla - Encontro Progressista se enfrentaram Tabaré Vázquez e Astori, obtendo o primeiro uma ampla maioria sobre o segundo (82,4 por cento sobre 16,6 por cento). Estavam habilitados para votar 2.399.707 cidadãos e foram às urnas 1.289.817 (Fonte: <http://www.uruguaytotal.com> 25 de julho de 2001 15:00).

<sup>32</sup> Ver Martz (1990, p.642). "Essa consulta se fez no mesmo dia das eleições parlamentares, e tinha como regra que a escolha dos candidatos fosse por maioria absoluta, e que se declarava nula se alcançasse mais de 5 por cento dos votos das listas

Quatro anos depois, novamente houve acordo e o PLC convocou a Consulta Popular, quando então venceu Ernesto Samper (48,21 por cento).<sup>33</sup> Nas duas oportunidades que se realizaram eleições internas, os candidatos do PLC que haviam competido por sua candidatura perante todo o eleitorado, foram os ganhadores das eleições presidenciais. Para as últimas eleições a presidente, não houve tal acordo e alguns dos pré-candidatos nem sequer foram à Convenção, deixando apenas dois para a escolha, um dos quais renunciou em favor do outro, Horacio Serpa, que perdeu as eleições gerais. Desse modo, o Partido Liberal Colombiano voltou a seu método tradicional de escolha: o da Convenção Nacional. É provável que a falta de acordo e a não realização da Consulta tenham influenciado na perda das eleições, tratando-se de um partido fragmentado.

Nos casos em que não se fizeram reformas eleitorais encaminhadas diretamente para a realização de internas abertas (Argentina,<sup>34</sup> Nicarágua, Colômbia, Chile, México), as razões dessa abertura no processo de tomada de decisões dos partidos têm natureza diversa, principalmente de caráter endógeno, uma vez que esse mecanismo serviu tanto para resolver conflitos em torno de lideranças como para legitimar processos de decisão internos. Um exemplo da realização de internas para a definição de lideranças se encontra na Argentina, onde tanto a competição entre a FREPASO e a UCR, no marco da Aliança de 1999, como a disputa realizada em fevereiro de 1995 no interior da FREPASO entre José Octavio Bordón e Carlos Álvarez, foram motivadas pela necessidade de conformar a fórmula presidencial que apresentaria a coalizão.<sup>35</sup> O mesmo aconteceu no Chile com a definição da candidatura da Concertación de Partidos por la Democracia em 1993 e 1999.<sup>36</sup> Um dos exemplos de eleições abertas para legitimar procedimentos internos foi o do PRI em México, que apelou para este sistema a fim de legitimar seu processo interno de tomada de decisões perante o eleitorado. Isso vale também

---

liberais no Congresso (para evitar boicote por outros partidos). Antes, se fazia a eleição nas convenções, onde dominavam os políticos de carreira, embora se coloreaba com representantes de juventudes etc. Finalmente, os candidatos concordaram com a maioria relativa, o que levou alguns à renúncia, mas Gaviria obteve mais de 50 por cento" Em: Roll (2001).

<sup>33</sup> Também fez-se um acordo pela maioria simples. A eleição por Consulta Popular do candidato liberal à presidência em 1994 rompeu a estrutura piramidal que definia a eleição do candidato presidencial anteriormente, e que tinha como seu primeiro escalão os chefes regionais, seguidos dos chefes nacionais. Essa mudança representou uma forte remexida nas estruturas de poder do partido. Declarações de Juan Fernando Londoño, assessor do Instituto de Pensamento Liberal, maio de 1999, publicadas em: Roll (2001).

<sup>34</sup> O texto indica que nas internas abertas poderão participar os filiados a esse partido e os que não tenham filiação, embora estes só possam votar nas internas de *um* partido. A data das eleições de todos os partidos deverá ser unificada para que se façam de forma simultânea, da maneira como se realizam no Uruguai.

<sup>35</sup> Em realidade, estas eram as segundas eleições internas abertas que se realizavam no país depois das que a Esquerda Unida havia realizado em 1989 entre Luis Zamora e Néstor Vicente. Ver Alcántara Sáez (2001, p.17).

<sup>36</sup> Em 1999, os partidos que formam a Concertación tiveram eleições internas para escolher seus pré-candidatos à Presidência, nas quais votaram somente os membros de cada partido. Tanto o PPD como o PS escolheram Ricardo Lagos, enquanto que a DC elegeu Andrés Zaldívar. Esses dois pré-candidatos se enfrentaram em eleições primárias que estavam abertas a todos os cidadãos. Depois de uma campanha bastante intensa, Lagos ganhou por uma margem muito ampla de 71,3 por cento - 985.505 votos - a 28,7 por cento - 325.821 - de seu competidor (Fonte: <http://www.fortunecity.de/olympia/beckenbauer/30/chile99.htm#resultados> 31 de julho de 2001 10:48). Em 1993, o processo não foi igual porque houve acordo do PS e PPD para apoiar Eduardo Frei e evitar que a DC apresentasse um candidato mais de direita.

para a FSLN, na Nicarágua, onde um dos princípios organizativos fundamentais é a democracia interna (Art.10, Estatutos), o que obriga a realizar eleições democráticas em todos os organismos de direção do partido, assim como para a designação de candidatos a cargos públicos,<sup>37</sup> com a participação tanto de membros e militantes como de cidadãos não afiliados ao partido.

### **Membros do partido (internas fechadas)**

Outra maneira de fazer com que o processo de seleção dos candidatos seja de natureza mais inclusiva é com a participação direta dos membros do partido em eleições realizadas com essa finalidade. Na prática, muitas das reformas eleitorais efetuadas introduziram o mecanismo de eleições internas fechadas como procedimento de escolha de seus candidatos. Exemplo disso são os casos do Paraguai (habilitando o Partido Colorado a utilizar esse mecanismo entre seus afiliados em 1997), do Panamá (no Partido Arnulfista em 1998<sup>38</sup> e no PRD desde sua regulamentação, em 1998<sup>39</sup>) e de Honduras (a reforma eleitoral de 1985 incorporou o sistema de eleições internas para a escolha dos candidatos, mas sua realização ocorreu somente na eleição seguinte<sup>40</sup>). Muitos outros partidos escolheram este método, embora a lei eleitoral não exigisse sua utilização, como a FMLN de El Salvador, a partir da reforma de seus estatutos, em novembro de 2000;<sup>41</sup> o Partido Conservador da Colômbia; o PJ da Argentina (para a disputa entre

---

<sup>37</sup> O Regulamento Eleitoral aprovado pela Assembléia Sandinista em 22 de outubro de 1995 estabelecia em seu artigo 8 a participação de afiliados, simpatizantes e cidadãos em geral na Consulta Popular (Documento partidário da FSLN 1995). Na Consulta de 1996, a FSLN teve a capacidade de estabelecer pelo menos 5000 centros de votação em todo o país, atendidos por mais de 30.000 voluntários, nos quais os votantes escolheram em torno de 7000 candidatos a representantes da FSLN (Ver Santiuste Cué (2001).

<sup>38</sup> A 29 de março de 1998 aconteceram as primeiras eleições internas na história do PA para a escolha de candidatos a presidente e vice-presidente da República. Os dois únicos candidatos foram Vallarino e Mireya Moscoso. A candidatura de Vallarino surgira por iniciativa da facção de legisladores arnulfistas dos "saltamontes". Mireya Moscoso ganhou por uma ampla margem com um total de 11.796 votos, contra 5.474 de Vallarino. Dessa vez, os níveis de participação foram muito mais elevados, alcançando 50,34 por cento dos inscritos. Em setembro de 2001, se celebrou uma nova Convenção do Partido Arnulfista, com os livros de inscrições de candidaturas já fechados desde 31 de março, e já tendo o Diretório Nacional se pronunciado a favor de Mireya Moscoso como a "candidata oficialista" do partido (García Díez, 2001).

<sup>39</sup> Em 1990, o partido começa um processo de abertura democrática, mas foi preciso esperar até 25 de maio de 1998 para que esta agrupação apresentasse ao Tribunal Eleitoral seu Regulamento de Eleições Internas, que foi aprovado pelo Conselho Diretivo Nacional do partido em 16 de maio de 1996, de acordo com as reformas dos Estatutos efetuadas pelo Congresso Nacional Extraordinário de 7 de junho de 1995. Os candidatos a vice-presidente são designados pelo candidato presidencial que seja eleito e ratificados pelo Diretório Nacional. O Comitê Executivo Nacional (CEN) se encarrega de nomear uma Comissão Nacional de Eleições Internas, integrada por sete membros, que dirige, fiscaliza e coordena o processo de eleições internas. Ver Regulamento de Eleições Primárias do PRD (art. 4). O procedimento de eleição é o maioritário, sem limitações em termos de porcentagens mínimas de participação (García Díez, 2001).

<sup>40</sup> Nas convocações de 1989, 1993, 1997 e 2001, o PLH e o PNH realizaram eleições internas antes das eleições gerais e com a participação dos filiados dos partidos (Estatuto de PNH, artículo 90).

<sup>41</sup> O texto dos novos estatutos assinala que: "O voto direto, igualitário e secreto de nossos militantes será o mecanismo por meio do qual [...] se escolherão os candidatos que a FMLN irá postular a cargos de eleição popular: Presidente e Vice-presidente da República [...] " (Estatutos FMLN, Título IV - Capítulo único das Eleições Internas, artigo 66). Segundo Lorena Peña, uma alta dirigente ortodoxa da Frente, essa mudança se deveu ao fato de que "não se pode pretender ser um país democrático com um partido autoritário [e ademais] a guerra já acabou, era preciso fazer o partido evoluir [...]" Declarações à autora em San Salvador, agosto de 2001.

Antonio Cafiero e Carlos Menem em 1989);<sup>42</sup> o PRD do México,<sup>43</sup> a Esquerda Democrática do Equador; o PRD e o PRSC<sup>44</sup> da República Dominicana; a Democracia Cristã (PDC) e o Partido Socialista<sup>45</sup> do Chile e os partidos da Costa Rica.

Os dados mostram que um número importante de partidos incorpora este mecanismo para definir seus candidatos, mas as características dos procedimentos costumam apresentar variações. Embora tenham como traço comum o fato de que sejam os afiliados a escolher os candidatos, há casos em que essa decisão deve ser aprovada pelos órgãos colegiados, como nos partidos da Costa Rica,<sup>46</sup> onde o PLN e o PUSC<sup>47</sup> utilizaram os procedimentos estabelecidos na lei,<sup>48</sup> tanto o da Convenção Nacional (internas), que se realiza com o padrão nacional, mas limitada pela obrigatoriedade de declarar-se simpatizante do partido para poder votar, como o da designação na Assembléia General. Assim, no caso da realização de eleições internas, é a Assembléia que deve ratificar esse resultado. No PRD da República Dominicana também instaurou-se em 1977 a realização de eleições internas fechadas para a escolha dos candidatos à Presidência da República, mas depois que as bases do partido elegem o candidato, o resultado deve ser proclamado pela Convenção Extraordinária reunida com essa finalidade. Uma modalidade distinta ocorre em outros partidos nos quais os órgãos nacionais são os que primeiro pré-qualificam os candidatos e depois convocam as bases do partido para que

---

<sup>42</sup> O PJ estabelece no artigo 26 do Capítulo VI de sua Carta Orgânica de 20 de setembro de 1991 que os candidatos a Presidente e Vice-presidente da Nação sejam escolhidos pelo voto direto dos afiliados e tomando toda a República como distrito único.

<sup>43</sup> "Artigo 13º. A eleição dos candidatos (Aprovado no VI Congresso Nacional PRD) Zacatecas, 24-28 de abril de 2001 I. Poderão votar nas eleições internas de candidatas e candidatos do Partido os membros do mesmo com uma antiguidade de pelo menos seis meses na data da eleição [...]".

<sup>44</sup> A lei eleitoral estabelece que seja um órgão colegiado que deve designar o candidato (Tabela IV) e isso se mantém no Estatuto do PRSC, onde está dito que a Assembléia Nacional é que deve escolher os candidatos, mas na prática, se realizaram eleições internas fechadas para escolher o candidato a presidente. As primeiras se realizaram em 1996 e delas participaram cinco candidatos, entre os que se encontravam Ángel Lockuart, Víctor Gómez Bergés e Jacinto Peynado, o qual foi escolhido para as eleições do mesmo ano, na primeira vez em que Joaquín Balaguer não representou o partido.

<sup>45</sup> "A seleção dos candidatos a cargos de representação popular se fará de forma democrática, pelo sistema de voto universal, secreto e informado em cada uma das instâncias que corresponda representar [...] O Conselho Regional poderá incorporar independentes. A seleção definitiva deverá considerar a discriminação positiva estabelecida para a mulher e a de jovens" (Art. 34, Estatutos Partidários do PS).

<sup>46</sup> O PLN realiza eleições internas desde 1952, enquanto que no caso do PUSC, há registros de que o partido utilizou o procedimento de Convenção Nacional em 1989 (Calderón Fournier contra Rodríguez Echeverría), e em 1993 (Rodríguez Echeverría contra Juan José Trejos Fonseca), mas em 1997 se utilizou a designação quando outros pré-candidatos desistiram de suas intenções (Fishman Zonzinski e Madriz de Mezerville).

<sup>47</sup> O artigo 66 dos documentos partidários determina que a designação de candidatos do PUSC à Presidência e Vice-presidências da República é uma faculdade exclusiva da Assembléia Nacional. No caso do candidato à Presidência da República, a Assembléia Nacional exercerá esta faculdade ratificando o resultado obtido na correspondente Convenção Nacional. A Convenção Nacional é uma consulta eleitoral que se realiza com antecedência à designação, por parte da Assembléia Nacional. Nela, vários pré-candidatos submetem seus nomes ao julgamento de todos os cidadãos inscritos como eleitores no padrão elaborado pelo Tribunal Supremo de Eleições, que dêem previamente sua adesão formal e escrita ao Partido, para que estes - mediante votação universal, secreta e livre - definam quem será o candidato (art. 67).

<sup>48</sup> A lei eleitoral estabelece que os partidos, para designar seus candidatos, devem escolher entre dois mecanismos distintos: por nomeação da Assembléia Nacional ou pelo método de internas, regulando a data em que a Convenção Nacional deve realizar-se e a duração das campanhas para esse processo interno.

participem com seu voto do processo eleitoral, como no PLD da República Dominicana e no PDC do Chile,<sup>49</sup> o que seria simplesmente um mecanismo de legitimação de acordos entre elites.

O uso de eleições internas fechadas pode ser também utilizado pela liderança como um mecanismo para dirimir conflitos dentro do partido, como foi o caso de Esquerda Democrática do Equador em 1987.<sup>50</sup> O partido procurou resolver a crise por meio de eleições internas e, momentaneamente, conseguiu que o enfrentamento se diluísse em torno da candidatura nacional, mas o movimento que gerou esse tipo de procedimento obrigou os dirigentes social-democratas a mudar o sistema por outros de corte mais centralizado, como a seleção dos candidatos mediante reuniões da Convenção Nacional que, na realidade funcionam por acordo prévio das elites partidárias. Finalmente, em alguns partidos se permite que as eleições internas não se realizem quando se apresenta um único candidato, situação que ocorreu no PRD do México em diversas oportunidades e onde se pode observar claramente o acordo entre as elites.<sup>51</sup>

### **Órgãos colegiados internos (Convenções, Assembléias de Delegados)**

É um dos mecanismos mais usados historicamente entre os partidos políticos da América Latina, em particular quando se devem legitimar as decisões das elites partidárias; de um líder ou, simplesmente, quando se busca a participação dos membros delegados através de órgãos colegiados. Embora esse organismo costume ser uma instância de poder formal, muitas vezes tem capacidade suficiente para vetar as decisões de outros procedimentos, como se pôde observar no caso da FSLN da Nicarágua, com as trocas de candidatos depois da Consulta Popular de 1996, e nos processos de escolha da Costa Rica e do PRD da República Dominicana, que requerem a aprovação da Assembléia Nacional.

São muitos os partidos da América Latina que em seus Estatutos estabelecem que os candidatos sejam designados por um órgão colegiado. O PSC,

---

<sup>49</sup> O Estatuto determina que os candidatos a cargos de representação popular sejam escolhidos por votação secreta, universal direta e informada de todos os militantes a quem corresponda votar, segundo o âmbito territorial e funcional do cargo a eleger, realizando desta maneira eleições internas fechadas, com pré-qualificação prévia dos candidatos. Desse modo, o processo supõe dois momentos. Primeiro, se realiza uma pré-qualificação dos postulantes para, em segundo lugar, submetê-los à votação universal, secreta e direta daqueles que gozem do direito de fazê-lo (Título IV, artigos 103 al 122).

<sup>50</sup> A luta interna pela candidatura foi entre Raúl Baca e Rodrigo Borja. O candidato Borja obteve 85 por cento dos votos e Baca, 12 por cento. Calculava-se que nesse momento o partido contava com cerca de 500.000 afiliados. Parece que, ao contabilizar os votos, o Tribunal Eleitoral Partidário inflou esses resultados, tendo em vista a imagem externa da agrupação. A disputa entre ambos candidatos esteve a ponto de provocar a divisão da organização, mas finalmente se realizou a eleição, na qual ganhou Borja e Baca se submeteu à disciplina do partido (Entrevistas 40 e 41, Freidenberg e Alcántara Sáez, 2001).

<sup>51</sup> Não se realizam eleições quando existe um candidato único. Nesse caso, é a Convenção que o designa. Portanto, contemplam-se tanto eleições internas como a designação através de órgãos colegiados. Na prática, as eleições internas não se realizaram devido à presença de seu líder e, até agora único candidato, Cauhtemoc Cárdenas.

DP e ID no Equador; o PLC na Nicarágua;<sup>52</sup> o PAN<sup>53</sup> no México; o PAP no Peru; a ARENA em El Salvador;<sup>54</sup> o PCC na Colômbia, como um mecanismo opcional às eleições internas; e os partidos da Guatemala e da República Dominicana, onde a Lei Eleitoral obriga que a Assembléia Nacional de cada partido realize a seleção dos candidatos. Nos partidos do Chile, os candidatos também são escolhidos por órgãos colegiados, como na RN e UDI, que selecionam uma postulação com a aprovação de dois terços do Conselho Geral que depois deve ser aprovada pelos militantes do partido; ou no PPD, em que o Conselho Geral tem a responsabilidade da escolha e proclamação do candidato.

Nos países que mudaram a legislação eleitoral no final da década de 1990, o procedimento mais comum até a reforma era o da designação pela Convenção Nacional e por isso consideramos relevante incluir na Tabela VIII os diferentes momentos partidários e seus respectivos procedimentos. O objetivo era mostrar que as mudanças ocorridas vão na direção de uma maior inclusão de atores no processo de seleção dos candidatos. Por exemplo, no Panamá, antes de haver eleições internas fechadas, os candidatos eram escolhidos por essa via. Até as eleições de 1999, em que não era obrigatória por lei a escolha de candidatos à Presidência e Vice-presidência da República mediante eleições internas, os candidatos eram designados pelo Diretório Nacional.<sup>55</sup> O mesmo ocorria na Bolívia, em Honduras e até no PJ da Argentina, a Convenção foi um espaço excepcional para legitimar a candidatura de Menem em 1995 e em 1999, com vistas a sua reeleição. Na União Cívica Radical, até que se realizaram as eleições internas abertas junto à FREPASO, era esse o mecanismo de escolha de seus candidatos, que supunha fortes lutas internas entre os postulantes.

A utilização de órgãos colegiados implica uma maior centralização no processo de tomada de decisões, mas também implica que os partidos são sujeitos de natureza autônoma, que não precisam de atores externos para definir suas

---

<sup>52</sup> No que se refere à escolha de candidatos a cargos de representação, de acordo com o estipulado no capítulo X, artigos 108 e 109 dos Estatutos do PLC; os sistemas, processos, mecanismos e procedimentos eleitorais, como plebiscitários, do partido devem refletir o espírito democrático que tem a organização, assim como sua igualdade, representatividade e transparência. No entanto, o partido não estabelece regras uniformes e precisas para a escolha de seus candidatos. Em realidade, o regulamento para os processos eleitorais do partido é variável e depende das resoluções que tome a Comissão Nacional Eleitoral e a Junta Diretiva Nacional do Partido e que depois consulte a Grande Convenção Nacional do partido. Ver Santiuste Cué (2001).

<sup>53</sup> Segundo os Estatutos, é a Convenção Nacional que realiza a seleção dos candidatos a presidente (Art. 38, frac. IV, Estatutos); depois das mudanças internas no PRI, diversas fuentes indicaram que o partido também se interessou por realizar eleições internas, mas na prática, isso não aconteceu.

<sup>54</sup> O art. 108 do Estatuto proíbe expressamente o uso do voto secreto em qualquer dos organismos do partido e estabelece o uso da mão levantada, a designação nominal e a aclamação como únicos mecanismos de votação no marco de uma Convenção Nacional. Este foi (e é) um dos pontos de maior conflito entre os diferentes grupos do partido. A Liga de Areneros al Rescate, fundadores do partido, insistiu em sua incorporação para democratizar o partido, mas não conseguiram construir consensos para modificar os Estatutos partidários.

<sup>55</sup> Mireya Moscoso, presidenta do PA, se opôs energeticamente à aprovação no primeiro debate da reforma eleitoral que estabelecería o sistema de eleições internas, argumentando com o alto custo econômico desse tipo de processo e o potencial de divisões no interior dos partidos que elas pderiam acarretar (García Díez, 2001).

candidaturas e, portanto, para tomar suas decisões. O fato de que muitos partidos continuem empregando esse tipo de mecanismo pode ser entendido como um elemento pouco democrático e de escassa transparência da vida interna das organizações partidárias mas, ao mesmo tempo, é preciso lembrar que, desde uma perspectiva da representação, esses órgãos são integrados por delegados democraticamente eleitos, o que legitima sua ação e desautoriza as acusações, nos casos em que funcionam conforme esses princípios. Esses órgãos contam inclusive com maiores garantias de representação territorial, o que permite a defesa das posições de diferentes regiões em um órgão de perfil nacional.

### **Liderança do partido**

É bastante difícil encontrar em um texto partidário a declaração de que a escolha do candidato presidencial é realizada por uma única pessoa, como o líder de um partido. Formalmente, essa capacidade real do líder de influir na decisão final de quem vai ser candidato se encontra encoberta nos órgãos que funcionam como espaço de legitimação das decisões de um grupo pequeno de pessoas. Isso ocorre, por exemplo, naquelas organizações com lideranças de corte carismático, como o Partido Roldosista Equatoriano, no qual a Convenção Nacional é o órgão que ratifica a designação dos candidatos a cargos de representação popular e atua como um espaço de legitimação de propostas realizadas por outros, conforme seja a natureza do cargo a ocupar. Em termos formais, o Diretor Supremo, tal como os distintos Comandos (nacional, provincial ou cantonal), tem a possibilidade de sugerir os nomes dos candidatos a esse órgão de governo do partido, mas a incidência dos mesmos nos processos de seleção dos candidatos muda em função do cargo a eleger. No caso das candidaturas nacionais, é o próprio Diretor Supremo que define o nome do candidato, ao passo que em níveis menores, os caciques locais e os apóstolos do partido são os que influem significativamente na definição do aspirante.<sup>56</sup> Outro exemplo nesse sentido é o do PRI do México, que desde 1929 utiliza como método de escolha de seus candidatos presidenciais o tradicional “*dedazo*”, a partir do qual era o presidente da República em exercício que designava seu sucessor no cargo. No último processo eleitoral, o PRI mudou o costume do “*dedazo*” e realizou eleições internas, como uma tentativa de legitimar seu processo interno, mas, especialmente, pela vontade de seus dirigentes, que decidiram utilizar esse mecanismo; finalmente, em 2001, os Estatutos do partido foram modificados, incorporando a realização de eleições internas, que se realizaram em fevereiro de 2002, resultando na vitória de Roberto Madrazo. Até então, os Estatutos eram flexíveis com respeito aos tipos de mecanismos que se podiam empregar para escolher os candidatos.

---

<sup>56</sup> Ver Freidenberg (2001).

**TABELA VII**  
**Seleção dos candidatos presidenciais na América Latina (ano de realização)**

	<i>Eleitorado (internas abertas)</i>	<i>Membros dos partidos (internas fechadas)</i>	<i>Órgãos colegiados</i>	<i>Órgãos nacionais propõem e depois há eleições internas</i>	<i>Órgãos nacionais ratificam resultados de eleições internas</i>	<i>Líder do partido</i>
Argentina	FREPASO (94) FREPASO-UCR (99)	PJ (88) <sup>a</sup>	PJ (83,94,99) <sup>a</sup> UCR (83,88,94)			
Bolívia	MNR (99), MIR (99)		UCS <sup>b</sup> , MNR <sup>b</sup> , MIR <sup>b</sup> , ADN <sup>b</sup>			
Colômbia	PLC (90, 94) <sup>a</sup>	PCC (98)	PCC, PLC (98) <sup>a</sup>			
Costa Rica			PFD, PLN, PUSC <sup>a</sup>		PFD, PLN, PUSC <sup>a</sup>	
Chile	Concertación (93,99, 2001)	PS	PPD	PDC, RN, UDI		
Equador		ID (84)	PSC, DP, ID, PRE			PRE
El Salvador		FMLN (99)	ARENA			
Guatemala			FRG, PAN			
Honduras		PLH, PNH (89 a 2001)				
México	PRI (99)	PRD, PRI (2002)	PAN, PRD, PRI			PRI (até 1999)
Nicarágua			PLC (96, 2001)		FSLN (96, 2001)	PLC
Panamá		PA (98), PRD (98)	PA <sup>b</sup> , PRD <sup>b</sup>			
Paraguai		ANR-PC, PLRA				
Peru			PAP			
República Dominicana		PRD (d77), PRSC (96)	PRSC <sup>b</sup>	PLD <sup>c</sup>		
Uruguai	EP-FA (99), PC (99), PN (99)*					

\* Antes da reforma eleitoral, os candidatos eram escolhidos pelo sistema de lei de inscrições, depois do acordo entre as elites para as designações.

<sup>a</sup> Indica que há mais de um ator que participa no processo de seleção de candidatos.

<sup>b</sup> Assinala que esse mecanismo foi utilizado até que se realizou uma reforma eleitoral no sistema e, com isso, modificaram-se as normas de eleição.

<sup>c</sup> Os órgãos nacionais pré qualificam as candidaturas e depois elas concorrem entre si.

**Fonte:** Elaboração própria.

### **Conclusões**

Uma série de perguntas vinculadas às características dos processos de seleção de candidatos serviu de guia para este trabalho. Estávamos interessados em observar o modo como os partidos políticos da América Latina escolhem seus candidatos a presidente da República e examinar a natureza desses processos. O objetivo central era construir um mapa que permitisse ordenar os tipos de mecanismos que são utilizados e que ajudasse a discutir sua capacidade de inclusão em termos da democratização interna.

A primeira questão que buscamos responder estava relacionada com quem pode ser candidato nos partidos da região. Embora as regras eleitorais nacionais estabeleçam formalmente que todos os cidadãos podem se apresentar como candidatos; na prática, essas regras exigem uma série de requisitos que são obrigatórios para todos os partidos e que são excludentes de cada um dos cargos em disputa. Esses requisitos de caráter sistêmico, por seu turno, complementam-se com outros condicionamentos formais estipulados pelos próprios partidos. Ou seja, existem restrições externas e internas em relação às candidaturas. O padrão geral mostra que, na maioria dos casos, os partidos não têm requisitos formais muito exigentes para os aspirantes a uma candidatura; muitos deles exigem que sejam filiados ao partido e uns poucos indicam que, além disso, devem cumprir outra série de atributos, entre os quais se destacam a antigüidade de afiliação (isto é, que o candidato potencial tenha sido durante um determinado período membro do partido) ou o pagamento das cotas em dia. Ainda assim, é normalmente fácil para os partidos *acomodar* suas regras em função de suas estratégias eleitorais, possibilitando que os órgãos do partido legitimem através de mecanismos excepcionais uma candidatura que não cumpre com *todos* os requisitos exigidos.

Nesse sentido, interessa-nos destacar o fato de que os requisitos excepcionais podem ser pensados como um incentivo contra os *trânsfugas* ou as trocas de partidos, nos sistemas de institucionalização fraca,<sup>57</sup> nos quais não costuma haver laços fortes entre os membros do partido e a organização. Por exemplo: o fato de um partido não aceitar como candidato uma pessoa que teve uma participação destacada em uma agrupação antagônica pode desestimular o abandono do partido e, em âmbitos institucionais menores como o Legislativo, pode funcionar como um estímulo para manter a disciplina partidária. Desse modo, é importante pensar na maneira como se podem fortalecer as exigências internas que as organizações partidárias fazem como um modo de reforçar a capacidade para controlar as trocas de partidos. Mas, isso adquire maior relevância em âmbitos locais ou intermediários do que em nacionais, onde normalmente o candidato presidencial costuma ser um dos líderes partidários que controla a agrupação.

---

<sup>57</sup> Ver Mainwaring e Scully (1995).

A segunda pergunta que nos interessava responder era sobre quem escolhe os candidatos partidários. Na América Latina é possível encontrar diferenças em função da vigência (ou não) de uma lei eleitoral que obrigue os partidos a utilizar uma maneira determinada para escolher seus candidatos. A discussão subjacente a essa questão tem a ver com a relação entre as organizações partidárias e seu ambiente e, nesse sentido, os dados apresentados são um indicador de como o entorno pode modificar o comportamento dos atores intrapartidários. As reformas eleitorais realizadas nas últimas décadas apontam para um incremento do controle externo dos partidos, no sentido de uma maior transparência dos procedimentos internos e de uma maior democratização; por outro lado, a imposição de mecanismos desde fora dos partidos vai contra a autonomia organizativa partidária. Nesse sentido, basta recordar que na maioria dos casos em que houve reforma instaurou-se um mecanismo mais participativo de seleção de candidatos que procura uma maior inclusão de atores mediante eleições, seja na direção de todo o eleitorado, seja em relação aos membros do partido, o que demonstra o tipo de vontade política que está por trás das reformas.

A terceira pergunta tinha a ver com o âmbito territorial em que se desenvolvem os processos. A análise mostrou que, no caso das candidaturas a presidente da República, são os órgãos nacionais que detêm a iniciativa. Não se pôde constatar a vigência na região de um processo de seleção de uma candidatura nacional que fosse descentralizado e que supusesse a participação ativa das instâncias locais, mas este é um tema que deve ser ainda aprofundado pelas implicações que as relações territoriais têm sobre os diferentes âmbitos do comportamento partidário. Mesmo assim, os âmbitos nacionais continuam sendo os que impõem as candidaturas nacionais na maioria dos casos analisados. E isso se vincula à questão seguinte, sobre quem decide o postulante à Presidência da República.

Com respeito aos mecanismos que se utilizam para designar os candidatos, encontramos que apesar da tendência vigente na região de uma maior abertura a diferentes atores, com a realização de eleições, tanto abertas como fechadas, ainda é muito importante o papel desempenhado pelos órgãos colegiados dos partidos, uma vez que são os espaços de legitimação das elites partidárias. Isso aparece com mais força se levarmos em conta que há partidos que consideram válidos mais de um mecanismo de eleição, utilizando o que mais convém às estratégias eleitorais da coalizão dominante ou do próprio partido. De um lado, isso mostra uma forte centralização do processo de tomada de decisões dos partidos e alerta sobre os desafios pendentes com relação a uma maior descentralização desse processo e uma maior transparência em busca de níveis mais efetivos de democratização interna, entendendo-se esta no sentido de uma maior inclusão de atores nesse processo de tomada de decisões e, em particular, quando o funcionamento desses

órgãos está longe de responder a mecanismos de deliberação de natureza democrática. Mas também, por outro lado, o fato de que sejam os órgãos colegiados a tomar a decisão de escolher um candidato pode ser visto de outra maneira. Trata-se do órgão que integra territorialmente os diversos âmbitos da organização partidária e, como tal, é o que teoricamente garante a representação igualitária dos membros do partido. Sua composição é fixada em função de diversos critérios, principalmente levando em conta o peso eleitoral do distrito e seu tamanho em número de militantes. Assim, esse mecanismo de eleição de candidatos pode significar uma participação mais equitativa dos membros do partido em termos territoriais.

Por fim, é preciso destacar que nos últimos anos houve tentativas importantes para que os partidos da região incorporassem mais atores no processo de definição das candidaturas, processos, em muitos casos, exitosos. Mesmo assim, apesar de que a tendência vai na direção da mudança dos métodos de seleção de candidatos, é cedo para inferir efeitos que permitam sustentar conclusões gerais, seja com relação à representação política, à participação ou à democratização interna. Em futuras pesquisas, continuaremos analisando os efeitos dessa relação, assim como também os processos de seleção de candidatos em outros níveis institucionais, como o Legislativo, onde esses mecanismos apresentam características particulares, pois levam em consideração outras variáveis externas e internas ao partido que afetam o processo de decisão.

#### BIBLIOGRAFIA

AJENJO FRESNO, Natalia. (2001) Honduras. In: ALCÁNTARA SÁEZ, Manuel & FREIDENBERG, Flavia, (eds.) *Partidos políticos de América Latina*. Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca.

AJENJO FRESNO, Natalia & GARCÍA DÍEZ, Fátima. (2001) Guatemala In: ALCÁNTARA SÁEZ, Manuel & FREIDENBERG, Flavia, (eds.) *Partidos políticos de América Latina*. Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca.

ALCÁNTARA SÁEZ, Manuel. (2001) Experimentos de democracia interna. Las primarias de partidos en América Latina. Documentos de Trabajo Doctorado en Ciencia Política (6). México, FLACSO.

ALCÁNTARA SÁEZ, Manuel & FREIDENBERG, Flavia, (eds.) (2001) *Partidos políticos de América Latina*. Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca.

ALFARO SALAS, Sergio. (2001) Sistema electoral y cambio organizativo en los partidos: el caso de Costa Rica. *América Latina Hoy*, 27 (abril):67-87. (Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca).

BILLIE, Lars. (2001) Democratizing a Democratic procedure: myth or reality? Candidate Selection in Western European Parties, 1960-1990. *Party Politics*, Londres 7(3):363-380.

BUQUET, Daniel. (2001) Selección de candidatos y fraccionización partidaria en Uruguay (1942-1999). Trabalho apresentado no XXIII International Meeting of Latin American Studies Association. Washington, 6-8 de setembro.

CAREY, John & SHUGART, Matthew. (1995) Incentives to Cultivate a Personal Vote: A Rank Ordering of Electoral Formulas. *Electoral Studies*, Austin, Oxford e Essex 14(4):417-439..

COPPEDGE, Michael. (1994) *Strong Parties and Lame Ducks. Presidential Partyarchy and Factionalism in Venezuela*. Stanford, Stanford University Press.

DE LUCA, Miguel; JONES, Mark & TULA, María Inés. (2000) Partidos políticos y selección de candidatos en Argentina (1983-1999). Trabalho apresentado no XXII International Meeting of Latin American Studies Association. Miami, 16-18 de março.

DIAZ, Christopher. (2000) Effects of Party Competition on the Quality of PRI Candidates: An Analysis of Mexican Gubernatorial Elections: 1989-1999. Trabalho apresentado no XXIV Encontro Anual Internacional da Asociación de Estudios Latinoamericanos, Miami (Florida), 16-18 de março.

DOWNS, Anthony. (1992) Teoría económica de la acción política. In: BATTLE, Albert. (ed.) *Diez Textos Básicos de Ciencia Política*. Barcelona, Ariel Ciencia Política.

DUVERGER, Maurice. (1951) *Les partis politiques*. Paris, Librairie Armand Colin.

FREIDENBERG, Flavia. (2001) *El reino de Abdalá Bucaram: El Partido Roldosista Ecuatoriano en busca del poder (1982-2000)*. Salamanca, Tese de doutorado, Ediciones Universidad de Salamanca..

FREIDENBERG, Flavia & ALCÁNTARA SÁEZ, Manuel. (2001) *Los dueños del poder: Partidos políticos en Ecuador (1978-2000)*. Quito, Flacso - Sede Ecuador.

EPSTEIN, Leon. 2000 (1967) *Political Parties in Western Democracies*. Nova York, Washington e Londres, Praeger.

GALLAGHER, Michael. (1988a) Introduction. In: GALLAGHER, Michael & MARSH, Michael. (eds.). *Candidate Selection in Comparative Perspective: The Secret Garden of Politics*. Londres, Sage.

\_\_\_\_\_. (1988b) Conclusion. In: GALLAGHER, Michael & MARSH, Michael. (eds.). *Candidate Selection in Comparative Perspective: The Secret Garden of Politics*. Londres, Sage.

GARCÍA DÍEZ, Fátima. (2001) Panamá. In: ALCÁNTARA SÁEZ, Manuel & FREIDENBERG, Flavia, (eds.) *Partidos políticos de América Latina*. Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca.

GARCÍA MONTERO, Mercedes. (2001) Bolivia. In: ALCÁNTARA SÁEZ, Manuel & FREIDENBERG, Flavia, (eds.) *Partidos políticos de América Latina*. Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca.

JANDA, Kenneth. (1980) *Political Parties: A Cross-National Survey*. Nova York, The Free Press.

JIMENEZ BADILLO, Margarita. (2001) Partido Acción Nacional. In: ALCÁNTARA SÁEZ, Manuel & FREIDENBERG, Flavia, (eds.) *Partidos políticos de América Latina*. Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca.

KATZ, Richard. (2001) The problem of candidate selection and models of party democracy. *Party Politics*, Londres, 7(3):277-296.

\_\_\_\_\_. (1980) *A Theory of Parties and Electoral Systems*. Baltimore, The Johns Hopkins University Press.

KATZ, Richard & MAIR, Peter. (1990) Three Faces of Party Organization: Adaptation and Change. Trabalho preparado para o XII Congresso Mundial de Sociologia, Madri, 9-13 de julho.

KIRCHHEIMER, Otto. 1980 (1965). Derwander des westeuropäischen parteisystems. In: Politische Viertel Jahresschrift, VV-24-41 (Tradução espanhola consultada: KIRCHHEIMER, Otto. El camino hacia el partido de todo el mundo, In: LENK, Kurt & NEUMANN, Franz, eds. *Teoría y sociología críticas de los partidos políticos*. Barcelona, Editorial Anagrama, pp. 328- 347).

MAINWARING, Scott & SCULLY, Timothy. (1995) *Building Democratic Institutions*. Stanford, Stanford University Press.

MAINWARING, Scott & SHUGART, Matthew S. (1998) Presidencialismo y sistema de partidos en América Latina. *Posdata*, Buenos Aires, 3/4: 133-181 (agosto)

MARENGHI, Patricia. (2001) Organización de los partidos políticos. Dimensiones Comparadas. In: ALCÁNTARA SÁEZ, Manuel & FREIDENBERG, Flavia, (eds.) *Partidos políticos de América Latina*. Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca.

MARTÍNEZ BARAHONA, Elena. (2001) Uruguay. In: ALCÁNTARA SÁEZ, Manuel & FREIDENBERG, Flavia, (eds.) *Partidos políticos de América Latina*. Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca.

MARTZ, John. (1999) Political Parties and Candidate Selection in Venezuela and Colombia. *Political Science Quarterly*, Nova York, 114 (4):639-659.

PANEBIANCO, Angelo. (1982) *Modelli di partito*. Bologna: Societa Editrice il Mulino. (Edição espanhola consultada: *Modelos de partido*. Madri: Alianza Editorial, 1990).

PICAZO, Ines. (2001) Chile. In: ALCÁNTARA SÁEZ, Manuel & FREIDENBERG, Flavia, (eds.) *Partidos políticos de América Latina*. Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca.

RAHAT, Gideon & HAZAN, Reuven. (2001) Candidate Selection Methods: An analytical framework. *Party Politics*, Londres, 7(3):297-322.

ROLL, David. (2001) Colombia. In: ALCÁNTARA SÁEZ, Manuel & FREIDENBERG, Flavia, (eds.) *Partidos políticos de América Latina*. Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca.

SANTIUSTE CUÉ, Salvador. (2001) Nicaragua. In: ALCÁNTARA SÁEZ, Manuel & FREIDENBERG, Flavia, (eds.) *Partidos políticos de América Latina*. Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca.

SARTORI, Giovanni. (1992) *Partidos y Sistemas de partidos*. Madri, Alianza Editorial. Segunda edição ampliada.

SCHATTSCHEIDER, Elmer E. (1941) *Party Government*. Nova York, Holt, Rinehart and Winston.

SCHLESINGER, Joseph. (1994) *Political Parties and the Winning of Office*. Ann Arbor, The University of Michigan Press.

SCHUMPETER, Joseph. (1962) *Capitalism, Socialism and Democracy*. Nova York, Harper and Row.

SIAVELIS, Peter. (2001) The hidden logic of candidate selection for Chilean Parliamentary elections. Trabalho apresentado no XXIII International Meeting of Latin American Studies Association. Washington, 6-8 de setembro.

\_\_\_\_\_. (1997) Candidate Selection Strategies for Chilean Parliamentary. Trabalho apresentado no XX Encontro Anual Internacional da Asociación de Estudios Latinoamericanos, Guadalajara (México), 17-19 de abril.

TAYLOR, Steven. (2000) Towards a Detailed Discussion of Candidate Selection in Latin America. Trabalho apresentado no XXII Encontro Internacional da Asociación de Estudios Latinoamericanos, Miami, Florida, 16 e 18 de março.

TAYLOR-ROBINSON, Michelle. (2001) Candidate Selection in Costa Rica. Trabalho apresentado no XXIII International Meeting of Latin American Studies Association. Washington, 6-8 de setembro.

VALDÉS, Leonardo. (2001) La selección de candidatos y el cambio de sistema de partidos políticos en México. Trabalho apresentado no XXIII International Meeting of Latin American Studies Association. Washington, 6-8 de setembro.

VON BEYME, Klaus. (1986) *Los partidos políticos en las democracias occidentales*. Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas.

WARE, Alan. (1996). *Political Parties and Party Systems*. Nova York, Oxford University Press.

WEBER, Max. (1992) *Economía y Sociedad*. México, Fondo de Cultura Económica,.

### **ANEXO I**

#### **Requisitos para ser candidato a Presidente da República segundo a norma eleitoral**

##### **O que estabelece a norma?**

<i>País</i>	<i>Candidato presidencial</i>
Argentina	Se requer ter nascido no território argentino, ou ser filho de cidadão nativo, tendo nascido em país estrangeiro, e as demais qualidades exigidas para ser eleito senador (Artigo 89, CN).
Bolívia	Exige-se ser boliviano de origem e ter cumprido os deveres militares se corresponde; ter 35 anos completos; estar inscrito no Registro Eleitoral; ser postulado por um partido político ou por agrupações cívicas representativas das forças vivas do país com personalidade jurídica reconhecida, formando blocos ou frentes com os partidos políticos. Não ter sido condenado à pena corporal, salvo reabilitação concedida pelo Senado; nem ter abandono de cargo ou auto de culpa executados; não estar compreendido nos casos de exclusão e de incompatibilidade previstos por Lei (Artigo 104, Lei de 25 de junho de 1999, nº 1984).
Colômbia	Ser colombiano de nascimento, cidadão em exercício e maior de trinta anos (Artigo 191, CN).
Costa Rica	Ser costarricense de nascimento e cidadão em exercício; ser do estado secular; ser maior de trinta anos (Artigo 131, CN).
Chile	Ter nascido no território do Chile, ter completo quarenta anos de idade e possuir as demais qualidades necessárias para ser cidadão com direito a sufrágio (Artigo 25, CN). As declarações de candidaturas de partidos políticos a Presidente da República deverão cumprir com os seguintes requisitos especiais: Somente poderão ser declaradas pelos partidos constituídos em todas as regiões do país, e aqueles partidos que não estejam constituídos em todas as regiões do país poderão efetuar estas declarações apresentando uma quantidade total de filiados nas regiões em que se encontram legalmente constituídos não inferior ao 0,5 por cento estabelecido no artigo anterior (Art. 14, Lei Orgânica Constitucional sobre Votações Populares e Escrutínios, 1988).
Equador	Entre 1978 e 1998, não podiam apresentar-se como candidatos os parentes diretos do Presidente em exercício, os ex-presidentes e ex-vice-presidentes, os ministros religiosos de qualquer culto, os membros das Forças Armadas, a Polícia e a burocracia estatal, os representantes legais de companhias estrangeiras e aqueles que tiveram contrato com o Estado. Os candidatos deviam cumprir com o requisito da idade (35 anos) e o de filiação e patrocínio a uma organização partidária. Ver Lei de Eleições (1978, art. 47). Para 1998, modificaram-se os requisitos no texto constitucional. Os candidatos a presidente e vice-presidente devem cumprir os requisitos de nacionalidade e de idade (40 anos no mínimo), podem ser reeleitos sempre que conste um mandato intermediário e não precisam estar filiados a partidos políticos para poder participar das eleições.
El Salvador	Ser salvadorense de nascimento, filho de pai o mãe salvadorenha; de estado secular, maior de trinta anos de idade, de moralidade e instrução notórias; estar no exercício dos direitos de cidadão, tê-lo estado nos seis anos anteriores à eleição e estar afiliado a um dos partidos políticos reconhecidos legalmente (art.151, CN).

*Como se escolhe um candidato a Presidente?*

Guatemala	Ser guatemalteco de origem, cidadão em exercício e maior de quarenta anos (art. 185, CN).
Honduras	Ser hondurenho de nascimento; maior de trinta anos; estar no gozo dos direitos do cidadão e ser do estado secular (art 238, CN).
México	Ser cidadão mexicano por nascimento, em pleno gozo de seus direitos, filho de pai ou mãe mexicanos e ter residido no país ao menos durante vinte anos; ter 35 anos completos na época da eleição; ter residido no país durante todo o ano anterior ao dia da eleição. A ausência do país até trinta dias não interrompe a residência; não pertencer a estado eclesiástico nem ser ministro de algum culto; não estar em serviço ativo, no caso de pertencer ao exército, seis meses antes do dia da eleição; não ser secretário ou subsecretário de estado, chefe ou secretário geral de departamento administrativo, procurador geral da República, nem governador de algum estado, a menos que deixe o cargo seis meses antes do dia da eleição, e não estar compreendido em alguma das causas de incapacidade estabelecidas no Artigo 83 (Artigo 82, CN).
Nicarágua	Ser natural da Nicarágua; estar em pleno gozo de seus direitos civis e políticos; ter cumprido 25 anos de idade; ter residido ou trabalhado de forma contínua no país nos cinco anos anteriores à eleição, exceto se estivesse cumprindo missão diplomática ou estudos no exterior.
Paraguai	Ter nacionalidade paraguaia natural; ter completado trinta e cinco anos, e estar em pleno exercício de seus direitos civis e políticos (artigo 228. Dos requisitos, CN).
Panamá	Ser panamenho por nascimento e ter completado trinta e cinco anos de idade (artigo 174, CN).
Peru	Ser peruano de nascimento, ter mais de trinta e cinco anos de idade no momento da postulação e gozar do direito de sufrágio (Artigo 110, CN).
República Dominicana	Ser dominicano de nascimento ou origem. Ter completado 30 anos de idade. Estar em pleno exercício dos direitos civis e políticos. Não estar em serviço militar ou policial ativo, pelo menos durante o ano que preceda a eleição (Artigo 50, CN).
Venezuela	Ser venezuelano ou venezuelana por nascimento, não possuir outra nacionalidade, maior de trinta anos, de estado secular e não estar submetido o submetida a condenação mediante sentença definitivamente firme e cumprir com os demais requisitos estabelecidos nesta Constituição (Artigo 227, CN).
Uruguai	Somente poderão ser eleitos os cidadãos naturais em exercício, que tenham trinta e cinco anos completos de idade (Artigo 151, CN).

**Fonte:** *Textos Constitucionais e Base de Dados Política das Américas* (<http://www.georgetown.edu/pdba/>)

**ANEXO II**

**Requisitos para ser candidato a Presidente da República conforme o partido**

**O que estabelecem as regras partidárias?**

<i>País</i>	<i>Candidato presidencial</i>	
Argentina	PJ	Ser afiliado. Também se apresentam candidatos externos (patrocinados).
	UCR	Estar incluído nos registros partidários e ter uma antigüidade mínima e contínua de cinco anos devendo reunir também os requisitos exigidos pela Constituição Nacional (Carta Orgânica, artigo 14).
	FREPASO	Ser afiliado. Também se apresentam candidatos externos (patrocinados).
Bolívia	MNR	Pelo menos um dos dois membros da fórmula presidencial deve ser membro do partido. Também se apresentam candidatos externos (patrocinados).
	UCS	-
	ADN	-
	MIR	-
Colômbia	PL	Ser afiliado.
	PC	Ser afiliado.
Costa Rica	PLN	Ser afiliado.
	PUSC	Estabelece-se o requisito de militância que sustenta que para ser postulado em nome del Partido a qualquer dos cargos de eleição popular - além de todos os outros requisitos que estabeleçam la lei e estes Estatutos, é condição indispensável ser militante do Partido, com uma militância contínua e claramente verificável de, pelo menos, quatro anos imediatamente anteriores à postulação, exceto aqueles casos em que estes Estatutos estabeleçam uma condição diferente. Estatutos do PUSC, art. 64.
Chile	RN	Ser afiliado.
	UDI	Ser afiliado.
	PPD	Ser afiliado.
	PDC	Ser afiliado. Para postular a um cargo nacional do partido, os Estatutos exigem seis anos de militância (art. 110).
	PS	Ser afiliado. Permite-se a inclusão de independentes.
Equador	PSC	Ser afiliado. Aceitam afiliados, independentes e patrocinados desde 1996.
	PRE	Ser afiliado. Aceitam afiliados, independentes e patrocinados desde 1996.
	ID	Ser afiliado. Aceitam afiliados, independentes e patrocinados desde 1996.
	DP	Ser afiliado. Aceitam afiliados, independentes e patrocinados desde 1996.
	MUPP	Não há regulamento. Mas podem ser candidaturas independentes, promovidas por organizações sociais ou grupos de base.
El Salvador	ARENA	Ser afiliado.
	FMLN	Ser afiliado. Não menciona expressamente no Estatuto outro requisito.
Guatemala	FRG	Ser afiliado.
	PAN	Ser afiliado. Não estabelece expressamente no Estatuto outro requisito.

*(continua)*

*Como se escolhe um candidato a Presidente?*

*(continuação do ANEXO II)*

Honduras	PNH	Ser afiliado.
	PLH	Ser afiliado.
México	PAN	Ser afiliado.
	PRI	Ser cidadão mexicano por nascimento e em pleno gozo de seus direitos políticos; satisfazer os requisitos exigidos pelos regulamentos eleitorais aplicáveis às eleições constitucionais de que se trate; ser militante e ter mostrado lealdade pública para com a Declaração de Princípios e o Programa de Ação, assim como observância estrita dos Estatutos do Partido; comprovar a qualidade de Quadro em atividades partidárias; não ter sido dirigente, candidato nem militante destacado de partidos antagônicos ao PRI; estar em dia no pagamento de suas cotas; cumprir o Código de Ética Partidária; mostrar uma conduta pública adequada e não ter sido sentenciado por delito intencional da ordem comum ou no desempenho das funções públicas; apresentar um programa de trabalho perante o Conselho Político. Para os casos de Presidente da República e Governador, se exigirá comprovar a qualidade de Quadro, Dirigente e haver tido um posto de eleição popular através do Partido, assim como dez anos de militância partidária. (Estatuto do PRI, art. 144).
	PRD	Ser afiliado e ter as cotas pagas em dia. Também se apresentam candidatos externos (patrocinados).
Nicarágua	FSLN	Ser afiliado.
	PLC	Ser afiliado.
Paraguai	PLRA	Ser afiliado. Não contempla outro requisito nos Estatutos.
	ANR-PC	Antigüidade na filiação de entre 3, 5 ou 10 anos, em função do cargo em questão. Os filiados que se apresentem como candidatos à Presidência e Vice-presidência da República nas eleições internas deverão contar com um mínimo de dez anos.
Panamá	PA	Ser afiliado.
	PRD	Ser afiliado.
Peru	PAP	Ser afiliado.
República Dominicana	PRD	Ser afiliado.
	PRSC	Ser afiliado.
	PLD	Ser afiliado.
Uruguai	PC	Ser afiliado.
	PN	Ser afiliado.
	FA	Ser afiliado.

*Fonte: Textos Estatutários e Base de Dados Partidos Políticos de América Latina (1997-2000).*

*Recebido para publicação em maio de 2002  
Tradução de Pedro Maia Soares*

# *Coerência partidária nas elites parlamentares latino-americanas*

---

---

**Leticia M. Ruiz Rodríguez**

Universidade de Salamanca

**Mercedes García Montero**

Universidade de Salamanca

---

---

## **Resumo**

Este artigo aborda a questão do conteúdo substantivo da competição partidária na América Latina do ponto de vista da coerência intrapartidária. Conceitua-se a coerência partidária como o grau de congruência ideológica e programática dos membros dos partidos. A análise se circunscreve ao grau de coerência da elite parlamentar dos partidos políticos e compreende um total de 25 partidos correspondentes a dez países da região. O trabalho descreve a pauta que segue a coerência nos casos analisados, ensaia uma classificação dos partidos com base nos valores que adquirem nas duas dimensões do conceito (ideológica e programática) e explora o impacto de alguns fatores, tanto relativos ao partido como ao entorno a que pertence, sobre o grau de coerência intrapartidária.

**Palavras-chave:** coerência partidária, partidos políticos, elite parlamentar, América Latina.

## **Abstract**

This work deals with the substantive content of party competition in Latin America through the analysis of party coherence. Party coherence is conceptualized as the degree of ideological and programmatic congruence among the members of a given party. The analysis is bounded to the parliamentary elite level and it is focused on a total of 25 political parties from 10 countries of the region. This paper describes the pattern followed by coherence for those cases, it offers a ranking of political parties based on the values they acquire regarding both dimensions of the concept (ideological and programmatic), and it explores the impact of some factors, related both to the party and to its environment, on the degree of party coherence.

**Key words:** party coherence, political parties, parliamentary elites, Latin America.

Apesar da diversidade dos partidos e sistemas partidários da América Latina, reconhecida tanto pelos estudos teóricos como empíricos, tem havido um receio nesses trabalhos em aprofundar o conteúdo substantivo da competição partidária como elemento que ajuda a entender essa diversidade. Assim, no estudo dos partidos e sistemas partidários da região, as dimensões ideológica e programática da competição partidária tenderam a receber uma menor atenção do que outras questões<sup>1</sup>.

No entanto, paradoxalmente, observa-se na literatura um notável consenso normativo sobre a relação entre partidos fortes, coerentes e coesos e o êxito das consolidações democráticas na América Latina (Diamond, Hartlyn, Linz, Lipset, 1999). Essa convicção deixa transparecer a necessidade de certos níveis de unidade interna dentro dos partidos em seu conteúdo ideológico e programático para que eles sejam funcionais para a democracia. O presente trabalho centra-se no estudo desses níveis de unidade interna a que denominamos coerência partidária.

As páginas que seguem se concentram na análise do grau de congruência entre os membros dos partidos em suas posturas ideológicas e programáticas. O objetivo central é analisar a coerência intrapartidária das elites parlamentares de 25 partidos políticos da América Latina nestas duas dimensões (ideológica e programática) por meio de um grupo de indicadores. Os dados que se utilizam pertencem à pesquisa *Elites Parlamentares na América Latina* que consistiu na aplicação de um questionário a uma amostra representativa de congressistas de dez países da região.<sup>2</sup>

A partir desses indicadores, estabelecemos uma classificação dos partidos de acordo com seu grau de coerência, investigando, além disso, as relações que ocorrem entre a dimensão ideológica e programática da coerência.

Junto com esse objetivo descritivo, estas páginas abordam o poder explicativo de uma série de variáveis exógenas e endógenas sobre os níveis de coerência dos partidos políticos latino-americanos. Por variáveis endógenas entendemos aquelas que adquirem um valor diferente para cada partido (sejam referidas à totalidade do partido ou aos membros deste). Ao contrario, as variáveis exógenas são aquelas cujo valor é o mesmo em todos os partidos de um mesmo sistema político.

---

<sup>1</sup> Em linhas gerais, a questão programática tendeu a ser excluída com mais frequência do que a ideológica. Algumas exceções são os trabalhos que utilizam o modelo de clivagens e tentam sua aplicação aos sistemas da região (Dix, 1989; Ramos Jiménez, 1995; Moreno, 1999; Mainwaring e Torcal, 2000). Embora a maioria desses trabalhos não analise em detalhe as posições dos partidos em aspectos programáticos, eles proporcionam um panorama das posturas dos partidos com respeito às grandes linhas de divisão. Outros trabalhos que também consideram o programa e a ideologia na lógica partidária latino-americana são os que analisam a elite partidária e parlamentar (Rosas, 2000; Zechmeister, 2000; Londregan, 1999; Alcántara, 1999; Llamazares e Sandell, 2000; Kitschelt, 2000; Hawkins e Morgenstern, 2000).

<sup>2</sup> Esta pesquisa é dirigida pelo Dr. D. Manuel Alcántara e foi financiada pela CICYT (Ref. SEC95/0845). No Anexo I se encontra uma descrição das características técnicas desse estudo.

O estudo da coerência abordado neste trabalho, além de ser uma contribuição ao conhecimento e análise dos partidos políticos latino-americanos, se aprofunda nos vínculos causais da equação que estabelece uma relação entre a existência de partidos políticos com um conteúdo programático e ideológico mais ou menos definido e a estabilidade-bom funcionamento democrático. Ao lado de ambas as contribuições, o estudo que aqui se apresenta é relevante porque obtém informações sobre as atitudes e valores de uma parte da elite política,<sup>3</sup> cuja principal função é a representação política a partir da qual se sustentam os princípios democráticos.

Na primeira parte, repassamos o modo como a coerência partidária foi abordada na América Latina. Na segunda parte, explicamos a operacionalização levada a cabo da variável coerência. Nas terceira e quarta partes, apresentamos as principais descobertas de nosso estudo com respeito à variação das dimensões da coerência nos partidos escolhidos e o peso de uma série de variáveis na explicação da coerência, respectivamente. Na quinta parte, tiramos conclusões..

### ***O conceito de coerência partidária e seu estudo na América Latina***

A coerência partidária tem sido escassamente considerada na região latino-americana. Somente a partir de 2000 produziram-se os primeiros esforços para realizar um estudo sistemático sobre a coerência partidária de toda a região (Kitschelt, 2001; Hawkins & Morgenstern, 2000). Antes dessa data, não se haviam realizado sequer estudos de caso que tratassem do grau de coerência partidária dos partidos que compõem um sistema de partidos determinado, ou que abordassem a coerência de um partido político latino-americano concreto.

Mas ao contrario, existem na literatura alusões ao grau de coerência que os partidos apresentam na América Latina. Desse modo, há um constante reconhecimento da importância de partidos com um certo nível de unidade programática e ideológica, embora, na maioria das ocasiões, a isso não corresponda um significado preciso de coerência, e nunca venha acompanhado por uma conceituação do termo. Poder-se dizer, portanto, que a coerência partidária é mais comumente abordada de um ponto de vista normativo do que na busca de uma descrição ou explicação dos níveis que atinge nos partidos e sistemas partidários da região.

---

<sup>3</sup> Não são muitos os estudos que oferecem dados relativos às elites. Junto aos clássicos de Lipset & Solari, 1987 e Gunther, 1992, destacam-se a análise de posturas ideológicas e programáticas dos parlamentares que realizam Alcántara, 1995; Alcántara, 1999; Alcántara & Llamazares, 1997; Crespo & Mieres, 1997; Martínez, 1997a e b; Ramos, 1997; Londregan, 1999; Llamazares & Sandell, 2000; Yoclevzky, 1997; Hawkins & Morgerstern, 2000; Kitschelt, 2001; Rosas & Zechmeister, 2000.

Vários são os motivos que explicam a desatenção quase sistemática para as questões relacionadas com programa e a ideologia dos partidos, em geral, e para o grau de congruência nas posturas programáticas e ideológicas dos membros dos partidos latino-americanos, em particular. O primeiro motivo se refere ao papel secundário dos partidos políticos em muitos sistemas políticos da região. Isso levou a enfatizar, após os processos de (re)democratização, variáveis relacionadas com a consolidação dos sistemas partidários, segundo a lógica de que somente quando existisse um sistema de partidos identificável e institucionalizado se poderia discutir outras dimensões, como o grau de coerência dos partidos que o compõem. Em segundo lugar, dominou uma tendência a abordar os partidos políticos latino-americanos como uma *avis rara*, marcada pela comparação com os partidos existentes em outras regiões geográficas (Europa fundamentalmente). Assim, a afirmação de que os partidos de América Latina são organizações que cumprem funções diferentes das dos partidos políticos ocidentais levou à exclusão de determinadas questões da agenda dos investigadores. O fato de que as elites partidárias na América Latina tenham tendido a utilizar a máquina partidária para a obtenção de poder, sem intenções formais de desenvolver um determinado programa ou ideologia, foi determinante para que se ignorasse o conteúdo das políticas partidárias (fossem idéias, disputas, estratégias...). Em terceiro lugar, a coerência partidária e a dimensão substantiva do jogo partidário em geral, foram muito pouco estudadas por razões de clareza expositiva. Os estudos sobre partidos políticos e sistemas de partidos que paulatinamente proliferaram na região fugiram da inclusão de aspectos problemáticos como o são o programa e a ideologia dos partidos, priorizando o estudo de dimensões alternativas como a volatilidade, a fragmentação, o número efetivo de partidos, entre outras, que facilitam a comparação entre sistemas partidários da região (Coppedge, 1997). Em quarto lugar, se estendemos o argumento de Janda, elaborado para outras regiões, a coerência partidária não foi considerada na literatura sobre partidos na América Latina devido à dificuldade de obter informações sobre os membros dos partidos e à necessidade de investimento de recursos para sua realização (Janda, 1993).

Nessa situação, há uma série de conceitos que se utilizam na literatura sobre partidos políticos de forma equívoca para tratar de idéias próximas da definição de coerência que, apesar de ter vínculos analíticos e empíricos entre si, se referem a aspectos diferentes da lógica partidária. A Tabela 1 é uma tentativa de estabelecer as diferenças entre esses conceitos. Nos conceitos em que a definição dada coincide com a de algum autor, se cita seu nome; no resto dos casos, em que não figura nenhum autor, é porque a definição proposta apresenta alguma diferença com as dos autores que trabalham esses conceitos.

**TABELA 1**  
**Esquema de definições e âmbitos de medição de conceitos relacionados com coerência partidária**

	Conceito	<i>Unidade de Análise: partido político</i>
<i>Predisposições/ Opiniões/ Idéias dos membros dos partidos</i>	<b>Coerência</b>	Grau de congruência nas posturas ideológicas e programáticas dos membros de um partido
	<b>Cristalização programática</b>	Grau de simetria das percepções entre os políticos de todos os partidos sobre o lugar em que um partido x se situa nos diferentes temas (Kitschelt, 1999)
	<b>Faccionalização</b>	Existência de diversas correntes ideológico-programáticas dentro de um partido (Hine, 1982)
<i>Comportamento dos membros dos partidos</i>	<b>Coesão</b>	Grau de homogeneidade dos membros de um partido em seu comportamento <i>(âmbito legislativo): Inclui <b>disciplina</b> (ou <b>unidade</b>) e <b>fidelidade partidária</b></i> <i>(âmbito de governo): formação de coalizões, análise de políticas implementadas</i> <i>(âmbito intrapartidário)</i>
	<b>Disciplina</b>	Grau de homogeneidade dos membros de um partido em seu voto nos órgãos legislativos <i>Igual à <b>unidade partidária</b></i>
	<b>Unidade</b>	Grau de homogeneidade dos membros de um partido no voto nos órgãos legislativos <i>Igual à <b>disciplina partidária</b></i>
	<b>Fidelidade partidária</b>	Frequência na mudança de sigla partidária por parte dos membros de um partido. Principalmente se usa no contexto dos órgãos legislativos
<b>Alude ao partido político de forma global sem se referir aos membros do partido político</b>	<b>Força</b>	Peso proporcional do partido com respeito ao resto de partidos em diferentes contextos (eleições, na legislativa, em uma coalizão...)
	<b>Institucionalização Partidária</b>	Estabilidade das regras e do conteúdo programático e ideológico

Fonte: Elaboração própria

Alguns desses nove conceitos foram utilizados indistintamente para referir-se a questões distintas e, por sua vez, as mesmas questões foram estudadas com conceitos diferentes. Parte da confusão deriva da criação de conceitos similares aplicados a diferentes níveis da ação política ou do político: contexto eleitoral, contexto dos órgãos legislativos, nível programático-ideológico. Assim a disciplina partidária, a unidade partidária e a fidelidade partidária se referem ao âmbito das

Assembléias-Poderes-Câmaras Legislativas. A coerência e a cristalização estão mais vinculadas ao âmbito das predisposições e opiniões dos membros dos partidos.<sup>4</sup> A força partidária, em uma de suas acepções, pode referir-se ao âmbito eleitoral. Por sua vez, o conceito de institucionalização abarca mais de um desses âmbitos.

Em alguns casos, uma segunda fonte da confusão conceitual é constituída pela falta de especificação da unidade de análise do conceito. Isso dá lugar a conclusões não muito claras em torno do sistema de partidos a partir da observação dos partidos políticos e vice-versa.<sup>5</sup> Neste sentido, os conceitos de disciplina, unidade, coesão, coerência, faccionalização e fidelidade partidária são utilizados para medir os partidos e os sistemas partidários sem reelaboração conceitual. O conceito de institucionalização foi utilizado com diferentes matizes conceituais, dependendo de se a unidade era o partido (Levitsky, 1998) ou o sistema partidário (Mainwaring & Scully, 1995; Schedler, 1995; Mainwaring, 1998), tal como o de cristalização programática (Kitschelt et al., 1999). Os conceitos de fortaleza e fragmentação foram utilizados exclusivamente em um nível de análise, partido e sistema de partidos, respectivamente.

Ao lado de seu uso ambíguo e da falta de clareza na definição da unidade de análise de cada conceito, há uma notável ausência de provas empíricas que permita medir esses conceitos na realidade dos sistemas partidários e dos partidos políticos.<sup>6</sup> Relacionado com a questão da informação disponível, a escolha dos indicadores desses conceitos se torna complicada e, em alguns casos, utilizam-se os mesmos indicadores para conceitos diferentes (comportamento de voto para disciplina partidária e para coesão partidária) ou o que medem alguns conceitos se tornam indicadores de outros conceitos (fidelidade partidária como indicador de coesão partidária).

Finalmente, não há modelos teóricos que contemplem o modo como esses conceitos variam segundo o tipo de membros do partido que se analise. No entanto, uma conceitualização de coerência partidária tem de contemplar a existência de seus diferentes níveis, conforme a implicação dos membros do partido. De maior a menor implicação, pode-se distinguir entre: elite partidária (altos cargos e parlamentares), afiliados do partido sem cargo relevante dentro dele e votantes do partido.<sup>7</sup> Conforme vai-se descendo de âmbito, seria presumível encontrar níveis menores de conhecimento do programa e da ideologia de um partido.

---

<sup>4</sup> Ao contrário da conceitualização de coerência, a cristalização programática não distingue entre questões atitudinais (relacionadas com valores) e questões programáticas. Neste sentido, aspectos relacionados com religião, liberdade, autoritarismo são considerados aspectos programáticos (Kitschelt et al., 1999).

<sup>5</sup> Três rotas de inferência de um nível de análise a outro são as mais habituais na literatura: inferência simples (sem nenhum tipo de reelaboração conceitual); reelaboração conceitual para a aplicação a um nível diferente do que inicialmente foi concebido o conceito; reconhecimento da inaplicabilidade do conceito.

<sup>6</sup> Por exemplo, para o caso da disciplina partidária, é difícil conseguir dados sobre comportamento de voto em alguns órgãos legislativos da região onde não se costuma ter registro individual das votações.

<sup>7</sup> Não obstante, esta tríplex distinção não contempla subdivisões internas que existem entre os três estratos assinalados. Especialmente problemática nesta distinção pode ser a ausência de uma diferenciação entre os membros do partido que não

Nossa conceituação de coerência partidária parte da definição de Janda (1993). Definimos coerência como a congruência (ou sua ausência) nas posturas entre os membros de um partido em aspectos programáticos e ideológicos.<sup>8</sup> A atenção às dimensões programática e ideológica da coerência deixa de lado a análise do componente referido ao comportamento dos membros de um partido nos âmbitos em que desenvolve sua atividade política (âmbito legislativo, esfera de governo e atividades internas do partido). Este componente é mais comumente definido como coesão partidária, com todas as noções que compreende em seu interior (disciplina de voto, fidelidade partidária, responsabilidade do partido...).

A Tabela 2 resume os indicadores de coerência e de coesão partidária nos diferentes níveis de implicação de um indivíduo dentro do partido.

Nossa operacionalização de coerência partidária exclui as percepções dos membros dos partidos com respeito ao resto dos partidos, que são captadas, ao contrário, por conceitos como o de Kitschelt de “cristalização programática” (1999). Quanto mais consenso entre os políticos de outros partidos com respeito à localização de cada um dos partidos, mais nível de cristalização programática nesse determinado partido. A cristalização refere-se às percepções dos outros e a coerência partidária capta as percepções dos próprios membros dos partidos; daí que a primeira seja em nível interpartidário e a segunda, em nível intrapartidário.<sup>9</sup>

---

compõem a sua elite, as chamadas elites de nível médio, e o resto dos membros de um partido afiliados a ele, mas sem um posto na divisão organizativa. Mesmo assim, dentro dessas elites de nível médio, há quem distinga os chamados ativistas como membros do partido que, desde o ponto de vista de sua atividade, ostentam um papel de destaque dentro do partido. Ademais, esses ativistas se caracterizam por um saber mais sofisticado do programa e da ideologia do partido do que outros membros do partido (Pierre, 1986). Junto a essas duas matizações, também se pode argumentar em torno da necessidade de uma ulterior distinção: os simpatizantes. Essa categoria compreenderia a aqueles que não são membros do partido, mas que estão próximos dele e cuja proximidade é algo superior ao mero apoio eleitoral.

<sup>8</sup> A coerência também pode ser considerada no sistema partidário. Uma operação de adição a partir do grau de coerência dos casos individuais (dos membros do partido) é o método até agora utilizado para calcular o grau de coerência do sistema partidário. Mas também se pode chegar a uma consideração a partir da análise de programas dos partidos políticos e determinar sua evolução no tempo em termos de posturas que defendem nos mesmos temas ao longo do tempo. Um terceiro modo de medir a coerência sistêmica é analisar as superposições dos partidos. O grau de congruência das posturas desses partidos ao longo do tempo e o grau em que estas posturas se superpõem ou, ao contrário, ocupam espaços ideológico-programáticos diferentes que justificam sua existência como unidades partidárias autônomas. Por exemplo, Sani e Sartori elaboraram um índice de superposição referido a aspectos ideológicos (Sani e Sartori 1983). Também se pode fazer o mesmo com questões programáticas. A coerência, portanto, tem dois níveis: sistêmico e individual. O primeiro tem como unidade de análise os partidos políticos e o segundo, os membros dos partidos. A unidade de medida, em ambos os casos, são os membros dos partidos.

<sup>9</sup> Por isso, talvez este aspecto das percepções é mais próximo da coerência no nível do sistema partidário, já que se conceituou a coerência partidária em nível intrapartidário, enquanto que a sistêmica é mais interpartidária.

**TABELA 2**  
**Comparação da medição da coerência partidária e coesão partidária**

	COERÊNCIA PARTIDÁRIA		COESÃO PARTIDÁRIA
	INDICADORES		
NÍVEL DE MEDIDA	Programa	Ideologia	Comportamento
<b>Elite partidária (altos cargos do partido e parlamentares pertencentes ao partido)</b>	Posturas em diferentes temas ( <i>issues</i> ) que se discutem na arena política	Localização ideológica	. Voto na Assembléia legislativa . Formação de coalizões e pactos . Políticas implementadas uma vez no governo . Voto em atividade partidária-interna
<b>Outros membros filiados ao partido</b>	Posturas em diferentes temas ( <i>issues</i> ) que se discutem na arena política	Localização ideológica	. Voto em eleições . Voto em atividade partidária interna
<b>Votantes do partido não filiados</b>	Posturas em diferentes temas ( <i>issues</i> ) que se discutem na arena política	Localização ideológica	. Voto em eleições

Fonte: Elaboração própria

### ***Operacionalização do conceito de coerência partidária no estudo das elites parlamentares***

O Quadro 1 mostra de forma gráfica a operacionalização que realizamos do conceito de coerência a partir das perguntas do questionário da pesquisa sobre *Elites parlamentares na América Latina*.<sup>10</sup> A coerência partidária na dimensão ideológica é medida por meio da autolocalização ideológica dos parlamentares na escala clássica em ciências sociais de 1-10, em que 1 é esquerda e 10 é direita.

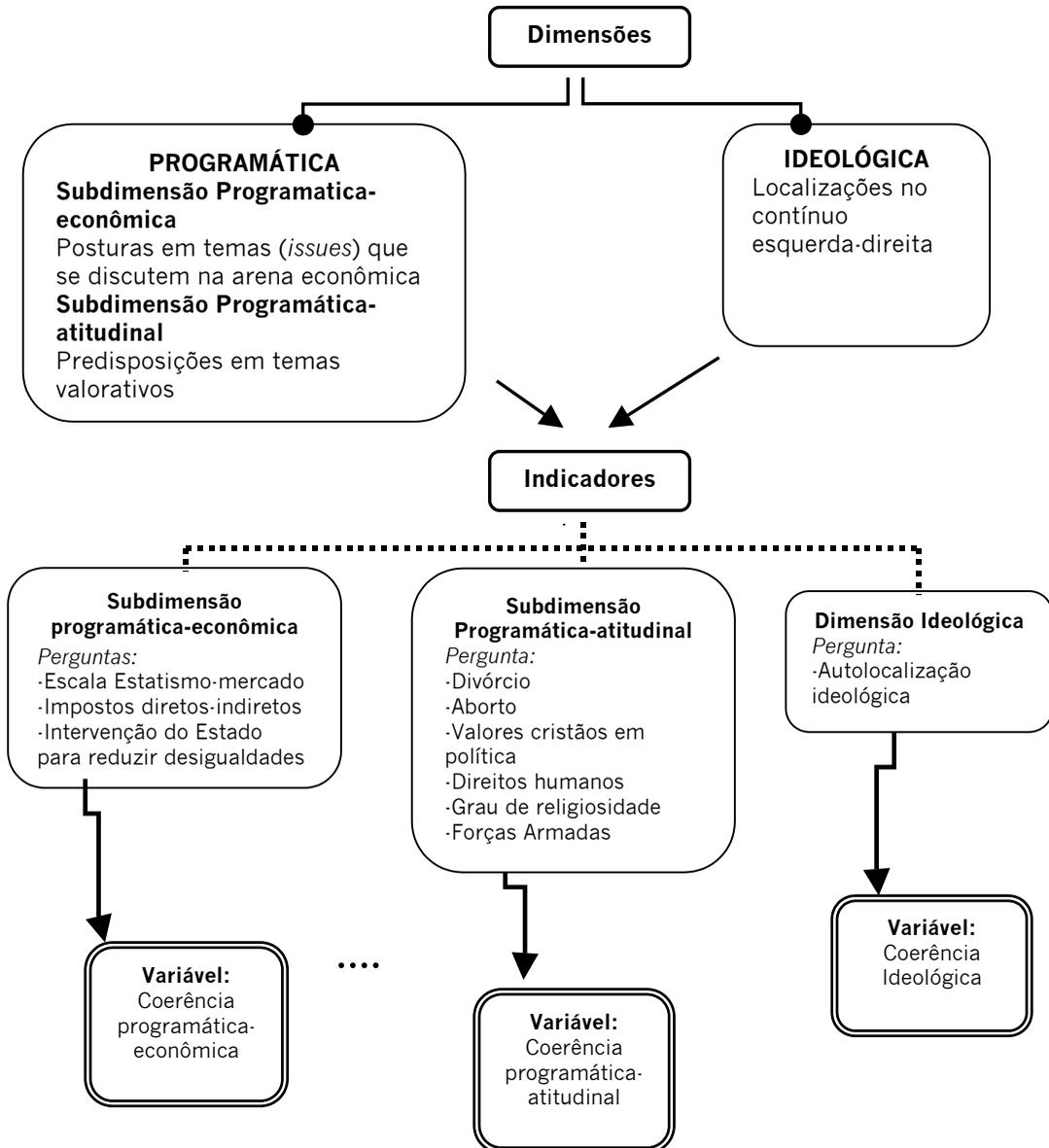
Dentro da dimensão programática, estabeleceram-se duas subdimensões: programática-atitudinal e programática-econômica. A subdimensão programática-atitudinal engloba as predisposições das elites em temas valorativos; tradicionalmente, esses temas serviram para caracterizar os partidos em eixos do tipo conservador-progressista. A subdimensão programático-econômica foi definida a partir das posturas dos legisladores em temas que se discutem na arena econômica.

<sup>10</sup> Uma descrição detalhada do modo como as perguntas foram feitas, assim como suas recodificações, encontra-se no Anexo II.

**QUADRO 1**

**Operacionalização da coerência partidária**

**Definição de coerência partidária: grau de congruência dos membros dos partidos em suas posturas ideológicas e programáticas.**



Uma parte da escolha das perguntas para cada uma das dimensões foi condicionada pelo modo como as respostas haviam sido codificadas. Existe um problema no fato de que sejam as mesmas perguntas para todos os países, pois em alguns casos as perguntas não são relevantes ou ativas politicamente em uma conjuntura dada. Além disso, a coerência partidária na subdimensão programática-econômica foi medida através das posturas dos legisladores em três perguntas que, dado seu conteúdo quase exclusivamente econômico, não contemplam outros aspectos relevantes da dimensão programática, como podem ser as posturas dos partidos perante a descentralização ou a globalização. Entendemos que uma parte fundamental de fazer política no governo está relacionada com o tratamento dos temas econômicos, e isso foi especialmente relevante na América Latina, onde ficou obsoleta a assim chamada *matriz-estadocêntrica*,<sup>11</sup> na qual a atuação do Estado teve uma relevância direta para as perspectivas de bem-estar pessoal de grande parte da população. A mudança do papel do Estado, como consequência direta das políticas neoliberais, teve repercussões para os partidos como organizadores da mediação entre a sociedade e o Estado. Nesse contexto, estas perguntas destinam-se a aprofundar a visão de como os partidos entendem como deve agir um governo nos temas econômicos.

Para comprovar o grau de coerência dos partidos estudados, utilizou-se o desvio padrão<sup>12</sup> (mostra a que distância da média se encontram os resultados individuais). Escolheu-se o desvio padrão em vez da porcentagem modal, utilizada em Hawkins e Morgenstern (2000), porque se considera que, embora esta seja muito útil quando se trata de variáveis nominais ou dicotômicas, leva a conclusões enganosas em variáveis de escala, ao não levar em conta toda a dispersão do contínuo. Utiliza-se essa medida para descrever o grau de discrepância que os legisladores revelam nas dimensões e subdimensões da variável coerência. A partir dela, calculamos a média dos desvios típicos dos indicadores para cada uma das dimensões da coerência.<sup>13</sup> Estas três médias servem para classificar os partidos de acordo com seu grau de coerência programática-atitude, programática-

---

<sup>11</sup> A Matriz-Estado-Cêntrica se baseava em dois mecanismos complementares que lhe permitiam um equilíbrio: de um lado, estava a relação entre o Estado e o mercado, a regulação política da economia e, mais especificamente, dos fluxos de capital e, de outro, a Matriz relacionava o Estado e a sociedade civil mediante agências e políticas encarregadas de pôr em marcha diferentes tipos de controles, diretos e indiretos, sobre a participação política e social. Essa matriz, que teve vigência na América Latina desde a década de 1930, foi ineficaz para enfrentar as restrições imprevistas ou aproveitar os espaços que se abriram no sistema internacional, não teve flexibilidade e sua ineficácia foi aumentando a partir da década de 1970. Sobre essas questões, ver (Cavarozzi, 1995).

<sup>12</sup> A variância é a média das diferenças ao quadrado de  $n$  pontuações com respeito a sua média aritmética. Expressa a variabilidade das pontuações dos sujeitos na variável que estamos estudando. A raiz quadrada da variância se denomina desvio padrão (S). A diferença entre ambas é dada pelo fato de que a variância se expressa em unidades ao quadrado, ao passo que o desvio padrão é expresso na mesma escala que a variável à que nos referimos.

<sup>13</sup> Os indicadores a partir dos quais construímos as dimensões da variável dependente não estão medidos na mesma escala. Por isso, tivemos de decidir entre dicotomizá-los todos ou deixá-los em suas escalas naturais, no caso de variáveis ordinais. Finalmente, nos decidimos por esta última opção porque consideramos que a primeira poderia supor uma grave distorção da medição. Esta decisão conduz a que só se pode comparar os partidos em cada dimensão e não as dimensões entre si, o que, dado o objetivo de nosso estudo (classificar os partidos de acordo com seu grau de coerência) é pertinente.

econômica e ideológica. Ademais, com essas médias calculamos um índice total de coerência-incoerência que contempla as dimensões e subdimensões para cada um dos partidos analisados.<sup>14</sup>

### ***A coerência ideológica e programática nas elites parlamentares latino-americanas***

#### **Coerência ideológica**

Na Tabela 3 aparecem os partidos políticos que estudamos ordenados de menor a maior coerência na dimensão ideológica. A coerência ideológica média dos partidos latino-americanos analisados neste estudo é 1,38. Dos 25 partidos analisados, 14 estão acima dessa média de coerência ideológica, isto é, apresentam maior incoerência nesta dimensão do que a coerência ideológica por termo médio. Os dez partidos mais incoerentes ideologicamente se situam em posições de direita: suas médias de localização ideológica são superiores a 5,00, com exceção do PRE, do MVR (ambos partidos de corte eminentemente populista e com forte liderança carismática), e a DP (que na legislatura 1998-2003 contou com numerosos deputados que não provinham originariamente das fileiras do partido).

Portanto, parece existir uma relação, que posteriormente se comprovará, entre posições de direita e incoerência. Nesse mesmo sentido, observa-se, ao analisar os partidos mais coerentes, que com exceção de dois partidos (os chilenos RN e UDI), as médias de autolocalização ideológica são inferiores a cinco, ou seja, mais próximas da esquerda.

Por outro lado, existe grande variação no grau de coerência ideológica nos partidos analisados. O PLC nicaraguense é o partido mais incoerente ideologicamente (1,97) e o PPD chileno, o mais coerente (0,70). Entre os dois há 1,27 pontos de diferença no desvio padrão.

Os três partidos mais incoerentes ideologicamente são fruto de divisões. O PLC nicaraguense surgiu como uma organização de notáveis, com uma estrutura de quadros pouco cristalizada e fruto de uma fração do partido oficial do regime autoritário somozista. Na atualidade, é uma agremiação de direita de corte radical, mas, sobretudo, seu elemento principal é seu caráter anti-sandinista, que inclui um componente “neoautoritário” e um estilo basicamente populista (Santiuste, 2001), encarnado até as eleições de novembro de 2001 na figura de Arnaldo Alemán. O segundo partido com grau mais alto de incoerência ideológica é o PNH hondurenho,

---

<sup>14</sup> Os desvios padrões que se adicionam estão medidos em escalas diferentes. No entanto, entendemos que não é problemático posto que para cada partido variam as escalas dos desvios nas mesmas perguntas e da mesma forma. Isto é, todos os partidos sofrem a mesma distorção, de tal forma que ao comparar os partidos em cada dimensão e na dimensão total, que é nosso objetivo, o problema desaparece.

que também surge de uma divisão. Seu alto grau de dispersão ideológica se manifesta também na existência de diversas facções no interior do partido. Por seu lado, o PRE equatoriano é também fruto de uma divisão e, tal como no PLC nicaraguense, destaca-se a influência personalista do líder, Abdalá Bucaram, nos desígnios do partido e no caráter fortemente populista da agremiação.

**TABELA 3**  
**Médias de localização ideológica e desvios típicos (ordenados de menor a maior coerência)**

<i>País-Ano</i>	<i>Partidos</i>	<i>Média</i>	<i>Desvio padrão</i>
Nicarágua 98	PLC	6,69	1,97
Honduras 98	PNH	7,03	1,94
Equador 98	PRE	4,14	1,93
Guatemala 98	PAN	6,03	1,93
Venezuela 00	AD	5,56	1,85
Venezuela 00	MVR	3,64	1,69
Equador 98	DP	4,47	1,66
Honduras 98	PLH	5,65	1,65
Equador 98	PSC	6,76	1,61
El Salvador 00	ARENA	7,67	1,59
Guatemala 98	FRG	4,93	1,54
Colômbia 98	PL	4,60	1,53
Rep. Dominicana 00	PLD	4,24	1,46
Nicarágua 98	FSLN	2,63	1,39
Colômbia 98	PC	6,69	1,20
Argentina 98	PJ	5,10	1,18
Rep. Dominicana 00	PRD	4,85	1,17
Chile 98	RN	6,71	1,16
Argentina 98	FREPASO	3,05	1,03
El Salvador 00	FMLN	1,94	1,00
Chile 98	UDI	7,94	0,97
Equador 98	ID	4,06	0,90
Argentina 98	UCR	4,24	0,78
Chile 98	DC	4,52	0,74
Chile 98	PPD	4,09	0,70
<b>Coerência ideológica média</b>			<b>1,38</b>

**Fonte:** *Elaboração própria a partir de dados da pesquisa "Elites parlamentares na América Latina"*

Mas nem sempre a incoerência ideológica se relaciona com um partido originado por divisões. Por exemplo, o PAN da Guatemala, posicionado ideologicamente na direita liberal e com a presença de um líder carismático, mostra um grau alto de dispersão na dimensão ideológica da coerência, mas sua origem está na iniciativa de um grupo de empresários.

Descendo nos níveis de incoerência, aparecem dois partidos venezuelanos. Desde suas origens, a AD da Venezuela esteve marcada por profundos conflitos, os quais provocaram varias divisões nesta organização. Após a ascensão ao poder de Hugo Chávez, em 1998, o partido parece ter entrado em uma fase de “hibernação”, ausentando-se dos importantes processos sóciopolíticos vividos pelo país (Vaivads, 2001). Esses elementos podem ajudar a compreender a dispersão mostrada pelas elites na dimensão ideológica. Outro partido venezuelano, o MVR, mantém desvios típicos altos na dimensão ideológica. Esse movimento é novo e carece de solidez interna, na medida em que se encontra inserido em um processo de desenvolvimento da personalização política que o país vem passando desde 1993, como mecanismo de estabilização frente à deterioração do sistema de partidos. Sua dispersão na dimensão ideológica reflete-se na própria definição do partido, no sentido em que se anuncia em seus Estatutos como um “movimento político amplo, aberto e unitário” (Pereira, 2001).

Ao contrário dos partidos mais incoerentes na dimensão ideológica que provêm de uma diversidade de áreas geográficas da região, os partidos com maior coerência ideológica, com exceção do ID do Equador, a FMLN de El Salvador e o PRD dominicano, são partidos concentrados em dois países: Chile e Argentina. Vejamos cada um deles.

A UCR argentina é um partido com uma longa história política, enquanto que a FREPASO é uma força política nova e heterogênea em seu interior, onde convergem dirigentes e militantes de base de diferentes agremiações. Apesar disso e embora mostre uma dispersão ideológica maior que a UCR, ainda assim ela é comparativamente baixa. Isso parece indicar que a juventude de um partido não é impedimento para que exista coerência ideológica.

No caso chileno, é notável o maior grau de coerência da UDI em relação a RN, dois partidos de direita com postulados programático-ideológicos muito similares. A UDI, partido mais à direita e com maior identificação com o legado autoritário do regime pinochetista, parece apresentar menores divisões internas do que a RN. Os membros da UDI se identificam claramente com o passado pinochetista e apresentam um maior grau de acordo em suas posturas do que a RN, um partido que representa uma direita mais aberta e mais desmarcada da herança de Pinochet, e que nasce da divisão da UDI e do Movimento União Nacional.

A ID destaca-se pela baixa dispersão mostrada por suas elites. O motivo dessa coerência pode estar na adesão, desde o momento de sua fundação e ao longo de sua história, aos princípios da social-democracia e na inexistência de um líder carismático que controle, de forma personalista, a atuação da agremiação.

A FMLN é o principal partido político da esquerda salvadorenha e, tal como a FREPASO argentina, esteve formada desde sua origem por agrupações diversas e distintas que parecem unidas pela ideologia, de modo que, apesar dos sucessivos e variados conflitos internos pelos quais passou, mantém-se a coincidência da elite no momento de se situar ideologicamente.

É importante ressaltar a variação no grau de coerência partidária entre partidos de um mesmo sistema partidário. Por exemplo, os partidos do Equador e de El Salvador analisados apresentam importantes diferenças em seu grau de coerência ideológica. Isso confirma a necessidade de focar os estudos de coerência desde a perspectiva dos partidos políticos, contra a tendência a generalizações em torno dos sistemas partidários. A exceção a este fato está nos casos do sistema de partidos da Venezuela e do Chile: embora em posições opostas -Venezuela com partidos incoerentes ideologicamente e Chile com partidos coerentes nesse terreno -, as agremiações que compõem cada um desses sistemas partidários apresentam graus de coerência ideológica similares ao resto dos partidos de seu sistema.

### ***Coerência programática***

#### **Coerência programática-atitudinal**

A subdimensão programática-atitudinal total mostra uma alta variação entre os partidos mais e menos coerentes. A coerência programática-atitudinal média é 1,34 unidades de desvio padrão. Treze partidos estão acima dessa média. A variação nesta dimensão é entre 1,60 e 1,35, menor, portanto, do que no caso da dimensão ideológica.

Nos postos de maior coerência estão dois partidos chilenos (UDI e PPD). Os três partidos mais incoerentes na soma da dimensão atitudinal são a FRG de Guatemala,<sup>15</sup> o PRE equatoriano e o MVR venezuelano.<sup>16</sup> Os três compartilham a característica de uma liderança fortemente carismática: Ríos Montt, Abdalá Bucaram e Hugo Chávez, respectivamente. Esses líderes são fundadores e dirigem seus partidos de forma extremamente personalista. Isso pode fazer com que dentro do partido exista uma adesão motivada pela liderança, mais do que por princípios programático-atitudinais.

---

<sup>15</sup> A história política deste partido está repleta de contradições e inconsistências de estratégia e ação, reflexo de sua condição de plataforma eleitoral submetida às ambições do líder fundador: José Efraim Ríos Montt (García Díez, 2001)

<sup>16</sup> Cabe recordar que os dois últimos partidos também se mostraram incoerentes na dimensão ideológica.

**TABELA 4**  
**Subdimensão programática-attitudinal (ordenados de menor a maior coerência)**

País- Ano	Partido	Papel das Forças Armadas	Grau de religiosidade	Valores cristãos ou seculares em política	Divórcio	Aborto	Direitos humanos	Média Coerência programática attitudinal
Guatemala 98	FRG	2,08	2,89	1,54	1,55	1,23	0,36	1,60
Equador 98	PRE	2,37	2,66	1,33	1,54	1,39	0,29	1,59
Venezuela 00	MVR	1,48	2,48	1,85	1,36	1,66	0,47	1,55
Guatemala 98	PAN	2,16	2,51	1,33	1,71	1,04	0,48	1,53
Nicarágua 98	PLC	1,85	2	1,57	1,73	1,45	0,50	1,51
Nicarágua 98	FSLN	1,93	2,95	1,12	1,13	1,53	0,36	1,50
Venezuela 00	AD	1,89	2,62	0,93	1,49	1,66	0,45	1,50
Equador 98	PSC	1,68	2,59	1,39	1,45	1,06	0,51	1,44
El Salvador 00	FMLN	2,01	2,01	2,61	0,83	0,88	0,24	1,43
El Salvador 00	ARENA	1,33	1,87	1,97	1,51	1,28	0,51	1,41
Equador 98	DP	1,69	2,17	0,96	1,63	1,36	0,49	1,38
Argentina 98	UCR	1,81	2,42	1,15	0,96	1,39	0,51	1,37
Equador 98	ID	0,70	2,50	1,27	1,77	1,52	0,33	1,34
Honduras 98	PNH	2,10	1,72	0,96	1,78	1,01	0,43	1,33
Colômbia 98	PL	2,18	2,03	1,23	0,63	1,60	0,31	1,33
Colômbia 98	PC	2	2,09	1,01	1,08	1,35	0,39	1,32
Argentina 98	PJ	1,51	2,16	1,14	1,05	1,54	0,50	1,31
Chile 98	DC	1,78	1,82	1,10	1,48	1,04	0,50	1,28
Rep.Dom. 00	PLD	1,71	1,71	1,23	1,23	1,04	0,45	1,22
Honduras 98	PLH	1,83	1,66	0,88	1,34	1,11	0,50	1,22
Chile 98	RN	1,77	2,18	1,17	1,59	0	0,47	1,19
Argentina 98	FREPASO	1,53	2,02	1,41	0,67	0,94	0,50	1,17
Rep. Dom. 00	PRD	1,09	1,87	1,21	1,24	1,04	0,50	1,15
Chile 98	UDI	1,26	1,59	1,09	1,69	0,73	0,24	1,1
Chile 98	PPD	1,11	1,44	1,06	0	1,42	0,49	0,92
<b>Coerência programática-attitudinal média</b>								<b>1,34</b>

**Fonte:** *Elaboração própria a partir de dados da pesquisa "Elites parlamentares na América Latina"*

Por outro lado, quanto às semelhanças por país, nos casos de Nicarágua, El Salvador, Colômbia e Chile, dois partidos em cada um desses países apresentam na subdimensão programática-attitudinal níveis parecidos (ocupam postos seguidos), o que mostra que esta subdimensão da coerência pode ter mais explicações de tipo exógeno do que a dimensão ideológica. No exame em separado dos indicadores

utilizados para construir o índice de coerência programática-atitudinal, na valoração do papel das Forças Armadas não existem semelhanças entre os partidos de um mesmo país. O que indicaria, uma vez mais, que a variação dessa valoração é mais abordável desde o ponto de vista do partido do que do sistema partidário. Além disso, esse indicador mostra uma grande variação nas pontuações dos desvios típicos, o que evidencia que a valoração das Forças Armadas é um tema polêmico dentro dos partidos latino-americanos. As elites partidárias que apresentam uma maior incoerência em sua visão das Forças Armadas são as do PRE equatoriano e as do PL colombiano. No lado da coerência, são as de ID e as do PPD chileno que mantêm um grau menor de dispersão.

O grau de religiosidade também exibe desvios altos nos partidos analisados, mostrando que as elites de um mesmo partido não possuem níveis similares de prática religiosa. Neste indicador, o partido mais incoerente é o guatemalteco FRG e o chileno PPD é o mais coerente. Curiosamente, a DC, que nasce com um marcado caráter religioso, ostenta um nível alto de dispersão no grau de religiosidade de seus membros.

Ao comparar os níveis de coerência no papel das Forças Armadas e no grau de religiosidade, os partidos são mais coerentes na segunda do que na primeira questão. As únicas exceções a essa tendência são a FMLN, o PLH de Honduras e o PL de Colômbia, partidos em que a definição do papel das Forças Armadas apresenta menos dissensão entre os legisladores do que seu grau de religiosidade.<sup>17</sup>

Destaca-se o grau de homogeneidade que apresentam os legisladores com respeito à presença de valores cristãos ou seculares em política. As exceções são a FMLN da Nicarágua e o MVR venezuelano, que mostram mais dispersão em seu interior.

Na opinião sobre o divórcio, ressalta o caso do PPD, já que seus legisladores manifestaram uma total coerência em suas opiniões. No lado oposto, aparecem o PNH hondurenho e a ID do Equador, partido este que em outros indicadores não se destaca pela incoerência.

O aborto, ao contrário do que se poderia esperar, devido ao caráter polêmico do tema, concentra pontuações menos dispersas do que o divórcio. Os legisladores são mais coerentes na hora de posicionar-se contra ou a favor. Neste indicador, outro partido chileno volta a se destacar por sua coerência total, desta vez o RN. No pólo oposto, como mais incoerente em relação às posições contra ou a favor do aborto, estão os dois partidos venezuelanos analisados: AD e MVR. O último indicador que compõe a subdimensão programática-atitudinal é a

---

<sup>17</sup> As escalas das perguntas, como indica o Anexo III, não são iguais nas sete perguntas que compõem o índice de coerência programático-atitudinal. Por isso, para comentar o grau de coerência programático-atitudinal, só se podem comparar os níveis de desvio padrão de perguntas com as mesmas escalas (papel das forças armadas e grau de religiosidade, por um lado; e aborto, divórcio e presença de valores cristãos em política, por outro lado).

importância concedida aos direitos humanos ou das minorias étnicas ou culturais. Os partidos que se mostram mais coerentes neste tema são a FMLN de El Salvador e a UDI de Chile. Ao contrário, o PSC do Equador, a Arena de El Salvador e a UCR da Argentina são os que apresentam mais incoerência.

### **Coerência programática-econômica**

No índice total de dispersão da subdimensão programática-econômica voltam a figurar nas posições mais incoerentes o MVR<sup>18</sup> e o PRE, seguidos por outro partido equatoriano, o PSC e os dois colombianos (PL e PC).<sup>19</sup> Entre os partidos com mais coerência nesta dimensão, destacam-se os argentinos PJ e FREPASO e os chilenos UDI e PPD.

Relacionado com a posição dos partidos enquanto membros de um mesmo sistema, observa-se que em Equador, Colômbia, Nicarágua e Argentina, dois partidos em cada um dos casos apresentam níveis parecidos na dimensão programática (ocupam postos seguidos).

Contrariamente ao que o saber convencional poderia sugerir, os partidos do Chile não ocupam os primeiros postos no grau de coerência e exibem o menor grau de coerência no âmbito programático-econômico, diferente dos altos níveis de coerência no âmbito ideológico e programático-atitude. Por sua vez, os partidos chilenos mostram as maiores diferenças entre si neste âmbito programático-econômico. Dada a tradicional ideologização da política chilena e a relevância da clivagem religiosa, bem como de alguns valores que essa clivagem insere no jogo político do país, é esperável encontrar maiores níveis de acordo nas dimensões ideológica e programática-atitude.

Na análise por indicadores, cabe ressaltar que os partidos não mostram níveis muito altos de incoerência na escala estatismo-mercado, o que assinalaria que não se trata mais de um tema que desperte grandes diferenças de opinião entre a elite dos partidos. As agremiações partidárias que mostram maior incoerência neste indicador são o PRE e o MVR, que, como se viu ao longo da análise, ocupam, com muita frequência, os níveis mais altos de incoerência. Depois deles vem o PSC equatoriano. E ao contrário, o partido mais coerente volta a ser um chileno, PPD, seguido da ID do Equador.

---

<sup>18</sup> Em “La propuesta de Hugo Chávez para gobernar Venezuela” esboça-se o desenvolvimento de uma economia humanista (dirigida para melhorar as condições de vida do homem), autogerida (democratizar a economia e promover organizações alternativas para a produção: associações, cooperativas) e competitiva (aproveitar vantagens comparativas e competitivas no mercado interno e externo, poupança interna e investimento estrangeiro). Expressa-se a complementaridade entre mercado e Estado, na qual este último teria um papel importante na busca do interesse geral e o desenvolvimento (Pereira, 2001).

<sup>19</sup> Esta subdimensão, ao ser comparada com o resto de dimensões, é a que apresenta pontuações mais baixas de desvio. Isso se deve ao fato de que é composta por duas variáveis dicotomizadas, nas quais o desvio padrão nunca pode passar de 1. Isso leva necessariamente a que a comparação seja entre os partidos que compõem as dimensões e não entre as mesmas.

**TABELA 5**  
**Subdimensão programática-econômica (ordenados de menor a maior coerência)**

<i>País-Ano</i>	<i>Partido</i>	<i>Estatismo-mercado</i>	<i>Impostos diretos-indiretos</i>	<i>Intervenção do Estado como via para reduzir desigualdades</i>	<i>Média coerência programática-econômica</i>
Venezuela 00	MVR	1,10	0,51	0,49	0,7
Equador 98	PRE	1,12	0,50	0,48	0,7
Equador 98	PSC	1,03	0,50	0,49	0,67
Colômbia 98	PL	1,10	0,51	0,36	0,65
Colômbia 98	PC	0,99	0,51	0,46	0,65
Rep. Dom. 00	PRD	0,99	0,51	0,45	0,65
El Salvador 00	ARENA	0,91	0,44	0,50	0,61
Venezuela 00	AD	0,80	0,50	0,51	0,60
Guatemala 98	PAN	0,89	0,43	0,50	0,60
Honduras 98	PN	0,95	0,42	0,41	0,59
Nicarágua 98	PLC	0,89	0,44	0,44	0,59
Nicarágua 98	FSLN	0,77	0,51	0,49	0,59
Equador 98	DP	0,77	0,48	0,49	0,58
Honduras 98	PL	0,84	0,45	0,42	0,57
Rep. Dom. 00	PLD	0,84	0,45	0,41	0,56
Chile 98	RN	0,66	0,47	0,48	0,53
Guatemala 98	FRG	0,83	0,32	0,43	0,52
El Salvador 00	FMLN	0,76	0,39	0,37	0,50
Chile 98	DC	0,72	0,32	0,41	0,48
Argentina 98	UCR	0,71	0,48	0	0,39
Equador	ID	0,49	0,29	0,39	0,39
Chile 98	UDI	0,62	0,50	0	0,37
Argentina 98	PJ	0,69	0,40	0	0,36
Argentina 98	FREPASO	0,82	0,24	0	0,35
Chile 98	PPD	0,43	0,47	0	0,3
<b>Coerência programática-econômica média</b>					<b>0,54</b>

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados da pesquisa "Elites parlamentares na América Latina"

Quanto à preferência por impostos diretos ou indiretos para financiar o Estado, a FREPASO argentina e a ID equatoriana são os que se destacam pela coerência oferecida pelos legisladores na hora de declarar-se por um tipo de imposto ou outro. No lado oposto, e manifestando mais dispersão, encontram-se o MVR, os dois partidos colombianos analisados (PL e PC), o PRD da República Dominicana e a FSLN nicaragüense.

Na opinião dos legisladores sobre a intervenção do Estado como via para reduzir as desigualdades, destaca-se o alto número de partidos que manifestam total coerência.<sup>20</sup> Entre eles, estão os três partidos argentinos analisados (PJ, UCR, e FREPASO), o que leva a pensar que esta coerência pode ter uma explicação exógena para este país em particular. Também são totalmente coerentes o PPD chileno e a também chilena UDI. Os partidos mais incoerentes neste indicador são a AD da Venezuela, a Arena de El Salvador e o PAN da Guatemala.

### ***Coerência total***

A coerência total varia entre 1,49 e 0,64. O PRE equatoriano e o PPD chileno são o menos e o mais coerente dos 25 casos analisados. Na Tabela 6 aparece a média total dos desvios típicos nas três dimensões para todos os partidos políticos.<sup>21</sup>

Tal como parecia sugerir a análise individual das dimensões, os partidos chilenos - três dos quatro estudados - são os mais coerentes (DC, UDI, PPD). Por isso, talvez caiba esperar explicações exógenas para esse país. Ao contrário, o PRE destaca-se por sua incoerência, seguido do PAN guatemalteco e dos dois partidos venezuelanos, MVR e AD. Um segundo aspecto que se confirma, tal como vínhamos sugerindo, se refere à utilidade do partido político como unidade de análise. Por exemplo, contra o que seria de se esperar, um partido chileno, o RN, aparece em nossa análise como menos coerente do que três partidos argentinos (FREPASO, UCR, PJ) e um partido equatoriano (ID).

---

<sup>20</sup> Isso pode se dever ao fato de que, em princípio, não se trata de um tema que gere polêmica. Embora no momento de pô-lo em prática possa se converter em um tema gerador de discrepâncias.

<sup>21</sup> Nossa classificação dos partidos se distingue da de Hawkins e Morgenstern (2000) na seleção de países, no fato de que eles utilizam dados de questionários realizados em 1994 e porque os resultados que eles obtêm são agregados. Ou seja, eles analisam a coerência sistêmica, não a partidária, ao menos no indicador de coerência total (coesão para eles). Nós optamos por um enfoque que prioriza a análise do partido, em vez do sistema. Isso nos permite encontrar uma fotografia mais detalhada das diferenças entre partidos de um mesmo sistema. Apesar dessas diferenças, é possível fazer algum tipo de comparação entre os dois trabalhos. Em termos gerais, as duas análises concluem que Chile e Equador ocupam os lugares de maior e menor coerência. As duas diferenças mais importantes são o lugar que designamos para a Venezuela em nossa análise, que é dos sistemas com partidos mais incoerentes, enquanto que no caso de Hawkins e Morgenstern, esse país ocupa um lugar intermediário entre onze países; e a Colômbia, onde ocorre o contrário: segundo nossa análise, esse ocupa um lugar intermediário, enquanto que no trabalho deles ocupa um lugar de baixa coerência.

**TABELA 6**  
**Os partidos nas três dimensões (ordenados de menos a mais coerente)**

País-ano	Partido	Subdimensão programática-econômica	Subdimensão programática-atitudinal	Dimensão ideológica	Média total coerência
Equador 98	PRE	0,7	1,59	1,93	1,40
Guatemala 98	PAN	0,6	1,53	1,93	1,35
Venezuela 00	MVR	0,7	1,55	1,69	1,31
Venezuela 00	AD	0,6	1,5	1,85	1,31
Equador 98	PSC	0,67	1,44	1,61	1,24
Honduras 98	PN	0,59	1,33	1,94	1,28
Guatemala 98	FRG	0,52	1,6	1,54	1,22
Equador 98	DP	0,58	1,38	1,66	1,20
El Salvador 00	ARENA	0,61	1,41	1,59	1,20
Honduras 98	PL	0,57	1,33	1,65	1,18
Nicarágua 98	PLC	0,59	1,22	1,97	1,17
Nicarágua 98	FSLN	0,59	1,5	1,39	1,16
Colômbia 98	PL	0,65	1,33	1,53	1,15
Rep. Dom. 00	PLD	0,56	1,22	1,46	1,08
Colômbia 98	PC	0,65	1,32	1,2	1,05
Rep. Dom. 00	PRD	0,65	1,15	1,17	0,99
El Salvador 00	FMLN	0,5	1,43	1	0,97
Chile 98	RN	0,53	1,19	1,16	0,96
Argentina 98	PJ	0,36	1,31	1,18	0,95
Equador 98	ID	0,39	1,34	0,9	0,87
Argentina 98	FREPASO	0,35	1,17	1,03	0,85
Argentina 98	UCR	0,39	1,37	0,78	0,84
Chile 98	DC	0,48	1,28	0,74	0,83
Chile 98	UDI	0,37	1,1	0,97	0,81
Chile 98	PPD	0,3	0,92	0,7	0,64
<b>Média da coerência total</b>					<b>1,08</b>

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados da pesquisa “Elites parlamentares na América Latina”

### Vínculos entre dimensões

A Tabela 7 resume a posição que os partidos mais coerentes e os mais incoerentes ocupam nas dimensões e subdimensões estudadas e na total.

**TABELA 7**

**Os dez partidos mais coerentes-incoerentes nos cruzamentos dimensionais (em negrito, os que aparecem em todas as dimensões)**

	<i>Ideológica</i>	<i>Programática- atitudinal</i>	<i>Programática- econômica</i>	<i>Total</i>
<i>Incoerentes</i>  (A ordem é de maior à menor incoerência)	PLC (Nicarágua)	FRG (Guatemala)	<b>MVR</b> (Venezuela)	<b>PRE</b> (Equador)
	PNH (Honduras)	<b>PRE</b> (Equador)	<b>PRE</b> (Equador)	<b>PAN</b> (Guatemala)
	<b>PRE</b> (Equador)	<b>MVR</b> (Venezuela)	<b>PSC</b> (Equador)	<b>MVR</b> (Venezuela)
	<b>PAN</b> (Guatemala)	<b>PAN</b> (Guatemala)	PL (Colômbia)	<b>AD</b> (Venezuela)
	<b>AD</b> (Venezuela)	PLC (Nicarágua)	PC (Colômbia)	<b>PSC</b> (Equador)
	<b>MVR</b> (Venezuela)	FSLN (Nicarágua)	PRD (Rep Dom.)	PNH (Honduras)
	DP (Equador)	<b>AD</b> (Venezuela)	ARENA (EI Salv.)	FRG (Guatemala)
	PLH (Honduras)	<b>PSC</b> (Equador)	<b>AD</b> (Venezuela)	DP (Equador)
	<b>PSC</b> (Equador)	FMLN (EI Salv.)	<b>PAN</b> (Guatemala)	ARENA (EI Salv.)
	ARENA (EI Salv.)	ARENA (EI Salv.)	PNH (Honduras)	PL (Honduras)
<i>Coerentes</i>  (A ordem é de maior à menor coerência)	<b>PPD</b> (Chile)	<b>PPD</b> (Chile)	<b>PPD</b> (Chile)	<b>PPD</b> (Chile)
	<b>DC</b> (Chile)	<b>UDI</b> (Chile)	<b>FREPASO</b> (Argent.)	<b>UDI</b> (Chile)
	UCR (Argentina)	PRD (Rep. Dom.)	<b>PJ</b> (Argentina)	<b>DC</b> (Chile)
	ID (Equador)	<b>FREPASO</b> (Argent.)	<b>UDI</b> (Chile)	UCR (Argentina)
	<b>UDI</b> (Chile)	<b>RN</b> (Chile)	ID (Equador)	<b>FREPASO</b> (Argent.)
	FMLN (EI Salv.)	PUSC (Costa Rica)	UCR (Argentina)	ID (Equador)
	<b>FREPASO</b> (Argent.)	PL (Honduras)	<b>DC</b> (Chile)	<b>PJ</b> (Argentina)
	<b>RN</b> (Chile)	PLD (Rep. Dom.)	FMLN (EI Salvador)	<b>RN</b> (Chile)
	PRD (Rep. Dom.)	<b>DC</b> (Chile)	FRG (Guatemala)	FMLN (EI Salv.)
<b>PJ</b> (Argentina)	<b>PJ</b> (Argentina)	<b>RN</b> (Chile)	PRD (Rep Dom.)	

**Fonte:** *Elaboração própria a partir de dados da pesquisa "Elites parlamentares na América Latina"*

Os partidos que repetem posições incoerentes em todas as dimensões tratadas são: o PRE e PSC do Equador, o PAN da Guatemala e o MVR e a AD da Venezuela. Ao examinarmos os partidos que ocupam posições incoerentes, observamos que são os da região centro-americana os que as ocupam mais vezes e que os partidos que os acompanham nessas posições, situados no sul do continente, são dos países andinos: Venezuela e Equador. A Venezuela passou nos últimos anos por um processo de decomposição do sistema bipartidário tradicional que a caracterizava. As eleições de 1993 marcam um ponto de ruptura com o

esquema político consolidado a partir de 1973, para dar início a uma situação de multipartidarismo. Os principais partidos políticos tradicionais venezuelanos, AD e COPEI, enfrentaram nas disputas eleitorais de 1998 novos partidos surgidos em função de lideranças pessoais e com objetivos eleitorais. Assim surgiu o MVR, para apoiar a candidatura presidencial de Hugo Chávez Frías, candidato que finalmente ganhou as eleições e dirigiu, com um estilo muito personalista, uma série de mudanças importantes e estruturais no país. A legitimidade dos partidos está prejudicada e isso explica a dificuldade que encontram os novos movimentos sociais para consolidar fidelidades e inserir-se nas organizações sociais. Um sinal disso é a crescente personalização da política em torno de lideranças nacionais e regionais (Molina, 2001).

Por outro lado, o Equador passou nos últimos anos por diversas crises de governo, como a de Abdalá Bucaram em 1997 e a de Jamil Mahuad em 2000. Os partidos políticos equatorianos sofrem uma extrema polarização, à que se acrescentam pautas pouco cooperativas. Ademais, tal como no caso venezuelano, caracterizam-se pela personalização da política, variável segundo o partido, e embora os partidos estejam consolidados como estrutura de oportunidades político-eleitorais, continuam tendo problemas para gerar fidelidades na sociedade. A todos esses elementos é preciso acrescentar a forte regionalização do país que faz com que os partidos tenham problemas para se introduzir nos espaços que não são seus feudos históricos.

No que tange aos partidos mais coerentes, os que repetem posições de coerência nas três dimensões pertencem todos ao Cone Sul: quatro partidos chilenos (PPD, UDI, DC e RN) e dois partidos argentinos (FREPASO e PJ). A UCR, o outro partido argentino analisado, embora se destaque por sua coerência na subdimensão programática-econômica e na dimensão ideológica, ocupa uma posição intermediária na subdimensão programática-atitudinal. Nessa situação também se encontram outros partidos, como a ID do Equador e a FMLN de El Salvador. Por sua vez, o PRD dominicano, embora mantenha posturas coerentes na dimensão ideológica e na subdimensão programática-atitudinal, apresenta posturas incoerentes na subdimensão programática-econômica. Dessas observações pode-se extrair a conclusão de que a subdimensões da dimensão programa não estão relacionadas. Para comprovar como se relacionam as dimensões e subdimensões da coerência definidas neste trabalho, fez-se uma análise de correlação (Tabela 8).

A dimensão ideológica se correlaciona significativamente com as subdimensões programática-econômica (0,54) e, em especial, com a programática-atitudinal (0,76). Ademais, esta correlação é positiva, o que nos indica que desvios típicos altos na dimensão ideológica se correlacionam com desvios altos na dimensão programática. Ou seja, a coerência ideológica está muito relacionada com a coerência programática-econômica e com a programática-atitudinal e se um

partido é incoerente ideologicamente, tenderá a sê-lo programaticamente. No entanto, embora significativa estatisticamente no nível 0,05, é baixa a correlação entre as subdimensões da dimensão programa. Por isso, pode-se afirmar que as posturas coerentes ou incoerentes de um determinado partido quanto a suas atitudes têm pouca relação com o grau de coerência programática-econômica desse partido. Este fato reforça a distinção da coerência programática em duas subdimensões, tal como se fez neste trabalho.

**TABELA 8**  
**Correlações das dimensões e subdimensões**

		<i>Dimensão ideológica</i>	<i>Subdimensão programática-econômica</i>	<i>Subdimensão programática-atitudinal</i>
Dimensão ideológica	Correlação de Pearson Sig. (bilateral) N			
Subdimensão programática-atitudinal	Correlação de Pearson Sig. (bilateral) N	<b>0,766**</b> 0,000 25		
Subdimensão programática-econômica	Correlação de Pearson Sig. (bilateral) N	<b>0,547**</b> 0,003 25	<b>0,398*</b> 0,45 25	

\*\* A correlação é significativa no nível 0,01 (bilateral).

### ***Para uma explicação da coerência partidária***

As variáveis explicativas que a literatura sugere quando aborda, embora de forma tangencial, a questão da coerência partidária podem ser classificadas em dois grandes grupos de variáveis. Como mostra a Tabela 9, por um lado a literatura misturou variáveis que se referem ao sistema, aqui denominadas variáveis exógenas, e, por outro lado, variáveis endógenas, aquelas que assumem um valor diferente em cada partido.<sup>22</sup>

<sup>22</sup> A direção da relação entre os diferentes grupos de variáveis e a importância-difusão-projeção do programático e ideológico nos partidos e sistemas de partidos ainda foi determinada com clareza: o que para alguns autores favorece a importância do programático, para outros funciona no sentido contrário. Neste sentido, a dificuldade de determinar não somente o peso, mas a direção, pode contribuir para a existência de efeitos mútuos entre a dimensão partidária e exógena da coerência partidária. Por exemplo, o personalismo pode levar a uma menor coerência programática e ideológica, mas ao mesmo tempo, uma menor coerência partidária pode facilitar a chegada e aquisição de protagonismo de líderes personalistas.

**TABELA 9**

**Variáveis destacadas na literatura por seus efeitos sobre o grau de coerência partidária (e/ou conceitos próximos)**

---

<i>Variáveis exógenas</i> <i>(afetam todos os partidos do sistema partidário)</i>
Forma de governo do sistema político <i>Linz e Valenzuela, 1994; Maor, 1997</i>
Sistema eleitoral do país (tipo de lista, cláusula de reeleição, tipo de circunscrições) <i>Mainwaring y Shugart, 1997; Hawkins y Morgenstern, 2000</i>
Número de partidos do sistema partidário <i>Hartlyn y Valenzuela, 1998; Downs, 1957; Hawkins y Morgenstern, 2000</i>
Grau de polarização do sistema partidário <i>Sartori, 1991; Downs, 1957</i>
Tradição de líderes, caudilhos do país <i>Alexander, 1973</i>
Número de anos de democracia de forma ininterrupta <i>Hartlyn, Diamond, Lipset, Linz, 1999</i>
Tipos de clivagens do sistema de partidos <i>Middlebrook, 2000</i>
Arranjos socioeconômicos do país <i>Kitschelt, 2000 y 2001</i>

---

<i>Variáveis endógenas</i> <i>(seu valor é diferente em cada partido, afetam os partidos políticos de forma individual)</i>
Tipo de recrutamento e indicação de candidatos dentro do partido <i>Norris, 1997; Hawkins y Morgenstern, 2000</i>
Apelo a diferentes classes por parte do partido (caráter policlassista ou não do partido)
Presença/Existência de líderes fortes dentro do partido <i>Bowler et al., 1999</i>
Ideologia do partido
Idade do partido <i>Hawkins y Morgenstern, 2000</i>

---

**Fonte:** *Elaboração própria*

Com o modelo de explicação da coerência partidária que propomos pretendemos determinar o peso real de fatores que a literatura sobre partidos e o saber convencional apontam como responsáveis pelos níveis de consenso/dissenso intrapartidário, mas cujo peso real, ao contrário, não se costuma comprovar empiricamente.

As explicações monocausais são insuficientes para explicar a coerência dos partidos. Tanto as variáveis exógenas como as endógenas têm incidência na

coerência partidária, embora atuem em níveis distintos: as variáveis exógenas colocariam um nível geral de (in)coerência para os partidos que compõem um sistema partidário, ao fazer parte de uma mesma lógica institucional e histórica. Ao contrário, as variáveis endógenas, que assumem valores diferentes por partido, seriam relevantes para dar conta das diferenças na coerência partidária de partidos pertencentes a um mesmo sistema.<sup>23</sup> Assim, em nosso modelo explicativo de coerência intrapartidária introduzimos aspectos endógenos referidos ao partido e referidos aos legisladores (a sua trajetória profissional e socialização) junto com duas variáveis exógenas.

A Tabela 10 detalha as variáveis do modelo que propomos. A ideologia de um partido político se perfila como um dos elementos endógenos ao partido com influência sobre o grau de congruência dos membros dos partidos. Os partidos de esquerda da região, por terem padecido períodos longos de proscições e perseguições por parte dos regimes imperantes, interiorizaram mecanismos de fidelidade ao partido que os leva a ser mais coerentes até hoje. Junto com a ideologia, a idade é apontada como outro elemento gerador de coerência dentro de um partido: aqueles que têm com uma longa história adquirem uma estrutura ideológica e programática mais assentada do que os mais jovens, que estão em processo de gênese e debate. Ainda no grupo de variáveis endógenas, mas referida aos legisladores, vemos que o número de anos de militância e a experiência parlamentar conduzem a uma maior assimilação das regras dos partidos e a um maior contato com seu programa e ideologia. Portanto, os partidos formados por políticos com maior número de anos em organizações partidárias e/ou maior experiência parlamentar tenderão a ser mais coerentes. Com respeito à socialização política, percebe-se que um processo básico da coerência partidária é a socialização: os partidos que contam com militantes que discutiram sobre temas políticos tenderão a ser mais coerentes.

No grupo de variáveis exógenas, o número de partidos políticos parece influir no grau de coerência, embora a direção dessa relação não esteja clara na literatura, uma vez que existe uma espécie de evidência contraditória. Aqui comprovamos se um menor número de partidos conduz a mais difusão programática e ideológica no interior dos mesmos e, portanto, à menor coerência. Ao lado dessa variável, o grau de desenvolvimento socioeconômico incide sobre elementos da estabilidade e consolidação dos sistemas políticos. Nesse sentido, queremos contrastar a aparência de que os partidos mantêm mais coerência nos países com mais desenvolvimento socioeconômico.

---

<sup>23</sup> No trabalho de Hawkins e Morgenstern (2000), aquele que de uma maneira mais empírica aborda a questão das variáveis explicativas, as três variáveis que se consideram são: a variável endógena idade do partido e as variáveis exógenas: leis eleitorais e número de partidos.

**TABELA 10**  
**Variáveis introduzidas para a explicação da coerência partidária**

Variáveis Endógenas		Variáveis Exógenas
Referidas a cada partido	Referidas aos legisladores	Número efetivo de partidos na última legislatura
Ideologia do Partido <sup>24</sup>	Média de anos de militância	
	Repetição de cargo legislativo	
Idade do Partido	Freqüência com que se falava de política em sua infância	Grau de desenvolvimento econômico do país.

*Nota: No Anexo II indica-se o modo como se construíram as variáveis independentes.*

**Fonte:** *Elaboração própria*

Para determinar o peso e contrastar a direção das relações entre as variáveis independentes estabelecidas e a coerência partidária realizaram-se várias análises de regressão múltipla pelo procedimento de passos sucessivos.<sup>25</sup> Na Tabela 11 aparece o resumo dos resultados obtidos com a análise multivariável.<sup>26</sup>

### Dimensão coerência ideológica

Duas das variáveis propostas no modelo aparecem com influência significativa sobre o grau de coerência partidária: o desenvolvimento econômico do país e a ideologia do partido. Ambas explicam 43% da variância da coerência ideológica. Através do estatístico F, sabemos que a relação que se estabelece entre as duas variáveis da regressão e a coerência ideológica é uma relação linear significativa. Obtemos o peso relativo de cada variável independente na equação de regressão ao analisar os Betas estandardizados. Assim, vemos que embora ambas guardem uma relação significativa com a coerência ideológica de um partido e que conjuntamente expliquem 43%, não têm igual peso relativo: a variável exógena, desenvolvimento econômico do país, é o elemento que mais explica os níveis de

<sup>24</sup> Considerou-se relevante a utilização da ideologia do partido como fator explicativo da coerência. Diante da possível crítica em torno da tautologia deste modelo, já que o elemento ideológico constitui uma dimensão da variável dependente coerência, enfatizamos que a dimensão ideológica da variável dependente é a coerência, portanto, o relevante é a dispersão. Ao passo que, no caso da ideologia como independente, é uma média e o que importa nela é seu valor substantivo.

<sup>25</sup> O conceito de relação se refere ao grau de variação conjunta existente entre duas variáveis ou mais. Com a técnica estatística que aplicaremos, buscamos relações lineares.

<sup>26</sup> Comprovaram-se os supostos das análises de regressão realizadas para garantir sua validade. O suposto da linearidade é cumprido por nosso modelo, comprovado através da análise dos gráficos de dispersão. Com respeito ao suposto de independência, na Tabela 11, os valores do estatístico Durbin-Watson indicam que podemos assumir independência porque em nenhum caso este estatístico assume valores distintos dos compreendidos entre 1,5 e 2,5. Em relação aos supostos de homocedasticidade e normalidade, analisaram-se os resíduos comprovando que as variâncias são homogêneas. Por último, exploramos que não existe colinearidade entre as variáveis independentes, os índices de condição são todos menores que 15.

coerência ideológica de um partido político. Esta relação se estabelece no sentido de que os partidos situados em países com maior desenvolvimento econômico têm maior probabilidade de possuir coerência ideológica.

A variável endógena, ideologia do partido, com menor peso explicativo, nos indica que os partidos de esquerda são mais coerentes ideologicamente do que os partidos de direita. Mas tal como observamos na classificação partidária da coerência ideológica, a existência de dois partidos (PRE e MVR) com fortes lideranças personalistas e com graus de incoerência ideológica altos que se situam na esquerda debilita a força dessa relação.

### **Dimensão coerência programática**

#### *Subdimensão coerência programática-attitudinal*

A análise multivariável da coerência programática-attitudinal dos partidos políticos sugere que somente pode ser explicada em 15% pelo desenvolvimento econômico. Essa relação é muito pobre, apesar de ser significativa e, quanto à direção, a influência seria no sentido de que os partidos situados em países desenvolvidos economicamente são mais coerentes na dimensão programática-attitudinal do que os localizados em países com baixo desenvolvimento econômico<sup>27</sup>.

Na análise por indicadores, a dispersão existente dos legisladores na valoração do papel das Forças Armadas de seu país é explicada em 33% pelo número efetivo de partidos nas últimas eleições legislativas. O sentido dessa relação é que os partidos dos países com maior número efetivo de partidos tendem a manter mais coerência na valoração das Forças Armadas do que os partidos pertencentes a países com um número pequeno de partidos.

Com respeito à dispersão das elites partidárias na inclinação pela presença de valores cristãos ou seculares em política, na análise de regressão múltipla se encontrou que há duas variáveis que influem nesta inclinação e que explicam 40% da variação da dispersão de um determinado partido na hora de decidir-se por valores cristãos ou seculares em política. A variável com maior peso relativo na explicação é de caráter endógeno: a idade do partido (os partidos com mais anos de atividade política tendem a ser mais coerentes na hora de decidir-se por valores cristãos ou seculares em política). A outra variável da equação de regressão com influência significativa, embora com um peso explicativo inferior, é de caráter exógeno: o número efetivo de partidos nas últimas eleições legislativas (os partidos pertencentes a países com alto número efetivo de partidos são mais coerentes na

---

<sup>27</sup>As variáveis independentes que introduzimos não têm influência, pelo menos estatisticamente significativa, nos seguintes indicadores da subdimensão programática-attitudinal: grau de religiosidade e importância concedida aos direitos humanos e das minorias étnicas e culturais.

inclinação por valores cristãos ou seculares em política do que os partidos de países com baixo número efetivo de partidos).

A variação da dispersão das elites partidárias diante do divórcio é explicada em 29% por duas variáveis endógenas: a ideologia do partido e a frequência com que os legisladores falavam de política durante sua infância. A ideologia do partido é a que tem um peso explicativo maior no sentido de que os partidos de esquerda mantêm posturas mais coerentes com relação ao divórcio. Embora com menor peso explicativo do que a ideologia do partido, é significativa a relação que se estabelece entre a variável de socialização política “frequência com que se falava de política na infância” e a coerência dos legisladores com respeito ao divórcio (os partidos cujos legisladores viveram em ambientes em que se falava de política tendem a manifestar mais coerência na postura perante o divórcio).

No que tange à coerência intrapartidária diante do aborto, a análise de regressão mostra três variáveis que explicam 42% da variância da coerência ou incoerência dos partidos na hora de se posicionar frente ao aborto. Essas variáveis, em ordem de importância relativa quanto a sua influência são: a média de anos de militância partidária dos legisladores, o desenvolvimento econômico do país (outra vez esta variável indica que os partidos situados em países com alto desenvolvimento econômico são mais inclinados a assumir posturas coerentes na opinião sobre o aborto) e o nível de estudos.

Nessa subdimensão é onde se encontrou mais peso explicativo de variáveis endógenas. Contudo, a variável com maior potência explicativa, tal como na dimensão ideológica da coerência, é o desenvolvimento econômico do país. Esses resultados sugerem que se deve explorar os mecanismos causais que intervêm na relação entre coerência e desenvolvimento econômico.

#### *Subdimensão coerência programática-econômica*

A coerência programática-econômica é explicada pelo desenvolvimento econômico do país em 20%. A dispersão do indicador estatismo-mercado que se utilizou para construir a subdimensão da coerência programática-econômica é somente explicada, em uma porcentagem baixa (20%), pelo desenvolvimento econômico do país em que se encontra o partido político. Essa relação possui o mesmo sentido que as descritas anteriormente: partidos situados em países com alto desenvolvimento econômico tendem a ser mais coerentes na hora de posicionar-se em uma escala estatismo-mercado.

Por seu lado, a coerência na opinião das elites partidárias sobre a intervenção do Estado como via para reduzir desigualdades é explicada pelo desenvolvimento econômico do país em que se encontra o partido. A essa variável explicativa, embora com um peso relativo menor, une-se o nível de estudos dos

legisladores do partido: juntas, elas explicam 33% da variação da coerência dos partidos perante a questão da intervenção do Estado como via para reduzir as desigualdades.

### **Coerência total**

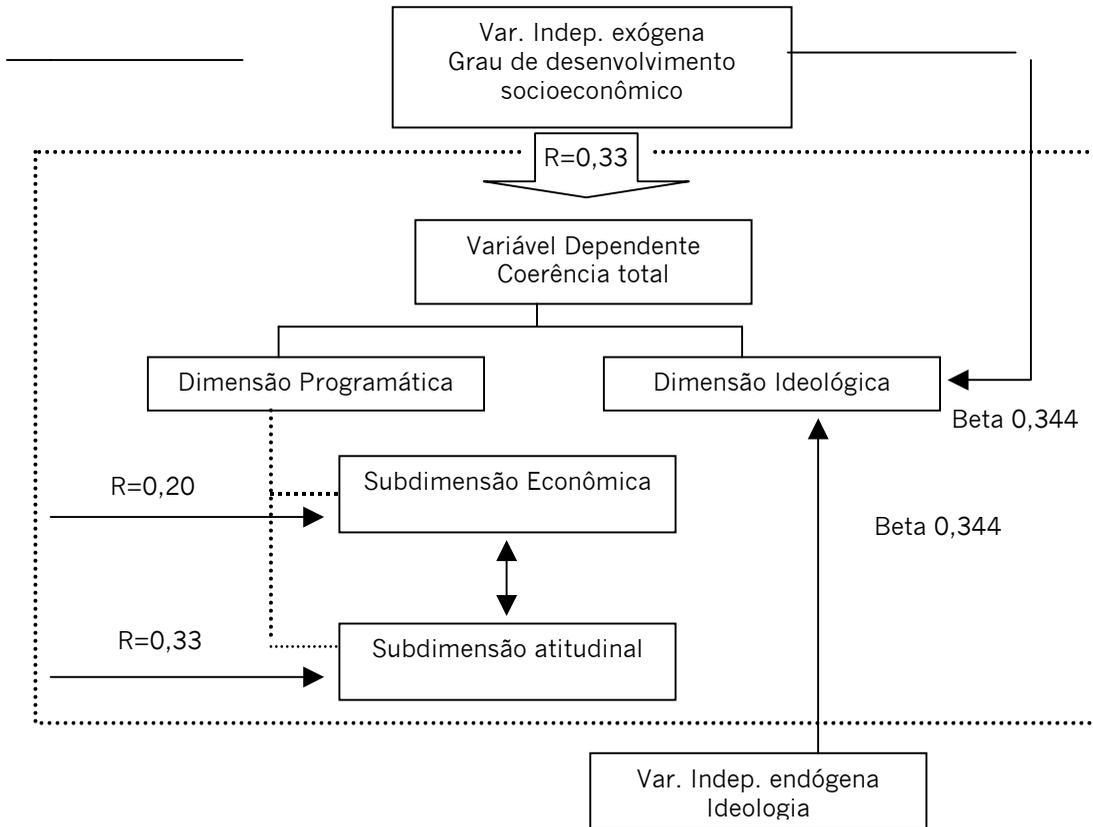
A coerência partidária total só mantém relação linear significativa com a variável exógena desenvolvimento econômico do país. Essa variável explica 33% da coerência partidária e, tal como se estabeleceu a relação dessa variável com o resto dos indicadores das dimensões e subdimensões, os partidos situados em países com desenvolvimento econômico ostentam maiores níveis de coerência.

Embora os indicadores das dimensões e subdimensões estabelecidas apareçam explicados tanto por variáveis exógenas como endógenas, ao contrário de nossa intuição ao propor o modelo teórico deste trabalho, as variáveis que aparecem como mais relevantes na análise de regressão não são as referidas à trajetória dos partidos políticos e de seus membros, mas as variáveis de caráter exógeno. Esse resultado faz com que fique pendente a pergunta de por que partidos de um mesmo sistema partidário têm níveis diferentes de coerência partidária.

O esquema geral das relações encontradas pode ser visto na Quadro 2, onde se observa graficamente que a dimensão programática da coerência partidária e a coerência total são influenciadas somente pelo desenvolvimento econômico do país em que se situam os partidos e que a dimensão ideológica, além de ser influenciada pelo grau de desenvolvimento socioeconômico, o é também pela variável endógena ideologia do partido. Embora seja perfeitamente compreensível que nos países com mais desenvolvimento econômico os partidos mostrem mais coerência, cremos que devemos fugir da tendência que atribui generalizações às variáveis econômicas. É preciso continuar na busca de novas variáveis explicativas da coerência partidária. Nesse sentido, seria conveniente explorar modos de operacionalizar acertadamente variáveis como o tamanho do partido, o contexto em que nasce, os tipos de eleições internas que existem e o tipo de liderança, e investigar sua incidência sobre a coerência partidária.

**QUADRO 2**

**Esquema geral das relações encontradas no modelo**



**TABELA 11**  
**Resumo dos resultados**

<i>Coerência ideológica</i>			
Variáveis que aparecem com influência estatística	Beta estandardizado	t	Sig
- Desenvolvimento econômico do país	-0,562	-3,633	0,001
- Ideologia do partido	0,344	2,223	0,037
R <sup>2</sup> =0,483    R <sup>2</sup> corrigido= 0,436    Durbin e Watson=2,233	ANOVA    F= 10,288	Sig= 0,001	
<i>Papel das Forças Armadas</i>			
Variáveis que aparecem com influência estatística	Beta estandardizado	t	Sig
- Número efetivo de partidos nas últimas eleições legislativas	-0,604	-3,633	0,001
R <sup>2</sup> =0,365    R <sup>2</sup> corrigido =0,337    Durbin e Watson=2,060	ANOVA    F= 13,200	Sig= 0,001	
<i>Valores cristãos ou seculares em política</i>			
Variáveis que aparecem com influência estatística	Beta estandardizado	t	Sig
- Idade do partido	-0,771	-4,177	0,000
- Número efetivo de partidos nas últimas eleições legislativas	-0,532	-2,884	0,009
R <sup>2</sup> =0,452    R <sup>2</sup> corrigido =0,402    Durbin e Watson=2,077	ANOVA    F= 9,079	Sig= 0,001	
<i>Divórcio</i>			
Variáveis que aparecem com influência estatística	Beta estandardizado	t	Sig
- Ideologia do partido	0,455	2,632	0,015
- Frequência com que se falava de política	-0,361	-2,104	0,047
R <sup>2</sup> =0,355    R <sup>2</sup> corrigido =0,296    Durbin e Watson=2,293	ANOVA    F= 6,042	Sig= 0,008	
<i>Aborto</i>			
Variáveis que aparecem com influência estatística	Beta estandardizado	t	Sig
- Média de anos de militância partidária dos legisladores	0,712	3,985	0,001
- Desenvolvimento econômico do país	-0,631	-3,485	0,002
- Nível de Estudos	0,414	2,219	0,038
R <sup>2</sup> =0,492    R <sup>2</sup> corrigido = 0,42    Durbin e Watson=1,561	ANOVA    F= 5,401	Sig= 0,002	
<i>Coerência programática-atitudinal</i>			
Variáveis que aparecem com influência estatística	Beta estandardizado	t	Sig
- Desenvolvimento econômico do país	0,436	-2,324	0,029
R <sup>2</sup> =0,190    R <sup>2</sup> corrigido =0,155    Durbin e Watson=1,735	ANOVA    F= 6,794	Sig= 0,029	
<i>Estatismo-mercado</i>			
Variáveis que aparecem com influência estatística	Beta estandardizado	t	Sig
- Desenvolvimento econômico do país	-0,524	-2,950	0,007
R <sup>2</sup> =0,27    R <sup>2</sup> corrigido =0,24    Durbin e Watson=2,175	ANOVA    F= 8,705	Sig= 0,007	
<i>Intervenção do Estado como via para reduzir as desigualdades</i>			
Variáveis que aparecem com influência estatística	Beta estandardizado	t	Sig
- Desenvolvimento econômico do país	-0,614	-3,435	0,002
- Nível de Estudos	0,470	2,629	0,015
R <sup>2</sup> =0,389    R <sup>2</sup> corrigido =0,333    Durbin e Watson=2,064	ANOVA    F= 6,998	Sig= 0,004	
<i>Coerência programática-econômica</i>			
Variáveis que aparecem com influência estatística	Beta estandardizado	t	Sig
- Desenvolvimento econômico do país	-0,484	-2,652	0,014
R <sup>2</sup> =0,234    R <sup>2</sup> corrigido =0,201    Durbin e Watson=2,049	ANOVA    F= 7,032	Sig=0,014	
<i>Coerência total</i>			
Variáveis que aparecem com influência estatística	Beta estandardizado	t	Sig
- Desenvolvimento econômico do país	-0,602	-3,619	0,001
R <sup>2</sup> =0,363    R <sup>2</sup> corrigido =0,335	ANOVA    F= 13,095	Sig=0,001	

Fonte: Elaboração própria

### ***Conclusões***

Em termos teóricos, a análise realizada oferece três contribuições. Por um lado, contribui para esclarecer o panorama de confusão conceitual em torno do conceito de coerência que, neste trabalho, fica restrito ao âmbito das posições-atitudes-opiniões dos membros de um partido, deixando de lado a dimensão do comportamento deles. Por outro lado, faz-se uma distinção da coerência partidária em duas dimensões: ideologia e programa. Considerou-se que dimensão programática é formada por duas subdimensões: a referida a termos valorativos e a referida a aspectos econômicos. Junto a essas duas questões teóricas, defende-se a idoneidade do partido político como unidade de análise no momento de estudar a coerência partidária.

Em termos substantivos são duas as principais conclusões deste trabalho. Em primeiro lugar, com relação à descrição da coerência, existem graus variáveis de coerência nos partidos políticos latino-americanos que permitem classificá-los a em função do grau de congruência ideológica e programática. Além disso, o estudo da coerência aponta que ideologia e programa são dimensões que devem ser lavadas em conta para compreender a estruturação do jogo partidário na região latino-americana. Mas uma vez que se comprovou que as subdimensões programáticas guardam pouca relação entre si, a análise melhoraria com a inclusão de novos indicadores na operacionalização do conceito de coerência.

Nesse sentido, realizou-se a classificação dos partidos de acordo com o grau de coerência que manifestaram nas dimensões e subdimensões estabelecidas. Para tanto, criaram-se distintos indicadores que serviram como captura quantitativa dos elementos identificadores da coerência programática. Descobrimos principalmente que existem dois países, ambos do Cone Sul, que se caracterizam por ter um sistema partidário coerente: Chile e Argentina, embora os níveis altos de coerência estejam ocupados por partidos políticos pertencentes a dois sistemas. No lado da incoerência, a encontramos principalmente nos partidos centro-americanos e em dois partidos andinos: o PRE do Equador e o MVR da Venezuela.

Como segunda conclusão substantiva no que tange à explicação da coerência partidária, embora obscurecida pela combinação de uma grande quantidade de variáveis independentes e de um baixo número de casos, os fatores endógenos parecem ter muito menor força na análise do que os exógenos. Assim, o grau de desenvolvimento econômico aparece como o único elemento determinante do grau de coerência total de um partido político latino-americano. Contudo, parece difícil formular um argumento teórico nesse sentido. Por isso, é pertinente investigar em análises futuras os mecanismos causais que mediam a relação entre essas duas variáveis, ao mesmo tempo em que se deve seguir trabalhando na

operacionalização de outros fatores explicativos, como pode ser o tipo de liderança dos partidos políticos.

Para finalizar, queremos ressaltar que este trabalho tratou da coerência como variável dependente, deixando de lado uma reflexão pendente, por sua indiscutível relevância, sobre o impacto da coerência sobre as diferentes dimensões do sistema político.

#### BIBLIOGRAFIA

ALCÁNTARA, Manuel. (1995) La élite parlamentaria latinoamericana y el continuo izquierda-derecha. In: HOFMEISTER, W. & THESING, J. (eds.) *Transformación de los sistemas políticos en América Latina*. Buenos Aires, Konrad Adenauer Stiftung-CIEDLA. p.385-410

\_\_\_\_\_. (1999) La relación izquierda-derecha en los sistemas de partidos de Chile y México. Trabalho apresentado no IV Congresso da Asociación Española de Ciencia Política y de la Administración. Granada, 30 de setembro a 2 de outubro.

ALCÁNTARA, Manuel & LLAMAZARES, Iván. (1997) El análisis de los diputados latinoamericanos en el contexto de los estudios sobre la clase política. Características, objetivos y estrategias de investigación. *América Latina Hoy*, 16: 15-28.

ALEXANDER, Robert J. (1972) *Latin American political parties*. Nova York, Praeger.

BOWLER, Shaun; FARRELL, David M. & KATZ, Richard S. (eds.). (1999) *Party discipline and parliamentary government*. Ohio State University.

CAVAROZZI, Marcelo. (1995) Los partidos políticos latinoamericanos: sus configuraciones históricas y su papel en las transiciones recientes. In: ALCÁNTARA M. & CRESPO, I. (orgs.) *Los límites de la consolidación democrática en América Latina*. Salamanca, Ediciones de la Universidad de Salamanca, p.145-157.

COPPEDGE, Michael. (1997) The dynamic diversity of Latin American party systems. In: <http://www.nd.edu:80/~mcoppedg/crd/ddlaps.htm>.

CRESPO, Ismael & MIERES, Pablo. (1997) La clase parlamentaria uruguaya. Cultura política y diseños institucionales. *Perfiles Latinoamericanos*, 11:9-42.

DIAMOND, Larry; HARTLYN, Jonathan, LINZ, Juan J. & LIPSET, Seymour Martin (eds.). (1999) *Democracy in developing countries*. *Latin America*. Boulder, Colorado, Lynne Rienner Publishers.

DIX, Robert H. (1989) Cleavage structures and party systems in Latin America. *Comparative Politics*, 22(1):23-37.

DOWNS, Anthony. (1957) *An economic theory of democracy*. Nova York: Harper and Row.

GARCÍA DíEZ, Fátima. (2001) Guatemala: Frente Republicano guatemalteco. In: ALCÁNTARA SÁEZ, Manuel & FREIDENBERG, Flavia. (2001) *Partidos políticos de América Latina*. Salamanca, Ediciones de la Universidad de Salamanca.

GUNTHER, Richard, ed. (1992) *Elites and democratic consolidation in Latin America and Southern Europe*. Cambridge, Cambridge University Press.

HARTLYN, Jonathan & VALENZUELA, Arturo. (1998) Democracy in Latin America since 1930. In: BETHELL, Leslie (ed.). *Latin America. Politics and society since 1930*. Londres, Cambridge University Press, p.3-66.

HAWKINS, Kirk & MORGENSTERN, Scott. (2000) Cohesion of legislators in Latin America: patterns and explanations. Trabalho preparado para apresentar na reunião anual da American Political Science Association, Washington.

HINE, David. (1982) Factionalism in Western European parties. A framework for analysis". *Western European Politics*, (5)1.

JANDA, Kenneth. (1993) Comparative political parties: research and theory. In: FINIFTER, A. W. *Political Science: the state of the Discipline II*. Washington, D.C.: American Political Science Association, p.163-191.

KITSCHOLT, Herbert. (2000) Party cohesion, accountability, and responsiveness. Democratic institutions and political-economic change. Trabalho preparado para apresentar na reunião anual da American Political Science Association, Washington.

\_\_\_\_\_. (2001) Party and party system dynamics in Latin America. An inductive comparative exploration prompted by the Salamanca 1997-98 politician's survey.

KITSCHOLT, Herbert *et al.* (1999) *Post-Communist party systems. Competition, representation and inter-party cooperation*. Cambridge, Cambridge University Press.

LEVITSKY, Steven. (1998) Institutionalization and Peronism. The concept, the case and the case for unpacking the concept. *Party Politics*, 4(1):77-92.

LINZ, Juan J. & VALENZUELA, Arturo (orgs.). (1994) *The failure of presidential democracies*. Boulder, Colorado, Westview Press.

LIPSET, Seymour M. & SOLARI, Aldo (ed.) (1987) *Elites in Latin America*. Nova York, Oxford University Press.

LLAMAZARES, Iván & SANDELL, Rick. (2000) Partidos Políticos y dimensiones ideológicas en Argentina, Chile, México, Uruguay. Esbozo de un análisis espacial. Trabalho apresentado no Institute of Latin American Studies, University of London, fevereiro.

LONDREGAN, John. (1999) *Ideology and legislative institutions in Chile's transition towards Democracy*. (s/i)

MAINWARING, Scott. (1998) Rethinking party systems theory in the third wave of democratization. The importance of party system institutionalization. *Working Paper*, 260, Indiana, Kellogg Institute for International Studies-University of Notre Dame.

MAINWARING, Scott & SCULLY, Timothy. (eds.) (1995) *Party systems in Latin America*. Stanford, Stanford University Press.

MAINWARING, Scott & SHUGART, Mathew S. (orgs.). (1997) *Presidentialism and democracy in Latin America*. Cambridge, Cambridge University Press.

MAINWARING, Scott & TORCAL, Mariano. (2000) The political recrafting of social bases of party competition: Chile in the 1990s. *Working Paper*, 278, Indiana, Kellogg Institute for International Studies-University of Notre Dame..

MAOR, Moshe. (1997) Cohesion and Dissent. In: MAOR, M. *Political parties and party systems. Comparative approaches and the British experience*. Londres, Routledge, p.135-165.

MARTÍNEZ RODRÍGUEZ, Antonia. (1997a) Cultura política, gobernabilidad y élites parlamentarias en América Latina. *Revista Mexicana de Sociología*, 59(1):89-114.

\_\_\_\_\_. (1997b) Diputados, clivajes y polarización en México. *Perfiles Latinoamericanos*, 11: 43-70.

MIDDLEBROOK, Kevin J. (ed.). (2000) *Conservative Parties, the right, and democracy in Latin America*. Baltimore, Johns Hopkins University Press.

- MORENO, Alejandro. (1999) *Political cleavages. Issues, parties and the consolidation of democracy*. Boulder, Colorado, Westview Press.
- NORRIS, Pippa. (1997) *Passages to power. Legislative recruitment in advanced democracies*. Cambridge, Cambridge University Press.
- PEREIRA ALMAO, Valia. (2001) Venezuela: Movimiento V República. In: ALCÁNTARA SÁEZ, Manuel & FREIDENBERG, Flavia. (2001) *Partidos políticos de América Latina*. Salamanca, Ediciones de la Universidad de Salamanca.
- PIERRE, Joh. (1986) Attitudes and behaviour of party activists. A critical examination of recent research on party activists and 'Middle-Level Elites'. *European Journal of Political Research*, 14: 465-479.
- RAMOS JIMÉNEZ, Alfredo. (1995) *Los partidos políticos en las democracias latinoamericanas*. México, FCE.
- RAMOS ROLLÓN, Marisa. (1997) Variables determinantes de las creencias y los valores de la élite parlamentaria en Venezuela. *Revista Mexicana de Sociología*, 59(1):69-88.
- ROSAS, Guillermo. (2000) Policy preferences, political competition, and ideology in Latin American legislatures. Trabalho apresentado na reunião da American Political Science Association, Washington.
- ROSAS, Guillermo e Elizabeth Zeichemester. (2000)  
<http://136.142.158.105/2000PDFF/Rosa&Zechmeister.PDF>
- SANI, Giacomo & SARTORI, Giovanni. (1983) Polarization, fragmentation and competition in Western democracies. In: DAALDER P. & MAIR, P. (eds.). *Western European Party Systems*. Beverly Hills, Sage, p.307-340.
- SARTORI, Giovanni. (1991) *Partidos y sistemas de partidos*. Madri, Alianza.
- SANTIUSTE CUÉ, Salvador. (2001) Nicaragua. In: ALCÁNTARA SÁEZ, Manuel & FREIDENBERG, Flavia. (2001) *Partidos políticos de América Latina*. Salamanca, Ediciones de la Universidad de Salamanca.
- SCHEDLER, Andreas. (1995) Under and overinstitutionalization: some ideal typical propositions concerning new and old party systems. *Working Paper*, 213, Indiana, Kellogg Institute for International Studies-University of Notre Dame.
- VAIVADS, Henry. (2001) Venezuela: Acción Democrática. In: ALCÁNTARA SÁEZ, Manuel & FREIDENBERG, Flavia. (2001) *Partidos políticos de América Latina*. Salamanca, Ediciones de la Universidad de Salamanca.
- YOCELEVZKY, R. (1997) Democratización y recomposición del sistema político en Chile. In: YOCELEVZKY, R. (coord.) *Experimentos con la democracia en América Latina*. México, Universidad Autónoma Metropolitana, p.125-146.
- ZECHMEISTER, Elizabeth J. (2000) Left and Right in Latin America. Trabalho preparado para apresentar na reunião anual da American Political Science Association, Washington.

**ANEXO I**

**Ficha Técnica Pesquisa de Elites Parlamentares na América Latina**

<b>Grupo Parlamentar</b>	<b>Distribuição de assentos por partido</b>	<b>%</b>	<b>Número de legisladores entrevistados</b>	<b>%</b>
<b>Chile 98</b>				
PDC	39	32,50	29	32,58
UDI	23	19,17	17	19,10
RN	23	19,17	17	19,10
PPD	16	13,33	12	13,48
PS	11	9,17	8	8,99
Outros partidos	8	6,67	6	6,74
Total	120	100,00	81	100,00

**Erro de amostra:** Para um nível de confiança de 95,5% (dois sigmas), e P=Q, o erro teórico é de  $\pm 5,5$

**El Salvador 2000**

ARENA	31	36,9	20	31,3
FMLN	29	34,5	25	39,1
PCN	14	16,7	11	17,2
Outros	10	11,9	8	12,5
Total	84	100,00	64	100,00

**Erro de amostra:** Para um nível de confiança de 95,5% (dois sigmas), e P=Q, o erro teórico é de  $\pm 6,75$

**Guatemala 98**

PAN	44	55,00	35	55,56
FRG	18	22,50	14	22,22
Outros partidos	18	22,50	14	22,22
Total	80	100,00	63	100,00

**Honduras 98**

PL	67	52,34	37	52,11
PN	55	42,97	30	42,25
Outros partidos	6	4,69	4	5,63
Total	128	100,00	71	100,00

**Nicarágua 98**

PLC	42	45,16	32	45,71
FSLN	36	38,71	27	38,57
Outros partidos	15	16,13	11	15,72
Total	93	100,00	70	100,00

(continua)

*Coerência partidária nas elites parlamentares latino-americanas*

*(continuação do ANEXO I)*

<i>Grupo Parlamentar</i>	<i>Distribuição de assentos por partido</i>		<i>%</i>	<i>Número de legisladores entrevistados</i>	<i>%</i>
<b>Argentina 98</b>					
PJ	119		46,3	59	46,1
UCR	68		26,5	34	26,5
FREPASO	38		14,8	19	14,8
Outros partidos	32		12,4	16	12,5
Total	257		100,0	128	100,0
<i>Erro de amostra: Para um nível de confiança de 95,5% (dois sigmas), e P=Q, o erro teórico é de ± 6,39</i>					
<b>Colômbia 98</b>					
PL	83	51,55	48	54,55	
PC	43	26,71	29	32,95	
Outros partidos	35	21,74	11	12,50	
Total	161	100,00	88	100,00	
<i>Erro de amostra: Para um nível de confiança de 95,5% (dois sigmas), e P=Q, o erro teórico é de ± 5,98</i>					
<b>República Dominicana 2000</b>					
PRD	68	45,3	47	45,6	
PLD	49	32,7	34	33,0	
PRSC	17	11,3	11	10,7	
Outros partidos	16	10,7	11	10,7	
Total	150	100,00	103	100,00	
<i>Erro de amostra: Para um nível de confiança de 95,5% (dois sigmas), e P=Q, o erro teórico é de ± 4,61</i>					
<b>Venezuela 2000</b>					
MVR	77	46,7	47	47,0	
AD	31	18,8	16	16,0	
MAS	21	12,7	12	12,0	
COPEI	7	4,2	6	6,0	
PRVZL	7	4,2	4	4,0	
Outros	22	13,3	15	15,0	
Total	165	100,00	100	100,00	

## ANEXO II

---

### **Indicadores da Dimensão ideológica**

---

#### **- Autolocalização ideológica**

Pergunta feita (p. 67) *Como deve lembrar, quando se fala de política normalmente se utilizam as expressões esquerda e direita. Neste cartão há uma série de casas que vão de esquerda à direita. Em que casa você se colocaria, levando em conta suas idéias políticas?*

A variável é medida em escala de 1 a 10. Eliminaram-se os NS/NR

---

### **Indicadores da Subdimensão programática-attitudinal**

---

#### **-Papel das Forças Armadas**

Pergunta feita (p.31): *Em uma escala de 1 a 10, onde 1 é muito negativo e 10 muito positivo, como você avalia o papel das Forças Armadas em seu país na atualidade?*

A variável é medida em escala de 1 a 10. Eliminaram-se os NS/NR

#### **- Grau de religiosidade**

Pergunta feita (p.70.a): *De acordo com seus sentimentos e crenças religiosas, em que posição da seguinte escala você se colocaria, sabendo que "1" significa um mínimo de religiosidade e prática religiosa e "10" um máximo de religiosidade e prática religiosa?*

A variável é medida em escala de 1 a 10. Eliminaram-se os NS/NR.

#### **- Valores cristãos ou seculares em política**

Pergunta feita (p.70.b): *Para terminar com este tema, poderia dizer-se me você é a favor da presença dos valores cristãos na política ou dos princípios seculares? Utilize para isso a seguinte escala de 1 a 5, onde "1" significa a máxima inclinação pela presença dos valores cristãos na política e "5" a máxima inclinação pela presença dos princípios seculares na política.*

A variável é medida em escala de 1 a 5. Eliminaram-se os NS/NR.

#### **- Divórcio**

Pergunta feita (p. 73): *Qual é sua opinião pessoal sobre o divórcio?*

(1) Totalmente a favor, (2) Deveriam ampliar os casos regulados pela legislação vigente, (3) Somente se deveria admitir nos casos regulados pela legislação vigente, (4) Se deveria limitar os casos regulados pela legislação vigente, (5) Totalmente contra.

Utiliza-se uma escala em que 1 é totalmente a favor, 5 totalmente contra. Eliminaram-se os NS/NR.

**- Aborto**

Pergunta feita (p. 74): *E sua opinião geral sobre o aborto?*

(1) Totalmente a favor, (2) Deveriam ampliar os casos regulados pela legislação vigente, (3) Somente se deveria admitir nos casos regulados pela legislação vigente, (4) Se deveria limitar os casos regulados pela legislação vigente, (5) Totalmente contra.

Utiliza-se uma escala em que 1 é totalmente a favor, 5 totalmente contra. Eliminaram-se os NS/NR.

**-Importância concedida aos direitos humanos ou das minorias étnicas ou culturais.**

Pergunta feita (p37. 11): *Em seguida, vou enumerar uma série de problemas comuns a muitos países. Poderia indicar-me, para cada um deles, que grau de importância: muita, bastante, pouca ou nenhuma têm hoje em seu país?*

Recodificou-se como dicotômica, onde 1 é muita e bastante importância e 0 é pouca ou nenhuma importância. Eliminam-se os NS/NR.

---

***Indicadores da Subdimensão programática-econômica***

---

**- Estatismo-mercado**

Pergunta feita (p.34.a ) *Como você sabe, existe atualmente um profundo debate entre as posições estatizantes e neoliberais em diversos países do continente. A respeito disso, você poderia me dizer se está mais a favor de uma economia regulada pelo Estado ou pelo mercado? Utilize para isso a seguinte escala de 1 a 5, onde "1" significa uma máxima presença estatal na economia e "5" uma máxima regulação através do mercado.*

Utiliza-se como escala 1 totalmente a favor, 5 totalmente contra. Eliminaram-se os NS/NR.

**- Impostos diretos ou indiretos**

Pergunta feita (p.40): *E levando em conta que para gastar mais poderia ser necessário aumentar os impostos, como você acha que se deveria financiar este aumento, através de impostos diretos ou indiretos?*

Recodificou-se como dicotômica, onde 1 é através de impostos diretos e 0 é através de impostos indiretos. Eliminaram-se os NS/NR.

**- A intervenção do Estado na vida socioeconômica é a única maneira possível de reduzir as desigualdades**

Pergunta feita (p34.2): *Na atualidade, se discute bastante sobre o papel do Estado. Neste sentido, você poderia me dizer se está mais de acordo ou mais em desacordo com cada uma das seguintes afirmações?*

Recodificou-se como dicotômica, onde 1 é de acordo e 0 é em desacordo. Eliminaram-se os NS/NR.

---

### ***Variáveis independentes***

---

#### **Endógenas:**

##### **-Idade do partido**

Medida em anos, desde a data da fundação do partido, até o ano em que se fez a entrevista de *Elites Parlamentares Latino-americanas*.

##### **-Ideologia do partido**

Pergunta feita (p.17) *Quando se fala de política, se utilizam normalmente as expressões esquerda e direita. Em uma escala em que 1 é a esquerda e 10 a direita, em que casa você colocaria os seguintes partidos ou coalizões?*

Para o cálculo da ideologia do partido realizou-se uma média a partir das pontuações dadas na escala de 1-10 por parte dos legisladores pertencentes ao resto dos partidos.

##### **-Média de anos de militância em organizações partidárias**

Pergunta feita (p.52) *Em que ano você começou a militar em um partido político pela primeira vez?*

Calculou-se a média de anos de militância dos legisladores entrevistados para cada partido.

##### **-Nível de estudos**

Pergunta feita (76) *Quais são os estudos de mais alto nível que você fez?*

Calcula-se a média do nível de estudos dos legisladores entrevistados de cada partido, de acordo com a escala em que 1 é nenhum estudo e 6 estudos de pós-graduação.

##### **-Idade média dos legisladores do partido**

Pergunta feita (p.72) *Quantos anos você fez em seu último aniversário?*

Calculou-se a idade média dos legisladores entrevistados para cada partido político.

##### **-Frequência com que se falava de política durante sua infância e juventude**

Pergunta feita (p.62) *Com que frequência: muita, bastante, pouca ou nenhuma, se falava de política em sua casa durante sua infância e juventude?*

Recodificou-se como dicotômica, onde 1 é com muita e bastante frequência e 0 é com pouca ou nenhuma frequência. Eliminaram-se os NS/NR e calcula-se a média das pontuações oferecidas pelos legisladores entrevistados para cada partido político.

##### **-Se é a primeira legislatura em que é deputado**

Pergunta feita (p.54) *É esta a primeira legislatura em que você foi eleito deputado?*

Recodificou-se como dicotômica, onde 1 significa que é a primeira legislatura em que foi deputado e 0 significa que não é a primeira vez que é deputado. Eliminaram-se os NS/NR e calcula-se a média das pontuações oferecidas pelos legisladores entrevistados para cada partido político.

**Exógenas:**

**-Número efetivo de partidos nas últimas eleições legislativas**

Calculou-se para cada país o número efetivo de partidos nas eleições legislativas das quais saiu a composição da Legislatura cujos deputados são entrevistados.

**-Desenvolvimento econômico do país**

Esta variável foi medida através do PIB por habitante. Base de Dados do DEM-IECI em *Claves de la Economía Mundial* (2000). Madri: ICEX.

*Recebido para publicação em maio de 2002*

*Tradução de Pedro Maia Soares*

# *Estruturação ideológica dos partidos e grupos políticos na Venezuela (1998-2000)*

---

**Marisa Ramos**

Universidade de Salamanca

---

## **Resumo**

Este artigo analisa a competição política na Venezuela no sentido de avaliar suas possibilidades de estabelecer um sistema partidário relativamente estável e organizar a vida política venezuelana. Estuda o grau de estruturação ideológica e distinções programáticas de alguns partidos relacionados a outros partidos e grupos, como dimensões que contribuem para a escolha eleitoral dos cidadãos.

Os dados provêm da pesquisa “Elites parlamentares na América Latina”, dirigida por Manuel Alcântara Sáez, no Instituto de Estudos de Iberoamérica e Portugal, Universidade de Salamanca.

**Palavras-chave:** Competição política, estruturação ideológica, elites parlamentares, Venezuela

## **Abstract**

In this article the political competition in Venezuela is analysed in order to evaluate its possibilities to establish a relatively stable party system and to organize the Venezuelan political life. It studies the level of ideological structuration and programmatic distinctions of some parties related to other parties and groups, as dimensions that contributes to the citizens' electoral choice.

The data become from the research “Parliamentary elites in Latin America”, directed by Manuel Alcântara Sáez, in the Institute for Iberoamerica and Portugal Studies, Universidad de Salamanca.

**Key words:** Political competition, ideological structuration, parliamentary elites, Venezuela

## ***Introdução***

A partir das eleições gerais de 1998, ocorre uma mudança drástica no sistema político venezuelano, que se reflete em diferentes âmbitos institucionais. Um dos indicadores dessa mudança é a profunda transformação do sistema de partidos políticos. Houve uma virada no sistema de partidos, embora a Venezuela fosse considerada durante muito tempo um sistema de partidos estável (Mainwaring & Scully, 1995). No entanto, a crise de credibilidade e de legitimidade dos partidos chegou a tal profundidade que grande parte do importante êxito eleitoral do Movimento V República (MVR), liderado pelo ex-comandante Hugo Chávez, se explica por esse fator.<sup>1</sup> Segundo Molina (2001), a identificação negativa com os partidos tradicionais é uma das explicações essenciais do recente comportamento eleitoral.

O sistema de partidos existente até 1998 desmoronou sem que se tenha percebido de forma nítida, até o momento, a estrutura e o formato do novo sistema partidário, ainda em estado embrionário, que o substitui. A alternativa aos partidos tradicionais esteve concentrada, até agora, em um líder “carismático”, Hugo Chávez, que catalisa não somente as esperanças de resolver a maior parte dos problemas do país como também, sobretudo, a enorme frustração e desagrado gerados pela “partiarquia” (Coppedge, 1994) que governou nas décadas precedentes. Neste sentido, um dos desafios que o atual sistema político venezuelano enfrenta é precisamente a reconstrução de um sistema partidário em frangalhos. A situação atual está marcada pelo desmoronamento eleitoral dos dois principais partidos tradicionais, AD e COPEI, e pela emergência de diversos grupos políticos e projetos de partido que até o momento não permitem visualizar quais deles terão possibilidades reais de sobrevivência,<sup>2</sup> como Proyecto Venezuela (PV), ou Primero Justicia, ambos surgidos como projetos de oposição a Chávez e de orientação moderada. Além disso, o condensador da maioria das orientações políticas, o Movimento V República, não pode ser considerado um partido político em sentido rigoroso, mas uma plataforma eleitoral que tem como objetivo fundamental acolher a liderança de Chávez e que não apresenta, aparentemente, intenção de organizar-se como partido.<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Com este fim, pode-se apresentar somente um dado: em 1992, 72% dos venezuelanos declararam não ser nem militante nem simpatizante de nenhum partido político, segundo a pesquisa em que se apóia o trabalho de Njaim, Combellas e Álvarez (1998).

<sup>2</sup> Ver a esse respeito López Maya (2001).

<sup>3</sup> Este dado entraria em sintonia com as interpretações que ligam o fenômeno da liderança de Chávez e do movimento que o apóia com os fenômenos neopopulistas e antipolíticos, que mostram o desdém pela mesma organização partidária como um dos traços que os definem. Ver a respeito Gómez Calcaño (2000), Roberts (1999) e Kenney (1998), entre outros.

Diante dessa situação, é pertinente analisar a competição política na atualidade para avaliar suas possibilidades de constituir-se em um sistema relativamente estável que permita organizar a vida política venezuelana. Em particular, é especialmente relevante categorizar cada um dos atuais grupos políticos relevantes nessa disputa em termos de partidos ideológicos ou partidos personalistas, utilizando a diferenciação de Coppedge (1998). Mais concretamente, interessa o grau de estruturação ideológica e de diferenciação programática de alguns partidos em relação a outros partidos ou grupos, como dimensões que contribuem para definir os partidos e diferenciá-los do resto e que, portanto, permitem que os cidadãos escolham no momento de votar. Desse modo, neste capítulo, trata-se de analisar o grau de estruturação ideológica dos partidos ou grupos políticos venezuelanos com representação na Assembléia Nacional na atualidade e o grau de diferenciação entre partidos, como forma de conhecer como se estrutura e se define o sistema de partidos surgido das eleições de 2000.

Para realizar este estudo, utilizamos os resultados da pesquisa “Elites parlamentares na América Latina”, dirigida por Manuel Alcántara Sáez dentro do Instituto de Estudios de Iberoamérica e Portugal da Universidade de Salamanca. No marco desta pesquisa, foram realizadas cem entrevistas com deputados venezuelanos, segundo uma amostra representativa em consonância com o nível de representação parlamentar de cada grupo, durante os meses de outubro e novembro de 2000. Parte-se da consideração de que os deputados são informantes destacados de seu próprio grupo ou partido e, portanto, fonte de informação essencial para este tipo de análise.<sup>4</sup> Além disso, provavelmente no caso de mais de um grupo ou partido venezuelano, a arena parlamentar constitui o espaço mais definido de estruturação do funcionamento partidário e que permite um estudo desse funcionamento.

Os resultados das eleições de julho de 2000 e a composição da Assembléia resultante são os seguintes:

---

<sup>4</sup> Na linha do trabalho realizado, por exemplo, por Kitschelt, Mansfeldova, Markowski e Tóka (1999) para o caso dos países do Leste da Europa.

**QUADRO 1**

**Resultados das eleições para o Congresso Nacional de 1993, 1998 e Assembléia Nacional 2000**

**Voto por partidos**

Partido	Assembléia Nacional	
	2000 <sup>(b)</sup>	
	Votos %	Assentos
<b>MVR – CONIVE</b> <sup>(a)</sup>	44.33	80
<b>MAS</b> <sup>(a)</sup>	5.12	21
<b>AD</b>	16.10	30
<b>COPEI</b>	5.10	8
<b>Proyecto Venezuela</b>	6.92	7
<b>Primero Justicia</b>	2.46	5
<b>Convergencia-LAPI</b>	1.07	4
<b>Causa R</b>	4.41	3
<b>PPT</b>	2.27	1
<b>Un Nuevo Tiempo</b>	1.75	3
<b>Alianza Bravo Pueblo</b>	1.10	1
<b>Puama</b>	0.04	1
<b>Mi Gato</b>	0.47	1
<b>Apertura</b>		
<b>Renovación</b>		
<b>IRENE</b>		
<b>Outros</b>	8.86	0
		165

(a) Em 2000, embora em alguns casos tenham apresentado candidaturas separadas, o MVR e o MAS integraram uma aliança de caráter nacional. Dessa aliança participaram também outros partidos sem obter assentos. Esses partidos e suas porcentagens de votos em 2000 são os seguintes: PCV (0.36%); MEP (0.08%); SI (0.34%); IPCN (0.17%); GE (0.11%) e NRD (0.10%). Estes partidos minoritários estão agrupados na Tabela com o resto que não obteve assentos, na categoria "Outros" (Molina, 2000)

Fontes: Molina (2001); Consejo Supremo Electoral; Consejo Nacional Electoral. Resultados Electorales 1998. Consejo Nacional Electoral-INDRA, Página Web, Resultados Electorales de 2000.

Para construir as dimensões ideológicas, utilizam-se quatro grandes blocos de temas ou *issues*. Um deles é constituído por uma superdimensão amplamente utilizada há muito tempo, que é a dimensão esquerda-direita. Embora se tenha questionado abundantemente as possibilidades de aplicação dessa dimensão na América Latina, estudos mais recentes mostraram a pertinência desse tipo de escala (Alcántara, 1995, Coppedge, 1998). Desse modo, a localização e a autolocalização dos deputados em uma escala que mede esta dimensão ideológica será o primeiro bloco de informação. Um segundo bloco de definição ideológica está composto por uma série de perguntas que pretendem medir as atitudes dos deputados em relação ao sistema democrático em geral e em relação ao sistema

venezuelano atual em particular, para determinar a existência de componentes autoritários dentro da elite política. O terceiro bloco indaga sobre as visões que os deputados têm sobre a intervenção do Estado na economia. O último bloco é composto pela definição em torno do grau de religiosidade, tema que apresenta freqüentemente comportamentos transversais nos deputados, para além das identificações políticas (o texto das perguntas utilizadas na análise está em anexo no final do artigo).

O artigo está dividido em três partes. Na primeira, apresenta-se a localização dos partidos e grupos políticos dentro das dimensões antes apontadas. Tem, portanto, um fim fundamentalmente descritivo. A segunda parte pergunta sobre a validade da dimensão esquerda-direita como índice de estruturação do resto de definições ideológicas. Em outros termos, trata-se de investigar os conteúdos que a dimensão esquerda-direita tem para o caso venezuelano. Portanto, as variáveis antes apontadas serão relacionadas. A terceira parte do artigo aborda as diferenças ideológicas entre partidos, destacando as dimensões que contribuem para distingui-los e, portanto, que são suscetíveis de se constituir em “*cleavages*” que estruturam um sistema de partidos ainda embrionário. A forma de abordar esta parte será através das diferenças de médias aritméticas de cada grupo ou partido político com representação na Assembléia Nacional nas distintas perguntas analisadas. Finalmente, apresentaremos algumas conclusões.

### ***A estruturação em torno da dimensão esquerda-direita***

Tal como dissemos antes, a dimensão esquerda-direita continua um instrumento válido para estruturar a competição política entre partidos. A aplicação dessa dimensão na América Latina foi questionada com freqüência, embora isso não tenha impedido que se continue a utilizá-la.<sup>5</sup> A verdade é que, a primeira vista, é difícil estruturar a competição política venezuelana atual utilizando essa dimensão. Os partidos existentes não parecem ser facilmente classificáveis nesses termos, ainda que os deputados venezuelanos se identificassem maciçamente dentro deste parâmetro, de forma que a porcentagem de respostas “não sabe/não responde” nesta pergunta foi muito pequena.

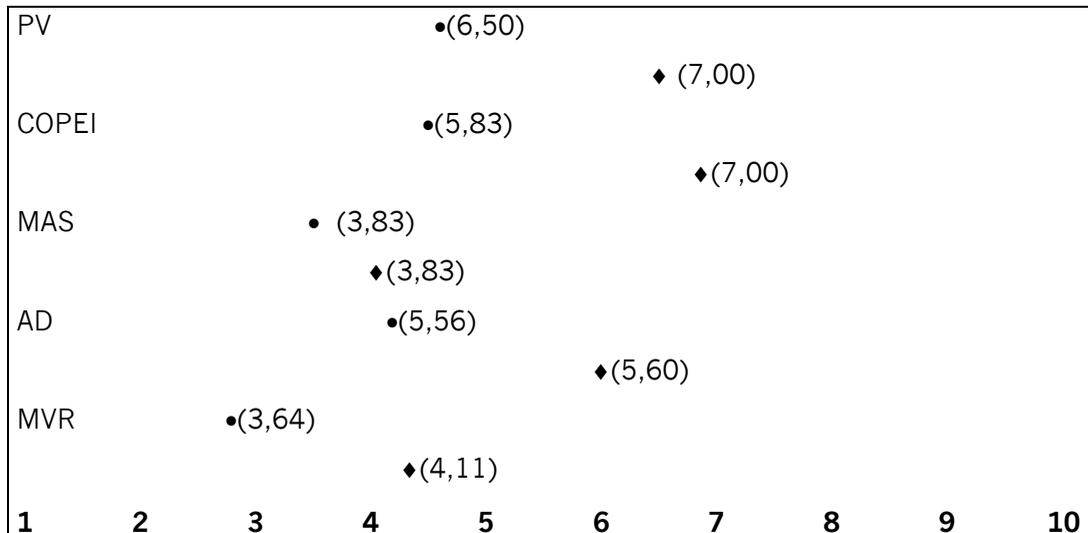
A Assembléia Nacional atual se situa de forma majoritária na esquerda do espectro ideológico, pois quase 80% se situam à esquerda da escala e 65% se situam no ponto 3 ou no 4 dessa mesma escala. A autolocalização média é 4.33 em uma escala na qual 1 é o ponto máximo na esquerda e 10 o ponto máximo na direita. A localização média dos partidos segundo as respostas de seus deputados em relação à localização de seu próprio partido é 4,75. Isso significa que a maioria

---

<sup>5</sup> Para o caso venezuelano, ver, por exemplo, Molina (2000).

dos deputados se considera de esquerda moderada e que, em geral, situam a si mesmos um pouco mais à esquerda do que situam seu próprio partido. Por partidos ou grupos, os deputados do MVR são os que se situam mais à esquerda, com uma autolocalização média de 3,64 na escala e de 4,10 de seu partido. Em seguida vêm os deputados do MAS (3,83), que situam de forma igual seu partido; a AD, com uma autolocalização de 5,56 está muito próxima da autolocalização dos deputados do COPEI (5,83). Finalmente, os deputados do Proyecto Venezuela são os que se autolocalizam mais à direita, situando-se no ponto 6,50. É preciso destacar que, enquanto os deputados da AD e do MAS se situam praticamente no mesmo ponto que seu partido, os membros de outros grupos se autolocalizam mais à esquerda que seu partido: 3,57 contra 4,10 no MVR; 5,83 contra 7,00 no COPEI e 6,50 contra 7,00 no Proyecto Venezuela.

**GRÁFICO 1**  
**Localização dos deputados na escala esquerda-direita**



- Autolocalização
- ◆ Localização de seu próprio partido

Analisando o Gráfico 1, podemos extrair algumas apreciações sobre a competição entre partidos ou grupos. Utilizando-se a autolocalização média na escala esquerda-direita, podemos perceber de forma nítida a superposição entre grupos políticos. O MVR seria o grupo que menos se superpõe, pois ocupa na escala grande parte do espaço de esquerda, compartilhado somente com o MAS. O mesmo sucede no outro extremo com o Proyecto Venezuela, que só compartilha uma parte

de seu espaço com o COPEI. No entanto, os dois partidos tradicionais compartilham seu espaço com todos os outros partidos, de forma que não têm nenhum espaço ocupado com exclusividade.

É destacável a superposição entre os dois partidos ou grupos em coalizão de governo e os da oposição. Enquanto os primeiros se situam no espaço da esquerda moderada, os partidos da oposição se superpõem no espaço do centro, com uma ligeira inclinação para a direita do Proyecto Venezuela. Esses dados mostram claramente dois fenômenos. Em primeiro lugar, que o MVR, com uma representação na Assembléia de mais de 50%, ocupa no espectro ideológico uma faixa limitada da esquerda que vai do ponto 2 ao 5, com um ponto médio de localização em 3,83.

Em segundo lugar, existem superposições entre partidos, de forma que há mais do que um partido ocupando o mesmo espaço e espaços que não estão ocupados por nenhum partido. Em especial, existe um solapamento quase perfeito entre o MVR e o MAS, de um lado, e entre AD, COPEI e Proyecto Venezuela de outro, de forma que finalmente, em relação à localização nesta escala, existem dois grandes blocos ideológicos que, no entanto, não correspondem à existência de dois grandes blocos ou partidos. Sem dúvida, a competição interna entre os partidos da oposição é afetada por esse solapamento.

Esses dados são compatíveis com os oferecidos por Molina (2000), segundo os quais a estabilidade do comportamento eleitoral dos venezuelanos existe, mas não agora no marco da identificação partidária, mas da ideologia, de forma que os eleitores continuam se mantendo em posições estáveis no espectro esquerda-direita. Desta maneira, apesar da volatilidade eleitoral das preferências em relação aos partidos, existe um setor do eleitorado numericamente importante que se mantém leal à sua localização ideológica, existindo mais de um partido que compete pelo mesmo espaço ideológico.

Para dar conteúdo à variável esquerda-direita, identificando as dimensões que a estruturam, realizou-se uma análise de regressão, utilizando a variável da autolocalização na escala esquerda-direita como variável dependente. Os resultados são os seguintes:

**Regressão Linear**

**Variável dependente:**

Autolocalização na escala esquerda direita (IZQDER)

**Variáveis independentes:**

Partidos políticos e democracia (PARTDEMO)

Confiança em eleições (CONFIELEC)

Avaliação do papel das Forças Armadas (EVALUFAS)

Regulação Estado-mercado da economia (ESTAMERC)

Grau de religiosidade (RELIGIOS)

Modelo	Coeficientes não estandarizados		Coeficientes estandarizados	t	Sig.
	B	Erro padrão.	Beta		
(Constante)	5.576	.843		6.612	.000
PARTDEMO	-.355	.133	-.255	-2.676	.009
CONFIELEC	-.312	.138	-.233	-2.266	.026
EVALUFAS	-.166	.050	-.838	-3.292	.001
ESTAMERC	.259	.234	-.133	1.108	.271
RELIGIOS	-.1446	.053	.747	2.727	.008

R: .518

R<sup>2</sup>: .269

R<sup>2</sup>ajustado: .230

Erro padrão da estimativa 1.64

Conforme estes dados, investiga-se a diferenciação entre partidos em torno desses quatro grandes blocos: a atitude em relação ao sistema político democrático, a avaliação do regime atual, a percepção da intervenção econômica do Estado e o grau de religiosidade.

***As dimensões ideológicas dos grupos políticos***

**As atitudes em relação ao sistema político democrático**

Diante dos dados que o Quadro 2 oferece, destaca-se o fato de que, embora haja consenso entre todos os grupos quanto à democracia ser preferível a qualquer outra forma de governo, entre os deputados do MVR existe uma pequena porcentagem que pensa que, em determinados contextos políticos ou sociais, pode ser preferível um governo autoritário. Levando em conta a disseminação da idéia de democracia na América Latina durante as últimas décadas, chama a atenção que 16% dos deputados do MVR possam, eventualmente e em determinadas circunstâncias, apoiar um governo autoritário. Nesse aspecto, a diferença do MVR para o resto dos grupos políticos com representação na Assembléia Nacional é essencial para apreender as chaves da competição entre partidos.

**QUADRO 2**  
**Atitude em relação ao sistema político democrático (%)**

		MVR	AD	MAS	COPEI	PV
Democracia sempre ou autoritarismo em circunstâncias especiais	Democracia	84,1	100	100	100	100
	Autoritarismo	15,9	-	-	-	-
Sem partidos não pode haver democracia	Acordo	47,8	93,8	75	83,3	75
	Desacordo	52,2	6,3	25	16,7	25
As eleições são sempre o melhor método de expressar diferenças políticas	Acordo	80,4	87,5	100	100	100
	Desacordo	19,2	12,5	-	-	-
N =		47	15	12	6	4

Também é destacável a diferença do MVR com respeito às outras agremiações no que se refere à idéia de que sem partidos também pode haver democracia (ver Quadro 3). Com efeito, mais da metade dos deputados do MVR está em desacordo com esta afirmação, isto é, não consideram os partidos instituições imprescindíveis para um sistema democrático. Ao contrário, a imensa maioria dos deputados dos outros grupos está de acordo com a premissa da impossibilidade da democracia sem partidos (maioria que aumenta significativamente entre os deputados dos partidos tradicionais, AD e COPEI). É um dado conhecido o desinteresse do MVR e, sobretudo, de seu líder, Hugo Chávez, por organizar-se como partido político, tal como mostrou claramente López Maya (2000), traço que constituiria um indicador da conexão desse tipo de movimento com os fenômenos denominados neopopulistas, que têm entre suas características essenciais o desprezo pela organização de partido (ver Kenney, 1998 ou Shedler, 1996)<sup>6</sup> e, em geral, a tentativa de transgressão dos limites institucionais democráticos quando estes não lhes são úteis.<sup>7</sup>

Há um relativo consenso entre todos os grupos de que as eleições são sempre o melhor meio de expressar as diferenças políticas. Nesta mesma linha, de novo os deputados do MVR são os menos inclinados a concordar com a afirmação. Entre o resto, há consenso absoluto entre os deputados do MAS, COPEI e Proyecto Venezuela, enquanto que 12.5% dos deputados de AD estão em desacordo.

<sup>6</sup> López Maya (2000) enfatiza esta idéia citando o presidente Chávez: “Nenhum partido político me tira o sono; o que me tira o sono é a organização do movimento popular... Os partidos devem ser expressão desse movimento popular, devem ser canais de participação e de influência do movimento popular organizado, mas não pode ser hegemonizado. Se não servem, bem, o movimento popular deve envolvê-los... Os partidos para mim são como ensaios” (Chávez, entrevista, *El Nacional*, 12-12-1999; D-1)

<sup>7</sup> Sobre o discurso ideológico de Chávez e suas conexões com o fenômeno do populismo, ver Lazo (2000).

**QUADRO 3**  
**Atitudes em relação ao sistema democrático**

<b>Médias</b>					
	<i>MVR</i>	<i>AD</i>	<i>MAS</i>	<i>COPEI</i>	<i>PV</i>
Democracia sempre ou autoritarismo em circunstâncias especiais	1,15	1,00	1,00	1,00	1,00
Sem partidos não pode haver democracia	2,47	1,25	1,66	1,50	1,75
As eleições são sempre o melhor método de expressar diferenças políticas	1,82	1,68	1,41	1,33	1,25
<b>Distância MVR para o resto dos partidos (diferença de médias)</b>					
	<i>MVR-AD</i>	<i>MVR-MAS</i>	<i>MVR-COPEI</i>	<i>MVR-PV</i>	
Democracia sempre ou autoritarismo em circunstâncias especiais	0,15	0,15	0,15	0,15	
Sem partidos não pode haver democracia	<b>1,22</b>	0,81	0,97	0,72	
As eleições são sempre o melhor método de expressar diferenças políticas	0,14	<b>0,41</b>	0,49	<b>0,57</b>	
Estabilidade da democracia venezuelana atual	-1,07	0,35	<b>1,46</b>	1,01	

**Avaliação do sistema político atual**

No que se refere à avaliação do sistema político venezuelano atual, conforme os dados do Quadro 4, dois terços dos deputados venezuelanos percebem a democracia atual como um sistema estável ou muito estável. Porém, estabelecendo-se as diferenças por partidos, se observa um enorme dissenso quanto à percepção da estabilidade da democracia. Assim, enquanto 93,1% dos integrantes do MVR a avaliam como estável e muito estável, 100% dos integrantes do COPEI têm uma percepção oposta, como pouco ou nada estável. Quanto aos outros grupos, os de oposição avaliam de forma claramente negativa a percepção da estabilidade da democracia, enquanto que o MAS apresenta percepções mais positivas, pois mais de 70% consideram que a democracia é estável ou muito estável. Em referência a esta percepção, a diferença baseia-se logicamente entre ser partido de governo ou aliado do governo ou ser partido de oposição.

Na mesma linha, há uma relativa falta de consenso no que se refere à consideração de problemas que poderiam constituir-se em ameaças para a democracia na Venezuela. Assim, há temas que geram consenso, enquanto que outros produzem dissenso. Entre os primeiros, a maior parte dos deputados considera a pobreza, a insegurança dos cidadãos e a crise econômica ameaças potenciais para a democracia, bem como o mau funcionamento do poder judiciário. No outro extremo, a violência política é considerada uma ameaça importante pela maioria dos deputados. Os dissensos acontecem na hora de avaliar aspectos como as relações entre as Forças Armadas e o governo, que é considerado um problema de muita importância por mais da metade dos integrantes dos partidos de oposição, enquanto que quase 90% dos deputados do MVR não percebem que este seja um assunto importante. Igualmente, o desinteresse pela política é avaliado de forma distinta pelos deputados do MVR e MAS e dos partidos de oposição, pois enquanto mais da metade dos primeiros estima que não é uma ameaça importante, entre 70% e 100% dos deputados da AD e do COPEI estimam este assunto como um problema de primeira ordem.

**QUADRO 4**  
**Avaliação do sistema político venezuelano atual (%)**

		MVR	AD	MAS	COPEI	PV
Estabilidade da democracia venezuelana atual	Estável e muito estável	93,1	31,3	72,7	-	25
	Pouco estável e nada estável	6,9	68,8	27,3	100	75
N =		47	15	12	6	4

**QUADRO 5**  
**Ameaças para a democracia (%)**

Importância concedida aos seguintes aspectos	MVR		AD		MAS		COPEI		PV	
	Muita	Pouca								
Relações FAS e governo	10,7	89,3	60	40	41,6	58,3	50	50	75	25
Crise econômica	78,2	21,7	100	-	66,6	33,4	100	-	100	-
Terrorismo e violência política	36,2	63,8	62,5	37,5	16,7	83,3	16,7	83,4	25	75
Mau funcionamento do poder judiciário	80,8	19,2	93,3	6,7	66,7	33,3	100	-	100	-
Insegurança dos cidadãos	74,4	23,4	81,3	18,8	75	25	100	-	50	50
Pobreza	87,2	12,8	93,8	6,3	83,4	16,6	83,4	16,7	100	-
Desinteresse pela política	42,5	57,4	68,8	31,3	33,3	66,6	100	-	50	50
N =	47		15		12		6		4	

Utilizando-se como indicador inicial de diferenciação entre partidos a diferença de médias em torno desses itens, o Quadro 5 mostra que a distância ou diferença maior do MVR para o resto dos partidos se estabelece com a AD e com o COPEI, no capítulo que se refere à atitude quanto ao sistema democrático. Com a primeira, existem diferenças importantes quanto à necessidade de partidos políticos para que exista democracia, diferença que também é apreciável com o COPEI. Com este último partido existe uma diferença de médias importante no que tange à valoração da estabilidade da democracia em Venezuela na atualidade, também significativa com a AD e com o Proyecto Venezuela. Estas diferenças não são tão destacáveis no que se refere à avaliação das eleições como forma de expressar sempre as preferências políticas. As diferenças do MVR para o MAS são muito menores.

**QUADRO 6**  
***Ameaças para a democracia***

<b><i>Médias</i></b>					
<i>Importância concedida aos seguintes aspectos</i>	<i>MVR</i>	<i>AD</i>	<i>MAS</i>	<i>COPEI</i>	<i>PV</i>
Relações FAS e governo	3,57	1,93	2,75	2,50	2,25
Crise econômica	1,71	1,18	1,91	1,16	1,00
Violência política	2,82	2,00	3,41	3,50	2,75
Mau funcionamento do poder judiciário	1,68	1,46	2,00	1,33	1,00
Insegurança dos cidadãos	1,87	1,56	1,83	1,33	2,25
Pobreza	1,51	1,25	1,58	1,66	1,00
Desinteresse pela política	2,65	1,87	2,75	1,50	2,50
<b><i>Distância MVR para o resto dos partidos</i></b>					
	<i>MVR-AD</i>	<i>MVR-MAS</i>	<i>MVR-COPEI</i>	<i>MVR-PV</i>	
Relações FAS e governo	<b>1.64</b>	<b>0.82</b>	<b>1.07</b>	<b>1.32</b>	
Crise econômica	0.53	-0.2	0.55	0.71	
Violência política	0.82	-0.59	-0.68	0.07	
Mau funcionamento do poder judiciário	0.22	-0.32	0.35	0.68	
Insegurança dos cidadãos	0.31	0.04	0.54	-0.38	
Pobreza	0.26	-0.07	-0.15	0.51	
Desinteresse pela política	0.78	-0.1	1.15	0.15	

Quanto às percepções de risco para a democracia, com base no Quadro 6, percebem-se as diferenças entre o MVR e o resto dos partidos fundamentalmente em referência à importância concedida à relação entre as FAS e o governo, onde diferença MVR e AD é especialmente importante. Também destacáveis são as diferenças do MVR para AD e COPEI no que tange à gravidade atribuída a problemas como o do desinteresse pela política, o da violência política ou o da crise econômica. As diferenças mais acusadas se dão sempre com a AD e com o COPEI, especialmente com esta última formação. De novo, as diferenças do MVR para o MAS não são significativas.

As diferenças da AD para o resto dos partidos de oposição são pouco importantes em geral, pouco mais pronunciadas com o Proyecto Venezuela que com o COPEI. Com esta última agremiação, a AD mantém posições bem distintas no que se refere à percepção como ameaça para a democracia do problema da violência política, enquanto que no resto dos itens as posições são similares. As diferenças da AD para o MAS são mais fortes, equiparáveis, em todo caso, às apresentadas com o MVR.

### **A intervenção do Estado na economia**

De acordo com os dados que aparecem no Quadro 8, relativos ao modelo de regulação econômica mercado, os mais estatistas são os deputados do MAS e do MVR, ao passo que os mais liberais correspondem ao Proyecto Venezuela e ao COPEI. É significativo que nenhum deputado da AD, do COPEI ou do Proyecto Venezuela se situe em posições estatistas, sendo a porcentagem destes de 8.7% entre os do MVR ou de 7.7% entre os do MAS. Sem dúvida, a experiência de política econômica sumamente intervencionista gerou uma atitude de rechaço importante, inclusive entre os deputados que se autotransferem de forma nítida na esquerda.

Ao perguntar sobre dois itens que concretizam estas posições (Quadro 7), a intervenção do Estado no controle de preços e na geração de pleno emprego, os resultados são relativamente coerentes com os antes mencionados. Uma porcentagem importante de todos os deputados considera que o Estado deve intervir muito nesses dois aspectos, especialmente no que tange a gerar pleno emprego. Por partidos, os mais intervencionistas são os deputados do MVR e do MAS e os menos, os do Proyecto Venezuela e COPEI. Chama a atenção a disparidade no interior dos partidos, revelando o desconcerto existente entre as opções intervencionistas próprias do Estado do bem-estar e a experiência venezuelana de Estado sumamente protetor.

**QUADRO 7**  
**Intervenção econômica do Estado I**

	MVR		AD		MAS		COPEI		PV	
	Muita	Pouca								
Intervenção do Estado no controle dos preços	67,4	32,6	8,3	89,5	33,3	66,6	50	50	-	100
Intervenção do Estado na geração de pleno emprego	76,6	23,4	47,4	52,7	58,4	41,7	25	75	25	75
Emprego										
N =	47		15		12		6		4	

**QUADRO 8**  
**Intervenção econômica do Estado II**

	MVR		AD		MAS		COPEI		PV	
	Estado	Mercado								
Economia regulada pelo Estado ou pelo mercado*	8,7	13	-	45	7,7	7,7	-	66,6	-	100
N=	47		15		12		6		4	

\* Em uma escala de valores de 1 a 5, sendo 1 a máxima regulação estatal e 5 a máxima regulação pelo mercado, incluem-se somente as porcentagens correspondentes aos valores 1 e 2, recodificados como "Estado" e os valores 4 e 5, recodificados como "Mercado".

**QUADRO 9**  
**Intervenção econômica do Estado**

<b>Médias</b>					
	MVR	AD	MAS	COPEI	PV
Controle de preços	2,04	3,06	3,00	3,00	3,50
Geração de pleno emprego	1,74	2,37	2,17	2,83	2,75
Estado-mercado	3,09	3,63	3,08	4,00	4,25
<b>Distância MVR para o resto dos partidos</b>					
	MVR-AD	MVR-MAS	MVR-COPEI	MVR-PV	
Controle de preços	1,02	0,96	0,96	1,46	
Geração de pleno emprego	0,63	0,43	1,09	1,01	
Estado-mercado	0,54	0,01	0,91	1,41	

### **Grau de religiosidade**

Quanto ao grau de religiosidade (Quadro 10), os mais religiosos são os deputados do Proyecto Venezuela e os menos, os do MAS. Observa-se, no entanto, que em todos os grupos existe um grupo significativo de deputados que se consideram muito religiosos.

**QUADRO 10**  
*Grau de religiosidade (%)*

	<i>MVR</i>	<i>AD</i>	<i>MAS</i>	<i>COPEI</i>	<i>PROY. VENEZ</i>
Mínima	43,5	44,5	58,3	16,7	25,0
Média	43,5	22,5	33,3	50,1	25,0
Máxima	13,0	11,2	8,3	33,4	50,0
N =	47	16	12	5	4

**QUADRO 11**  
*Grau de religiosidade*

<i>MVR</i>	<i>AD</i>	<i>MAS</i>	<i>COPEI</i>	<i>PV</i>
4,22	4,37	3,33	6,33	6,00

#### **Diferenças MVR para o resto (diferença de médias)**

<i>MVR-AD</i>	<i>MVR-MAS</i>	<i>MVR-COPEI</i>	<i>MVR-PV</i>
0,15	0,89	2,11	1,78

### **Conclusões**

Diante dos dados utilizados, percebem-se algumas tendências que podem servir como indicadores das dimensões que estruturam o atual sistema de partidos. No que se refere às dimensões ideológicas dos distintos partidos e grupos, há uma tendência à localização na esquerda moderada, mais pronunciada no caso da autolocalização do que no da localização do partido. A diferença entre a autolocalização e a localização ideológica de seu próprio partido é destacável entre os deputados do COPEI e, em menor medida, entre os deputados do MVR.

Por outra parte, existe um relativo consenso acerca das boas qualidades do sistema democrático representativo. O dissenso se percebe no MVR, no qual podem ocorrer opções compreensivas com os governos autoritários se as circunstâncias o justificarem, assim como idéias, relativamente generalizadas, que podem aceitar um sistema sem partidos políticos ou que existam outras formas de tomar decisões que não seja a eleição.

Quanto à avaliação do sistema político venezuelano atual, o MVR e o MAS consideram que a democracia na Venezuela é estável ou muito estável, ao passo que a maioria do resto dos partidos tem opinião justamente oposta, julgando ser pouco ou nada estável. Da mesma forma, também se percebem de forma distinta os problemas que o país enfrenta. Enquanto existe um consenso em qualificar como muito graves todos os problemas relacionados com a situação econômica e social da população (pobreza, crise, insegurança do cidadão), a percepção, por parte dos partidos de oposição, de outro tipo de assuntos relacionados com a vida política (desinteresse pela política ou relações entre as Forças Armadas e o governo) como problemas importantes contrasta com a escassa importância atribuída a eles pelo MVR ou pelo MAS.

Em relação ao papel do Estado na economia ou na sociedade, MVR, MAS e AD são, em geral, intervencionistas, ao passo que o COPEI e o Proyecto Venezuela se situam em posições mais próximas à que defende o encolhimento do Estado. Porém, é interessante destacar que tanto a AD como o COPEI oferecem posições mais contraditórias ao tratar de concretizar em itens essa intervenção, especialmente no que se refere à intervenção do Estado na criação de cobertura de desemprego. Finalmente, no aspecto relacionado com o divórcio ou o aborto, MAS e MVR são os grupos mais liberais enquanto que COPEI e Proyecto Venezuela apresentam as posições mais conservadoras. De novo, AD é relativamente dispersa neste aspecto.

Quanto aos níveis de coerência interna que apresenta cada grupo, é preciso assinalar que se percebem níveis de dispersão importantes no que tange à localização esquerda-direita, na atitude perante a democracia e a avaliação do sistema político venezuelano ou nas questões morais. Em relação ao papel do Estado, os níveis de coerência interna são maiores. A AD é a mais dispersa na hora de localizar-se na escala esquerda e direita, enquanto que o MVR apresenta os maiores índices de dispersão interna em relação a avaliação do sistema democrático representativo em geral. No que diz respeito à avaliação do sistema político atual na Venezuela, o MAS não é em absoluto homogêneo em suas respostas e o COPEI apresenta níveis semelhantes de dispersão no que tange à intervenção do Estado na economia ou na sociedade.

Finalmente, conforme as posições ideológicas de cada grupo ou partido, podem-se apontar tendências de divisões entre partidos ou de linhas de diferenciação que podem contribuir para estruturar a competição entre partidos. Percebe-se um preocupante solapamento entre partidos ao longo da escala esquerda-direita, de forma que vários partidos competem pelos mesmos espaços. O solapamento é quase total no caso do MAS e MVR por um lado, e no caso da AD e do COPEI, por outro. De acordo com isso, é previsível que ocorram no futuro

deslocamentos ou desaparecimentos de partidos, se utilizarmos a escala esquerda-direita como indicador ideológico.

Outros aspectos que contribuem para diferenciar os partidos são, por exemplo, a percepção do modelo de democracia representativa, do papel dos partidos políticos ou das eleições. Nesses aspectos, o MVR se situa de forma relativamente distinta à expressa pelos partidos da oposição, sobretudo a AD e o COPEI, muito mais comprometidos com essa forma de governo. Também contribui para gerar diferenças a percepção dos problemas da vida política, pois enquanto para os partidos AD, COPEI e Proyecto Venezuela as relações das Forças Armadas e o governo ou o desinteresse do povo pela política são assuntos de suma importância que podem, inclusive, constituir-se em uma ameaça à democracia, para o MVR e o MAS, estas questões não apresentam gravidade no momento atual. Por último, o papel do Estado e as posições acerca do divórcio ou do aborto não constituem um aspecto de diferenciação importante, como seria previsível. Apenas alguns itens concretos, como o seguro de desemprego ou a opinião sobre o aborto, contribuem para gerar diferenças, embora neste caso, não se possa estabelecer uma divisão tão clara entre partidos de governo e partidos de oposição como nos aspectos antes comentados.

#### BIBLIOGRAFIA

ALCÁNTARA, Manuel. (1995) La élite parlamentaria latinoamericana y el continuo izquierda-derecha. In: HOFMEISTER, W. & THERING J. (eds.). *Transformación de los sistemas políticos en América Latina*. Buenos Aires, Konrad Adenauer Stiftung.

COPPEDGE, Michael. (1994) *Strong parties and Lame Ducks. Presidential Partyarchy and Factionalism in Venezuela*. Stanford, Stanford University Press.

\_\_\_\_\_. (1998) The Dynamic Diversity of Latin American Party Systems. *Party Politics*, 4:547-568 (outubro).

GÓMEZ CALCAÑO, Luis & ARENAS, Nelly. (2000) Modernización autoritaria o actualización de populismo? La transición política en Venezuela. Trabalho apresentado no Simpósio "Democracia en las Américas: desafíos, peligros y expectativas para el siglo XXI" no 50º Congresso Internacional de Americanistas, Varsóvia, 10 al 14 de julho.

KENNEY, Charles. (1998) Anti-políticos, intrusos y política democrática. *é Politiké*, ano II, nº 3:28-42.

KITSCHOLT, Herbert, MANSFELDOVA, Zdenka, MARKOWSKI, Radoslaw & TÓKA, Gábor. (1999) *Post-Communist Party Systems*. Cambridge, Cambridge University Press.

LAZO CIVIDANES, Jorge. (2000) Aproximación a los fundamentos ideológicos del discurso político de Hugo Chávez Frías (1992-2000). Tese de mestrado em Ciência Política, Universidade Simón Bolívar.

LÓPEZ MAYA, Margarita. (2000) Organización y discurso del MVR y el PPT. Trabalho apresentado no Seminário "Venezuela: logros, problemas y desafíos del actual sistema político", realizado no Instituto de Estudios de Iberoamérica y Portugal da Universidade de Salamanca, 16 -17 de novembro.

MAINWARING, Scott & SCULLY, Timothy. (1995) Introduction: Party Systems in Latin America. In: MAINWARING, S. & Scully, T.R., (eds.) *Building Democratic Institutions: Party Systems in Latin America*, Stanford, Stanford University Press.

MOLINA VEGA, José Enrique. (2000) Comportamiento electoral en Venezuela 1998-2000, cambio y continuidad, *mimeo*.

NJAIM, H., COMBELLAS, R. & ALVÁREZ, A. (1998) *Opinión pública y democracia en Venezuela*, Caracas, Instituto de Estudios Políticos, Universidad Central de Venezuela.

PEREIRA, Valia. (1999) Tiempos de cambio en las actitudes políticas de los venezolanos. In: *América Latina Hoy*, nº 21, (monográfico Venezuela), abril.

ROBERTS, Kenneth. (1999) El neoliberalismo y la transformación del populismo en América Latina. In: MACKINNON, María Moira & PETRONE, Alberto (eds.), *Populismo y neopopulismo en América Latina*, Buenos Aires, Ed. Eudeba, p. 375-408.

**ANEXO**

**Texto das perguntas utilizadas**

Para começar, falemos da estabilidade da democracia em seu país. Em sua opinião, a democracia na Venezuela é *hoje*: muito estável, bastante estável, pouco estável ou nada estável?

Muito estável	1
Bastante estável	2
Pouco estável	3
Nada estável	4
N.S.	8
N.R.	9

Com qual das duas frases seguintes frases você está mais de acordo?

A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo	1
Em contextos de crise econômica e instabilidade política, autoritário pode ser preferível a um democrático	2
N.S.	8
N.R.	9

Na atualidade, há uma série de temas que podem representar uma ameaça ou um risco para a consolidação da democracia no México. Dos seguintes temas que vou mencionar, até que ponto: muito, bastante, pouco ou nada, você crê que são *hoje* uma ameaça para a democracia mexicana?

	Muito	Bastante	Pouco	Nada	NS	NR
As relações entre as forças armadas e o governo	1	2	3	4	8	9
A crise econômica	1	2	3	4	8	9
O terrorismo e a violência política	1	2	3	4	8	9
O mau funcionamento do poder judiciário	1	2	3	4	8	9
O narcotráfico	1	2	3	4	8	9
A dívida externa	1	2	3	4	8	9
A insegurança dos cidadãos(a delinqüência, os assaltos e roubos)	1	2	3	4	8	9
A pobreza e marginalidade	1	2	3	4	8	9
O desinteresse do povo pela política	1	2	3	4	8	9

*Estruturação ideológica dos partidos e grupos políticos na Venezuela (1998-2000)*

Mudando de tema. Há pessoas que dizem que sem partidos não pode haver democracia. Até que ponto: muito, bastante, pouco ou nada, você está de acordo com esta afirmação?

Muito de acordo	1
Bastante de acordo	2
Pouco de acordo	3
Nada de acordo	4
N.S.	8
N.R.	9

Em um contexto de pluralismo e ampla competição partidária, até que ponto, muito, bastante, pouco ou nada, você está de acordo com a afirmação de que as eleições são *sempre* o melhor meio para expressar certas determinadas preferências políticas?

Muito de acordo	1
Bastante de acordo	2
Pouco de acordo	3
Nada de acordo	4
N.S.	8
N.R.	9

Na atualidade, discute-se bastante sobre o papel do Estado. Neste sentido, você poderia me dizer se está mais de acordo ou mais em desacordo com cada uma das seguintes afirmações?

	Mais de acordo	Mais em desacordo	NS	NR
Em uma sociedade tão complexa como a atual, o Estado é incapaz de solucionar de maneira eficaz os problemas dos cidadãos	1	2	8	9
A intervenção do Estado na vida socioeconômica é a única maneira possível de reduzir as desigualdades sociais	1	2	8	9

A seguir, gostaria de conhecer sua opinião sobre uma série de funções tradicionais do Estado. Pensando em termos gerais, diga-me, para cada uma delas, que grau de intervenção muito, bastante, pouco ou nenhuma, deveria assumir o Estado?

	Muito	Bastante	Pouco	Nenhuma	NS	NR
Controle dos preços	1	2	3	4	8	9
Dar cobertura de seguro de desemprego	1	2	3	4	8	9

Como o sr. se lembra, quando se fala de política, se utilizam normalmente as expressões esquerda e direita. Neste cartão há uma série de casas que vão de esquerda a direita. Em que casa você se colocaria levando em conta suas idéias políticas?

Esquerda										Direita
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	

E, nesta mesma escala, onde você situaria seu próprio partido?

Esquerda										Direita
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	

Qual é sua opinião pessoal sobre o divórcio?

Totalmente a favor	1
Se deveriam ampliar os casos regulados pela legislação vigente	2
Só se deveria admitir nos casos regulados pela legislação vigente	3
Se deveriam limitar os casos regulados pela legislação vigente	4
Totalmente contra	5
N.R.	9

E sua opinião pessoal sobre o aborto?

Totalmente a favor	1
Se deveriam ampliar os casos regulados pela legislação vigente	2
Só se deveria admitir nos casos regulados pela legislação vigente	3
Se deveriam limitar os casos regulados pela legislação vigente	4
Totalmente contra	5
N.R.	9

*Recebido para publicação em maio de 2002  
Tradução de Pedro Maia Soares*

# *De João Goulart a Hugo Chávez: A política venezuelana à luz da experiência brasileira\**

---

**Octavio Amorim Neto**

IBRE e EPGE

Fundação Getúlio Vargas

---

## **Resumo**

Valendo-se das hipóteses formuladas por Wanderley Guilherme dos Santos para explicar o golpe de 1964 no Brasil, o texto procura identificar as condições que propiciaram a ruptura institucional havida na Venezuela em 1999. A análise de dados relativos à produção legislativa e à distribuição de cadeiras parlamentares e de preferências ideológicas, entre 1959 e 1999, indica que as hipóteses de Santos têm um considerável poder explicativo da crise política que atingiu a Venezuela no final da década de 90, oferecendo oferecendo predições mais precisas a respeito dos motivos da ruptura institucional ter ocorrido em 1999.

**Palavras-chave:** Democracia, Venezuela, ruptura institucional, regime político

## **Abstract**

Based on the hypotheses of Wanderley Guilherme dos Santos to explain the Brazilian 1964 coup d'état, this article seeks to identify the leading conditions to the Venezuelan institutional rupture in 1999. Data about the legislative production and the distributions of parliamentary seats and ideological preferences between 1959 and 1999 point that Santos hypotheses have significant explaining capacity of the Venezuelan political crisis at the end of the 90's, specially the causes of the institutional rupture in 1999.

**Key words:** Democracy, Venezuela, institutional rupture, political regime

---

\* Este artigo é uma versão modificada de um trabalho preparado para apresentação no Seminário sobre a Venezuela, patrocinado pelo Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais do Ministério das Relações Exteriores, realizado no Hotel Le Meridien, Rio de Janeiro, 17-18 de maio de 2001.

## ***I. Introdução***

Pouco conhecida no Brasil, a Venezuela é, junto com a Colômbia, a mais antiga democracia sul-americana, tendo ingressado no seleto clube dos regimes livres em fevereiro de 1959, quando Rómulo Betancourt assumiu a presidência após disputar a primeira eleição direta realizada no país em 11 anos (a última havia sido em 1947). Em janeiro de 1961, a redemocratização do país foi concluída com a promulgação de uma nova Constituição. Nas duas décadas seguintes, o país assistiria a consolidação daquele que chegou a ser um dos mais institucionalizados sistema partidários da América Latina (Mainwaring & Scully 1995). Entretanto, no curto espaço de 18 meses, entre a posse de Hugo Chávez, em fevereiro de 1999, e a chamada mega-eleição de julho de 2000, a Constituição de 1961 e o sistema partidário que sob ela vicejou foram irrevogavelmente jogados na lata de lixo da história. Nesse ínterim, foram realizados dois referendos, um, em abril de 1999, para convocar uma assembléia constituinte, outro, em dezembro do mesmo ano, para aprovar a nova Constituição redigida pela assembléia. Depois de tanta agitação política, hoje em dia, democracia, na Venezuela, é um termo em disputa, objeto de vários adjetivos, e um conceito de tortuosa aplicação.

A confusão que hoje paira sobre se a Venezuela ainda é uma democracia decorre, em boa medida, da maneira pela qual se deu o processo de mudança constitucional do país sob a presidência de Hugo Chávez. A convocação do referendo sobre a necessidade de uma assembléia constituinte foi feita por decreto presidencial, um ato que gerou grande controvérsia política e jurídica. Durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte (doravante, ANC), o Congresso eleito legitimamente em 1998 foi, para todos os fins práticos, completamente emasculado. Ademais, as constantes ameaças, ultimatos e ofensas que Chávez dirigiu repetidamente às instituições estabelecidas, durante a campanha presidencial de 1998 e após a sua posse em fevereiro de 1999, foram de tal virulência que fizeram analistas nacionais e estrangeiros temer freqüentemente pelo futuro das liberdades civis no país. Para tais analistas, não constituiu surpresa o fato de Chávez ter sido vítima, em abril de 2002, de um grotesco golpe de estado.

Se Chávez estava certo ou não em agir da maneira com que agiu ao longo de 1999, eu não saberia responder. O fato é que, sob sua presidência, produziu-se uma ruptura institucional completa, uma quebra definitiva das regras do jogo político vigentes desde 1958. É isso o que nos interessa entender neste trabalho.

Para tanto, vou me valer - como instrumento heurístico e referência comparativa - da experiência brasileira com a ruptura institucional de um regime democrático, o golpe de 1964, tal qual interpretada por um dos seus mais argutos observadores, Wanderley Guilherme dos Santos, em sua obra premiada *Sessenta Quatro: Anatomia da Crise*. Creio que tal estratégia de abordagem da política

venezuelana não é apenas válida do ponto de vista analítico, mas também útil para despertar o interesse e a curiosidade dos cientistas sociais brasileiros, em geral, pouco atentos ao que se passa neste crescentemente importante país vizinho.

O texto está assim estruturado: na próxima seção, trato de mostrar como se consolidou e degenerou a democracia na Venezuela a partir de 1959, com ênfase nos distintos padrões de governança que teve o país até 1998 e na dinâmica do sistema partidário. A terceira seção oferece uma descrição sumária dos eventos cruciais ocorridos em 1999 para mostrar que houve uma ruptura institucional no país. Na quarta, utilizo-me das hipóteses de Wanderley de Guilherme dos Santos (doravante, WGS) para identificar os fatores que levaram à ruptura institucional. Segundo WGS, rupturas institucionais se seguem a crises de paralisia decisória decorrentes de um processo de fragmentação política *cum* radicalização ideológica. Procurarei verificar, por meio de dados quantitativos, em que medida tal processo ocorreu na Venezuela. Antecipando um pouco os resultados, há, sim, sólidas evidências que mostram ter havido uma crise paralisia decisória na década de 90. A quinta seção confronta as hipóteses hauridas de WGS com outras explicações relativas à decadência das instituições democráticas na Venezuela. A última seção conclui o texto.

## ***II. Ascensão e Queda do Sistema de Punto Fijo (1959-1998)***

A relativa longevidade da democracia na Venezuela se deveu, em grande medida, à força dos seus partidos e do sistema partidário (Coppedge 1994; Levine 1973; Kornblith & Levine 1995)<sup>1</sup>. Os partidos venezuelanos desempenharam um papel fundamental no estabelecimento e consolidação da democracia em função de quatro fatores: (1) a disposição que demonstraram seus líderes em superar diferenças ideológicas para formar pactos de governabilidade (Karl 1991, Navarro 1988); (2) a capacidade que tiveram no esforço de eliminar a atuação de grupos radicais e antidemocráticos durante o auge da guerra fria; (3) sua habilidade em aplacar os militares e submetê-los ao controle civil; (4) sua eficácia na organização, mobilização e representação de diversos grupos sociais<sup>2</sup>.

A força organizacional dos partidos venezuelanos foi fruto, em parte, de sua história pré-democrática e, em parte, de algumas características do sistema eleitoral. Durante a ditadura militar de Pérez Jiménez (1952-1958), o principal de

---

<sup>1</sup> Esta seção se baseia pesadamente em Amorim Neto (1999).

<sup>2</sup> Cumpre notar que a Venezuela é também o maior produtor de petróleo da América Latina e o maior exportador mundial do produto para os Estados Unidos. Os partidos venezuelanos, na tarefa de consolidar a democracia, foram enormemente ajudados pelos vastos recursos financeiros que passou o país a receber a partir da alta do preço do petróleo em 1973. A renda extraída da exportação do petróleo deu às elites governantes os meios necessários para a implementação de políticas redistributivas e compensatórias que em muito serviram para estreitar os laços entre a população de baixa renda e o regime democrático.

partido de oposição ao regime, *Acción Democrática* (AD), foi legalmente proscrito. Porém, ao mergulhar na clandestinidade, a AD conseguiu sobreviver à brutalidade do regime. Essa verdadeira experiência de guerra acabou por criar uma sólida cadeia de comando vertical dentro do partido. Quando Pérez Jiménez foi finalmente derrubado por uma rebelião civil-militar em janeiro de 1958, as disciplinadas tropas de AD, auxiliadas pelos partidários do *Comitê de Organización Electoral Independiente* (COPEI) e da *Unión Republicana Democrática* (URD) não tardaram em ocupar o terreno político e se estabelecer como os principais atores da transição para a democracia. Dado o êxito que teve a AD na queda do antigo regime e na transição para o novo, sua estrutura organizacional passou a ser modelo para as outras agremiações partidárias.

Antes das eleições gerais realizadas ao final de 1958, AD, COPEI e URD assinaram dois acordos históricos: o *Pacto de Punto Fijo* (pacto do ponto fixo) e o *Programa Mínimo de Gobierno*. O *Pacto* estipulava que seus signatários se comprometeriam a respeitar o resultado da eleição fosse qual fosse o vencedor, a estabelecer consultas inter-partidárias em questões delicadas e a partilhar cargos e responsabilidade política. O *Programa Mínimo*, por sua vez, lançava as bases de um modelo de desenvolvimento alicerçado no capital estrangeiro e capital privado doméstico, em subsídios para o setor privado e mecanismos de compensação para qualquer reforma agrária. Ou seja, o *Programa* enunciava os princípios de uma abordagem cautelosa para com a reforma econômica e social (Kornblith e Levine 1995).

Assim, o regime representativo nasceu na Venezuela sob o abrigo de fortes organizações partidárias comprometidas com a moderação política, a partilha do poder e a existência de garantias mútuas, uma fórmula tida como ideal para a estabilização de uma democracia nascente (Lijphart 1976; 1999). À luz da preeminência dos partidos na transição e consolidação democráticas, não deve ser motivo de surpresa o fato de que seus líderes, quando se sentaram para escolher as regras formais do jogo político, tenham optado pela representação proporcional com listas fechadas. Como é sabido, tal sistema, ao dar às lideranças a prerrogativa de determinar a posição dos candidatos nas listas eleitorais, outorga grande poder às instâncias decisórias mais altas dos partidos, dificultando a articulação de interesses locais no seio das bancadas legislativas (Carey & Shugart 1995; Shugart 1992; Shugart & Carey 1992). Os membros das últimas, por temerem perder sua vaga na lista do partido nas próximas eleições, se vêem condicionados a uma fiel obediência aos seus líderes. Vale lembrar que, no Brasil, por conta do uso de listas abertas, ocorre algo distinto: como são os eleitores que definem a ordem final dos candidatos nas chapas, os deputados se sentem menos obrigados para com as lideranças partidárias (Mainwaring 1991). Em suma, não é à toa que uma singular combinação de história organizacional e incentivos eleitorais deu vez, na Venezuela,

a um dos mais disciplinados sistema de partidos do mundo contemporâneo, denominado pelos próprios venezuelanos de *partidocracia*. A disciplina parlamentar era tão forte na Venezuela que eram raras as votações nominais no Congresso, pois quase não havia dúvidas a respeito de como votaria cada deputado. Por isso, a grande maioria das decisões tomadas em plenário era feita por meio de votação simbólica (Coppedge, 1994).

Como funcionou um sistema político operado por partidos tão fortes, algo distinto da experiência brasileira? Os parágrafos a seguir tratam de oferecer uma breve análise dos principais partidos venezuelanos e de sua ascensão e queda ao longo das últimas quatro décadas.

A AD, partido de centro-esquerda com uma base eleitoral multiclassista, foi, de 1958 a 1998, o maior partido do Congresso<sup>3</sup>. As Tabelas 1 e 2 abaixo mostram que a AD alcançou seu auge nas eleições de 1983, quando, além de ganhar a presidência, conquistou 56,5% das cadeiras da Câmara de Deputados. Seus pontos mais baixos foram em 1999, quando não conseguiu eleger nenhum membro da ANC, e nas últimas eleições gerais, em 2000, quando obteve apenas 18,2% das cadeiras para deputado. Dos onze presidentes eleitos desde 1947, 6 foram *adecos* (membros da AD).

Quanto ao COPEI, trata-se de um partido democrata cristão, composto por grupos conservadores, principalmente a Igreja Católica e o empresariado<sup>4</sup>. Do ponto de vista ideológico, se pode dizer que o COPEI é de centro-direita e, tal qual a AD, se vale também de um apelo eleitoral multiclassista. Na primeira eleição do período democrático, o COPEI ficou em terceiro lugar na disputa pelas cadeiras da Câmara de Deputados. Contudo, de 1963 até 1998, manteve-se como a segunda força política do Congresso, tendo vencido também dois pleitos para a presidência da República, em 1968 e 1978. Porém, tal qual a AD, nas três últimas eleições legislativas (1998, 1999 e 2000), o COPEI teve o pior desempenho de sua história, conseguindo apenas 14,4% das cadeiras da Câmara em 1998, nenhuma na ANC e apenas 4,2%, em 2000.

---

<sup>3</sup> Sobre a AD, ver Coppedge (1994).

<sup>4</sup> Sobre o COPEI, ver Combellas Lares (1985).

**TABELA 1**  
**% de Cadeiras por Partido na Câmara dos Deputados da Venezuela (1958-2000)**

PARTIDO	1958	1963	1968	1973	1978	1983	1988	1993	1998	1999	2000
AD	54,9	37,1	30,8	51,0	44,2	56,5	48,3	27,6	33,0		18,2
COPEI	14,3	21,3	27,6	32,0	42,2	30,0	33,3	27,1	14,4		4,2
URD	25,5	16,3	7,9	2,5	1,5	1,5	1,0				
PCV	5,3			1,0	0,5	1,5	0,4			3,8	
FND (IPFN)		12,3	1,9								
FDP		9,0	5,1								
MEP			11,7	4,0	2,0	1,5	1,0				
CCN			9,8	3,5							
MAS				4,5	5,5	5,0		12,6	9,6	14,5	12,1
MAS-MIR							9,0				
Convergencia								12,6	1,6		1,2
Causa R								20,1	2,7		1,8
Movimiento V <sup>a</sup> República									24,5	67,9	47,3
Proyecto Venezuela									10,6		4,2
Patria Para Todos									3,2	6,9	0,6
Apertura									0,5		
Renovación											
Primero Justicia											1,8
LAPY											1,8
Nuevo Tiempo											1,8
Independentes										4,6	
Outros		4,0	5,2	1,5	4,0	4,0	6,9				3,0
Delegados Indígenas										2,3	1,8
Total (=100%)	133	178	214	200	199	200	201	199	188	131	165
Fragmentação	2,6	4,3	4,9	2,7	2,6	2,4	2,8	4,5	4,7	2,0	3,6
Comparecimento Eleitoral	79,7	78,3	84,6	81,1	74,5	77,1	72,7	60,0	63,5	47,1	56,5

*Fontes: Coppedge (s/d), Landman (1995) e Venezuela – Consejo Supremo Electoral (1987; 1990).*

**TABELA 2**  
**% de Votos Obtido Pelos Presidentes Venezuelanos (1947-2000)**

Presidente	Partido	Ano	% de Votos
Rómulo Gallegos	AD	1947	74,4
Rómulo Betancourt	AD	1958	49,2
Raúl Leoni	AD	1963	32,8
Rafael Caldera I	COPEI	1968	29,1
Carlos Andrés Pérez I	AD	1973	48,7
Herrera Campíns	COPEI	1978	46,6
Jaime Lusinchi	AD	1983	58,4
Carlos Andrés Pérez II	AD	1988	52,9
Rafael Caldera II	Convergencia	1993	30,5
Hugo Chávez I	MVR	1998	56,2
Hugo Chávez II	MVR	2000	59,7

**Fontes:** Coppedge (s/d), Landman (1995), Kornblith e Levine (1995) e Venezuela – Consejo Supremo Electoral(1987; 1990).

O desenvolvimento do sistema partidário venezuelano ao longo de quatro décadas é fielmente retratado pelo número efetivo de partidos (N), também chamado de índice de fragmentação legislativa, que, ao dar maior peso aos maiores partidos e menor peso aos menores, reflete mais validamente a distribuição de poder legislativo do que uma simples contagem do número de siglas<sup>5</sup>. A primeira eleição, em 1958, produziu um sistema com um número efetivo de partidos menor do que 3, refletindo a maioria absoluta da AD e a distribuição desigual do resto das cadeiras entre COPEI e URD. Na década de 1960, a Câmara dos Deputados tornou-se altamente fragmentada, sem nenhum partido a controlar uma maioria parlamentar. Ou seja, nos seus quinze primeiros anos de existência, a democracia venezuelana teve um nítido sistema multipartidário.

Em 1973, AD e COPEI dão um salto, passando juntos a controlar 83,0% das cadeiras da Câmara, fazendo o sistema partidário retornar ao nível de fragmentação de 1958 (N = 2,6). Outro dado significativo é que nenhum outro partido conseguiu pelo menos 10% da representação. Na eleição de 1978, esta correlação de forças se manteve, com a dupla AD e COPEI conquistando 86,4% das cadeiras e verificando-se novamente a ausência de uma terceira força relevante. Conquanto uma franja de pequenas siglas nunca tenha deixado de existir, seja no eleitorado, seja no Congresso, a década de 1970 presenciou a cristalização de uma inequívoca

<sup>5</sup> A fórmula do número efetivo de partidos é  $N = 1/\sum xi^2$ , onde  $xi$  é o percentual de cadeiras de cada partido representado na legislatura.

dinâmica bipartidária no seio do regime representativo. Tal dinâmica, não custa ressaltar, tinha como eixo o duopólio de AD e COPEI sobre as cadeiras parlamentares e o revezamento de ambos na presidência. Esta situação prevaleceu, com poucas alterações, até 1993.

Aos dois sistemas partidários corresponderam modelos distintos e relativamente estáveis de governança. Assim, no período multipartidário, formaram-se acordos de coalizão para o preenchimento de postos nos gabinetes presidenciais e mesas do Congresso. Já na fase bipartidária, houve quase que apenas gabinetes unipartidários, uma vez que o partido dos chefes de governo contou sempre com uma maioria absoluta ou próxima disto no Congresso<sup>6</sup>.

Em 1993, ano de um novo ciclo eleitoral, a fase bipartidária chega ao fim. Aliás, não seria exagero dizer que as eleições de 1993 constituíram o ponto de inflexão a partir do qual começou a derrocada definitiva do sistema político estabelecido pelo *Pacto de Punto Fijo*. Elegeu-se pela primeira vez um presidente, Rafael Caldera, não filiado nem à AD nem ao COPEI. Ainda que Caldera não possa ser considerado um *outsider* do sistema político, uma vez que foi o principal líder do COPEI até o início dos anos 90, tendo também sido nada menos do que presidente da República entre 1969 e 1974, o fato é que ele conduziu expressamente sua campanha eleitoral investindo contra a *partidocracia* representada por AD e COPEI. Não menos significativo é o fato de que os dois partidos lograram eleger apenas 54,7% dos deputados. O sistema partidário fragmentou-se sobremaneira (N = 4,7), passando a ter cinco partidos com mais de 10% de cadeiras na Câmara (além de AD e COPEI, também Causa Radical, Movimiento al Socialismo [MAS] e Convergencia). Outra ruptura relevante com o modelo de governança que prevaleceu entre 1973 e 1992 foi a completa ausência de membros de AD e COPEI no gabinete ministerial de Caldera (Amorim Neto 1998:136).

Na esteira das rupturas políticas ocasionadas pelas eleições de 1993 estão uma série de eventos dramáticos ocorridos nos quatro anos anteriores: o sangrento levante social de 27-28 de fevereiro de 1989 decorrente do aumento do preço das tarifas de transporte público acordado por Carlos Andrés Pérez com o FMI, conhecido como *Caracazo*; as tentativas de golpe de estado encabeçadas por militares em fevereiro e novembro de 1992, tendo sido a primeira delas liderada pelo então coronel Hugo Chávez; e, finalmente, a destituição do presidente Pérez, em maio de 1993, sob a acusação de malversação de dinheiro público. Como pano de fundo desses tristes espetáculos, uma situação de grande instabilidade econômica, caracterizada por picos inflacionários, quedas bruscas e agudas da taxa de crescimento econômico e o declínio constante do preço do barril de petróleo, motor da economia venezuelana e principal fonte de receita pública. Todos esses

---

<sup>6</sup> Para uma análise detalhada do padrão de formação de governo na Venezuela entre 1959 e 1994, ver Amorim Neto (1998, cap. 5).

fatores contribuíram de forma decisiva para um crescente cinismo da população para com as instituições políticas, as elites dirigentes, em geral, e com os partidos dominantes, em particular. Um indicador eloquente de tal atitude difusa de desconfiança para com a ordem política é a taxa de abstenção eleitoral (ver última linha da Tabela 1). Nas eleições de 1988, o comparecimento foi de 72,7%, enquanto que, nas eleições de 1993, a taxa caiu simplesmente para 60,0%, estabilizando-se neste patamar em 1998 (63,5%).

A classe política venezuelana não ficou inerte diante de tantas crises. Várias reformas políticas foram efetuadas entre 1989 e 1995, procurando todas elas reaproximar as instituições democráticas dos eleitores. Foram estabelecidas eleições diretas para governadores de estado e prefeitos em 1989 e instituíram-se distritos uninominais e a regra de maioria para as eleições parlamentares. As mudanças feitas no sistema eleitoral da Câmara merecem atenção especial. De 1958 até 1988, as candidaturas à Câmara eram apresentadas em listas fechadas distritais, sendo a geografia dos distritos justaposta às dos estados, tal qual no Brasil, devendo os eleitores dar um único voto a uma determinada sigla partidária. Assim como no Brasil, a fórmula eleitoral utilizada para a distribuição de cadeiras era o método d'Hondt. Porém, os partidos sub-representados na alocação de cadeiras ao nível estadual com relação ao seu percentual de votos obtidos nacionalmente tinham direito a receber um número limitado de cadeiras compensatórias. Para um partido credenciar-se a receber cadeiras compensatórias, tinha que haver recebido um número de votos pelo menos igual ao total de votos dados nacionalmente dividido pelo número de cadeiras em disputa em todos os estados. Recapitulando: as duas principais diferenças entre o sistema eleitoral venezuelano do período 1958-1988 e aquele vigente, hoje, no Brasil é a utilização de listas fechadas e de cadeiras compensatórias na Venezuela. A partir das eleições de 1993, o sistema eleitoral venezuelano tornou-se muito mais complexo e distinto do brasileiro e bem semelhante ao alemão, seu modelo inspirador. Estabeleceu-se que metade das cadeiras fixas (por oposição às compensatórias) seria disputada em distritos uninominais e pela regra de maioria simples. A outra metade seria disputada pelo sistema antigo, isto é, por meio de listas fechadas apresentadas em cada estado e com a distribuição de cadeiras regida pela fórmula D'Hondt. O eleitor passou a ter dois votos: um para as cadeiras uninominais e outro para as listas plurinominais. Por fim, manteve-se a sistemática de alocação de cadeiras compensatórias.

O objetivo primordial da reforma eleitoral era suavizar o controle férreo exercido pelas lideranças partidárias sobre a representação política, permitindo, assim, uma maior articulação de interesses locais e, conseqüentemente, uma maior aproximação entre representantes e representados. Esperava-se que o estabelecimento de distritos uninominais teria um papel fundamental na

consecução de tais objetivos porque, sendo eles bem menores que os tradicionais distritos plurinominais (os estados), facilitariam a comunicação entre eleitores e candidatos e o controle destes por aqueles. Os resultados frustraram as intenções dos advogados das reformas. Como já mencionado, a abstenção nas eleições para a Câmara aumentou enormemente de 1988 a 1998. As eleições diretas para os governos subnacionais também não reanimaram o eleitorado. Muito pelo contrário. Nas primeiras eleições para governadorias e prefeituras, em 1989, a abstenção foi de 55,0%; nas eleições seguintes, em 1992, a abstenção foi de 50,8%; e, nas de 1995, 53,8% (Kornblith, 1996). Ademais, estudos empíricos mostraram que o comportamento legislativo dos deputados em pouco mudou depois da implementação das reformas eleitorais, máxime no que concerne à disciplina parlamentar (Crisp, 1998b; Kulisheck, 1997).

Duas razões podem explicar a ineficácia das reformas. Em primeiro lugar, o fato de terem tido pouco tempo de vigência. Ou seja, não é de uma hora para outra que se mudariam velhas práticas políticas. Segundo, a sólida estrutura organizacional dos grandes partidos, um dos pilares da *partidocracia*, permaneceu intocada. Quer isto dizer que os líderes partidários continuaram a possuir recursos políticos suficientes para sobrestar os incentivos gerados pelas novas regras eleitorais e, portanto, para continuar a fazer valer o seu peso no processo decisório.

A ineficácia das reformas combinada com o fracasso econômico do segundo governo de Caldera (3 anos de recessão em 5 anos de mandato), entretanto, tendeu a realimentar as condições que as motivaram. Prova disto é que, nas eleições realizadas em dezembro de 1998, todas as tendências que se manifestaram em 1993 se aguçaram. Foi eleito para a presidência um militar, Hugo Chávez, que, durante toda a campanha, atacou violentamente não apenas os partidos dominantes como toda a ordem política vigente, prometendo nada menos que a convocação de uma assembléia constituinte com poder para dissolver o Congresso. Ou seja, um *outsider* por excelência. Some-se a isto o fato de que a AD e COPEI chegaram ao fundo do poço em termos de cadeiras na Câmara de Deputados: 42,6%. Registre-se que, pela primeira vez na história da Venezuela democrática, as duas esfinges do regime passaram a controlar menos de 50% das cadeiras da Câmara. Com o declínio sem precedente de AD e COPEI e a presença de outros três partidos com mais de 10% de cadeiras na Câmara (desta vez, eles foram o MAS, o Projeto Venezuela e o Movimento Vª República), o sistema partidário nunca se encontrou tão fragmentado como desde 1968. Por último, como era de se esperar depois de uma campanha eleitoral tão rancorosa, o novo presidente, apesar de seus partidários estarem em minoria na Câmara (tinham 37.2% das cadeiras), decidiu obviamente não formar qualquer tipo de coalizão com AD ou COPEI, mas, isto sim, optou por uma estratégia de aniquilação dos dois partidos e do sistema constitucional sob o qual vicejaram.

Em suma, os quatro fatores citados no começo da seção como responsáveis pela longevidade da democracia na Venezuela não estavam mais atuando na política do país na segunda metade década de 1990. Em primeiro lugar, a disposição para estabelecer pactos de governabilidade perdeu-se completamente em vista do altíssimo grau de confrontação existente entre os partidos tradicionais e seus opositores. Segundo, com o fim da guerra fria, as elites políticas perderam um inimigo comum que poderia forçá-las a cooperar entre si, qual seja, os partidos de extrema esquerda. Cabe lembrar que esse “cimento cooperativo” já estava fora de uso há muito tempo. Terceiro, a capacidade das elites civis de controlar os militares chegou ao seu nível mínimo com as duas tentativas de golpe de 1992 e a ascensão do coronel Chávez à presidência. Quarto, com as crescentes taxas de alienação eleitoral, ficou claro que a capacidade que tinham os partidos tradicionais de incorporar, organizar, mobilizar e representar os mais diversos grupos sociais encontrava-se seriamente comprometida.

### ***III. A Ruptura Institucional de 1999***

No dia 2 de fevereiro de 1999, Hugo Chávez assumiu a presidência ainda sob as regras da Constituição de 1961. No dia 20 de dezembro do mesmo ano, promulgou-se uma nova Constituição. Essa mudança profunda no ordenamento constitucional da Venezuela não se fez da mesma maneira que em outros países latino-americanos ao longo das décadas de 1980 e 1990, tal qual no Brasil em 1988, na Colômbia em 1991 e na Argentina em 1994. Estes três processos de transformação constitucional ocorreram sob as regras vigentes do jogo político, sem que estas jamais tenham sido violadas. Foram, em suma, processos de mudança pactuada entre as principais forças políticas do país. Quando a mudança constitucional se faz à margem das regras do jogo, isto é, de forma ilegal, temos o que se pode chamar de ruptura institucional. O conceito de ruptura institucional é uma generalização daquilo que WGS chamou, para o caso específico do Brasil em 1964, de violência política, isto é “... quaisquer mudanças ilegais nas regras do jogo ...” (Santos 1986:32). Rupturas institucionais abarcam tanto golpes de estado, como os que ocorreram no Brasil em 1964 e no Chile em 1973, assim como a transferência ilegal de poder ao general Charles de Gaulle, na França, em 1958.

Houve realmente uma ruptura institucional na Venezuela? Nos parágrafos que seguem, procuro narrar os principais eventos políticos do ano de 1999 para mostrar que esse foi o caso, com base nas informações fornecidas por duas conhecidas fontes de notícias, o *Keesing's Record of World Events* e o *Latin American Weekly Report*. Cumpre lembrar que estas fontes, apesar de escritas em língua inglesa, são muito mais isentas do que os dois grandes jornais venezuelanos (*El*

*Nacional e El Universal*), comprometidos que estão com uma oposição radical a Chávez<sup>7</sup>.

Durante a campanha presidencial de 1998, Chávez prometera realizar um referendo acerca da convocação de uma assembléia constituinte. Porém, o único mecanismo pelo qual reformas constitucionais poderiam ser feitas, sob a égide da Constituição de 1961, era por meio da aprovação de emendas constitucionais por dois terços do Congresso. Em janeiro de 1999, ainda antes da posse do novo presidente, a Suprema Corte, em resposta a uma consulta de Chávez, determinou que não seria inconstitucional a realização de um referendo a respeito de se uma assembléia constituinte poderia ser convocada. Líderes parlamentares reclamaram da decisão da Corte. Chávez, antes da sua posse, ameaçou dissolver o Congresso caso este se opusesse a seu plano de convocar uma Assembléia Nacional Constituinte. A própria oposição, porém, reconheceu que a convocação da ANC era um processo político, não jurídico. Donald Ramírez, secretário geral do COPEI afirmou que o processo de convocação da ANC "... não é jurídico, mas político, [de modo que] o jurídico não pode ser um obstáculo à execução de uma reforma radical." (*Latin American Weekly Report*, 19/01/1999).

Às vésperas da posse, os partidos de oposição não se posicionavam mais contra a ANC, mas, isto sim, a favor de que fosse convocada por meio de uma emenda constitucional aprovada pelo Congresso. Acima de tudo, o que Chávez desejava com a ANC era se livrar do Congresso dominado por AD e COPEI, as agremiações políticas que dominaram a vida política venezuelana desde 1959. A convocação da ANC por meio de um referendo foi ou não constitucional?

A decisão da Suprema Corte foi um ato político feito à margem da Constituição de 1961. Ela, a Corte, vergou-se ao intenso clamor dos que apoiavam Chávez. A decisão foi, do ponto de vista constitucional, no mínimo, tão pouco ortodoxa quanto aquela do presidente René Coty de passar a chefia do governo a de Gaulle, em 1958.

O primeiro ato de Chávez como presidente foi assinar um decreto convocando um referendo a respeito da eleição da ANC. O referendo não se cingiria apenas a um sim ou não a propósito da ANC, mas também se manifestaria a respeito da extensão e dos termos da missão da ANC. Chávez emitiu também um ultimato ao Congresso, estabelecendo o prazo de metade de fevereiro para que o Congresso fizesse também a sua própria convocação de referendo, algo nunca antes visto no período 1959-1998.

No final de fevereiro, Chávez enviou ao Congresso um projeto de lei habilitante que lhe daria poderes de emergência para governar por decreto em questões administrativas, monetárias, fiscais e setoriais. O Congresso optou por

---

<sup>7</sup> Os parágrafos que seguem abaixo reproduzem, quase que *verbatim*, o texto de Amorim Neto (2002).

emendar o projeto, coisa que Chávez abertamente rejeitou. Além disso, o presidente ordenou que seus ministros não atendessem às convocações feitas a eles pelo Congresso para que lá fossem explicar as medidas exigidas pelo Executivo. Ao fim e ao cabo, no meio de abril de 1999, o projeto de Chávez foi inteiramente aprovado após o presidente instar partidários seus a cercar e pressionar o Congresso. Aqui não há dúvida de que se tratou de uma violação irrefutável das regras do jogo da democracia, pois não consta que, em nenhum regime digno deste nome, projetos do Executivo sejam aprovados com base em cercos ao Poder Legislativo ordenados pelo presidente da República.

Ainda em abril, Chávez afirmou que faltava ao Congresso e à Suprema Corte legitimidade. Ao que esta última respondeu com uma nota exigindo que o chefe do Executivo cessasse suas atitudes desrespeitosas e hostis (*Latin American Weekly Report*, 20/04/1999). No dia 25 de abril, a pequena fatia do eleitorado que foi às urnas (apenas 37,6%) deu uma ampla vitória às propostas de Chávez (87,8% responderam sim à pergunta 1; 81,7% responderam sim à pergunta 2).

Em maio, inicia-se o processo, por assim dizer, informal de dissolução do Congresso eleito em 1998. Quarenta e dois dos 103 deputados e senadores do Pólo Patriótico, nome da aliança dos partidários de Chávez, renunciaram às suas cadeiras parlamentares para concorrer às eleições para a ANC. Treze dos seus suplentes também renunciaram. Com a renúncia dos chavistas, aumentou o controle que a oposição tinha sobre o Congresso, ao preço, porém, de ver diminuída a sua legitimidade. A resposta do Congresso à ação dos chavistas veio com a nomeação de Rafael Pérez Perdomo para o cargo de procurador geral da República. Perdomo havia sido o advogado de defesa de Carlos Andrés Pérez, presidente contra o qual Chávez ensaiou o golpe de estado em 1992 (*Latin American Weekly Report*, 08/06/1999).

Em junho, Chávez entrou em conflito com o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) e, novamente, com o Congresso. O CNE acusou formalmente o presidente de estar mais interferindo do que promovendo a eleição para a ANC ao apoiar abertamente candidatos do governo, favorecê-los com o uso de transporte público e atacar os candidatos da oposição com freqüentes ofensas pessoais, tais como “corruptos” e “ladrões”. Chávez respondeu ao CNE com a afirmação de que “Nós não estamos debatendo entre dois caminhos: não há uma terceira via. Vejo isto em preto e branco. Estamos vivendo em tempos apocalípticos na Venezuela e não há espaço para sermos brandos, para tentar estar bem com Deus e o Diabo” (*Latin American Weekly Report*, 29/06/1999).

Com o Congresso, o conflito se deu em torno da maior lista de promoções militares já feita por um presidente, 262 ao todo, com 52 promoções para o posto de general. A comissão de defesa do Senado, de maioria oposicionista, afirmou que não fazia sentido promover tantos oficiais, uma vez que não havia postos suficientes

e que recusaria a promoção de 35 oficiais cujas idades já haviam ultrapassado o período de elegibilidade estabelecido pelo código militar. Ao que Chávez respondeu com a afirmação de que os senadores não tinham autoridade moral para agir de tal maneira (*Latin American Weekly Report*, 29/06/1999) e que pediria à ANC para dissolver o Congresso. A promoção dos 35 militares foi efetivada por Chávez a despeito da decisão do Congresso. Aqui, mais uma vez, um caso de desrespeito aberto à Constituição.

Nas eleições para a ANC, em julho, o Pólo Patriótico obteve nada menos que 122 das 131 cadeiras em disputa. No dia 19 de agosto, a ANC aprovou um decreto criando uma comissão de emergência judicial encarregada de fazer uma reforma radical do Poder Judiciário. Uma pequena maioria da Suprema Corte votou por cooperar com a comissão. A presidente da Corte, Cecilia Sosa Gómez, optou por renunciar.

No final de agosto, a ANC declarou o estado de “emergência legislativa”, sob o qual estariam suspensas todas as sessões do Congresso e se estabeleceria uma comissão de investigação. Dos dias mais tarde, houve sérios conflitos de rua, no centro de Caracas, entre os partidários de Chávez e os da oposição (*Keesing's Record of World's Events*, vol. 45, Agosto de 1999). Essa crise foi mais um marco na luta entre o Congresso, dominado pelos velhos partidos, e a ANC, sob o comando das forças chavistas.

No dia 5 de setembro, alcançou-se um acordo entre a ANC e o Congresso, com a mediação da Igreja Católica, que garantiria o pleno funcionamento do Poder Legislativo até a promulgação da nova Constituição, pondo fim ao conflito iniciado no final de agosto com o decreto de emergência legislativa.

No começo de novembro, todavia, revelou-se o quão vazio era o acordo de coexistência. Quando a comissão de finanças do Congresso fez retornar ao Executivo o projeto de orçamento para o ano seguinte alegando uma série de falhas que o tornavam inviável, o governo imediatamente tirou o Congresso do caminho, remetendo o projeto à ANC. Praticamente, não houve reação ao ato do governo (*Latin American Weekly Report*, 23/11/1999). A anulação do Congresso nesse episódio foi o *dénouement* final do processo de ruptura institucional.

Finalmente, a Constituição redigida pela ANC foi ratificada pelo referendo popular celebrado no dia 15 de dezembro de 1999. 71,8% dos eleitores que foram às urnas, representando apenas 44,4% do eleitorado nacional, deram sua aprovação ao texto. No dia 20 de dezembro, foi promulgada a nova Constituição. A 4 de janeiro de 2000, o Congresso bicameral, eleito em 1998, foi dissolvido. Tal qual estabelecido pela nova Constituição, a Corte Suprema foi dissolvida e substituída por um Supremo Tribunal de Justiça, cujos membros foram escolhidos pela ANC. No dia 31 de janeiro de 2000, o presidente da ANC, Luis Miquelena, é empossado como presidente da legislatura interina, composta de 21 membros, que

exerceria as funções de Poder Legislativo até as eleições gerais inicialmente marcadas para 28 de maio de 2000, nas quais se elegeria uma legislatura unicameral.

Ao fim de julho, foi finalmente realizada a chamada mega-eleição, na qual estavam em disputa a presidência, as 165 cadeiras da Assembléia Nacional e os 23 governos estaduais. Chávez obteve nada menos do que 59,7% dos votos, a segunda mais ampla maioria alcançada por um candidato nas 11 eleições presidenciais havidas na história do país, atrás apenas dos 74,4% de votos dados a Rómulo Gallegos, em 1947. Os partidos que endossaram a candidatura de Chávez (Movimiento Vª República, MAS, Pátria Para Todos e o Partido Comunista), ficaram com 99 cadeiras parlamentares (60,0%). A AD foi reduzida a uma bancada de 30 deputados (18,2%) e o COPEI, a 7 (4,2%). Encerrava-se de forma patética a IVª República. Do ponto de vista estritamente constitucional, começava a Vª República.

Independentemente do juízo de valor que se tenha a respeito dos propósitos e métodos de Chávez, parece inegável que houve uma ruptura institucional na Venezuela, em 1999. Não é outra a avaliação de Allan R. Brewer-Carías, quiçá o mais prestigioso jurista venezuelano. Em suas palavras,

*“... paralelamente à elaboração da nova Constituição, a Assembléia adotou uma série de decisões contidas em Decretos, mediante os quais baixou uma série de atos constituintes, que contrariavam abertamente ao que dispunha a Constituição de 1961, que ainda estava vigente, e aos quais, no entanto, a posteriori, o máximo órgão judicial do país outorgou caráter, natureza e estatuto constitucional. ... Tais atos foram ditados pela Assembléia Nacional Constituinte, como se disse, à margem da ordem constitucional estabelecida na Constituição de 1961, e que foi impunemente desconhecida. A emissão destes atos constituintes desconhecendo a ordem constitucional constituiu um golpe de estado perpetrado pela Assembléia Nacional Constituinte ...” (2002, p.194).*

#### **IV. A Crise de Parálisis Decisória**

O que leva à ruptura institucional de um regime democrático? Ou, inversamente, o que faz uma democracia ser estável? Este é certamente um dos temas mais relevantes da ciência política nas últimas quatro ou cinco décadas. Toneladas de tinta ou de *toner* foram gastas tentando se dar uma resposta à questão. Várias teorias se propuseram a explicar o colapso ou estabilidade da democracia. Mais recentemente, Przeworski, Alvarez, Cheibub e Limongi (2000) realizaram o mais sistemático e abrangente esforço para testar quantitativamente todas as principais hipóteses explicativas da estabilidade dos regimes democráticos, analisando dados de 141 países no período 1950-1990.

Seus principais achados são os seguintes: (1) as democracias têm uma maior probabilidade de sobreviver nos países que já são desenvolvidos; (2) a

democracia é mais estável em sociedades com melhor distribuição de renda; (3) a heterogeneidade social ou etno-linguística torna qualquer regime, democrático ou autoritário, mais instável; (4) nem o protestantismo nem o islamismo tem algum efeito sobre a durabilidade da democracia; porém, os regimes democráticos têm maiores chances de sobreviver em países nos quais há mais católicos (um resultado surpreendente em vista do consenso teórico existente quanto à pouca afinidade do catolicismo com a democracia); (5) o legado colonial tem um efeito pequeno sobre a estabilidade democrática; (6) a história política dos regimes, seu passado de instabilidade, tem um importante papel nas chances de sobrevivência da democracia; (7) o clima político internacional tem um impacto significativo sobre a estabilidade das democracias, isto é, quanto maior o número de países democráticos no mundo, menor a probabilidade de colapso democrático; e (8) a democracia é menos estável sob o presidencialismo do que sob o parlamentarismo (Przeworski, Alvarez, Cheibub & Limongi 2000, p.106-136).

Cabe lembrar a maneira pela qual os quatro autores (doravante, PACL) operacionalizaram a variável dependente de seus testes econométricos: se um país era ou não democrático ao final de cada ano no período 1950-1990. Ou seja, PACL se valeram de um critério dicotômico, opondo democracia a autoritarismo, calcado em uma definição schumpeteriana do primeiro regime. Todavia, o conceito aqui adotado de ruptura institucional é, como já mencionado, mais amplo. Um golpe militar que leva à derrubada de um regime democrático é uma ruptura institucional. Porém, uma transferência ilegal do poder, como na França em 1958, ou uma reforma constitucional por meios ilegais, como a feita na Venezuela em 1999, também constitui um caso de ruptura institucional. Seria interessante refazer os testes de PACL operacionalizando-se a variável dependente a partir da noção de ruptura institucional. Um exemplo de como tal noção poderia levar a resultados diferentes daqueles encontrados por PACL é que estes classificaram a França como democrática ao final de 1958 (2000, p.67), favorecendo as hipóteses que afirmam ser a democracia mais estável em países desenvolvidos, com melhor distribuição de renda e sob regimes parlamentaristas.

Infelizmente, ainda não há informação disponível para que se refaçam os testes de PACL a partir da noção de ruptura institucional. Porém, temos a própria teoria desenvolvida por WGS. Segundo este autor, rupturas institucionais em regimes democráticos são conseqüências de crises de paralisia decisória. A paralisia decisória, por sua vez, abre caminho para que alguns grupos procurem romper o impasse existente por meios violentos e pela mudança ilegal das regras do jogo. A questão que se coloca, então, é: como se chega a uma situação de paralisia decisória?

A paralisia decisória decorre de processos simultâneos de dispersão de preferências, intensificação das mesmas e fragmentação dos recursos políticos,

situação que estimula a formação de coalizões de veto *ad hoc*, mas que dificulta enormemente a formação de maiorias governativas estáveis. Chega-se, assim, a uma posição de equilíbrio político, a partir da qual o sistema político passa a ser caracterizado pelo impasse permanente (Santos, 1986, p.23-36). Tradução política: a paralisia decisória é fruto do efeito conjugado do aumento de partidos, à esquerda e à direita, em oposição ao governo; da radicalização das suas posições ideológicas e da diminuição do seu tamanho legislativo e do concomitante aumento do número de partidos existentes.

Sob as circunstâncias acima descritas, a cooperação se torna mais difícil porque, com a diminuição do tamanho dos partidos, mais partidos são necessários para se formar uma maioria legislativa e, simultaneamente, os partidos têm menos incentivos para cooperar por conta da radicalização de posições. Como a proliferação de partidos de oposição vem, em geral, de mãos dadas com o aumento do número de partidos, pode-se amalgamar os dois processos sob a rubrica de fragmentação. A intensificação de preferências é, no caso, sinônimo de radicalização ideológica. Em suma, segundo WGS, a paralisia decisória é produto de um processo de fragmentação *cum* radicalização.

O ganho analítico que se tem com a teoria desenvolvida por WGS é a identificação clara das condições sob as quais se dá um processo de paralisia decisória, permitindo, assim, que se façam previsões precisas acerca de quando se deve observar uma ruptura institucional. Ressalte-se que nenhuma das teorias testadas por PACL especifica as condições particulares sob as quais um regime democrático deve entrar em colapso, sendo, portanto, menos úteis para os nossos propósitos.

WGS encontrou fortes evidências de paralisia decisória no Brasil, em 1963, isto é, às vésperas do golpe: a taxa de aprovação de projetos de lei caiu para 0,07 neste ano, enquanto a mesma taxa havia atingido os valores de 0,13, 0,13, 0,15 e 0,14, em 1959, 1960, 1961 e 1962, respectivamente.

Outra evidência de paralisia decisória é a diminuição da estabilidade governamental tal qual medida pela taxa de rotatividade dos ministros em seus cargos. A instabilidade governamental aponta, no seu extremo lógico, para a ausência de governo. Assim quanto mais instável a permanência dos ministros em seus postos, menos decisões tomam<sup>8</sup>. Sob a presidência de Dutra, a taxa de estabilidade ministerial foi de 0,36; sob Vargas, 0,32; sob Kubitschek, 0,38; e sob João Goulart, 0,13 (Santos, 1986, p.121).

---

<sup>8</sup> A medida de estabilidade ministerial desenvolvida por WGS (1986, p.121) é a média de permanência dos ministros em seus cargos dividida pela duração constitucionalmente estabelecida do governo.

No que concerne à fragmentação, na legislatura de 1946-1951, o número efetivo de partidos foi de 2,7; na legislatura de 1951-1955, 4,1; na de 1955-1959, 4,6; na de 1959-1963, 4,5; e na legislatura de 1963-1964, 4,6. Ou seja, a fragmentação estava no seu nível máximo no ano que antecedeu ao golpe de 1964<sup>9</sup>.

Por último, WGS exhibe dados que mostram que, à medida que o Poder Legislativo se fragmentava, mais cadeiras iam para os partidos de direita e esquerda e menos para os partidos de centro-esquerda e centro-direita, configurando uma situação de crescente polarização ideológica (Santos 1986, p.76-77).

Terá havido uma crise de paralisia decisória antes da chegada de Chávez ao poder semelhante à que ocorreu sob o governo de João Goulart?

A Tabela 3 mostra que, para o período 1994-1999, nunca foi tão baixo o percentual total de projetos de lei aprovados pela Câmara de Deputados (34,8%) e que este percentual vinha declinando consistentemente desde o período 1984-1989. Também nunca foi tão baixo o percentual de aprovação de projetos de lei de autoria do Executivo como no quinquênio 1994-1999 (37,8%). Se não houve paralisia decisória completa no período que precedeu a Chávez, é inegável que a tendência era nesta direção.

Com relação à estabilidade ministerial, a Tabela 4, porém, indica que o período 1994-1999 não foi o pior. A estabilidade atingiu o seu nível mais baixo na presidência anterior, de Carlos Andrés Pérez (0,27), presidência que está na origem da crise que levou de roldão o regime de 1958.

No que concerne à fragmentação legislativa, a segunda seção do texto já revelou que a partir de 1989 começou a haver inequívoco aumento da fragmentação. O número efetivo de partidos da legislatura vigente entre 1994 e 1999, 4,5, foi o segundo maior desde 1959.

Por último, no tocante à polarização ideológica, optou-se por medi-la como o percentual de votos obtidos pelos partidos de esquerda, direita, personalistas e outros fora da tradicional clivagem esquerda-direita, tal qual classificados por Coppedge (1997). Segundo essa medida, como mostra a Tabela 5, nunca foi tão alta a polarização como em 1994-1999.

---

<sup>9</sup> WGS, em *Anatomia da Crise*, não usa o número efetivo de partidos para mediar a fragmentação. Porém, o indicador por ele adotado, o de fracionalização, desenvolvido por Douglas Rae, pode ser facilmente transformado no número efetivo de partidos.

**TABELA 3**  
**Produção Legislativa na Venezuela por Período Presidencial-Legislativo (1959-1999)**

Período	N de Projetos de Lei de Autoria do Executivo	N de Projetos de Lei de Autoria do Executivo Aprovados	% de Projetos de Lei de Autoria do Executivo Aprovados	N de Projetos de Lei de Autoria da Câmara	N de Projetos de Lei de Autoria da Câmara Aprovados	% de Projetos de Lei de Autoria da Câmara Aprovados	% Total de Projetos de Lei Aprovados
1959-1964	53	46	86,8	24	10	41,7	72,7
1964-1969	64	36	56,3	28	10	35,7	50,0
1969-1974	83	48	57,8	48	23	47,9	54,2
1974-1979	48	32	66,7	24	5	20,8	51,4
1979-1984	64	32	50,0	41	15	36,6	44,8
1984-1989	76	68	89,5	51	17	33,3	66,9
1989-1994	90	67	74,4	77	21	27,3	52,7
1994-1999	45	17	37,8	106	34	32,1	33,8

**Fontes:** Venezuela – Camara de Diputados (s/d) para o período 1959-1989 e dados fornecidos por Brian Crisp para o período 1989-1999.

**TABELA 4**  
**Estabilidade Ministerial na Venezuela (1959-1999)**

1959-1964	1964-1969	1969-1974	1974-1979	1979-1984	1984-1989	1989-1994	1994-1999
0,39	0,36	0,48	0,44	0,5	0,45	0,27	0,45

**Fontes:** Keesing's Record of World Events e Olmos (s/d).

**TABELA 5**

**% de Votos Obtido por Partidos Extremistas, Personalistas e Outsiders na Venezuela por Período Presidencial-Legislativo (1959-1999)**

1959- 1964	1964- 1969	1969- 1974	1974- 1979	1979- 1984	1984- 1989	1989- 1994	1994- 1999
6,8	1,6	15,8	13,8	17,0	18,8	17,6	23,3

**Fontes:** Landman (1995), Coppedge (1997) e Venezuela – Consejo Supremo Electoral (1987; 1990).

A operacionalização empírica mais adequada de um processo de fragmentação *cum* radicalização requer, contudo, que se multipliquem os dois termos que o compõem. Ou seja, não é a obtenção de um valor alto tanto para fragmentação com para a radicalização que conduz a uma situação de paralisia decisória, mas, isto sim, a obtenção de um valor alto decorrente da interação dos dois termos. A Tabela 6 abaixo exhibe o produto da fragmentação com a radicalização para cada período presidencial-legislativo. O período 1994-1999 é, de longe, aquele que atinge o valor mais alto, 104,9. É interessante notar que, no quinquênio 1969-1974, coincidentemente também sob a presidência de Rafael Caldera, o produto entre fragmentação e a polarização é o segundo mais alto. Porém, a taxa de produção legislativa deste mesmo período não é a segunda mais baixa. Aqui se verificam claramente os efeitos positivos do *Pacto de Punto Fijo*, que, ao comprometer os partidos *ex ante* com uma política de cooperação mútua, permitiu compensar o potencial de paralisia decisória do crescimento do valor do produto da fragmentação *cum* radicalização.

**TABELA 6**

**Produto entre Fragmentação Legislativa e Radicalização Ideológica na Venezuela por Período Presidencial-Legislativo (1959-1999)**

1959- 1964	1964- 1969	1969- 1974	1974- 1979	1979- 1984	1984- 1989	1989- 1994	1994- 1999
17,7	6,9	77,4	37,3	44,2	45,1	49,3	104,9

**Fontes:** Tabelas 1 e 5.

Em suma, os dados revelam algumas fortes semelhanças entre as circunstâncias que presidiram o governo de João Goulart, tal qual representadas por WGS, e o segundo governo de Rafael Caldera, com ambos os casos abrindo caminho para um processo de ruptura institucional. Ainda que a ruptura institucional não tenha se dado exatamente no governo de Caldera, esta solução já se insinuara no começo do seu mandato. Logo após assumir a presidência em 1994, Caldera ameaçou dissolver o Congresso e convocar uma assembléia constituinte caso AD e COPEI ficassem no seu caminho (Crisp, 2000, p.38). O que permitiu um mínimo de governabilidade a Caldera foi, após as ameaças que fez, ter

conseguido do Congresso delegação para governar por decreto em algumas áreas de política econômica. Neste sentido, cumpre ressaltar de que muito do que Chávez fez em 1999 foi em antecipação ao que poderia ocorrer caso o processo político continuasse a ser conduzido sob as antigas regras do jogo político. A legislatura eleita em 1998, além de mais fragmentada do que a anterior, também se encontrava muito mais polarizada por conta do conflito aberto entre chavistas, que estavam em minoria, e a dupla AD-COPEI. No primeiro momento em que AD e COPEI tentaram bloquear as iniciativas de Chávez, este imediatamente recorreu a ameaças de dissolução do Congresso e à violência política.

### **V. Discussão**

Obviamente, existem outras interpretações possíveis a respeito do colapso da IVª República. Cabe agora confrontá-las com a oferecida acima.

Para Kornblith (1998, p.161-182) e Rey (1991), a crise do antigo sistema político venezuelano é fruto das transformações havidas no que chamam de sistema populista de conciliação de elites, cujos alicerces eram a renda petrolífera, as altas expectativas de melhoria das condições sociais geradas pelo boom do petróleo da década de 70 e a representatividade das organizações políticas. Os três alicerces se deterioraram conjunta e seriamente a partir da década de 80, chegando a uma situação limite na década seguinte.

Já Crisp (1998a) nos oferece uma visão mais institucionalista. Segundo o autor, a instabilidade política havida na Venezuela nos anos 90 resultou dos efeitos combinados de três características institucionais: (1) a fraqueza do Congresso como instituição; (2) a centralização do poder no Executivo; e (3) e o reduzido número de grupos consultados no processo decisório. Juntas, estas três características contribuíram para o declínio da legitimidade democrática da IVª República ao impedir que alguns setores da sociedade civil participassem do tomada de decisões e ao perpetuar um modelo econômico (centrado na renda petrolífera) que deixara, há muito tempo, de ser produtivo<sup>10</sup>.

As interpretações de Crisp, Kornblith e Rey são convergentes no sentido de enfatizar a incapacidade do antigo sistema político venezuelano de representar ou incorporar eficientemente vários atores sociais. Ou seja, a *partidocracia* de AD e COPEI transformou-se em oligarquia, justamente em um contexto de crise

---

<sup>10</sup> Com relação aos militares, é óbvio que, ao longo das décadas de 80 e 90, enfraqueceu-se o controle civil sobre a organização castrense. Porém, a grande questão com relação aos militares venezuelanos não é por que passaram a dar golpes, mas, como bem coloca Trinkunas (2002), por que estes fracassaram. De acordo com o analista, a fragmentação do corpo de oficiais promovida pelas instituições civil-militares da IVª República é que fizeram fracassar os golpes de 1992 (assim como o de 2002, poder-se-ia dizer) e permitiram que a administração de Caldera retomasse o controle sobre os militares em 1994-1999.

econômica, levando inicialmente à rejeição da ordem política pela grande maioria de excluídos e, em última instância, ao seu colapso.

Conquanto bastante plausíveis, os argumentos dados pelos três autores não identificam as condições específicas que conduzem à violência política e à ruptura da ordem legal. Afinal de contas, os fatores explicativos por eles listados estavam em ação há quase duas décadas, mas a ruptura institucional só ocorreu em 1999. Neste sentido, a aplicação das hipóteses de WGS à Venezuela nos ajuda a melhor compreender o que aconteceu no país nos últimos anos da década passada ao permitir que se estabeleçam os nexos causais entre os fatores considerados relevantes. Ou seja, a falta de representatividade dos grandes partidos e a sua incapacidade de incorporar novos atores estão intimamente ligados à crescente fragmentação do sistema partidário. Porém, a fragmentação por si só não leva a crises de paralisia decisória. É preciso que venha acoplada a um processo de radicalização ideológica. Esta foi desencadeada pela crise econômica que se abateu sobre a economia petrolífera venezuelana na década de 90. A combinação de fragmentação com radicalização, esta sim, ocasionou o imobilismo decisório que caracterizou a segunda administração de Rafael Caldera em 1994-1999, abrindo caminho para que o grave impasse político em que se encontrava o país fosse resolvido pelo recurso à violência política e à ruptura institucional, de forma muito parecida ao que se deu no Brasil em meados da década de 60.

## ***VI. Conclusão***

As hipóteses de WGS sobre as condições políticas que levaram ao golpe de 1964 no Brasil revelaram-se bastante úteis para analisar o colapso da IVª República venezuelana em 1999. Porém, uma confirmação cabal destas hipóteses requer um sofisticado exercício econométrico tal qual o realizado por PACL. Isto é, é preciso que, em primeiro lugar, se estipulem critérios de identificação empírica de eventos de ruptura institucional e que se apliquem tais critérios a uma ampla amostra de países ao longo de um razoável período de tempo. Em segundo lugar, deve-se obter dados para que se calculem a fragmentação legislativa e a radicalização ideológica para cada país, em cada unidade de tempo. O mais difícil desta tarefa é conseguir informações sobre a radicalização. Por último, o termo interativo que compreende a interação da fragmentação com a radicalização deve exibir alta significância estatística na presença de outras variáveis independentes consideradas pertinentes para a explicação de rupturas institucionais, tais como o sistema de governo, a heterogeneidade social, o nível de desenvolvimento sócio-econômico e crises econômicas.

Enquanto não se realiza tal teste, estudos de caso constituem um bom método de pesquisa. O Brasil, em 1964, o Chile, em 1973, a França, em 1958, e a

Venezuela, em 1999, são exemplos que parecem corroborar as hipóteses de WGS. Porém, cabe lembrar que WGS desenvolveu seu trabalho na década de 70, ainda sob forte influência da revolução behaviorista e distante da revolução neoinstitucionalista que varreria a ciência política na década seguinte. O behaviorismo explica os resultados (*outcomes*) como função da distribuição de preferências e recursos, enquanto que o neo-institucionalismo vê aqueles como função da interação de incentivos institucionais e preferências. Reconciliar, teórica e empiricamente, as duas abordagens na análise da estabilidade democrática e de rupturas institucionais, eis uma agenda de pesquisa que ainda está por ser executada.

#### BIBLIOGRAFIA

AMORIM NETO, Octavio. (2002) Manual do Perfeito Aventureiro Latino-Americano: Hugo Chávez. *Revista Inteligência*, 18:42-46.

\_\_\_\_\_. (1998) *Of Presidents, Parties, and Ministers: Cabinet Formation and Legislative Decision-Making Under Separation of Powers*. San Diego, Tese de Doutorado, Universidade da Califórnia.

\_\_\_\_\_. (1999) O Amargo Despertar Venezuelano. *Revista Inteligência*, 6:78-87.

BREWER-CARÍAS, Allan R. (2002) *Golpe de Estado y Proceso Constituyente en Venezuela*. México, Universidad Nacional Autónoma de México.

COPPEDGE, Michael. (1994) *Strong Parties and Lame Ducks: Presidential Partyarchy and Factionalism in Venezuela*. Stanford, Stanford University Press.

COPPEDGE, Michael. (1997) A Classification of Latin American Political Parties. *Kellog Institute Working Paper No. 244*.

CAREY, John M. & SHUGART Mathew S. (1995) Incentives to Cultivate a Personal Vote: a Rank Ordering of Electoral Formulas. *Electoral Studies*, 14:417-439.

COMBELLAS LARES, Ricardo. (1985) *COPEI: Ideología y Liderazgo*. Caracas, Editorial Ariel.

CRISP, Brian F. (1998a) Institutional Design and Compromised Legitimacy. In: CANACHE, Damarys & Kulisheck Michael R. *Reinventing Legitimacy: Democracy and Political Change in Venezuela*, (orgs.). Westport: Greenwood Press.

\_\_\_\_\_. (1998b) Variation in Legislative Entrepreneurship in Venezuela. Trabalho apresentado no encontro da Latin American Studies Association, Chicago, setembro 24-26.

\_\_\_\_\_. (2000) *Democratic Institutional Design: The Powers and Incentives of Venezuelan Politicians and Interest Groups*. Stanford, Stanford University Press.

KARL, Terry Lynn. (1991) Petroleum and Political Pacts: The Transition to Democracy in Venezuela. *Latin American Research Review*, 23:61-89.

KORNBLITH, Miriam. (1996) Crisis y Transformación del Sistema Político Venezolano: Nuevas y Viejas Reglas de Juego. In: ALVAREZ, A. (org.) *Crisis y Transformación del Sistema Político Venezolano*. Caracas, Instituto de Estudios Políticos, Universidad Central de Venezuela.

KORNBLITH, Miriam. (1998) *Venezuela en los 90: Las Crisis de la Democracia*. Caracas: Ediciones IESA.

- KORNBLITH, Miriam & LEVINE, Daniel H.. (1995) Venezuela: The Life and Times of the Party System. In: MAINWARING, Scott & SCULLY, Timothy R. (orgs.) *Building Democratic Institutions: Party Systems in Latin America*. Stanford University Press.
- KULICHEK, Michael. (1997) Electoral Laws and Politicians: The Behavioral Effects of Electoral Reform in Venezuela. Trabalho apresentado no encontro anual da American Political Science Association.
- LANDMAN, Todd. (1995) 'El Chiripero' Wins: The Venezuelan Elections of 1993. *Electoral Studies*, 14:100-104.
- LEVINE, Daniel H. (1973) *Conflict and Political Change in Venezuela*. Princeton, Princeton University Press.
- LIJPHART, Arend. (1976) *Democracy in Plural Societies: A Comparative Exploration*. New Haven, Yale University Press.
- LIJPHART, Arend. (1999) *Patterns of Democracy: Government Forms and Performance in Thirty-Six*. New Haven, Yale University Press.
- MAINWARING, Scott. (1991) Politicians, Parties, and Electoral Systems: Brazil in Comparative Perspective. *Comparative Politics*, 24:21-43.
- MAINWARING, Scott & SCULLY, Timothy R. (1995) Introduction: Party Systems in Latin America. In: MAINWARING, Scott & SCULLY, Timothy R. (orgs.) *Building Democratic Institutions: Party Systems in Latin America*. Stanford University Press.
- NAVARRO, Juan Carlos. (1988) Pactos Políticos y Estilos Decisionales: Tres Teorías Frente al Pacto de Punto Fijo y al Pacto Social. *Politeia*, 12:193-220.
- OLMOS, Helena. (s/d) *Ministros de la Democracia*. Caracas, Instituto Autonomo Biblioteca Nacional – Colección de Publicaciones Oficiales.
- PRZEWORSKI, Adam, ALVAREZ, Michael, CHEIBUB, José Antonio & LIMONGI, Fernando. (2000). *Democracy and Development: Political Institutions and Material Well-Being in the World, 1950-1990*. Cambridge, Cambridge University Press.
- REY, Juan Carlos. (1991) La Democracia Venezolana y la Crisis del Sistema Populista de Conciliación. *Revista de Estudios Políticos*, 74:533-578.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. (1986). *Sessenta Quatro: Anatomia da Crise*. São Paulo, Vértice.
- SHUGART, Matthew S. (1992) Leaders, Rank and File, and Constituents: Electoral Reform in Colombia and Venezuela. *Electoral Studies*, 11:21-45.
- SHUGART, Matthew S. e John M. Carey. (1992) *Presidents and Assemblies: Constitutional Design and Electoral Dynamics*. Cambridge, Cambridge University Press.
- TRINKUNAS, Harold A. (2002) The Crisis in Venezuelan Civil-Military Relations: From Punto Fijo to the Fifth Republic. *Latin American Research Review*, 37:41-76.
- Venezuela – Camara de Diputados. (s/d) Registro de Matérias, vols. I-III. Mimeo, Caracas: Archivo de Diputados.
- Venezuela – Consejo Supremo Electoral. (1987) *Los Partidos Políticos Venezolanos y Sus Estadísticas Electorales, 1946-1984, 2 vols*. Caracas, Consejo Supremo Electoral – División de Estadística.
- Venezuela – Consejo Supremo Electoral. (1990) *Elecciones 1988, 2 vols*. Caracas: Consejo Supremo Electoral – División de Estadística.

Recebido para publicação em agosto de 2002

# *Matar e, depois, morrer*

---

---

**Gláucio Ary Dillon Soares**

IUPERJ

Presidente da Associação Brasileira de Ciência Política

---

---

## **Resumo**

O objeto deste artigo é apresentar um trabalho baseado em dados publicados sobre um dos tipos de homicídio e suicídio, denominado H/S. Como conhecer algo, um drama, no qual os principais protagonistas estão mortos? A maneira de conhecer o H/S não partir de uma ampla teoria com nenhuma base empírico-factual, mas construir uma teoria baseada em dados empíricos. Uma vez que não há informação, pesquisas e dados sobre o H/S no Brasil, este artigo baseia-se em informações e referências internacionais.

**Palavras-chave:** Homicídio/Suicídio, violência, crime urbano, bancos de dados

## **Abstract**

The aim of this article is to present a work based on published data about one of the types of homicide and suicide, known as homicide/suicide, H/S. How to understand something, a drama, in which the main actors are dead? The way to understand the H/S is not to begin based on a wide theory without factual-empirical basis, but to construct a theory based on empirical data. As there is not H/S information, researches or database in Brazil, this article is based on international information and references.

**Key words:** Homicide/Suicide, violence, urban crime, data base

O objetivo deste artigo é apresentar um trabalho em grande parte baseado em dados publicados sobre *um dos tipos de homicídio – e de suicídio –*, conhecido como homicídio/suicídio ou, abreviando, H/S.<sup>1</sup> Porém, o próprio homicídio/suicídio, ou H/S, tampouco é uma categoria homogênea. Acolhe muitos tipos e, por isso, as tentativas de explicá-lo como um tipo fracassaram.

A classificação mais elementar dos H/S distingue entre H/S e pactos suicidas. Segundo Berman (1996), não se trata de uma simples classificação: a presença de hostilidade entre os parceiros distingue bem um tipo do outro; além disso, os tipos também variam de acordo com o grau de dominação e de dependência. Podemos levar essa tipologia mais adiante, porque

- Há homicídios nos quais o suicídio não estava planejado, vindo depois em consequência do remorso;
- há pactos suicidas, nos quais uma pessoa, de acordo com a outra, a mata, para depois se suicidar;
- há H/S como unidade, na qual tanto o homicídio quanto o suicídio são planejados e executados.

O H/S pode ser estudado, conhecido e, até certo ponto, previsto e evitado. Para tal, é necessário ter num único banco de dados a respeito da vítima, do autor, da relação entre os dois e do contexto. No Brasil, essa base de dados unificada não existe, havendo obstáculos para construí-la. Por isso, teremos que nos basear em pesquisas realizadas em outros países.<sup>2</sup>

Como conhecer algo, um drama, no qual os principais protagonistas estão mortos? A maneira de conhecer os H/S não é *partir* de uma ampla teoria com pouca ou nenhuma base empírico-factual, mas *chegar* a uma teoria construindo-a a partir dos dados. Codificando e sistematizando dados a respeito dos autores, depois das vítimas, depois das relações entre eles, depois da situação em que se encontravam, do contexto cultural e das armas utilizadas, é possível ter aproximações sucessivas, cada vez mais adequadas, a uma teoria que tenha um poder preditivo e explicativo satisfatório. O H/S, como outros atos violentos, coleta subsídios de disciplinas diferentes, não sendo propriedade de nenhuma. A disciplinarização do estudo da violência, inclusive H/S, implica conhecer menos, deixar mais sem explicação, maior erro de especificação. Começamos perguntando se H/S apresenta uma importante característica de outros tipos de violência, que é uma certa estabilidade.

---

<sup>1</sup> A pesquisa dos homicídios/suicídios requer uma base de dados *integrada*, com dados sobre o autor, a(s) vítima(s) e as circunstâncias que, infelizmente, não existe no Brasil. Por isso, teremos que usar bases de dados de outros países.

<sup>2</sup> A multiplicidade e variedade dos países é um eficaz antídoto contra o etnocentrismo. Usaremos dados de vários países, inclusive Canadá, Estados Unidos, Finlândia, França, Grã-Bretanha, Japão, Suécia, entre outros.

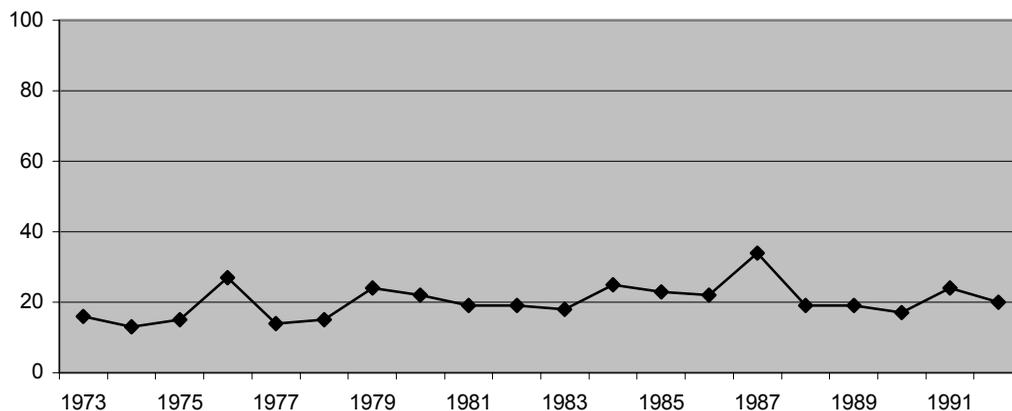
Em sua grande maioria, os fenômenos violentos variam *relativamente* pouco no tempo, alguns aumentando ou diminuindo apenas 20% ou 30% em relação ao ano anterior, quando numericamente poderiam aumentar milhares de vezes.

### ***H/S como fenômeno estável***

Uma primeira característica do H/S é a sua estabilidade. Os 405 H/S levados ao conhecimento da polícia, entre 1973 e 1992, em cinco estados da Austrália foram analisados, permitindo várias conclusões: como acontece com outras mortes violentas, H/S é um fenômeno estável, variando pouco de ano a ano.

#### ***FIGURA I***

***A estabilidade dos Homicídios/Suicídios – Austrália 1973 a 1992 em números absolutos***



#### ***Estatísticas Descritivas da Figura I***

Média	20,25
Erro padrão	1,13
Mediana	19
Moda	19
Desvio padrão	5,06
Variância	25,6
<i>Kurtose</i>	1,44
<i>Skewness</i>	0,95
Range	21
Mínimo	13
Máximo	34
Soma	405
Casos	20
Nível de Confiança (0.950000)	2,216

No exemplo acima, referente a algumas províncias australianas, o número *absoluto* de H/S variou de um mínimo de 13 casos a um máximo de 34 - *num período de vinte anos!* Moda, média e mediana estão muito próximos.

Garantir que o fenômeno estudado é estável aumenta a confiança subjetiva na possibilidade de que seus determinantes também o sejam e de que os resultados de pesquisas realizadas em um ano possam ser aplicados, em maior ou menor medida, a outros.

Vejamos, agora, quais as regularidades encontradas nos homicídios-suicídios, os H/S.

### ***Gênero e H/S***

Jo Barnes avançou o conhecimento dos H/S com sua pesquisa na Austrália, cobrindo um amplo tempo, 1973-1992. Para isso, começou analisando as contribuições e limitações de cada perspectiva:

- Comparação de H/S com atos separados de homicídio, por um lado, e suicídio, por outro;
- Ênfase em explicações psicológicas, baseadas em doença mental;
- Detalhamento do perfil das vítimas, dos assassinos, da relação entre eles e do contexto do crime.

Essas pesquisas permitiram algumas conclusões: H/S é um crime *de gênero*, uma vez que os homens são a ampla maioria dos assassinos e as mulheres e crianças conformam a ampla maioria das vítimas; é familiar ou “entre íntimos”, porque as mulheres, em sua grande maioria, são vítimas de maridos, amantes, companheiros e namorados, e as crianças são vítimas dos seus pais ou dos parceiros(as) deles. Não obstante, Barnes considera importante salientar que homens brancos tendem a matar mulheres adultas e, ocasionalmente, seus(suas) filhos(as), ao passo que as mulheres, em sua grande maioria, matam apenas seus(suas) próprios(as) filhos(as).

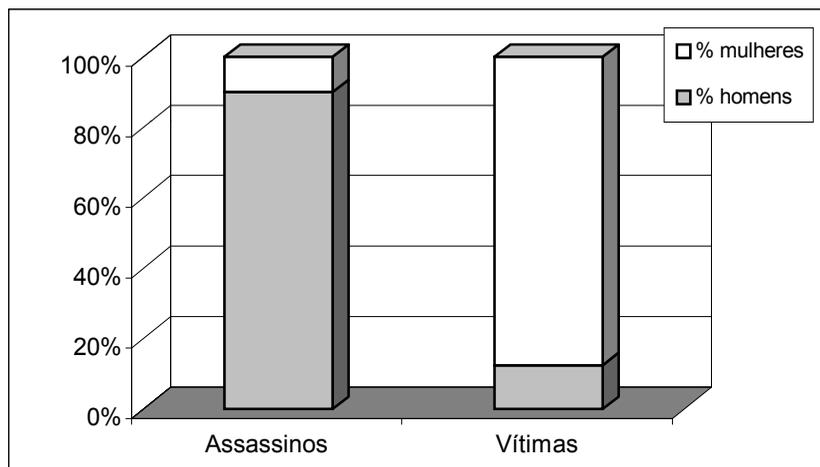
Na Austrália e em vários outros países pesquisados, H/S é um crime de gênero. Os homens são a grande maioria dos assassinos, mas as mulheres são a maioria das vítimas: os homens representavam 90% dos assassinos e 30% das vítimas. A média das idades diferia: os assassinos tinham, em média, 43 anos e as assassinas, 32. Os homens adultos vitimados também eram mais velhos: 43 anos, em comparação com 39 para as mulheres vitimadas. Vinte e oito por cento das vítimas tinham 15 anos ou menos de idade.

Em 1995, Felthous e Hempel fizeram uma revisão detalhada da bibliografia sobre H/S até aquela data, com um número grande de pesquisas feitas nos Estados

Unidos, concluindo que mais de 90% das pesquisas mostraram que os autores eram predominantemente homens, ao passo que entre 75% e 90% das vítimas eram mulheres.

O caráter de gênero de H/S transparece, também, em quem são as vítimas de assassinos homens e de assassinos mulheres. Homens e mulheres não matam o mesmo tipo de pessoas. A maioria dos homens mata suas mulheres e companheiras, ao passo que a maioria das mulheres mata seus próprios filhos:

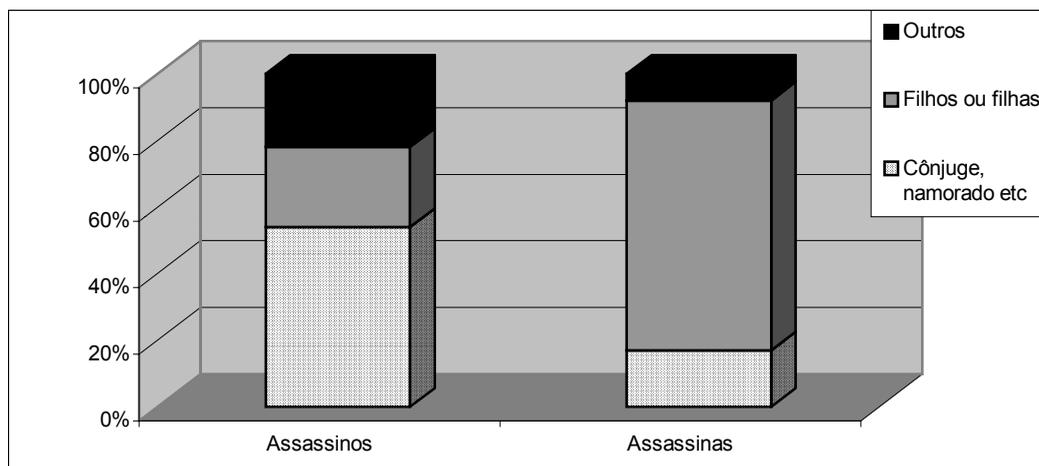
**FIGURA II**  
**Homicídio/Suicídio e Gênero – Austrália 1973 a 1992**



Os homens, quando mataram e se suicidaram, mataram suas companheiras, esposas ou namoradas em 54% dos casos; em 24%, seus filhos e filhas, e em 2%, os enteados e enteadas. As mulheres mataram seus próprios filhos e filhas em 75% dos casos, e seus parceiros em apenas 17%.

As vítimas que mantinham uma relação com o agressor representavam 40% de todas as vítimas, ao passo que as que haviam terminado a relação representavam 10%. Sabemos que os homicídios de ex-parceiras, assim como os homicídios delas seguidos do suicídio do autor, ocorrem quase sempre durante a separação ou pouco tempo depois. Raramente acontece depois de um ano de separação. Como o número de ex-parceiras nessa fase é bem menor que o das que estão numa relação, sem qualquer relação, ou que terminaram a última relação há mais de um ano, podemos concluir que o período de ruptura e separação inicial é o mais perigoso do ponto de vista da mulher.

**FIGURA III**  
**Vítimas de H/S por sexo do homicida - Austrália 1973 a 1992**



Um estudo dos homicídios/suicídios (H/S) em Paris, entre 1991 e 1996, revelou a existência de 56 casos, que produziram 133 vítimas (Lecomte & Fornes, 1998). Em Paris, o homicídio intra-familiar foi o mais comum, seguido por pactos de suicídio. Nos H/S em família, a relação estava em estado caótico, sendo freqüentes as ameaças e a violência física. Nesses casos, com o ciúme e a possessividade masculina como combustível, o H/S não foi planejado, foi impulsivo, decidido no momento. O evento precipitador foi, na maioria dos casos, a ruptura da relação; em alguns casos, problemas financeiros e desemprego estiveram presentes. A existência de H/S foi definida quando alguém matava outrem e, em poucas horas, se suicidava. Para o estudo de Lecomte e Fornes, se o suicídio ocorresse um ou mais dias depois do homicídio, não estaria caracterizado um H/S. Dos 56 casos, 17 foram em Paris e 39 na sua vizinhança, uma taxa de 0,77 por 100 mil em Paris e de 0,45 na vizinhança. Oitenta e cinco por cento dos homicidas/suicidas eram homens, com a média de 51 anos para os homens (variando de 24 a 83) e de 40,5 para as mulheres (variando de 33 a 56). Os autores de H/S são um pouco mais velhos do que suas vítimas e também são mais velhos do que as autoras de H/S.

O condado de Dade, na Flórida, é conhecido pela sua alta percentagem de habitantes de origem hispânica. Entre 1957 e 1981, houve 133 casos de H/S, dos quais apenas 7,5% foram cometidos por mulheres.

Aderibigbe (1997) estudou os H/S ocorridos nos Estados Unidos de 1990 a 1995, descritos nos principais jornais do país. Analisar jornais é uma estratégia que reduz os custos da pesquisa, mas aumenta a margem não-controlada de erro. Buscou informação sobre 300 homicidas que foram responsáveis por 734 mortes. Os resultados confirmaram o que sabíamos: os homicidas eram, em sua ampla

maioria, homens; as vítimas eram, predominantemente, mulheres, parceiras e ex-parceiras sexuais, ou familiares.

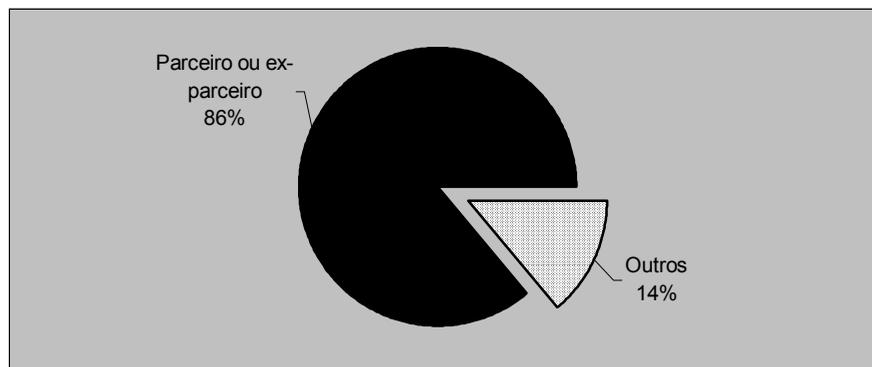
O estudo de Kominato *et al* (1997) permite ver que, em Toyama, Japão, o homicídio é um fenômeno *entre íntimos* – 80% ocorrem na casa da vítima e apenas 5% são por roubo ou crime sexual. Dadas as percentagens, H/S é, também, um crime entre íntimos.

A maioria dos homicídios não produz o suicídio do autor. Não obstante, a percentagem de homicidas que depois se suicidam varia por país, por características do autor, da vítima e da relação entre eles. Em Toyama, 27% dos homicídios ocorridos em 10 anos foram H/S. Chama a atenção o fato de que, em dez anos, pouco mais de sessenta homicídios foram cometidos. O Japão, com leis e cultura contra armas de fogo, tem uma das taxas de homicídio mais baixas do mundo. A de Toyama é 0,55 por 100 mil habitantes.

Bourget *et al* analisaram os homicídios e suicídios em Quebec, de 1991 a 1998. De 387 casos estudados, 37% foram homicídios de cônjuges; em 40% destes casos, o(a) esposo(a) assassino(a) se suicidou depois. Como em outros lugares, a maioria absoluta dos homicidas era de homens, separados da mulher ou companheira, tendo usado arma de fogo tanto para matar quanto para se suicidar<sup>1</sup>. A maioria exibia, também, sintomas clínicos de depressão.

Morton *et alii* (1998) estudaram 119 casos de vítimas mulheres de H/S na Carolina do Norte entre 1988 e 1992. Os resultados confirmam as pesquisas anteriores realizadas em vários tempos e lugares: em 78% dos casos o homicida é o atual ou o ex-parceiro da vítima. Um em cada quatro assassinos que mataram suas parceiras se suicidou depois, e outros 3% tentaram suicídio, mas sobreviveram à tentativa<sup>3</sup>.

**FIGURA IV**  
**Relações entre agressor e vítima, casos de H/S – Carolina do Norte 1988 a 1992**



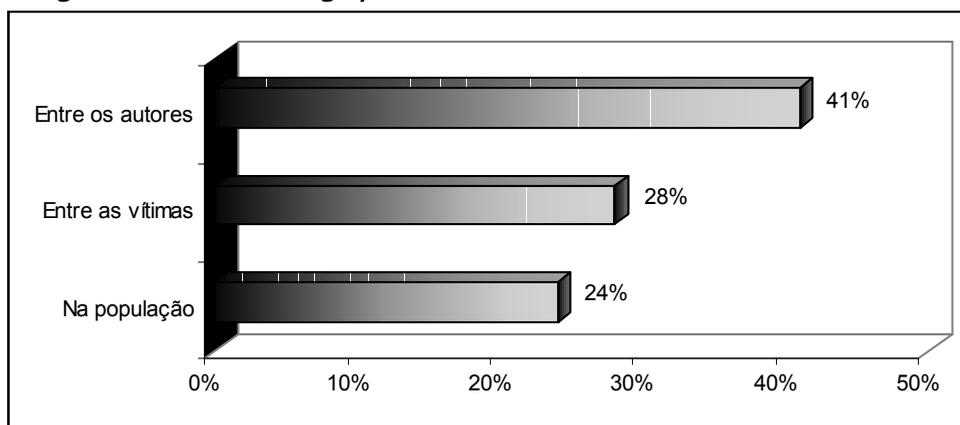
<sup>3</sup> Em metade dos casos, a vítima procurara auxílio das autoridades, o que depõe contra a qualidade e a sensatez dos serviços policiais e sociais do estado.

O desespero que freqüentemente acompanha tais casos produz outras vítimas: no estudo citado, em 43% dos casos uma ou mais crianças da vítima e/ou do assassino testemunharam o H/S, estavam próximas do local, descobriram os corpos dos pais ou foram mortos. Só podemos imaginar o peso psicológico que essas crianças carregarão para o resto das suas vidas.

### ***Aspectos culturais e sociais: a imigração e minorias***

A Austrália, onde foram realizados vários estudos de H/S, é um país de imigrantes, muitos dos quais são de primeira ou segunda geração. Uma em cada quatro pessoas que vivem na Austrália nasceu fora dela. Evidentemente, esse é um aspecto que, *na análise da Austrália*, não pode ser ignorado. Há ampla literatura demográfica e sociológica que mostra que os emigrantes são selecionados, isto é, não são uma amostra aleatória da população de onde saíram e que os imigrantes tampouco são uma amostra aleatória da população do país para o qual migraram. Mostra, também, que os imigrantes experimentam vários fatores de estresse, muitos dos quais associados à própria imigração. Assim, os imigrantes se diferenciam da população de destino pelas influências culturais que tiveram *antes* da imigração, que os australianos não tiveram, pela experiência da imigração, que os australianos também não tiveram, e pelo *status* social e étnico na Austrália, que também difere do dos australianos. Como as três condições se apresentam juntas em todos os imigrantes, não temos como separar a influência de cada uma delas. Assim, o único contraste com os dados publicados é o que se verifica entre imigrantes e australianos de nascimento.

**FIGURA V**  
**% de imigrantes em diferentes grupos na Austrália**



Barnes salientou que os australianos de nascença representam 76% da população, mas apenas 59% dos autores. Isso significa que seria difícil classificar os H/S como um fenômeno tipicamente australiano. Repetindo, é impossível saber se a sobre-representação dos imigrantes deriva da(s) cultura(s) que trazem consigo ou das dificuldades inerentes à imigração. Precisaríamos conhecer as taxas equivalentes nas culturas de origem, controlando pelos fatores que influenciam esse resultado – gênero, estado civil, idade etc.

Outro estudo, também realizado na Austrália, sublinha que a população aborígene tem taxas mais altas de risco de homicídio “entre íntimos” (Easteal, 1994). A existência de altas taxas de violência em minorias historicamente subjugadas (aborígenes, indígenas, negros escravizados etc.) tem sido confirmada por várias pesquisas em países e momentos diferentes. Um relatório recente, de 2001, sobre os aborígenes australianos, incluiu extensa revisão do que estava publicado e análises de dados mostram taxas de violência doméstica, homicídio, suicídio, violência contra crianças, assim como de alcoolismo superiores à média nacional (Memmott; Stacy; Chambers, *et. al.*, 2001) Outro estudo compara taxas de violência em populações indígenas na Austrália e nos Estados Unidos com as respectivas populações totais, chegando à conclusão de que são substancialmente mais altas – duas a três vezes mais altas (Stevenson, Wallace, Harrison, Moller & Smith, 1998). As altas taxas de homicídios entre íntimos sugere que as taxas de H/S também são mais altas.

### ***Os instrumentos da morte***

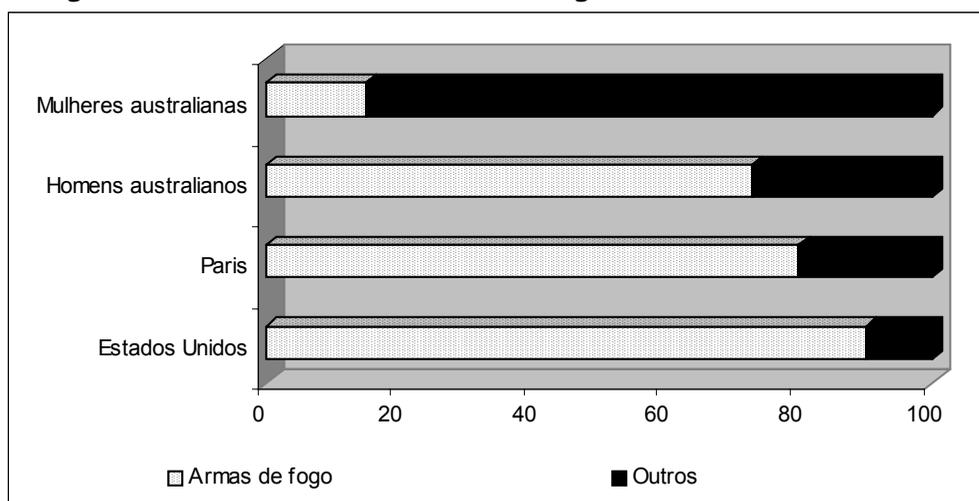
As armas usadas em homicídios-suicídios também se relacionam com o gênero, mais do que no homicídio simples. Entre os homens, três entre cada quatro usaram armas de fogo para matar (73%) e para o suicídio (74%). Em geral, a *mesma* arma foi usada. Já entre as mulheres (que mataram predominantemente seus próprios filhos e filhas), as armas de fogo foram muito menos usadas, tanto no homicídio (15%), quanto no suicídio (17%). Monóxido de carbono ou asfixia foram usados em 39% dos homicídios e 28% dos suicídios. A extensa revisão de Felthous *et al* mostra que, desde a década de 60, as armas de fogo são o instrumento mais usado nos casos de H/S e que a residência da vítima ou do autor são os locais onde os homicídios/suicídios acontecem com mais frequência. Em diferentes países, a conclusão é a mesma: a presença de arma na casa multiplica a probabilidade de homicídios/suicídios.

Como em outros países, Lecomte e Fornes mostraram que as armas de fogo foram usadas na clara maioria dos H/S em Paris: em 80%. Pistolas e revólveres dominaram, ainda que menos do que nos Estados Unidos, 26 contra 19 de rifles, espingardas e carabinas. Em apenas nove casos a arma usada para matar as

vítimas foi diferente da usada no suicídio. Facas e estrangulamento foram usadas em quatro casos cada. Em 71% dos casos, o assassino matou uma pessoa e em 29%, mais de uma, antes de se suicidar.

No estudo de Aderibigbe (1997) que cobriu os H/S ocorridos nos Estados Unidos de 1990 a 1995, o instrumento, em 90% dos casos, foi uma arma de fogo. Graser demonstrou, em seu estudo de H/S na África do Sul, que as armas de fogo são as mais usadas em H/S. Milroy no seu estudo comparativo, internacional, de H/S também sublinhou a altíssima representação das armas de fogo (Milroy, 1995), ao passo que Adler (1999) enfatizava que em Chicago, na passagem do Século XIX para o XX, as armas de fogo eram mais usadas em H/S do que em suicídios.

**FIGURA VI**  
**Percentagem de autores de H/S usando armas de fogo**



Em Paris, uma nota de suicídio foi encontrada em metade dos casos. Em 75% o assassino/suicida estava seriamente deprimido o que, mais uma vez, deve colocar a sociedade e os serviços de saúde, particularmente mental, de sobreaviso em relação aos que sofrem de séria depressão. O alcoolismo crônico estava presente em 29% dos casos. A presença de uma arma de fogo na casa foi um fator que contribuiu muito para o desenlace. O quadro modal é o de um homem de meia idade, deprimido, violento e ciumento, que usa arma de fogo para matar a sua companheira e, às vezes, as crianças da casa e até os animais. Na maioria dos casos, houve “aviso”, na forma de ameaças e violência.

Lecomte e Formes concluíram que H/S é um processo claramente diferente tanto de homicídio quanto de suicídio. Apresenta antecedentes e dá aviso, o que permite a prevenção.

### ***Uxoricídio, filicídio, familiaricídio e H/S***

O assassinato de cônjuges, sobretudo de esposas e companheiras, é a forma mais comum de H/S. Porém, há diferenças entre “homens que matam a parceira” e “homens que matam a parceira e se suicidam”, entre uxoricídio e H/S. Não obstante, é possível aprender algo a respeito de H/S examinando o assassinato de cônjuges e parceiras(os). Não devemos esquecer que, em alguns casos de H/S, há indicações de que o que começou como uxoricídio se transformou em H/S. Não foi planejado assim, mas terminou assim. Essas indicações se baseiam em documentos escritos - alguns dos quais fazem menção a suicídio e outros não -, informações de terceiros, e testemunhos ocasionais de expressões e confissões do autor *entre* o uxoricídio e o suicídio.

Há instâncias em que um dos membros da família mata mais de um dos demais membros. Na definição técnica, usada por Wilson *et al* (1995), familiaricídio se refere a eventos em que um dos parceiros sexuais (cônjuge, namorado etc.) mata o outro e, além disso, mata um ou mais dos filhos. Os pesquisadores analisaram 109 casos de familiaricídio no Canadá e na Grã-Bretanha.

Há alguns padrões: quase todos os familiaricídios foram de autoria de homens, como diferente de outros tipos de homicídio intra-familiar, como o uxoricídio e o filicídio nos quais há uma percentagem maior de autoras, . Nada menos do que *metade* dos autores se matou também, uma taxa muitíssimo mais alta do que a taxa de suicídios entre uxoricidas e filicidas. É interessante sublinhar o efeito do matrimônio legal: as uniões consensuais estavam sobre-representadas entre os familiaricídios, em comparação com a percentagem de uniões consensuais na população. Não obstante, as uniões consensuais estão ainda mais representadas nos uxoricídios “simples”, em que inexitem outras vítimas. Como acontece com assassinatos “simples” de menores, enteados e enteadas estão sobre-representados entre as vítimas em relação ao seu número na população total. Não obstante, a sobre-representação de enteados e enteadas nos filicídios “simples” é ainda mais alta. Os homens que matam seus enteadas e enteados diferem dos que matam seus próprios filhos: no primeiro caso – enteados – poucos se suicidam, ao passo que uma percentagem muito mais alta dos pais naturais se suicida após matar seus próprios filhos.

Em quase todas as pesquisas, a maior frequência de H/S era contra cônjuges e parceiras ou ex-parceiras sexuais e sentimentais. A França se constitui numa exceção: em Paris e sua vizinhança, as vítimas de H/S são predominantemente *crianças*. Foram 34, 21 meninos e 13 meninas, cuja idade média era de 8 anos. Seguiram-se 29 cônjuges (26 esposas); duas namoradas; dez desconhecidas(os) e dois parentes. Nesse evidente ato de desespero, até animais domésticos foram mortos: cinco.

Um estudo na Finlândia pesquisou todos os assassinatos conhecidos de menores de 12 anos por suas mães, entre os anos 1970 e 1996. Localizaram quarenta e oito mães que mataram seus filhos. Não é uma ocorrência comum na Finlândia, embora talvez seja sub-enumerada devido à relativa facilidade em ocultar um assassinato de menor. Com a maior divulgação de sinais de homicídio proporcionados pela medicina forense, é possível que o número diminua, devido à crescente probabilidade de detecção e condenação. Foram 15 neonaticídios, definidos como bebês de um dia ou menos, e 33 maiores de um dia e menores de 12 anos. Com base no Exame do Estado Mental, feito naquele país, e em análise qualitativa de todo o material disponível, as autoras propõem seis tipos de homicídios:

- Neonaticídios
- depressão pós-parto
- agressão impulsiva
- atos psicóticos
- atos abusivos e
- tentativas de homicídio/suicídio

Os neonaticídios eram, usualmente, cometidos por mães jovens, solteiras e dependentes da família, que tinham menos problemas psicológicos do que as que matavam crianças mais velhas; as mães que matavam filhos mais velhos tinham um perfil diferente: a maioria era casada, havia maior percentagem com sintomas de depressão e com histórico de atos impulsivos e agressivos. Havia problemas situacionais, sobretudo estresse na família, com mais frequência (Haapasalo *et al*, 1999).

**TABELA I**

**Comparação de algumas características de autoras de H/S e de Suicidas  
Condado de Dade, Flórida, 1957 a 1981<sup>4</sup>**

<i>Características</i>	<i>Autoras de H/S</i>	<i>Suicidas</i>
Presença de depressão	Menos	Mais
Viver em trailers	Mais	Menos
Viver só	Menos	Mais

A comparação de mulheres que mataram e depois se suicidaram, com as que se suicidaram sem matar ninguém, mostra algumas diferenças: Havia mais alta percentagem de suicidas que viviam sós, do que autoras de H/S; mais suicidas estavam deprimidas e uma percentagem menor vivia em trailers, que é um indicador de baixo status sócio-econômico.

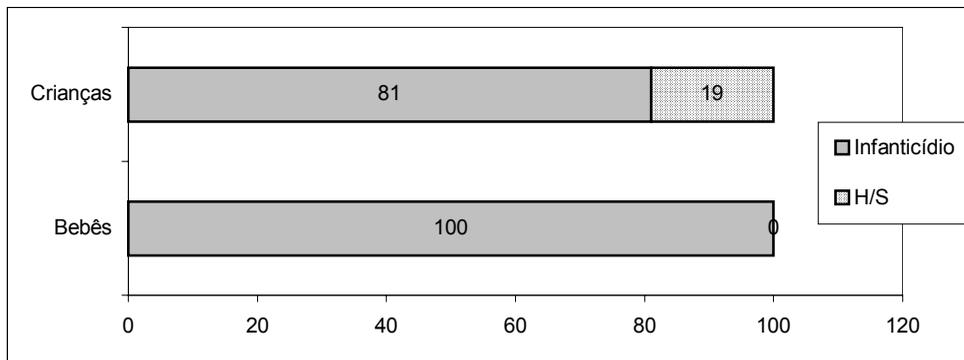
---

<sup>4</sup> Tabela construída com dados de Fishbain David A; Rao Valerie J; Aldrich Tim E. "Female homicide-suicide perpetrators: a controlled study" *Journal of Forensic Sciences*, 30, (4), 1985, págs. 1148-1156.

No caso de pessoas que matam os seus próprios filhos, parece claro que a culpa e a probabilidade de que o homicídio seja seguido de suicídio aumenta com a idade da vítima. A verdade infeliz parece ser que os recém-nascidos não têm cidadania, nem plena proteção aos olhos da lei e da sociedade (Silverman, 1988). Matar um recém-nascido é considerado “menos” crime do que matar uma criança ou um adolescente.

Previsivelmente, os meios mudam com a idade das vítimas. As mães que mataram bebês os estrangularam ou asfixiaram em 40% dos casos, usando outras técnicas em 32%. As mães que mataram crianças (e não bebês), em sua maioria, os mataram com pancadas. Isso configura a alta probabilidade de que uma percentagem significativa desses infanticídios seja uma extensão de abuso de crianças. Levanto a hipótese de que, em não poucos desses casos, o objetivo era bater, punir, mas a criança morreu em consequência da pancadaria.

**FIGURA VII**  
*Infanticídio pela mãe, com e sem suicídio posterior, por idade da vítima – Canadá 1961 a 1983*



**TABELA II**  
*Diferenças entre mães que matam bebês e crianças ou adolescentes*

Características	Bebês	Crianças e adolescentes
Estado civil da mãe	Mais solteiras	Mais casadas e unidas
Suicídio da mãe	Raro	Mais freqüente
Diagnóstico de doença mental	Infreqüente	Freqüente
Métodos	Asfixia, estrangulamento	Pancadas

Infanticídios e assassinatos de crianças não são amostra aleatória do total de homicídios. Um estudo de mais de 30 mil homicídios, cometidos na Califórnia entre 1981 e 1990, revelou que, em comparação com os homicídios *de adultos*, havia muitas diferenças significativas.

Os dados de Chew *et alii* mostram que homicídios de menores de 15 anos se associam mais com H/S do que homicídios de adultos; porém, outras pesquisas mostraram que o homicídio de bebês se associa *menos* com H/S do que o homicídios de crianças e adolescentes. Isso sugere a presença de, no mínimo, três tipos de homicídio, com diferentes características, definições sociais e probabilidade de H/S.

**TABELA III**  
**Características de 30.929 homicídios na Califórnia, 1981 a 1990, adultos e menores<sup>5</sup>**

Características	Adultos	Menores de 15 anos
O autor é um desconhecido ou apenas um conhecido	Maioria	Minoria
O autor é um familiar	Minoria	Maioria
Composição étnica	Mais hispânicos e negros	Igual à da população
Dias com maior número	Fins de semana	Meio da semana
Horas com maior número	Noite e madrugada	Meio do dia
Local mais freqüente	Fora de casa, lugar público	Em casa
Razão ou tipo	Assalto ou briga	Abuso de crianças ou H/S

Martin Daly e Margo Wilson (1987) são dois dos maiores expoentes da escola sócio-biológico-evolucionista na Criminologia. Reviram um estudo anterior, de assassinato de menores em 60 sociedades, a partir de descrições etnográficas, além de 86 ocorrências no Canadá de 1974 a 1983. Seus resultados se encaixam com os de outros pesquisadores, ainda que suas conclusões possam diferir. Sumarizando seus resultados:

- A probabilidade de filicídio diminui com a idade do(a) filho(a) e a dos pais;
- A probabilidade de suicídio após o filicídio aumenta com a idade do(a) filho(a) e
- Crianças vivendo com padrastos e madrastas têm um risco muito maior do que as que vivem com seus pais naturais.

---

<sup>5</sup> Quadro construído a partir de dados de Chew Kenneth SY; McCleary Richard; Lew Maricres A, *et. al.* "The epidemiology of child homicide in California, 1981 through 1990". *Homicide Studies*, 3, (2), 1999, págs. 151-169.

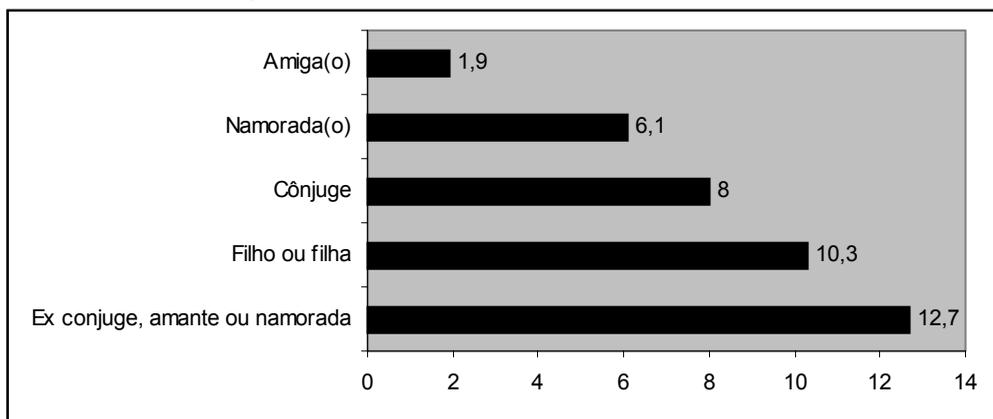
***De homicídio a homicídio/suicídio: o papel dos vínculos pessoais e sociais***

Henry e Short (1954), num dos clássicos da criminologia, sugeriram que a probabilidade de suicídio em seguida ao homicídio aumentaria com os vínculos pessoais com a vítima e sociais com a sociedade. Henry e Short retiveram bastante da perspectiva durkheimiana, relacionando os dois fenômenos à *anomie*. Enfatizaram, também, numa perspectiva psicanalítica, a idéia de agressão como subjacente tanto ao suicídio quanto ao homicídio. Steven Stack, um dos principais criminólogos contemporâneos, testou essa hipótese num estudo de 16 245 homicídios cometidos na área de Chicago, no período 1965-90. Usando técnicas multivariadas, Stack (1997) pôde concluir que a percentagem de suicidas variava com a relação do assassino com a vítima. Igualando a um a taxa dos que se suicidavam após o homicídio de uma pessoa estranha, Stack verificou que as probabilidades variavam muito e que os(as) assassinos(as) de ex-cônjuges e ex-parceiras(os) tinham uma probabilidade muito mais alta.

Os dados mostram que os que mataram um amigo ou amiga tinham quase o dobro da probabilidade de se suicidar do que os que mataram desconhecidos; já os que mataram as(os) namoradas(os) tinham uma probabilidade seis vezes maior; o assassinato de um cônjuge levou ao suicídio oito vezes mais do que o assassinato de uma pessoa desconhecida. Quando a vítima era filho ou filha, a probabilidade de suicídio era dez vezes maior, mas a mais alta probabilidade de suicídio estava associada ao homicídio de ex-cônjuges, ex-parceiras(os) e ex-namoradas(os).

**FIGURA VIII**

***Probabilidade de suicídio do assassino por relação com a vítima de assassinato: desconhecido =1 (Chicago 1965 a 1990)***



Repito que não estamos falando da probabilidade de homicídio, mas de H/S, de suicídio após o homicídio. Se o nível de intimidade e de parentesco fosse o único determinante da culpa que levaria ao suicídio, é difícil ver como ex-cônjuges e ex-namoradas produziram mais culpa. Saliento duas interpretações plausíveis:

1. a percentagem das mortes de cônjuges que são atos de desamor e hostilidade, e não de amor frustrado e/ou ciúme, é mais alta do que de ex-parceiras(os);
2. uma das motivações para o homicídio é o sentimento possessivo em relação ao cônjuge, que é realçado quando a ruptura se deve à ex (parceira, namorada, esposa etc). Esse grupo, possivelmente, conta com maior número de tragédias em que a infidelidade, que fere o amor e desafia a propriedade, está presente.

Esses dados ilustram o caráter *íntimo e relacional* do suicídio após o homicídio. Quanto mais íntima a relação entre assassino e vítima, maior a probabilidade de suicídio do assassino. Porém, o sentimento de propriedade perdida ou em vias de se perder parece pesar tanto na decisão de matar quanto na de se suicidar.

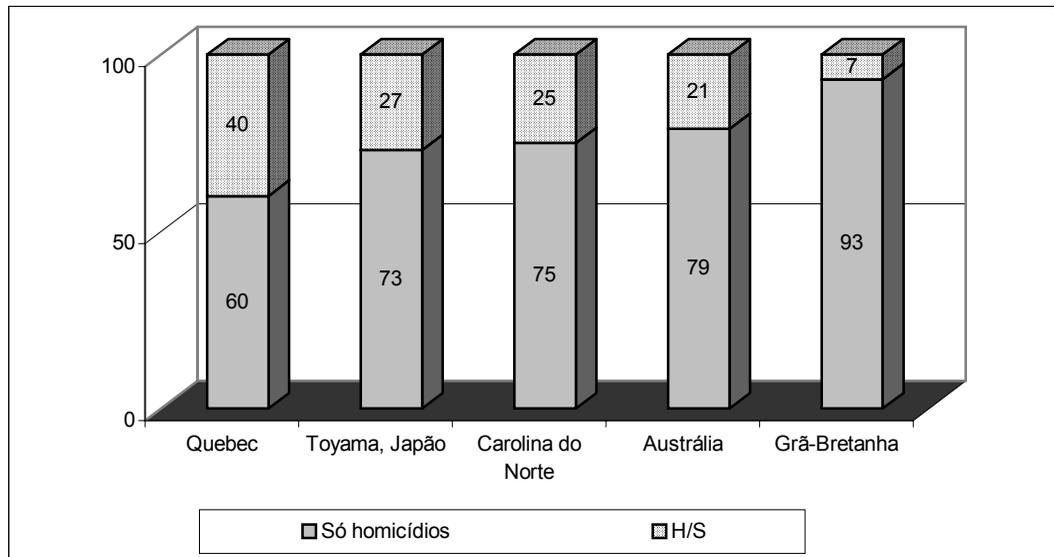
No Canadá, Gillespie *et al* (1998) partiram dessa hipótese, ao analisar 5.408 homicídios cometidos por homens entre 1961 e 1983. A probabilidade de que o autor se suicidasse após o homicídio aumentava com o grau de intimidade com a vítima, o que confirma os resultados de Stark. Gillespie e colaboradores também descobriram que a probabilidade de suicídio aumentava com a idade e a educação do assassino. A probabilidade era ainda mais alta se se tratasse de uma assassina. O uso de arma de fogo também aumentava a probabilidade de suicídio.

Qual a percentagem dos homicídios que terminam em suicídio dos autores? Os dados disponíveis não são diretamente comparáveis, mas proporcionam uma idéia dos parâmetros.

Os dados sobre a percentagem dos homicídios que são H/S encontram dificuldades de interpretação porque os totais diferem. Na Grã-Bretanha e em Toyama são sobre o total de homicídios; em Quebec se refere a homicídios entre cônjuges e na Austrália entre cônjuges e parceiros; finalmente, na Carolina do Norte, os totais se referem a *vítimas mulheres ou parceiras*. Os filicídios estão excluídos em Quebec, Austrália e Carolina do Norte. O estudo da Carolina do Norte exclui, ademais, *maridos e parceiros*. Os objetivos são sugerir a possibilidade de variações culturais, enfatizar as diferentes medidas e seus significados, e os parâmetros de H/S. Em nenhum caso estudado até agora H/S representou mais de metade do total de homicídios, nem menos de 5%.

**FIGURA IX**

**Percentagem de H/S sobre homicídios – Quebec sobre o total de cônjuges mortos; Toyama e Grã-Bretanha sobre o total de homicídios; Carolina do Norte sobre o total de esposas e companheiras mortas; Austrália sobre homicídios entre parceiros sexuais**



***Homicídios como suicídios estimulados***

Alguns homicídios, particularmente homicídios “legais”<sup>6</sup>, são suicídios disfarçados. Van Wormer *et al* (1999) usaram o arcabouço psicológico dos H/S para concluir que parte dos homicídios são, de fato, H/S: os assassinos matariam, em parte, esperando ser executados. Segundo os autores, em vinte e dois casos dos que eles examinaram haveria primazia do suicídio. Os autores propõem que alguns casos sejam denominados de suicídio/homicídio e não de H/S, na hipótese de que o impulso maior seria o suicida. Esses resultados são confirmados pelos de outra pesquisa de 15 mortes de pessoas com vocação suicida nos estados da Flórida e de Oregon. Essas pessoas claramente provocaram policiais, terminando por ser mortas por eles. Dois terços usaram reféns. Todos tinham algum tipo de arma e a exibiram, ameaçando os policiais ou outras pessoas. Sessenta por cento usaram a arma para ferir terceiros. Todos resistiram à prisão. Quarenta por cento tinham história documentada de diagnóstico psiquiátrico e 60% tinham um histórico nessa direção, sendo que depressão e dependência química eram os diagnósticos mais comuns. Dos 15, 14 eram homens; dos 15, 13 eram brancos. Na opinião dos estudiosos,

<sup>6</sup> Em que os autores são policiais etc em ações legítimas, assim como outras situações também legítimas.

essas pessoas queriam ser mortas pela polícia, gerando a expressão “suicídio pela polícia” (Wilson *et al*, 1998).

Há alguns casos em que *rampage killers* - pessoas que se armam até os dentes e matam várias pessoas numa série de ações consecutivas, ou matam várias pessoas no mesmo local - se suicidam; há outros em que seu comportamento desafiante, de enfrentamento com a polícia, poderia ser qualificado como “suicídio-homicídio”, para usar a expressão de Wormer e colaboradores<sup>7</sup>.

### ***Estudos históricos e comparativos***

São poucos os estudos históricos e comparativos de H/S. As estatísticas criminais são menos precisas quando se tornam necessárias informações sobre as relações entre vítima e autor. Em alguns casos, não há alternativa viável a trabalhar com fontes menos confiáveis. Danson e Sotthill (1996), desejando estudar H/S no tempo, usaram os artigos publicados no "The Times", jornal londrino. Acompanharam 142 casos de H/S de 1887 a 1990. Os autores reconhecem os problemas da fonte, mas insistem que há padrões relacionais claros. Confirmando o encontrado em outros casos, H/S é um fenômeno em grande medida familiar e entre íntimos. Todos os casos de H/S cujas autoras eram mulheres foram entre íntimos. As taxas de H/S seriam mais elevadas entre 1887 e 1910, mas problemas de amostragem tornam suspeita qualquer estimativa de parâmetros. Os pesquisadores notam que os métodos de suicídio mudaram e que cortar a própria garganta desapareceu como método a partir da década de 20. As armas de fogo, neste estudo como em outros, passaram a ser dominantes, particularmente entre homens.

A maioria das interpretações de H/S se limita a seus aspectos interativos, situacionais e oportunistas. Não obstante, um estudo de cunho histórico liga uma “onda” de H/S que teria havido em Chicago entre 1875 e 1910 a problemas derivados de interações entre covariatas estruturais e culturais. Adler examinou os artigos de jornal e os processos policiais do período, concluindo que as relações entre gênero e as ideologias a respeito delas estavam em mudança rápida, resultando em H/S quando, em outras circunstâncias, terminariam em homicídios ou suicídios. Adler (1999) prefere explicações estruturais e valorativas, enfatizando as interações entre forças estruturais e culturais. Os autores eram, predominantemente, homens, jovens, um pouco mais pobres, e mais dispostos a usar armas de fogo do que os que somente se suicidaram. A perspectiva histórico-social de Adler deixa implícito que *fatores pessoais e psicológicos atuam dentro da moldura de estruturas sociais e da cultura*. O impacto das variáveis psicológicas e

---

<sup>7</sup> É interessante que, até agora, nenhum dos *rampage killers* jovens e adolescentes, que usualmente matam colegas e professores, se suicidou. Os suicídios e os suicídios pela polícia só caracterizam *rampage killers* adultos.

psiquiátricas não seria independente dessas estruturas. Adler trabalha claramente dentro de um paradigma durkheimiano, enfatizando a mudança e a dificuldade de muitas pessoas em acompanhá-la.

Milroy (1995) focalizou os aspectos comparativos de H/S (e de homicídio). Chegou à interessante conclusão de que as taxas de H/S por 100 mil habitantes variavam muito entre os países mas que, dentro de cada país, o fenômeno seguia o mesmo padrão dos outros países: o autor era, usualmente, um homem, matando a esposa ou companheira e, com menos frequência, as crianças, motivado por ciúme ou desejo de vingança, num momento de separação ou pouco após uma separação, usando arma de fogo.

Repito que um estudo de homicídio/suicídio necessita que sejam estudadas as características das vítimas, dos agressores, das relações entre eles e das circunstâncias. Foi o que fizeram Cooper e Eaves (1996) no Canadá (no Sudoeste do Estado de British Columbia). Examinaram dados de fontes múltiplas – o exame médico-legal, os arquivos da polícia, dados forenses e dados disponíveis nas comunidades sobre a saúde mental das pessoas – a respeito de 148 vítimas em 124 atos homicidas ocorridos entre 1984 e 1992. Infelizmente, estudaram apenas os homicídios/suicídios na família, definida como aquelas situações nas quais vítima e assassino tinham relações afetivas e/ou de parentesco. Segundo os autores, influenciados por teorias evolucionistas, H/S aconteceram sobremaneira devido à apropriação masculina de outras pessoas – que se manifestaria no assassinato de *ex-parceiras* sexuais e/ou suas filhas e filhos, após uma separação íntima, ou então por doença mental. Em contraste, *nenhum* dos homicídios que ocorreram como resultado de violência das vítimas (comuns no assassinato de homens por parceiras), de abuso de crianças, de conflitos familiares, por motivos financeiros ou por motivos criminais/financeiros, levou ao suicídio do assassino.

### ***Explicações psicológicas***

Banzato (1990) descreveu os casos de um homem de 43 anos e uma mulher de 32 que tentaram matar seus filhos e cometer suicídio. Os dois sofriam de depressão e o autor enfatiza uma perspectiva psicanalítica ao relacionar a depressão com o filicídio. Evidentemente, um problema com estudos baseados em pequenos números é o de representatividade. Para que os resultados fossem generalizáveis, seria necessário que a população de pais e mães que tentam o filicídio e depois o suicídio fosse homogênea, o que, de antemão, sabemos que não ocorre.

Os mesmos problemas se aplicam ao trabalho de Lavergne e Lavergne (1990), que discutem o caso de um homem de 34 anos que matou suas duas filhas

menores durante o seu divórcio. Os autores enfatizam a história de suicídio e depressão na família, relativizando a responsabilidade penal do autor.

Não há dúvida de que doenças mentais, particularmente a depressão (talvez por ser comum), contribuem para a explicação de H/S. O que falta é saber qual o seu lugar num esquema inter-disciplinar de explicação dos homicídios-suicídios.

Iga Mamoru (1996) apresenta uma equação complexa, ao analisar o “oyako shinju”, que se refere, na cultura local, ao suicídio de pais e filhos(as), mas que, fora dessa cultura, é definido como H/S. Mamoru enfatiza o papel dos “recursos sociais”, de que indivíduos dispõem em diferentes medidas, para reduzir tensões, conflitos, estresse e para resolver problemas. Mamoru conclui que os significados sociais atribuídos ao suicídio e outras formas de comportamento auto-destrutivo (e, acrescento, H/S) só são captados através de estudos de personalidade, individualizados, *no contexto* em que se realizam.

Houve, na Suécia, 96 assassinatos de menores de 15 anos durante um período de dez anos (1971-1980), uma taxa anual de 0,6 por cem mil crianças. Apesar de baixíssima, por padrões brasileiros, preocupa as autoridades e os pesquisadores suecos. Somander *et al* (1991) estudaram esses casos, concluindo que a maioria era intra-familiar, freqüentemente seguida pelo suicídio de um dos pais, e que a maioria das vítimas era de tenra idade, crianças pequenas. O padrão difere de outros, porque os casos de abuso de crianças por um/ambos pais e de abuso sexual eram poucos, mas segue a maioria, uma vez que 37 dos 47 autores examinados apresentavam sintomas de doença mental – 79%.

Cormier e colaboradores (1971) propuseram um esquema interpretativo baseado nas gratificações derivadas dos relacionamentos e interações humanas. Afirmam que os assassinatos com freqüência derivam de relações intensas entre autor e vítima. Essa afirmação reflete a infreqüência de H/S entre desconhecidos no Canadá. Criminosos de carreira, afirmam, têm poucos laços pessoais fortes e significativos, e a hostilidade deles se atomiza na sociedade como um todo, sem se concentrar em poucas pessoas significativas. Já as maiores frustrações do cidadão cumpridor das leis se originam exatamente das pessoas que ele mais ama. Mais uma vez, aparece a influência do contexto em que os autores escrevem: a desigualdade da sua sociedade é aceitável, assim como o funcionamento das instituições.

Dentro desses parâmetros, a lógica dos autores é convincente: quando alguns desses fortes conflitos aparecem, alguns desenvolvem um desejo de destruir a sua origem e um número menor pode chegar a fazê-lo num momento de descontrole. Os autores vêem o assassinato numa relação como um problema de *coexistência*. Em muitos casos, a relação é intolerável, mas a separação parece impossível. Essa situação caracterizaria, em particular, os casos de homicídio/suicídio. O assassino mata alguém que não quer perder e o suicídio

subseqüente seria uma forma de viver a fantasia da reunião com o objeto que perdeu.

Stanton *et al* (2000) estudaram intensamente seis mulheres que mataram seus(suas) filhos(as) na Nova Zelândia, através do psiquiatra delas. Eram mulheres que “mataram no contexto de doenças mentais sérias”. A metodologia se baseou nas entrevistas, que foram gravadas, transcritas, codificadas e analisadas. O tempo transcorrido entre as mortes e as entrevistas é relevante: variou entre 12 e 23 anos. Eram, portanto, experiências distantes no tempo. As impressões se concentraram na maternidade, que foi descrita pelas autoras como requerendo muito tempo e esforço, nos fatores externos de estresse, que não pareceram muito intensos, e na experiência com a doença mental, que foi descrita como estressante. As filicidas disseram que houve pouco ou nenhum planejamento. As descrições que apresentaram dos seus(suas) filhos(as) não tinham nada de extraordinário. A *motivação* descrita se baseava no altruísmo ou num pacote que incluía o suicídio. As mulheres apresentaram culpa e remorso, mesmo sabendo que sofriam de doença mental séria.

As pesquisadoras sublinham a dificuldade em identificar sintomas de perigo em mulheres que não dão indicações de que podem cometer filicídio. Argumentam que *esse tipo de homicida* (mas não outros) seria melhor compreendido em termos da sua doença mental específica do que a partir de fatores de estresse externos individuais ou de psicodinâmica. O problema, mais uma vez, reside na insuficiência da amostra.

George Palermo (1994) propõe uma nomenclatura e uma explicação diferentes com base numa avaliação em que combina perspectivas psicanalíticas e psiquiátricas com dados sociológicos. Para Palermo, H/S seria melhor entendido se fosse chamado de “suicídio ampliado”. Palermo enfatiza a exarcebação do ciúme por traços paranóicos e define o(a) autor(a) como essencialmente *frágil*, mas também dependente, ambivalente e agressivo(a). A auto-afirmação e a dureza seriam fachadas, sob as quais se esconderia uma pessoa débil, incapaz de enfrentar uma rejeição inesperada ou uma mudança radical na vida. Tal pessoa comete o suicídio após matar a extensão de si mesmo(a).

Essa classificação foi refinada e usada em um estudo de homicídios intrafamiliares na África do Sul, entre 1978 e 1987, publicado por R. Graser em 1992. O estudo usou os inquéritos policiais e os processos judiciais, jornais e entrevistas com parentes e sobreviventes. Em sua maioria, os autores de H/S matavam ou tentavam matar suas vítimas durante o dia, usualmente depois de uma alteração, discussão ou briga, e de maneira explosiva, não planejada. Os autores de “suicídio ampliado”, ao contrário, frequentemente matavam suas vítimas metodicamente, uma a uma, quando elas dormiam.

Não obstante, as explicações de Graser não começam com a psicologia do autor: começam com macrocovariatas e *passam* pela psicologia e pela psiquiatria. Sublinham que todos os autores estavam socialmente isolados, sem contatos nem recursos sociais – baixo capital social. Metade estava desempregada e os assassinatos eram mais comuns em pequenas comunidades. Graser sublinha o isolamento dos autores dentro da sociedade e dentro da família. Graser não deixou os aspectos situacionais de fora: sublinhou que, além do isolamento social, vários eventos parecem ter tido efeitos cumulativos: problemas maritais, problemas financeiros, problemas com drogas e alcoolismo, e doenças, inclusive doenças mentais. A questão essencial do instrumento também é incorporada: as armas de fogo dominaram o cenário.

Cohen *et al* (1998) examinaram, também, H/S em 7 condados da Flórida no período 1988-1994. Usaram os relatórios forenses dos “*medical examiners*”. Codificaram nada menos do que 160 variáveis. Concordam com a percepção de que H/S resulta de uma série de efeitos aditivos ou multiplicativos, que incluem cultura e experiências estressantes. Os H/S de cônjuges, parceiras e namoradas foi o mais comum. Agregam, às variáveis explicativas já conhecidas, mais um: casais mais velhos (acima de 55 anos) tinham uma taxa mais alta de H/S, que variava de 0,4 a 0,9 por 100 mil pessoas, ao passo que os mais jovens (com menos de 55 anos), tinham taxas que variavam de 0,3 a 0,7 entre os condados.

O caráter cultural das explicações aparece no estudo de Toyama, no qual uma quarta parte dos homicidas tinha problemas mentais. Infelizmente, os dados publicados não permitem distingüir entre a percentagem com problemas mentais em H/S e em homicídios.

O estudo de Silverman e Kennedy, sobre mulheres canadenses que mataram os seus filhos, gerou algumas indagações. O diagnóstico nos diz que 67% das mães que mataram filhos e filhas crianças ou adolescentes apresentavam doença mental, em comparação com 36% das mães que mataram bebês. A que se deve essa diferença?

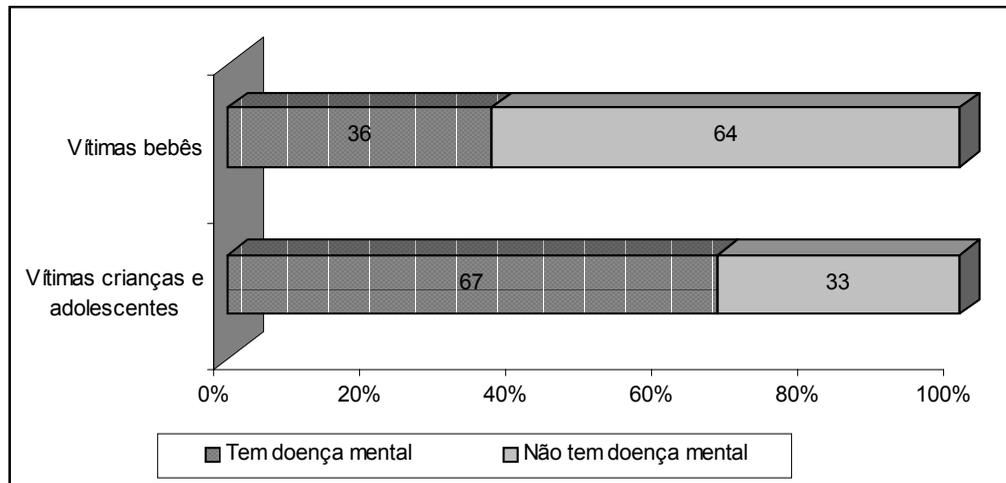
- Os critérios científicos foram observados e são independentes de definições (e pressões) culturais;
- Os critérios científicos são dependentes de definições culturais e matar bebê é visto como “menos anormal” que matar um(a) filho(a) mais velho;
- Os critérios são corretos, mas os que fizeram os diagnósticos foram influenciados por definições culturais ou
- Combinações dessas e outras causas, com peso desconhecido?<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> Dados de Silverman Robert A; Kennedy Leslie W. “ Women who kill their children” *Violence and Victims*, 3, (2), 1988, págs. 113-127.

Rosebaum (1990) pesquisou o papel da depressão entre vítimas e autores em 24 casos de homicídios e 12 de H/S em casais. As conclusões apoiam outros estudos e, a despeito do pequeno número de casos, podem ser consideradas como evidência secundária. Três em cada quatro dos autores de H/S estavam deprimidos, em contraste com nenhum dos autores de homicídios. Entre as vítimas o padrão se inverte: a maioria das vítimas de homicídio apresentava desordens de personalidade, dependência química e patologia social, mas nenhuma das 11 mulheres vítimas de H/S apresentava sintomas sérios. A confirmação desse estudo por pesquisas com amostras maiores aleatórias permitirá concluir que tanto autores quanto vítimas em homicídios e em H/S diferem, caracterizando-os como fenômenos psicologicamente diferentes.

**FIGURA X**  
**Diagnóstico de doença mental por tamanho/idade das vítimas – Mulheres canadenses que mataram seus(suas) filhos(as) - 1961 a 1963**



Malphurs *et alii* compararam 27 homens que mataram as esposas na parte central da Flórida, e que depois se suicidaram, com 36 também casados e que se suicidaram, mas que não mataram a esposa. Metade dos que mataram a esposa estavam cuidando dela, devido a doença ou invalidez, em comparação com apenas 17% dos que se suicidaram. Havia, entre os que se suicidaram sem matar, uma percentagem mais alta de pessoas com problemas de saúde. Os dois grupos tinham uma alta percentagem de homens com depressão, ainda que nenhum tivesse sinais de anti-depressivos na necrópsia.

Lecso (1989) analisou um caso de um paciente com Alzheimer. O homem, de 67 anos, também tinha uma história de violência, dependência química e doença mental. Matou a mulher que vivia na mesma casa, sob a alegação de que ela roubava o cheque da sua aposentadoria. Não há, na literatura sobre homicídios e sobre H/S, menções a Alzheimer comensuráveis com a sua importância na literatura geriátrica. Além disso, o uso de drogas, a história de violência e de outras doenças mentais colocam em dúvida a causa do homicídio.

A revisão de Felthous *et al* mostra a variedade de explicações e variantes de cunho psicológico ou psico-social:

- Debilidade do ego
- Depressão
- Sociopatia
- Psicose
- Alcoolismo e abuso de outras drogas
- Ciúme e paranóia

Além disso, percorre a variedade de *tipos* de H/S baseados nas relações entre autor e vítima(s):

- De cônjuges e parceiras(os) sexuais
- Filicida
- Pseudo-comando e pseudo-dominação
- Familiarida
- Adversária ou conflitiva
- De cultos

A variedade de explicações e de tipos nos mostra uma realidade assaz mais complexa do que “H/S é um crime no qual alguém mata alguém mais e se suicida”.

### ***Efeito Werther em H/S?***

No que concerne à prevenção, o papel da mídia é uma incógnita. Há “epidemias” de suicídios que não chegam a alterar drasticamente as taxas nacionais; fala-se de uma grande epidemia entre homens jovens após a publicação de “As desventuras do jovem Werther”. A mídia no Brasil acolheu a posição prudente de não enfatizar os suicídios. Como saber se há influência, quão forte e em que direção?

Steven Stack (1989) estudou este problema, mas o enfocou em casos nos quais o assassino mata várias pessoas e se suicida, e nos casos de assassinatos múltiplos que foram noticiados. O resultado desaconselha a divulgação ampla: A taxa de homicídios *não* foi afetada pela divulgação de assassinatos múltiplos/suicídios, mas a taxa de *suicídios* aumentou significativamente. Um tipo especial de assassinatos múltiplos, o efetuado por gangues contra gangues, também aumentou a taxa de *suicídios*. Stack controlou fatores estacionais e os

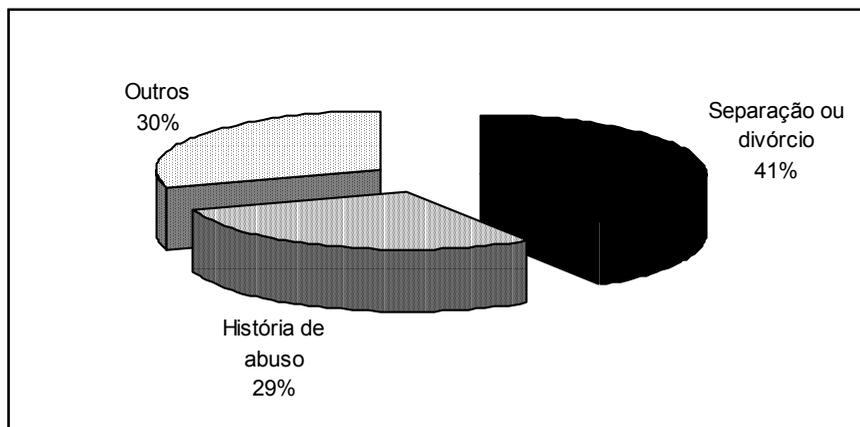
preditores econômicos de agressão e violência. Seus dados são mensais, de 1968 a 1980.

A política informal da mídia brasileira de não glorificar atos violentos, particularmente o suicídio, é sensata. Há indicações de certo efeito-contágio, ou efeito-Werther no que concerne aos suicídios. Uma altíssima percentagem das pessoas que tentaram suicídio a sério e escaparam se arrependeu do que fez e teve vidas produtivas e felizes, a despeito de que, estatisticamente, quem já tentou o suicídio tem mais alta probabilidade de voltar a fazê-lo do que quem nunca tentou.

### ***Os sinais de perigo e a prevenção de H/S***

H/S dá freqüentes sinais de que pode acontecer. O estudo de Morton *et al* (1998) permite ver quais são eles.

**FIGURA XI**  
***Prenúncios imediatos de H/S – Carolina do Norte, 1988 a 1992***



Casais, em união legal ou consensual, que estão em fase de separação ou pouco tempo após a separação apresentam a mais alta probabilidade de H/S – e de uxoricídio também. Pelo fato de os uxoricídios serem mais freqüentes do que H/S, há informações mais abundantes a respeito deles. Quatro em dez casos estavam nessa fase. Uma história de abuso e de violência estava presente em 29% dos casos estudados por Morton. Esse é, também, um fator presente em muitos casos de uxoricídio e de filicídio. Um número de mortes advém no curso de surras e pancadas. Portanto, nossa atenção preventiva deve focar esses fatores de risco: um histórico de violência no casal (ou nas relações com os filhos e enteados) e o período pré e pós-separação. Tudo indica que a probabilidade de H/S, assim como de uxoricídio e de filicídio, diminui após certo tempo de separação.

Bailey e Banton (1997) também estudaram os fatores de risco de mortes violentas de mulheres em casa. Seus dados foram obtidos, na medida do possível, através de entrevistas com outras pessoas vinculadas às vítimas. Entrevistaram essas pessoas vinculadas (*proxy respondents*) em 80% dos 554 casos de suicídio e em 93% dos 420 casos de homicídio. Usaram tres condados, cada um em um estado diferente. Os dados cobrem o período de 1987 a 1992. Os autores entrevistaram também um número de pessoas com características sócio-demográficas semelhantes às das vítimas.

A violência doméstica surgiu como o principal fator de perigo no caso de homicídios na casa, nos casos em que o autor era o cônjuge, um familiar ou um amigo íntimo. A presença de armas de fogo também aumentava significativamente a probabilidade de homicídio em casa. Um quarto dos assassinos “íntimos” se suicidou após o homicídio. A probabilidade de homicídios por estranhos ou conhecidos não-íntimos aumentava no caso de mulheres que viviam sozinhas ou cujos companheiros tinham ficha policial. É esperado que uma população de companheiros(as) com ficha na polícia tenha um conjunto de amigos e conhecidos mais dispostos ao crime. A maioria desses homicídios estava vinculada a outro crime, em geral contra a propriedade.

Outra pesquisa enfatiza mais a *motivação* e não os fatores de risco, mas as conclusões são consistentes com as anteriores. Ciúme e vingança, sobretudo numa situação de separação ou divórcio, seriam as principais motivações (Milroy, 1995)

H/S é um fenômeno tipicamente doméstico: raramente começa e termina fora de casa.

Há um elemento de “oportunidade” em H/S. Muitas relações nas que há abuso poderiam terminar em homicídio, tal a violência do abuso. Porém, algumas terminam e muitas não. O comportamento típico do agressor após o homicídio doméstico *não* é se suicidar, mas alguns o fazem. Assim, há um elemento de indeterminação em alguns H/S e em alguns que não chegaram a se transformar em homicídios nem portanto, em H/S.

A característica “doméstica” de H/S torna a prevenção mais difícil: as residências estão em todas as partes, ao passo que o mapeamento do *crime urbano* nos informa que uma altíssima percentagem do crime, inclusive do crime violento, ocorre em menos de dez por cento da área urbana. O vetor dominante da prevenção, portanto, pode ser geográfico-espacial no que concerne ao crime, mas não no que concerne a H/S. Não obstante, sabemos que a violência doméstica é um dos grandes sinais de perigo de H/S. Ela dá sinais, deixa pistas. A medida preventiva principal é que as autoridades aprendam a reconhecer esses sinais e a agir em função deles. Casais, em matrimônio ou união consensual, com histórico de violência, estão em situação de risco, particularmente as mulheres, secundariamente as crianças. O período que cobre a ruptura e a separação física,

até um mínimo de um ano depois, é o de maior perigo. O abuso de álcool e outras drogas, e a presença de doença mental multiplicam a probabilidade de violência, inclusive de H/S. A presença de arma de fogo na casa também multiplica – e muito – a probabilidade de todos os tipos de violência letal: homicídios, suicídios, H/S e acidentes.

H/S com vítimas menores de idade requer tanta atenção com as mães quanto com os pais. O homicídio doméstico simples requer maior atenção com padrastos e madrastas. Mulheres vivendo sós, com problemas financeiros e com depressão, apresentam maior risco de filicídio. Essa informação com frequência existe fora da casa, entre outros familiares, amigos e vizinhos, mas não chega às autoridades públicas. A prevenção que existe é feita por agentes informais, vinculados às pessoas. Mas essas pessoas não têm poder para prender nem para receitar anti-depressivos.

Numa sociedade desarticulada e/ou com um governo sem capacidade de resposta, esses sinais existem, mas não constam da memória do governo. Quando são registrados, raramente há ação. A melhoria dos serviços públicos na área da prevenção da violência doméstica é, portanto, essencial. A *coleta de informações*, que é péssima, pode ser melhorada com uma polícia com orientação comunitária que, graças às boas relações com a comunidade, tem acesso a informações antes indisponíveis. Os vários setores públicos devem se comunicar – hospitais, assistentes sociais e polícia.

Essa tarefa de prevenção também requer que a comunidade de cientistas sociais - que receberam, na maioria dos casos, sua educação grátis e até com bolsas - devolvam à sociedade parte desses benefícios na forma de conhecimento *útil*, realizando pesquisas com o objetivo de melhorar as condições de vida da população.

Não temos informações sobre H/S no Brasil. Como não há pesquisas, não há dados sistematizados. Conhecer é o primeiro passo da mudança para melhor, e mudança, em homicídios-suicídios, se paga ou se recebe em vidas e em dobro.

#### BIBLIOGRAFIA

- ADERIBIGBE Yekeen A. (1997) Violence in America: a survey of suicide linked to homicides. *Journal of Forensic Sciences*, 42 (4):662-665.
- ADLER Jeffrey S. (1999) 'If we can't live in peace, we might as well die'-- homicide-suicide in Chicago, 1875-1910. *Journal of Urban History*, 26 (1): 3-21.
- ANDREW F. Henry & SHORT JR, James F. (1954) *Suicide and homicide; some economic, sociological, and psychological aspects of aggression*. Glencoe, Ill., Free Press.
- BAILEY, James E & BANTON, Joyce G. (1997) Risk factors for violent death of women in the home. *Archives of Internal Medicine*, 157: 777-782.

- BANZATO, Claudio E. (1990) Depressão y filicídio. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria.*; 39(6): 301-306. (Nov-Dec)
- BERMAN, Alan L. (1996) Dyadic death: A typology *Suicide and Life Threatening Behavior.* 26(4): 342-350.
- CHEW, Kenneth SY; MCCLEARY, Richard; MARICRES, Lew A, et. al. (1999) The epidemiology of child homicide in California, 1981 through 1990. *Homicide Studies*, 3(2):151-169.
- COHEN, Donna; LLORENTE, Maria & EISDORFER, Carl (1998) Homicide-suicide in older persons. *American Journal of Psychiatry.* 155(3): 390-396. (Março)
- COOPER Mary & EAVES, Derek (1996) Suicide following homicide in the family. *Violence and Victims*, 11(2): 99-112.
- CORMIER, Bruno M; et. al. (1971) The psychodynamics of homicide committed in a specific relationship. *Canadian Journal of Criminology and Corrections* Ottawa, 13(1): 1-8.
- DALY, Martin & WILSON, Margo. (1987) Children as homicide victims. In: GELLES, Richard J. & LANCASTER, Jane B. (orgs.) *Child Abuse and Neglect: Biosocial Dimensions.* New York, Aldine De Gruyter, p.201-214.
- DANSON, Linda & SOTTHILL, Keith. (1996) Murder followed by suicide: a study of the reporting of murder followed by suicide in The Times 1887-1990. *The Journal of Forensic Psychiatry*, 7(4):310-322.
- EASTEAL, Patricia. (1994) Homicide between adult sexual intimates in Australia: implications for prevention. *Studies on Crime and Crime Prevention*, 3:24-40.
- FELTHOUS, Alan R & HEMPEL, Anthony. (1995) Combined homicide-suicides: A review. *Journal of Forensic Sciences.* 40(5): 846-857 (setembro).
- FISHBAIN, David A; RAO, Valerie J & ALDRICH, Tim E. (1985) Female homicide-suicide perpetrators: a controlled study. *Journal of Forensic Sciences*, 30(4):1148-1156.
- GILLESPIE, Michael; HEARN, Valerie & SILVERMAN, Robert A. (1998) Suicide following homicide in Canada. *Homicide Studies*, 2 (1):46-63.
- GRASER, R. R. *A study of selected cases of family murder in South Africa.*
- HAAPASALO Jaana & PETAJA, Sonja. (1999) Mothers who killed or attempted to kill their child: life circumstances, childhood abuse, and types of killing. *Violence and Victims*, 14(3):219-239.
- IGA, Mamoru. (1996) Cultural aspects of suicide: The case of Japanese oyako shinju. *Archives of Suicide Research.* 2(2): 87-102.
- LAVERGNE, M P & LAVERGNE, T. (1990) Un pere meurtrier de ses deux filles. *Information Psychiatrique.* 66(7): 669-676 (setembro).
- LECOMTE D. & FORNES, P. (1998) Homicide followed by suicide: Paris and its suburbs, 1991-1996. *Journal of Forensic Sciences* , 43(4):760-764.
- LECSO, Philip A. (1989) Murder-suicide in Alzheimer's disease. *Journal of the American Geriatrics Society.* 37(2): 167-168 (fevereiro).
- MEMMOTT, Paul, STACY, Rachael, CHAMBERS, Catherine, et. al. (2001) *Violence in indigenous communities.* Austrália.
- MILROY C.M. (1995) The epidemiology of homicide-suicide (dyadic death). *Forensic Science International*, 71:177-122.

- MORTON, Emma; RUNYAN, Carol W; MORACCO, Kathryn E. & BUTTS, John. (1998) Partner homicide-suicide involving female homicide victims: A population based study in North Carolina, 1988-1992. *Violence and Victims*, 13(2): 91-106.
- PALERMO, George B. (1994) Murder-suicide--an extended suicide. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 38(3):205-216.
- ROSENBAUM, Milton. (1990) The role of depression in couples involved in murder-suicide and homicide. *American Journal of Psychiatry*, 147(8):1036-1039.
- SILVERMAN, Robert A. & KENNEDY, Leslie W. (1988) Women who kill their children. *Violence and Victims*, 3(2):113-127.
- SOMANDER, Lis K. & RAMMER, Lennart M. (1991) Intra- and extrafamilial child homicide in Sweden 1971-1980. *Child Abuse and Neglect*, 15 (1/2):45-55.
- STACK, Steven. (1997) Homicide followed by suicide: an analysis of Chicago data. *Criminology*, 35(3):435-453.
- \_\_\_\_\_. (1989) The effect of publicized mass murders and murder-suicides on lethal violence, 1968-1980: A research note. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology*, 24(4): 202-208 (julho).
- STANTON Josephine, SIMPSON, Alexander & WOULDES, Trecia. (2000) A qualitative study of filicide by mentally ill mothers. *Child Abuse and Neglect*, 24(11):1451-1460.
- STEVENSON M.R., WALLACE, L.J.D., HARRISON J, MOLLER, J. & SMITH, R.J. (1998) At risk in two worlds: injury mortality among indigenous people in the US and Australia, 1990-92 *Australian and New Zealand Journal of Public Health*, 22(6): 641-4 (outubro).
- VAN WORMER, Katherine & ODIAH, Chuk. (1999) The psychology of suicide-murder and the death penalty. *Journal of Criminal Justice*, 27(4):361-370.
- WILSON, Edward F., DAVIS, Joseph H., BLOOM, Joseph D, *et. al.* (1998) Homicide or suicide: the killing of suicidal persons by law enforcement officers. *Journal of Forensic Sciences*, 43(1): 46-52.
- WILSON Margo, DALY, Martin & DANIELE, Antonietta. (1995) Familicide: the killing of spouse and children. *Aggressive Behavior*, 21:275-291.

*Recebido para publicação em junho de 2002*

# *Podemos confiar nas medidas de confiança?*

---

---

**Susanne Lundåsen**

Mid Sweden University College e Åbo Akademi University, Finlândia

---

---

## **Resumo**

A variável 'confiança' ganhou ultimamente largo uso nas pesquisas em ciências sociais e poucos conceitos parecem ter atraído tanta atenção de uma ampla variedade de disciplinas acadêmicas. Na ciência política. Nas teorias sobre capital social e cultura política, enfatizando sua importância para a democracia, a confiança tem sido considerada uma variável essencial para a compreensão das sociedades.

Este trabalho aborda algumas das diferentes teorias que estão ligadas tanto à definição como aos efeitos da confiança generalizada e depois, tratará de questões ligadas à incerteza das medidas de confiança generalizada.

**Palavras-chave:** Confiança, capital social, cultura política, medição

## **Abstract**

The variable trust has become widely used in the social science research lately and few concepts seem to have attracted so much attention from such a broad variety of academic disciplines. In political science in the theories on social capital and political culture, emphasizing its importance for democracy, trust has been seen as an essential variable for the understanding of societies. In social capital theory the generalized interpersonal trust is often given a particularly important role to initiate virtuous circles of development in the societies.

This paper will treat some of the different theories that are connected both to the definition and the effects of generalized trust and then issues connected to the uncertainty of the measurements of generalized trust.

**Key words:** Trust, social capital, political culture, measurement

## ***Introdução***

A variável “confiança” ganhou ultimamente largo uso nas pesquisas em ciências sociais e poucos conceitos parecem ter atraído tanta atenção de uma ampla variedade de disciplinas acadêmicas. Na ciência política, nas teorias sobre capital social e cultura política, enfatizando sua importância para a democracia, a confiança tem sido considerada uma variável essencial para a compreensão das sociedades. Na teoria do capital social, a confiança interpessoal generalizada ganha um papel muito importante no início dos círculos virtuosos de desenvolvimento das sociedades.

Derivada principalmente da pesquisa psicológica, a confiança interpessoal foi associada inicialmente a traços da personalidade como misantropia, mas muitas teorias trouxeram uma diversificação das definições e dos aspectos da confiança que são estudados. Apesar dessa diversificação das teorias, o modo mais comum de operacionalizar a confiança generalizada é por meio de surveys. Com frequência, uma única questão sobre confiança é considerada suficiente para avaliar a confiança generalizada.

Este ensaio aborda algumas das diferentes teorias que estão ligadas tanto à definição como aos efeitos da confiança generalizada e depois, tratará de questões ligadas à incerteza das medidas de confiança generalizada. Defendemos a precaução na interpretação dos resultados de surveys.

## ***Confiança e teoria***

Este trabalho é sobretudo teórico e tratará do conceito de confiança generalizada, mas antes de fazê-lo, é preciso apresentar uma visão geral do conceito. É principalmente nas teorias sobre capital social que se observa uma atenção maior sobre os efeitos da confiança generalizada entre os cidadãos. Poucos tópicos de pesquisa têm atraído tanto interesse numa tal variedade de disciplinas do que a confiança (cf. Yamagishi, 1998). O espectro vai da economia à psicologia, passando pela sociologia e a ciência política. É óbvio que isso resultou numa variedade de definições do conceito que precisamos discutir aqui.

Diz-se que a confiança generalizada, ao contrário da confiança dentro do grupo e a desconfiança fora do grupo, exerce importantes influências sobre vários aspectos da sociedade e, em seu estudo sobre a Itália, Putnam (1993) sustentou que diferentes níveis de confiança generalizada e, posteriormente, diferentes níveis de capital social levaram a níveis diversos de desenvolvimento. Encontram-se conclusões semelhantes sobre a importância da confiança para os níveis de desenvolvimento das sociedades em Fukuyama (1995).

O que é então a confiança? Para Rosenberg (1956), a confiança relaciona-se

com a fé nas pessoas, que está provavelmente ligada ao fato de que alguém manterá sua palavra (Robinson & Jackson, 2001). Mas no artigo de Deutsch (1958, p.265), a definição de confiança compreende tanto a noção de “relevância motivacional” como a de “previsibilidade”. Esse conceito de confiança é um pouco mais sofisticado, na medida em que envolve expectativas de eventos que ocorrerão no futuro e a possibilidade de sofrer algum tipo de perda se a confiança não for correspondida. Em outras palavras, há um elemento de risco envolvido. Sua definição de um indivíduo com confiança em um determinado evento é “se ele espera sua ocorrência e sua expectativa conduz a um comportamento que ele percebe ter conseqüências motivacionais maiores se a expectativa não for confirmada do que conseqüências motivacionais positivas se for confirmada” (Deutsch, 1958, p.266).

Essa definição de confiança contém também a distinção entre confiar e apostar, quando a chance da ocorrência de um certo evento é pouco provável e ainda assim estamos dispostos a correr o risco. Esses comportamentos são definidos como “patologias da confiança” e não devem ser confundidos com a confiança verdadeira. A situação oposta ocorreria quando o risco envolvido é tão baixo que em vez de confiança, seria mais apropriado usar a palavra “certeza”\* (cf. Levi, 1998). Para Yamagishi (1998), a confiança generalizada é a expectativa básica de um comportamento não-explorador da contraparte, até prova em contrário. Yamagishi também enfatiza a relevância do risco ou da incerteza social ao tratar da confiança e faz a distinção entre confiança e segurança. A segurança ocorre quando há pouca ou nenhuma incerteza quanto ao comportamento da contraparte e portanto, o risco é muito limitado. Yamagishi (1998) usa o exemplo da sociedade japonesa, onde, à primeira vista, algumas ações poderiam ser interpretadas como envolvendo confiança, mas na verdade, as convenções sociais constroem tanto o comportamento que elas devem ser classificadas como segurança. Gautschi (2000) também enfatiza o elemento de incerteza envolvido na confiança:

*“Confiar em alguém” implica a possibilidade de ficar desapontado. Uma vez depositada a confiança, ela pode ser tanto honrada como violada pelo depositário. [...] Uma vez que assumimos que a confiança é uma decisão binária (isto é, a confiança é depositada ou retirada), “ser cauteloso” significa, portanto, que consideramos pequena a perda provável devida à confiança mal depositada [...]. Porém, assumir o risco de confiar pode valer a pena, pois é a única maneira de obter informação sobre os incentivos do depositário. Ademais, depositar e posteriormente honrar a confiança garante um retorno a ambos os atores que é maior do que seus retornos quando se retira a confiança (Gautschi, 2000, p.131).*

---

\* Em inglês, a autora distingue entre *trust* (confiança) e *confidence*, que além de confiança, pode ser fé, segurança. Preferimos “certeza”, para enfatizar a distinção (N.T.).

Essa noção de confiança assinala também o que pode influenciar o comportamento de um indivíduo: a probabilidade de ocorrer um evento negativo e a informação eventual sobre a contraparte. Porém, em situações com N participantes, não parece factível obter informações sobre todo mundo. De acordo com Bacharach e Gambetta (2000), há sinais que os indivíduos usam para interpretar a confiabilidade dos outros. Mas outro modo de transferir confiança de um grupo de pessoas conhecidas para um nível generalizado de pessoas é sugerido por Coleman (1990), em que mediadores podem facilitar a transferência. Por exemplo: A conhece B, mas não conhece C, que é conhecido de B; A pode então confiar em C por meio da relação que A tem com B. Se C não corresponder à confiança de A, A pode então retaliar B. Porém, nesse contexto racional é difícil ver como se pode confiar nas pessoas “em geral”; pois a confiança está relacionada com a informação e o contexto em cada situação específica.

Fisman e Khanna lembram que há autores que consideram a propensão à confiança uma variável exógena e que a decisão de confiar ou não nem sempre é racional ou está relacionada com a quantidade de informação disponível. No entanto, eles dizem que, mesmo que a confiança no nível individual seja considerada exógena, a proporção de confiantes encontrada numa população, ou seja, no nível agregado, está relacionada com o fluxo de informação, o que daria crédito ao ponto de vista comportamental (Fisman & Khanna, 2000). Assim, ainda que a confiança não pareça ter bases puramente racionais e informacionais, ela também não se parece com uma variável completamente exógena, fixada de uma vez para sempre. Para Kramer (1999), a abordagem totalmente racional da confiança como um comportamento provavelmente exagera as capacidades cognitivas dos sujeitos no que se refere, por exemplo, ao processamento de informações e cálculos de ganhos. Kramer sugere uma integração dos modelos que tratam a confiança como uma dependente relacional e contextual com os modelos de escolha racional. O modelo racional constituiria um “fundamento aritmético”, mas os fatores sociais e situacionais também deveriam ser incluídos (Kramer, 1999).

Hwang e Burgers correlacionam a confiança com dois outros elementos, a saber: cobiça, “a tentação de ganhar o benefício extra obtido pela não-cooperação unilateral, em vez de cooperação mútua”, e medo, “a ansiedade de perda pela vitimização, em vez do status quo ou a não-cooperação mútua”. Esses dois elementos influenciam a propensão para a confiança. Eles também acrescentam várias propriedades à confiança, entre elas o fato de que a confiança “não é uma condição suficiente da cooperação”, embora necessária, e que ela atenua dois tipos diferentes de risco, “o risco de ser vitimado e o risco de perder um parceiro confiável” (Hwang & Burgers, 1997, p.70). Porém, uma terceira propriedade interessante da confiança é que mesmo que elimine o elemento de medo na relação

de confiança, ela não é capaz de tirar inteiramente o elemento de cobiça. Isso leva esses autores à conclusão de que mesmo numa situação em que exista confiança plena, isso não garante a cooperação. É uma questão interessante o fato de que a confiança não seja capaz de eliminar sozinha a cobiça; para limitar a probabilidade de um comportamento explorador é preciso algo mais. As instituições que têm uma função de controle talvez sejam capazes de limitar o comportamento de exploração (cf. Levi, 1998; Rothstein, 2000b). Mas não haveria também necessidade da internalização de certos valores a fim de ter um comportamento confiante em contextos onde não há nenhum controle? Um certo controle sobre o comportamento é exercido de dentro, por meio de sentimentos de culpa e altruísmo, por exemplo (cf. Jones, 1998). As instituições respondem pelas condições mínimas para a criação da confiança, mas dificilmente podem induzir a criação de redes intrincadas entre os indivíduos.

Para Putnam (1993), a confiança é uma espécie de bem de valor variável que aumenta se é usado e diminui se é deixado sem uso. De acordo com Luhmann (1979), a confiança é importante porque reduz a complexidade da sociedade e possibilita que a vida social decorra com mais suavidade. Yamagishi (1998) também defende a necessidade da confiança para haver prosperidade e superar os equilíbrios sub-ótimos em diferentes contextos.

O discurso do aumento relativo da confiança com o uso, se for levado um pouco adiante, como faz Putnam (1993), conduz à criação de círculos virtuosos ou viciosos de desenvolvimento na sociedade. Em sociedades nas quais ninguém confia em ninguém, como no sistema de rádio-táxi de Palermo (Sicília)<sup>1</sup> descrito por Gambetta (1996), qualquer tentativa de criar desenvolvimento se torna extremamente difícil. Quando a expectativa geral é a de que o princípio fundamental da lei, que estabelece que os acordos serão respeitados, será rompido, então é racional não confiar (cf. Hardin, 1997; Rothstein, 2000a; Rothstein, 2000b). O equilíbrio resultante de nunca confiar é muito estável e parece criar uma série de efeitos colaterais negativos, assim como o equilíbrio onde prevalece a confiança parece produzir efeitos positivos, tal como Putnam (1993) sustenta em seu estudo sobre a Itália, onde se pode ver a origem das diferenças entre a eficiência institucional no Norte e no Sul nas diferenças de confiança e capital social. A iteração de um comportamento cooperativo em resposta a um comportamento cooperativo e a retaliação quando não há cooperação, tal como sugerida pela teoria dos jogos na estratégia olho-por-olho, encontra seu equivalente no teorema popular (*folk theorem*) (cf. Fudenberg & Tirole, 1991). Whitmeyer (2000) também leva em

---

<sup>1</sup> O autor descreve como é difícil criar um sistema de rádio-táxi que funcione devido à falta de confiança entre os taxistas. Se um motorista responde ao chamado da central, os outros suspeitam que ele não está tão perto do endereço da chamada quanto declarou e às vezes tentam pegar a corrida dizendo que estão mais próximos do que o primeiro taxista. A situação toda fica muito complicada para administrar e o sistema de rádio-táxi foi suspenso por um tempo (Gambetta, 1996).

consideração o efeito dos sistemas de reputação positiva, tais como as certificações, prêmios, no desenvolvimento da confiança. Mas o tipo de confiança discutida por Whitmeyer relaciona-se mais com a confiança em contextos específicos e entre indivíduos do que com um nível generalizado.

Para os economistas, a confiança implica a propensão a cooperar; onde há confiança antes, há um comportamento cooperativo em um jogo do dilema do prisioneiro (cf. La Porta *et al.*, 1997). Embora Hwang e Burgers e outros sustentem que a confiança não é suficiente para assegurar a cooperação, ela altera significativamente a probabilidade de um comportamento cooperativo. Alguns estudos experimentais mostraram que as pessoas cooperam mesmo em alguns jogos do dilema do prisioneiro simples, com uma certa expectativa de imparcialidade e cooperação (La Porta *et al.*, 1997; Hayashi *et al.*, 1999). De acordo com Hayashi (1999), o comportamento cooperativo em um jogo do dilema do prisioneiro simples está religado ao fato de que muitos participantes tratam o jogo como se fosse um jogo de segurança.

Para Levi (1998), a confiança não tem uma única fonte, mas deriva de uma variedade de fontes. Para Coleman (1990), a família é uma fonte importante de criação de confiança, enquanto que para Putnam (1993), a confiança é criada e reforçada pelas densas redes horizontais ligadas à sociedade civil. A confiança generalizada também pode ser facilitada pela ação do Estado, de acordo com Levi (1998). Este autor refere-se também ao fato de que sem confiança nas instituições e no Estado, o mundo hobbesiano de medo e insegurança estaria bem perto. Para ele, muitos autores que escreveram sobre o assunto negligenciaram a importância do Estado na instauração da confiança generalizada. Mas para Ruthstein (2000b), é necessário que haja confiança nas instituições para ocorrer uma mudança nos níveis de confiança generalizada. Sem esse requisito básico, seria impossível instaurar qualquer confiança generalizada. Mas pode o Estado explicar a complexidade de redes superpostas que existem em áreas com um alto capital social? Temos o exemplo da associação de crédito mútuo na região da Emilia Romana, apontada por Putnam (1993) como uma das regiões da Itália com alto capital social: um membro do conselho de direção explicou que a confiança mútua era seu maior ativo. Cada membro garantia o crédito dado a outro membro, enquanto o capital da associação constituía a garantia. Nesse caso, o mecanismo de transferência de confiança era exatamente o descrito por Coleman (1990), com a mediação de uma pessoa e a extensão para todo o grupo. Uma vez que a cooperativa tinha um grupo grande demais de membros para que todos se conhecessem, os membros tinham de confiar no julgamento da confiabilidade expresso por outro membro quando outra pessoa queria entrar para a cooperativa.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Até aquela data, nenhum dos créditos concedidos havia sido perdido (comunicação pessoal, 3 de abril de 2000).

De um ponto de vista mais psicológico, a confiança pode ser dividida em três níveis diferentes: confiança generalizada (na natureza humana), confiança relacional (relacionada com pessoas conhecidas específicas) e confiança na rede (nível intermediário relacionado com as redes sociais ou familiares) (Couch & Jones, 1997). Para estes autores, pelo menos as confianças relacional e generalizada são duas variáveis separadas; quanto à confiança na rede, não está claro se ela se distingue suficientemente das outras duas variáveis.

Qual é então a diferença entre confiança dentro do grupo e confiança generalizada? No primeiro caso, a confiança está relacionada a pessoas que são conhecidas pessoalmente por quem confia e o risco é bastante limitado devido ao acesso à informação e à história do comportamento anterior. La Porta (1997) afirma que a inclinação a confiar em estranhos tem importância maior devido às implicações envolvidas na intensificação do comportamento cooperativo geral. Com efeito, a confiança generalizada ou social está entre as coisas que diferenciam as sociedades com capital social alto ou baixo, segundo Putnam (1993). A confiança generalizada aumentaria a probabilidade de conseguir uma reciprocidade geral e, portanto, facilitaria a ação coletiva. Pode haver muita confiança dentro do grupo, como na família, mas baixa confiança nos outros em geral, tal como descrito no familismo amoral de Banfield.<sup>3</sup> O que não tornaria mútuas essas duas condições. Yamagishi (1998) diz que as relações estreitas dentro do grupo têm um efeito de “fechamento” em relação ao grupo de fora, inibindo a criação de confiança generalizada. Para Putnam (1993), há uma diferença entre confiança densa e delgada, em que a densa seria a confiança baseada no conhecimento direto e iterativo (face a face) entre os indivíduos, com baixo risco, ao passo que a delgada seria mais uma confiança mediada, com conhecimento limitado e risco maior envolvido. Essa última forma de confiança é semelhante ao argumento de Granovetter (1973) sobre a força dos laços fracos. Trata-se de uma espécie de confiança em rede em que a confiança pode viajar como nos modelos apresentados por Coleman (1990).

Para Yamagishi (1998, p.10), a cultura fechada e chamada coletivista, em que as pessoas cooperam mais umas com as outras (grupo interno) do que com pessoas de outros grupos (grupo externo), semelhante ao modelo de Tönnies da *Gemeinschaft*, poderia chegar ao ponto em que um comportamento mais aberto em relação ao exterior seria mais lucrativo. Yamagishi exemplifica com a sociedade japonesa, que teve um forte desenvolvimento econômico, embora seja uma sociedade de baixa confiança, que deporia contra as teorias de Fukuyama e Putnam. Porém, a cultura coletivista parece produzir equilíbrios sub-ótimos no longo prazo (Yamagishi, 1998). A afirmação é que a “sociedade coletivista produz

---

<sup>3</sup> Embora muito contestado por Sabetti (2000), por exemplo.

segurança, mas destrói a confiança” (Yamagishi, 1998, p.10). O mesmo autor sustenta que onde há maior necessidade de confiança, ou seja, nos contextos de incerteza social, há também maior dificuldade de produzi-la.

Inglehart (1999) mostra que há uma forte correlação entre governo democrático e confiança generalizada. Por exemplo, os países da Europa que apresentam os menores índices na escala da confiança estão, em geral, entre aqueles com uma história de interrupção do regime democrático. Porém, trata-se de uma tarefa empírica bastante difícil estabelecer qualquer relação causal entre essas duas variáveis (cf Rothstein, 2000b), pois elas parecem interdependentes. No entanto, sabe-se que muitos regimes autoritários e totalitários tentaram criar um clima de desconfiança, onde ninguém deve confiar em ninguém, entre outros motivos, para reduzir a possibilidade de mobilização das massas. Hardin (1997, p.14) dá o exemplo da sociedade napolitana do século XVIII que foi destruída pelo domínio espanhol: “Os espanhóis criaram uma nova aristocracia, dependente do apoio espanhol e, desse modo, substituíram uma sociedade baseada na confiança por uma baseada em outro conceito igualmente escorregadio: honra”. As prisões também são apresentadas como exemplos de ambiente em que a desconfiança entre os prisioneiros é estimulada pelos guardas a fim de facilitar seu controle (Hardin, 1997). Hardin (1999) afirma também que pode não ser totalmente bom ter cidadãos confiantes numa democracia, onde a confiança cega pode até ser indesejável e produzir efeitos colaterais negativos, tais como cidadãos que não questionam as autoridades.

Contudo, é interessante observar que Yamagishi *et al.* (1999) descobriram que pessoas com altos índices na escala de confiança são também menos fáceis de enganar do que aquelas que apresentam índices baixos na mesma escala. Explica-se o aparente paradoxo pelo fato de que os indivíduos com alta inteligência social são capazes de manter altos níveis de confiança, enquanto que as pessoas com capacidade empática mais baixa não possuem essa capacidade. Os indivíduos que revelam índices altos na escala de confiança generalizada são também mais sensíveis à informação negativa relacionada com a confiabilidade de um ator (Yamagishi *et al.*, 1999). Invertendo esse resultado, haveria a possibilidade de pessoas com baixa confiança serem exploradas com mais facilidade se decidirem confiar em alguém, pois são menos rápidas para captar a informação negativa do que aqueles que confiam muito.

### ***Capital social e confiança***

De acordo com alguns autores, o capital social está fortemente ligado à confiança generalizada (cf. Putnam, 1993; 1995), de tal modo que às vezes é difícil distinguir entre o que são os efeitos ou as causas do capital social e o que

ele realmente é; o capital social gera confiança e normas de reciprocidade que, por sua vez, geram mais capital social. No estudo de Putnam sobre a Itália (1993), a sociedade civil criava e reforçava a confiança generalizada, permitindo a criação de capital social, a forma particular de capital que possibilita e facilita a ação coletiva. Ele também ajuda a superar dilemas sociais como o do prisioneiro (cf. Ostrom, 1998). Para Rothstein (2000a; 2000b), a noção importante que o estudo de Putnam sobre as regiões da Itália trouxe para a ciência política está na descoberta dos resultados que a falta de confiança generalizada entre os cidadãos produz e que a falta de confiança nas instituições tende a produzir. A estratégia dominante, em termos de teoria dos jogos, numa sociedade que carece de confiança é então não confiar. Como observa Tarrow (1996), o estudo das regiões italianas não pretendia ser um estudo da cultura política, pois incluía apenas variáveis comportamentais e não atitudinais, embora muitos dos estudos seguintes o tenham interpretado em termos de cultura política.

Porém, houve opiniões divergentes sobre os efeitos da participação em associações sobre a confiança generalizada (cf. Stolle, 1998). Para Hooghe (2000), o aumento da confiança generalizada só está presente quando as associações têm um grande número de membros altamente instruídos e talvez se deva aos efeitos de socialização. Permanece sem explicação o modo como a confiança da participação em associações se dissemina para a sociedade circundante. Coleman (1990) vê a possibilidade de transferência de confiança para alguém por meio da mediação, como explicamos acima. O importante é que a criação de normas de reciprocidade e confiança dentro da sociedade civil não fica limitada às associações, mas gera externalidades positivas para a sociedade circundante. A existência de redes horizontais, em que todos os atores são tratados de modo mais ou menos igual, é importante para a criação de normas de reciprocidade, ao contrário das redes hierárquicas, que são negativas e amiúde baseadas em relações de clientelismo (cf. Putnam, 1993).

A importância da confiança na determinação do capital social é contestada por alguns estudiosos que consideram apenas as redes horizontais (por ex., Lin, 2000). Porém, as palavras-chave parecem ser redes horizontais, confiança generalizada e normas de reciprocidade.

### ***Variáveis que influenciam o nível de confiança generalizada***

As medições do nível individual de confiança generalizada encontraram diferentes fatores que influenciam a inclinação para a confiança. Do ponto de vista psicológico, acredita-se que variáveis concernentes aos primeiros anos de vida influenciam os níveis de confiança. Pesquisas empíricas mostraram que a situação de minoria, o status socioeconômico, a idade e a educação têm um impacto sobre a

confiança (cf. Glaeser *et al.*, 1998; Smith, 1997; Robinson & Jackson, 2001). As pesquisas indicam que o nível de confiança generalizada aumenta com a idade (Robinson & Jackson, 2001), enquanto que fazer parte de uma minoria afeta a confiança de forma negativa. Outras variáveis ligadas a experiências passadas do indivíduo, tais como o divórcio, parecem ter um impacto mais incerto (Couch e Jones, 1997; Glaeser *et al.*, 1998; Robinson & Jackson, 2001). Putnam (1993) leva em conta a importância da sociedade civil e a participação em associações. Os resultados empíricos divergem um pouco sobre o eventual benefício dessa participação (cf. Stolle, 1998). Porém, Glaeser *et al.* (1998:6) apontam para diferentes fatores que influenciam o comportamento confiante, entre os quais: 1) crenças sobre a confiabilidade dos outros; 2) a capacidade de provocar comportamento confiável dos outros. Às vezes, o segundo fator parece ser esquecido.

Suponha-se que há dois indivíduos A e B que não se conhecem pessoalmente, e que A não é capaz de parecer confiável aos olhos de B; então parece racional que B não confie nem coopere com A, se B não quiser se tornar um “trouxa” na linguagem da teoria dos jogos. A poderia estar inclinado a cooperar e ser confiável, mas não é digno de crédito de B; então A ficaria numa situação pior se cooperasse, caso estivesse diante de um situação tipo “dilema do prisioneiro”. Bacharach e Gambetta (2000) discutem os sinais que são dados conscientemente ou inconscientemente e que depois são usados para avaliar a confiabilidade de uma contraparte. Pertencer a um grupo minoritário parece afetar o nível de confiança generalizada de forma negativa, o que pode estar relacionado com a suspeita do grupo majoritário com respeito ao grupo minoritário (cf. Smith, 1997). No entanto, Yamagishi (1998) abstém-se da idéia de reduzir o estudo da confiança à capacidade de emanar confiabilidade aos olhos da contraparte.

Em nível agregado, a confiança parece estar ligada ao bem estar material a à democracia estável (cf. Inglehart, 1999). Com os números que Inglehart (1997, p.174) apresenta sobre a relação entre confiança generalizada e democracia estável, o *r* de Pearson é .72 e é significativo no nível .0000. Olhando de mais perto os países que estão no topo da escala de confiança, vemos que são pequenos, homogêneos e ricos.<sup>4</sup> No entanto, é tarefa complicada descobrir se o fluxo causal vai da democracia estável para a confiança generalizada ou vice-versa. Inglehart dá o exemplo da Rússia, onde o desenvolvimento democrático não levou a níveis maiores de confiança generalizada. A explicação dada neste caso é que a situação econômica regrediu após a democratização, o que produziu condições de vida piores para a população em geral. Desse modo, parece difícil um aumento de confiança quando não ocorre também um aumento de riqueza (cf. Inglehart 1999).

---

<sup>4</sup> Os países escandinavos, Finlândia e Holanda.

La Porta *et al.* (1997) examinam a importância da religião para os níveis de confiança generalizada; religiões consideradas hierárquicas, como a católica, a católica ortodoxa e a islâmica, têm um efeito negativo sobre o nível agregado de confiança generalizada. Isso está de acordo com as considerações de Putnam (1993) sobre a Itália, onde o papel da igreja católica se mostrou mais proeminente no sul do país, onde o nível de confiança interpessoal era mais baixo. La Porta *et al.* (1997) também descobriram empiricamente uma forte correlação entre a proporção de protestantes que viviam em um país e o nível agregado de confiança generalizada. Com efeito, os países classificados por Inglehart (1997) com os maiores índices de confiança generalizada possuem todos uma grande proporção da população que é ou foi protestante. Porém, nem todos os estudiosos concordam em atribuir à religião o papel de variável explicativa (cf. Yamagishi, 1998). A religião pode ser apenas uma variável proxy, e neste caso poderia ser a capacidade de ler e escrever. A educação é uma das variáveis que parece ter um grande impacto sobre a confiança generalizada e o protestantismo, além de não ser considerado uma religião hierárquica, exerceu a imposição (histórica) de conhecer a Bíblia, o que também elevou o nível geral de alfabetização.

### ***Questões de mensuração***

Tem-se dado muita atenção a questões de escala e mensuração em outras disciplinas, tais como a psicologia social, ao passo que as ciências sociais não demonstram o mesmo interesse por esses tópicos, dando preferência aos aspectos teóricos da confiança. Portanto, parece-nos útil examinar a literatura dessa disciplina, pois os métodos por ela desenvolvidos foram usados nas pesquisas de ciência política.

Como já mencionamos, está empiricamente confirmado que há pelo menos duas escalas diferentes de confiança: “confiança no parceiro” (em uma pessoa específica) e “confiança generalizada” (nas pessoas em geral, na natureza humana) (Couch & Jones, 1997). O que poderia corresponder à confiança densa e à confiança delgada. Mas quando se estuda mais de perto a definição de confiança generalizada aplicada na psicologia social, ela é considerada amiúde uma medida de filantropia/misantropia (cf. Rosenberg, 1956; Couch & Jones, 1997; Robinson & Jackson, 2001). Conforme a Enciclopédia Britânica, a palavra filantropia, em sua origem grega, significa “amizade ao homem”, e é descrita como “boa vontade para com os homens, *especialmente*, esforço ativo para promover o bem estar humano”. Ao contrário, misantropia é definida com “ódio ou desconfiança da humanidade”. As mensurações utilizadas por Couch e Jones (1997, p.333) para detectar a confiança generalizada estavam relacionadas com as expectativas generalizadas com respeito aos outros em situações não estruturadas, como uma medida de “traço amplo e

global”. Isso significa que as medidas de confiança global estão mais ligadas às emoções e a características pessoais do que às experiências de relações passadas (Couch & Jones, 1997). São estas equivalentes à confiança e desconfiança tal como aplicadas nas ciências sociais? Se não o são, pode haver um problema de especificação. Parece haver uma leve diferença entre o cálculo racional de custo e benefício da cooperação e o tratamento quase exógeno da variável confiança generalizada, como ocorre em parte da literatura psicológica. Apesar dessas diferenças teóricas, as escalas usadas em surveys vêm frequentemente das ciências do comportamento. Por exemplo, a escala de confiança generalizada usada amiúde em pesquisas das ciências sociais vem da escala de cinco itens de fé nas pessoas de Rosenberg (1956). Porém, é muitas vezes reduzida a uma escala com menos itens.

É interessante observar que embora alguns cientistas sociais não tenham se referido à confiança como uma variável exógena, mas principalmente como comportamental, eles decidiram usar as mesmas medidas da psicologia (cf. Tarrow, 1996).

Um exame mais detalhado da escala de cinco itens de fé nas pessoas e, mais especificamente, das questões utilizadas com frequência nos surveys revela alguns problemas. A formulação da primeira questão é um tanto ambígua: “Falando em geral, você diria que se pode confiar na maioria das pessoas, ou que é preciso muita cautela ao tratar com as pessoas?” As alternativas de resposta são: (1) É preciso muita cautela; (2) Outra, depende (os respondentes apresentam a alternativa); (3) Pode-se confiar na maioria das pessoas. A ambigüidade da escala está no fato de que os opostos apresentados são questionáveis enquanto opostos (cf. Yamagishi, Kikuchi & Kosugi, 1999). Cautela e confiança podem não ser os melhores extremos; com efeito, a pesquisa psicológica mostra que elas podem nem pertencer ao mesmo fator. Yamagishi *et al.* (1999) também afirmam que há uma falácia lógica na formulação da questão, pois abre a possibilidade de que possa haver algumas pessoas não confiáveis, uma vez que menciona a “maioria das pessoas” e não “todas as pessoas”. Portanto, não é contraditório confiar nas pessoas em geral e tomar cuidado com aqueles que não são confiáveis.

Na verdade, os resultados empíricos de estudos comparativos mostram que os respondentes que revelam confiança generalizada baixa também concordam, em larga medida, que é necessário prudência, mas isso não funciona no sentido oposto: os que demonstram alta confiança também mostram altos índices de cautela, sugerindo que essas duas variáveis não são opostas (Yamagishi *et al.*, 1999). A formulação dessa escala torna mais difícil a interpretação subsequente. Por exemplo, se ocorre uma queda no número de entrevistados que respondem que se pode confiar na maioria das pessoas, parece difícil dizer se a queda é da confiança ou se as pessoas simplesmente se tornaram mais cautelosas, como Yamagishi *et al.*

também afirmam. Para esses autores, estamos diante de um tratamento misturado de confiança geral e prudência. Eles também dizem que a outra questão usada no American General Social Survey (GSS), se as pessoas estão “em geral tentando ser prestativas, ou estão cuidando delas mesmas”, revela uma medida melhor e menos ambígua de confiança, na medida em que capta as expectativas com respeito ao comportamento dos outros. Essa questão não teve a mesma queda no tempo nos respondentes que disseram que as pessoas tentam ser prestativas do que a observada na questão sobre confiança (Yamagishi *et al.*, 1999).

Smith (1997) examina os estudos que comparam as diferentes formulações da questão da confiança e conclui que ela é muito sensível às palavras utilizadas. Em 1983, fez-se uma experiência que testava as duas formulações diferentes da questão: “Você acha que se pode confiar na maioria das pessoas?” e “Falando em geral, você diria que se pode confiar na maioria das pessoas ou que é preciso ter muita cautela ao tratar com as pessoas?” A primeira formulação da questão gerou 57% de respostas positivas, enquanto que na segunda formulação, 36,5% dos entrevistados responderam que “se pode confiar na maioria das pessoas” (Smith, 1997). Outro estudo não-experimental realizado sugeriu outra formulação similar, mas gerou um número mais alto de respondentes declarando confiança (Tabela 1).

A Tabela 1 ilustra as diferenças na formulação e na distribuição das perguntas; embora os números de 1978 não sejam de um estudo experimental, eles indicam uma diferença de vários pontos percentuais na distribuição das respostas. Smith (1997) também apresenta dados que mostram que a questão específica sobre confiança é influenciada pelo contexto. Dependendo das perguntas feitas antes da questão sobre confiança, a parte dos respondentes que escolhem a alternativa da confiança varia. Se são feitas perguntas sobre crime e legalização de drogas antes da questão sobre confiança, a escolha pela alternativa da confiança diminui. Essas diferenças pedem cautela na comparação dos resultados de surveys diferentes, com diferentes formulações, e também na comparação de surveys com a mesma formulação ao longo do tempo, devido aos efeitos do contexto (cf. Smith, 1997).

**TABELA 1**  
**Diferentes formulações da questão sobre a confiança em estudos americanos**

Formulação	Distribuição das respostas		
Você acha que se pode confiar nas pessoas? (1983, N=790) (GSS)	Sim 57%	Não 40%	Não sabe 3%
Falando em geral, você diria que se pode confiar na maioria das pessoas, ou que é preciso ter muito cautela ao tratar com os outros? (1983, N=801) (GSS)	Pode-se confiar na maioria das pessoas 36,5%	É preciso ter muito cuidado 59,2%	Não sabe/Outra 4,3%
Algumas pessoas dizem que se pode confiar na maioria das pessoas. Outras dizem que é preciso ter muita cautela ao tratar com as pessoas. O que você acha disso? (1978, N=1635) (National Opinion Research Center)	Pode-se confiar na maioria das pessoas 48%	É preciso ter muito cuidado 51%	Não sabe/Outra 1%
Falando em geral, você diria que se pode confiar na maioria das pessoas ou que é preciso muita cautela ao tratar com os outros? (1978, N=1528) (GSS)	Pode-se confiar na maioria das 39,9%	É preciso ter muito cuidado 55,7%	Não sabe/Outra 4,4%

Fonte: Smith, 1997

Porém Smith (1997) conclui que o índice composto de misantropia dos três itens diferentes do GSS (incluindo confiança, prestimosidade e equidade) é relativamente equilibrado e estável ao longo do tempo. O mesmo autor também descobriu que a porção de entrevistados que escolhe a resposta “Não sei” ou outra varia conforme se trate de uma pesquisa auto-administrada em que essa alternativa é apresentada explicitamente, ou se é uma pesquisa administrada pelo entrevistador em que a alternativa não é lida e tem de ser apresentada espontaneamente pelo respondente. Isso talvez não seja um efeito muito estranho e pode ser válido em um nível mais geral de surveys (cf. Belson, 1981; Krosnick, 1999). Quando a opção “não sei” ou “não tenho opinião” é apresentada explicitamente, ela é selecionada por um grupo maior de respondentes, ocorrendo o contrário se ela não é apresentada (Krosnick, 1999).

Quando se trata de responder a questões de surveys, há sempre um processo cognitivo envolvido no entrevistado enquanto ele responde a pergunta e uma questão definida de modo tão amplo quanto a da confiança pode causar problemas (cf. Smith, 1997; Yamagishi, 1998). O processo de resposta envolve

vários estágios cognitivos prévios, tais como compreensão, lembrança e julgamento (cf. Belson, 1981). Com a questão específica da confiança, a heurística da lembrança pode ser difícil para o respondente, pois não há pontos de referência no tempo e ela implica um julgamento de toda uma experiência de vida que o tornaria mais sensível ao contexto, de acordo com Smith (1997). Belson (1981) também argumenta que questões complicadas que têm somente duas alternativas (tais como “confia” e “não confia”/ “precisa ter cautela”) receberão provavelmente respostas menos pensadas pelos entrevistados. É também menos provável que os respondentes dêem a atenção analítica, desejada pelo pesquisador, à questão formulada da forma citada e, portanto, podem interpretá-la de maneira diferente da desejada (cf. Belson, 1981). A questão também parece dicotomizar a variável confiança: ou se confia, ou não se confia totalmente. Isso não possibilita graus diferentes de confiança, em que ela seja depositada somente até certo ponto.

Com respeito ao problema de interpretação da resposta à questão padrão sobre confiança, Robinson e Jackson (2001) afirmam que uma queda no número de respondentes que escolhem a alternativa de que “se pode confiar na maioria das pessoas” talvez se deva ao fato de que o quadro de referência mudou (cf. Glaeser *et al.*, 1999). Quando a pergunta foi feita em momento anterior, a expressão “a maioria das pessoas” pode ter provocado associações com vizinhos e amigos, enquanto o outro generalizado de hoje é o estranho potencialmente perigoso que anda nas ruas. Pode haver outro questionamento da validade interna, se o quadro de referência para responder à pergunta for amigos e pessoas conhecidas do entrevistado, em especial na pesquisa cujo foco é o capital social. A teoria baseia-se na capacidade de confiar em um estranho e parece haver uma boa diferença se a pessoa responde à questão pensando em indivíduos que conhece ou se pensa em um estranho. A ambigüidade da questão poderia levar o respondente a escolher uma das possíveis interpretações, gente conhecida ou estranhos, sem que o pesquisador saiba qual das interpretações foi escolhida (cf. Belson, 1981). Nesse caso, o pesquisador está provavelmente interessado em “confiança delgada”, mas pode estar medindo “confiança densa” (cf. Putnam, 1993). A questão é: em que medida esse fator pode influir no resultado? Sem um exame empírico mais aprofundado dessa questão, é difícil fazer estimativas do viés eventual, seja ele distribuído aleatoriamente ou sistêmico. É possível também que haja diferenças entre países na interpretação de “a maioria das pessoas” que podem levar os entrevistados a responder, na verdade, a questões diferentes em diferentes países, no pior cenário. Em sociedades em que há uma grande diferença entre confiança densa e delgada, ou confiança no grupo interno e externo, parece importante compreender a definição que os respondentes tem de “a maioria das pessoas”. Para dar um exemplo, pode ter importância teórica se os habitantes de um tipo de sociedade *Gemeinschaft* pensam na “maioria das pessoas” como as pessoas que

conhecem e, portanto, não corresponderiam às alegações teóricas de incerteza e risco e talvez a tratassem como se fosse uma questão de segurança nos termos de Yamagishi (1998). Alguns resultados empíricos preliminares parecem sugerir que há um viés sistêmico, funcionando no sentido sugerido por Yamagishi (1998) (Miller e Mitamura, a sair).

Devido aos efeitos do contexto e da formulação, é muito arriscado comparar dados ao longo do tempo e entre diferentes formulações, pelo menos se o objetivo for analisar tendências da confiança generalizada baseado somente na única questão sobre confiança (Smith, 1997). Para este autor, é preferível usar um índice baseado numa bateria de questões relacionadas com a confiança para reduzir o viés, em vez de uma única pergunta. Porém, Uslaner (1999, p.126) sustenta que a questão do GSS sobre confiança é boa e mede a “confiança em estranhos”, tal como se supõe que uma medida de confiança generalizada deve fazer. Os resultados da análise sobre o declínio ou não da confiança generalizada entre os cidadãos americanos têm sido divergentes (por ex., Putnam, 1995; Putnam, 2000; Robinson & Jackson, 2001; Yamagishi, 1998; Smith, 1997; Paxton, 1999). É preciso distinguir empiricamente entre efeitos de coorte e variações na variável confiança (cf. Robinson & Jackson, 2001; Smith, 1997). Yamagishi *et al.* (1999) também julgam difícil decidir se o que parece ser um declínio na proporção de entrevistados que confiam na maioria das pessoas deve ser atribuído a um declínio da confiança generalizada, ou se trata simplesmente do reflexo de um aumento de cautela dos respondentes.

Um método que parece estar mais próximo das teorias sobre confiança é aquele adotado nos cenários experimentais (cf. Yamagishi, 1998). Os objetivos de surveys e métodos experimentais podem ser diferentes, pois estes costumam ter por alvo principal testar teorias, ao passo que aqueles buscam generalizações. As teorias citadas acima sobre a relação entre confiança e outras variáveis relacionadas com o capital social tratam-na em geral como uma variável comportamental, em vez de atitudinal, no sentido de que são feitas referências à teoria dos jogos, com jogos repetidos, para explicar equilíbrios diferentes em sociedades diferentes (cf. Putnam, 1993). Porém, muitas das medidas nesse campo passaram a tratá-la como variável atitudinal, ou mesmo perto de exógena. O desenho experimental da pesquisa parece reduzir a distância eventual entre teoria e variáveis medidas, tendo em vista que se concentra no comportamento, em vez de em atitudes. O outro hiato que parece ser reduzido é aquele entre o comportamento declarado e o real. Yamagishi (1998) concluiu que um jogo do dilema do prisioneiro padrão pode não ser suficiente para avaliar as medidas de confiança, mas sim o que é chamado de jogo do ditador.

Glaeser *et al.* (2000) combinam as questões padrões de survey e um cenário experimental em que se testa o comportamento confiante dos participantes. É bem

interessante observar que o survey se sai melhor na previsão da confiabilidade dos participantes do que na de seu comportamento confiante. As questões do GSS sobre confiança parecem ser capazes de dizer se é possível confiar nos participantes em um jogo de confiança, mas não se eles realmente confiam nos outros. A experiência realizada por Glaeser *et al.* revelou poucas provas da importância da confiança em nível individual para a criação de capital social. Somente duas questões do survey feitas antes do experimento real foram capazes, em certa medida, de prever o comportamento no jogo da confiança; ambas eram sobre estranhos e não pertenciam ao GSS. Para os autores, a confiança ainda pode ser uma variável importante para o capital social em um nível agregado (Glaeser *et al.*, 1999). Porém, o cenário experimental permitiu que pessoas que se conheciam entrassem juntas na experiência e os participantes do experimento interagiam abertamente em pares (não eram anônimos uns para os outros), o que permitiu interações pós-experimentais, inclusive sanções. Portanto, a confiança generalizada não foi realmente testada na situação experimental, mas somente no survey.

Isso parece contradizer algumas das conclusões de Yamagishi *et al.* (2000), nas quais uma escala de confiança interpessoal parece prever razoavelmente bem o comportamento em um jogo de confiança. A escala de seis itens de confiança elaborada por Yamagishi e Yamagishi (1994) é diferente dos itens do GSS e inclui as variáveis confiabilidade dos outros, confiança generalizada, bondade dos outros, comportamento (recíproco) esperado dos outros e honestidade dos outros.

A diferença entre comportamento declarado e real é um problema clássico dos surveys (cf. Glaeser *et al.*, 2000; LaPierre, 1934). Para alguns pesquisadores, esse tipo de questão ampla reflete a sociedade em torno do respondente, em vez de sua opinião. No nível cognitivo, algumas pesquisas psicológicas afirmam que os respondentes podem nem ter consciência de certas inclinações e comportamentos, ou podem não querer declará-los porque são socialmente indesejáveis (cf. Belson, 1981). Realizaram-se alguns testes, os assim chamados testes de associação implícita, para detectar e medir esse tipo de variáveis amplas, onde se pode incluir a confiança generalizada, que se supõem refletir o comportamento, em vez das atitudes declaradas (cf. Banaji e Hardin, 1996, por exemplo). Seria interessante aplicar esses testes até mesmo a uma variável como a confiança interpessoal.

Hayashi *et al.* (1999) descobriram que há diferenças em como os indivíduos agem em situações do tipo do dilema do prisioneiro que podem advir dos níveis diferentes de altruísmo ou da natureza cooperativa dos indivíduos. Mas eles também descobriram diferenças em nível agregado, em que alguns participantes pareciam interpretar o dilema como se fosse um jogo de segurança e tendiam a cooperar mesmo quando a cooperação não era lógica (Hayashi *et al.*, 1997). O estudo incluiu uma comparação entre culturas que expôs diferentes motivações por trás do comportamento cooperativo em um dilema do prisioneiro. Para o grupo

japonês, a interpretação do dilema como um jogo de segurança deveu-se a um sentimento de controle do comportamento da contraparte (Hayashi *et al.*, 1997). Embora os autores interpretem a cooperação dos participantes americanos como causada por um nível mais alto de confiança generalizada nos outros e, portanto, uma inclinação maior a cooperar, esses resultados podem indicar que até mesmo os estudos experimentais devem ter cautela ao interpretar culturas diferentes.

Porém, Yamagishi (1998) sustenta que o dilema do prisioneiro pode não se adaptar para medir a confiança em um estudo experimental. Os participantes que jogam de acordo com uma estratégia de olho por olho em um dilema do prisioneiro repetido não confiam necessariamente na contraparte quando ocorre a cooperação, mas simplesmente agem de acordo com o último movimento da contraparte. Nem mesmo os dilemas do prisioneiro de um único lance estão livres de armadilhas, segundo Yamagishi (1998), porque a cooperação, que não é racional, poderia depender do altruísmo ou de normas sociais que obriguem a cooperar nesses tipos de situações, o que não estaria ligado à confiança. Devido à dificuldades de separar as outras motivações do ato efetivo de confiança, inventou-se o jogo do ditador benevolente (Yamagishi, 1998).

Um exemplo de jogo da confiança é proposto por Berg *et al.* (1995). A experiência consiste na escolha entre dois conjuntos diferentes de retorno (payoff), um com um retorno “seguro” e o outro com um retorno maior, mas incerto. Para ter acesso ao retorno maior, os participantes terão de confiar que a contraparte, deles desconhecida, irá cooperar e devolver a confiança depositada. Os retornos no jogo não estão estabelecidos, ou seja, diz-se aos primeiros a jogar que podem escolher qualquer (ou nenhuma) quantia de suas dez moedas experimentais para passar ao outro grupo desconhecido (com o qual não podem se comunicar) onde a quantia triplica. Os segundos a jogar podem então escolher quanto (ou nada) querem mandar de volta aos primeiros.

O equilíbrio de Nash<sup>5</sup> desse jogo não é confiar no outro, mas os ganhos potenciais são postos de tal forma que a opção de confiar tem um retorno potencialmente maior se o outro decide devolver a confiança. No entanto, Berg *et al.* (1995) descobriram que alguns escolheram confiar e devolver a confiança de qualquer forma e sugerem que as normas sociais governam o comportamento dos participantes.

Os estudos experimentais comparativos de Yamagishi e seus associados não encontraram diferenças em níveis de confiabilidade entre estudantes japoneses e americanos. A confiabilidade, no jogo do ditador benevolente, a capacidade de redistribuir a quantia de dinheiro passada adiante de um modo equitativo, é

---

<sup>5</sup> “Em um equilíbrio de Nash, nenhum jogador tem incentivo para mudar sua estratégia unilateralmente. [...] A pura competição desses jogos estimula os jogadores a adotar estratégias tais que ninguém pode explorar o outro.” (Sanders, 1994, p.73).

considerada um traço de personalidade e distribuída aleatoriamente, ao passo que o ato de confiar depende das diferenças de confiança generalizada entre as sociedades. Na experiência de Yamagishi (1998), os participantes foram divididos em subgrupos menores em que eles tinham a possibilidade de discutir como agir em um dilema, a fim de obter algum conhecimento sobre seus colegas de experiência. As escolhas feitas nos experimentos eram completamente anônimas, para que os participantes não soubessem quem eram seus pares no grupo para recompensa. Os subgrupos talvez tenham aumentado levemente o nível de cooperação, mas mesmo nesse caso, há a possibilidade de que outras variáveis que não a confiança tenham intervindo na decisão, tais como altruísmo e aversão ao risco, por exemplo, mas há a possibilidade de controlar essas variáveis.

Se uma medida é relativamente robusta, ela deve ser capaz de prever também o comportamento, se essa é a intenção da questão. Mesmo que a confiança seja vista como uma variável ligada à personalidade do indivíduo, ela apresenta um pouco menos de interesse para os cientistas sociais se não tiver nenhum reflexo sobre o comportamento dos indivíduos. Para Yamagishi (1998), que realizou muitas pesquisas nesse campo usando métodos tanto experimentais quanto surveys, os dois se completam, pois sozinhos não são totalmente satisfatórios.

### ***Discussão conclusiva***

A confiança é uma variável usada de modo tão amplo que também ganhou uma grande variedade de definições. Seus componentes fundamentais seriam risco, informação, expectativas em relação ao comportamento da contraparte, a possibilidade de obter confiança dos outros e a possibilidade de ter um retorno maior se confiar. A confiança nem sempre é totalmente racional, mas do ponto de vista analítico, a definição de Levi (1998) parece apropriada ao dizer que a confiança é “racional e relacional”, relacional enquanto depende de em quem se deve confiar. Porém, quando se trata de surveys, quando não se fornece nenhuma definição, são as definições de confiança dos respondentes que são usadas para responder à questão. A ciência política, em muitos casos, parece basear-se em mensurações e escalas que derivam de outras disciplinas e com definições às vezes diferentes (cf. por ex. Rosenberg, 1958; Putnam, 1995; Couch & Jones, 1997). O tratamento da confiança como parte de um traço de personalidade (misantropia/filantropia) gerou as questões amplamente difundidas sobre confiança entre os cientistas sociais que, em geral, parecem encontrar sua relevância teórica como variáveis comportamentais. A personalidade enquanto tal não interessa, mas sim os efeitos sobre o comportamento: confiar ou não confiar. O ponto de vista comportamental continua provavelmente sendo o mais influente na ciência política (cf. Kramer, 1999).

Há várias armadilhas na questão da confiança, tanto teóricas quanto práticas. É importante lembrar os efeitos de formulação e contexto que existem (Smith, 1997). Esses dois fatores tornam difíceis as comparações entre culturas e ao longo do tempo. No World Value Survey (Inglehart, 1997), Japão e China obtêm resultados relativamente altos na questão sobre confiança do GSS, embora Yamagishi e seus associados (Yamagishi *et al.*, 1999, por exemplo) tenham afirmado em várias ocasiões que o Japão é uma sociedade de confiança baixa e que é necessário distinguir entre confiança e segurança. Sob essa luz, o alto escore do Japão talvez se deva ao fato de os japoneses interpretarem a questão da confiança como se fosse de segurança (cf. Miller e Mitamura, a sair). A incerteza que está por trás desses resultados torna duvidoso usar a questão sobre confiança do GSS isoladamente. Outros cientistas políticos não vêem qualquer problema com a questão (por ex., Uslaner, 1999). Mas embora muita pesquisa de ciência política sobre confiança tenha usado a pesquisa psicológica como ponto de partida, nem sempre se deu a devida atenção à quantidade de pesquisas feitas pelas ciências comportamentais sobre mensurações e a composição de índices de confiança generalizada (por ex., Couch & Jones, 1997).

O método experimental parece oferecer uma alternativa teórica mais rigorosa. A possibilidade de falsificação da teoria é testada dessa forma, e mesmo que uma teoria inteira não possa ser falsificada, podem-se encontrar importantes armadilhas e incompletudes. Como diz Yamagishi (1998), o método experimental pesquisa as generalizações da teoria, enquanto que a metodologia de survey pesquisa a generalização dos resultados empíricos. Jogos de confiança, tais como o do ditador benevolente, observam a propensão a depositar confiança em um desconhecido.

Porém, parece ser possível afirmar níveis de confiança generalizada e observar diferenças de nível individual e agregado (cf. Yamagishi, 1998). Mas é preciso uma certa cautela para interpretar resultados baseados apenas numa única questão em um survey sobre confiança generalizada. Smith (1997) mostra como os resultados da questão de survey sobre confiança variam em vários pontos percentuais conforme a formulação da pergunta e como dependem das perguntas anteriores às questões sobre confiança. A pergunta “Falando em geral, você diria que a se pode confiar na maioria das pessoas ou que é preciso ter muita cautela ao tratar com as pessoas?” também é tão ampla que poderia ser problemática do ponto de vista cognitivo, pois o entrevistado tem de lembrar de toda uma vida de experiências para dar uma resposta e, portanto, é mais difícil de avaliar. Os estudiosos observaram também a falácia lógica da formulação da questão: em vez de ter confiança num extremo e não-confiança no outro, temos cautela, que não pertence ao mesmo fator de confiança (Robinson & Jackson, 2001; Yamagishi, 1998).

No que tange às teorias sobre capital social, a confiança generalizada importante é aquela relacionada com os outros desconhecidos e, portanto, pode haver um problema de especificação quando os entrevistados respondem a questão sobre confiança generalizada pensando em pessoas que conhecem e assim, respondem a uma questão sobre segurança, tal como diz Yamagishi (1998). Isso seria problemático se a confiança declarada dos respondentes apresentasse um viés, chamando de “maioria das pessoas” aquelas que conhecem de maneira sistêmica. As investigações empíricas preliminares sugerem que pode haver um viés sistêmico no modo como “maioria das pessoas” é interpretado (Miller e Mitamura, a sair). Glaeser *et al.* (1999) concluíram que a questão de survey sobre confiança citada acima parece ter melhor desempenho na previsão da confiabilidade dos respondentes do que na sua inclinação para confiar nos outros. Outra fraqueza advém da incerteza de se a questão mede a confiabilidade dos outros, como uma projeção da confiabilidade do entrevistado, ou se mede realmente a propensão a confiar nos outros. Para Miller e Mitamura (a sair), os vieses sistêmicos encontrados por eles nos testes empíricos da questão padrão sobre confiança do GSS são suficientes para questionar potencialmente os resultados das pesquisas anteriores sobre confiança generalizada.

O índice de survey proposto por Yamagishi e Yamagishi (1994) também parece se sair relativamente bem na previsão do comportamento em situações experimentais. Em vez de basear as interpretações sobre confiança generalizada em uma única questão, com todas as fraquezas que advêm disso, o uso de um índice parece mais indicado. O índice é menos sensível aos efeitos de contexto e formulação e, portanto, apresenta menos viés (Smith, 1997). Pode parecer um tanto irônico que a disciplina que inventou as escalas de confiança generalizada continuou a desenvolvê-las e a aumentar o número de itens presente em seus índices, ao passo que isso não aconteceu com a mesma intensidade na ciência política.

A mensuração comportamental da confiança com modelos experimentais, usando jogos do ditador benevolente ou outros modelos (cf. Bohnet *et al.*, 2001), parece mais robusta, mas com objetivos diferentes do que aqueles usualmente impostos por surveys. Uma combinação de surveys e métodos experimentais aumentaria a acuidade da interpretação dos resultados e provavelmente melhoraria a validade das conclusões. E até que seja aplicado nos surveys um modelo de mensuração da confiança generalizada isento suficientemente de vieses, haverá sempre o risco de uma sombra de dúvida sobre a validade dos resultados obtidos com uma única questão.

BIBLIOGRAFIA

- BACHARACH, M & GAMBETTA, D. (2000) Trust in Signs. In: COOK, Karen (ed.) *Social Structure and Trust*. Nova York, Russell Sage Foundation.
- BANAJI, M. R. & HARDIN, C. D. (1996) Automatic stereotyping. *Psychological Science*, 7: 136 - 141.
- BELSON, W R. (1981). *The Design and Understanding of Survey Questions*. Ashgate, Adlershot.
- BOHNET, I., FREY, B. & HUCK, S. More Order with Less Law: On Contract Enforcement, Trust, and Crowding. *American Political Science Review*, 131(95).
- COLEMAN, J. (1990) *Foundations of Social Theory*. Cambridge, Harvard University Press.
- COUCH, L. & JONES, W. (1997) Measuring Levels of Trust. *Journal of Research in Personality*. 31: 317-336.
- DEUTSCH, M. (1958) Trust and Suspicion. *Journal of Conflict Resolution*, 2(4): 265-279.
- FISMAN, R. & KHANNA, T. (1999) Is Trust a Historical Residue? Information Flows and Trust Levels. *Journal of Economic Behavior and Organization*, 38(1):79-92 (janeiro).
- FUDENBERG, D. & TIROLE, J. (1991) *Game Theory*. Cambridge, MIT Press.
- FUKUYAMA, F. (1995) *Trust: The Social Virtue and Creation of Prosperity*. Nova York, Free Press.
- GAMBETTA, D. (1996) *The Sicilian Mafia: The Business of Private Protection*. Londres, Harvard University Press.
- GAUTSCHI, T. (2000) History Effects in Social Dilemma Situations. *Rationality & Society*, 12(2):131-163.
- GLAESER, E., LAIBSON, D., SCHEINKMAN, J. & SOUTTER, C. (1999) What is Social Capital? The Determinants of Trust and Trustworthiness. NBER Working Paper n°. W7216.
- \_\_\_\_\_. (2000) Measuring Trust. *Quarterly Journal of Economics*, 65: 811-846 (agosto).
- GRANOVETTER, M. (1973) The Strength of Weak Ties. *American Journal of Sociology*. 78:1360-1380.
- HARDIN, R. (1997) Distrust. Russell Sage Foundation conference on Distrust, Bellagio, Itália, 13-17 outubro, disponível na internet , [http://www.russellsage.org/publications/working\\_papers\\_trust.htm](http://www.russellsage.org/publications/working_papers_trust.htm) [6 de agosto de, 2001].
- \_\_\_\_\_. (1999) Do we want trust in government? In: WARREN, M. (ed.) *Democracy & Trust*. Cambridge, Cambridge University Press.
- HAYASHI, N., OSTROM, E., WALKER, J. & YAMAGISHI, T. (1999) Reciprocity, Trust and the Sense of Control: A Cross-Societal Study. *Rationality & Society*, 11(1):27-47.
- HOOGHE, M. (2000) Value Congruence within Voluntary Associations. A Social Psychological Extension of Social Capital Theory. Trabalho preparado para apresentar na Reunião Anual de 2000 da American Political Science Association, Washington, D. C., 31 de agosto-3 de setembro.
- HWANG P. & BURGERS, W. (1997) Properties of Trust: an analytical view. *Organizational behavior and human decision processes*, 69 (1):67-73.
- INGLEHART, R. (1997) *Modernization and Postmodernization: Cultural, Economic and Political Change in 43 Societies*. Princeton, Princeton University Press.

- \_\_\_\_\_. (1999) Trust, well-being and democracy. In: WARREN, M. (ed.) *Democracy & Trust*. Cambridge, Cambridge University Press.
- JONES, G. (1998) The experience and evolution of trust: implications for cooperation and teamwork. *Academy of Management Review*, julho.
- KRAMER, R. (1999) Trust and distrust in organizations: Emerging perspectives, enduring questions. *Annual Review of Psychology*.
- KROSNICK, J. (1999) Survey Research. *Annual Review of Psychology*.
- LAPIERRE, R. (1934) Attitudes and Actions. *Social Forces*, 13: 333-338.
- LA PORTA, R., LOPEZ-DE-SILANES, F., SHLEIFER, A. & VISHNY, R. (1997) Trust in Large Organizations. *American Economic Review*, 87: 333- 38 (maio).
- LEVI, M. (1998) A State of Trust. In: LEVI, M. & BRAITHWAITE, V. (eds.) *Trust and Governance*. Nova York, Russell Sage Foundation.
- LIN, N. (2000) Social Capital: Social Networks, Civic Engagement, or Trust? Trabalho apresentado no workshop sobre Capital Social, Departamento de Sociologia, Universidade de Trento, 19-20 de outubro, Trento, Itália.
- LUHMAN, N. (1979) *Trust and Power*. Nova York, Wiley.
- MILLER, A. & MITAMURA, T. A sair. *Are Surveys on Trust Trustworthy?* Nova York, Russell Sage Foundation.
- OSTROM, E. (1998) A Behavioral Approach to the Rational Choice Theory of Collective Action. *American Political Science Review*, 92 (março).
- PAXTON, P. (1999) Is Social Capital Declining in the United States? A Multiple Indicator Assessment. *American Journal of Sociology*, 105: 88-127.
- PUTNAM, R. (1993) *Making Democracy Work - Civic Traditions in Modern Italy*. Princeton, Princeton University Press.
- \_\_\_\_\_. (2000) *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. Nova York, Simon & Schuster.
- ROBINSON, R. & JACKSON, E. (2001) Is Trust in Others Declining in America?: An Age-Period-Cohort Analysis. *Social Science Research*, 30: 117-145.
- ROSENBERG, M. (1956) Misanthropy and political ideology. *American Sociological Review*, 21: 690-95.
- ROTHSTEIN, B. (2000a) Social Capital and Institutional Legitimacy. Trabalho preparado para apresentar na Reunião Anual de 2000 da American Political Science Association, Washington, D.C., 31 de agosto-3 de setembro.
- \_\_\_\_\_. (2000b) Trust, Social Dilemmas and Collective Memories, Trabalho preparado para apresentar na Reunião Anual de 2000 da American Political Science Association, Washington, D.C., 31 de agosto-3 de setembro
- SABETTI, F. (2000) *The Search for Good Government: Understanding the Paradox of Italian Democracy*. Montreal e Kingston, McGill-Queen's University Press.
- SANDERS, D. (1995) Behavioural Analysis. In: MARSH, D. & STOKER, G. *Theory and Methods in Political Science*. Londres, Macmillan Press Ltd.
- SMITH, T. (1997) Factors Relating to Misanthropy in Contemporary American Society. *Social Science Research*, 26:170-196.

STOLLE, D. 1998. Bowling together, bowling alone: the development of generalized trust in voluntary associations. *Political Psychology*, 19:497-525.

USLANER, E. (1999) Democracy and Social Capital. In: WARREN, M. (ed.) *Democracy & Trust*. Cambridge, Cambridge University Press.

YAMAGISHI, T. & YAMAGISHI, M. (1994) Trust and commitment in the United States and Japan. *Motivation and Emotion*, 18(2): 129-166.

YAMAGISHI, T., KIKUSHI, M. & KOSUGI, M. (1999) Trust, Gullibility and Social Intelligence. *Asian Journal of Social Psychology*, 2(1): 145-161.

YAMAGISHI, T. (1998) *Trust and Social Intelligence: The Evolutionary Game of Mind and Society*. Tóquio, Tokyo University Press.

*Recebido para publicação em fevereiro de 2002  
Tradução e publicação autorizadas pela autora  
Tradução de Pedro Maia Soares*

# *O efeito do contexto e posição da pergunta no questionário sobre o resultado da medição*

---

**Alberto Carlos Almeida**

Universidade Federal Fluminense

---

## **Resumo**

Este artigo aborda um tema tradicional dos erros de medição, o questionário e, mais especificamente, a posição da pergunta no questionário. Veremos que perguntas idênticas, ou muito semelhantes, podem levar a resultados completamente diferentes dependendo da posição da pergunta no questionário e, adicionalmente, do assunto tratado pelo questionário. O artigo mostra que uma mesma pergunta, sobre a memória do voto em Benedita da Silva, uma política negra do Partido dos Trabalhadores, obteve resultados muito diferentes em pesquisas semelhantes em tudo, excetuando-se os seus respectivos temas e a posição desta pergunta no questionário.

**Palavras-chave:** Erro de medição, metodologia, construção de questionário, memória do voto

## **Abstract**

This article focus on a traditional issue of measurement error, the questionnaire and, more specifically, the question position. One will see that identical questions, or very similar ones, can lead to totally different results, depending on the question position on the questionnaire and, in addition, on the issue. This article shows that the same question about the voting memory in Benedita da Silva, a black woman, politician of the Worker's Party, has obtained very different results in very similar surveys, except for the position question on their questionnaires.

**Key words:** Error of measurement, methodology, question building, voting memory

Este artigo aborda um tema tradicional dos erros de medição, o questionário e, mais especificamente, a posição da pergunta no questionário. Será visto que perguntas idênticas, ou muito semelhantes, podem levar a resultados completamente diferentes dependendo da posição da pergunta no questionário e, adicionalmente, do assunto tratado pelo questionário. Veremos que uma mesma pergunta, sobre a memória do voto em Benedita da Silva, obteve resultados muito diferentes em pesquisas semelhantes em tudo, excetuando-se os seus respectivos temas e a posição desta pergunta no questionário. Este artigo é, portanto, um case metodológico, uma ilustração prática de um erro não-amostal, um erro de medição<sup>1</sup>.

### ***Controlando possíveis variáveis explicativas da variação dos resultados***

Para que seja possível afirmar com um mínimo de certeza que perguntas semelhantes ou idênticas, levam a resultados totalmente diferentes dependendo do tema da pesquisa e da posição da pergunta no questionário, é preciso controlar as demais possíveis variáveis explicativas de tal variação. Assim, antes mesmo de apresentar as perguntas e suas formulações cumpre apresentar as principais características técnicas das duas pesquisas que foram utilizadas para este experimento. As duas pesquisas a que me refiro são as pesquisas DataUff-CEAP e DataUff-luperj, e suas principais características técnicas estão na Tabela 1 abaixo. Estas características referem-se ao levantamento de dados realizado no município do Rio de Janeiro<sup>2</sup>.

**TABELA 1**  
***Características das duas pesquisas para o Município do Rio de Janeiro***

	<i>DataUff-CEAP</i>	<i>DataUff-luperj</i>
Tema da pesquisa	Relações raciais	Comportamento político
Tamanho da amostra	418	496
Tipo de amostra	Probabilística	Probabilística
Técnica de entrevista	Domiciliar	Domiciliar
Duração aproximada da entrevista	1 hora	1 hora
Número de perguntas	210	310
Período de realização	29/01/00 a 12/04/00	02/08/00 a 01/10/00
Período de realização de 95% das entrevistas	29/01/00 a 11/04/00	08/08/00 a 09/09/00

<sup>1</sup> Há uma bibliografia extensa, em língua inglesa, sobre erro não amostral e erros oriundos de formulação de questionário. Recomendo como ponto de partida Lessler, J. T. e Kalsbeek, W. D., Nonsampling Error in Surveys, John Wiley and Sons, Nova Iorque, 1992, Schuman H. e Presser, S., Questions and Answers in Attitude Surveys: Experiments on Question Form, Wording and Context, Academic, Nova Iorque, 1981, e Sudman, S. e Bradburn, N. M., Asking Questions, Jossey-Bass, São Francisco, 1982. Há um rico material sobre o assunto na página na Internet do General Social Survey ([www.norc.uchicago.edu](http://www.norc.uchicago.edu)), particularmente papers de Tom Smith que versam em sua maioria sobre análise de questionários.

<sup>2</sup> A pesquisa DataUff-CEAP foi feita em todo o Estado do Rio de Janeiro e a pesquisa DataUff-luperj apenas no município do Rio de Janeiro. Assim, para efeito desta comparação, foram excluídos os casos da pesquisa DataUff-CEAP que não dizem respeito a este município.

Como se pode perceber, metodologicamente as duas pesquisas são muito semelhantes: as amostras são praticamente idênticas para o município do Rio de Janeiro, e a técnica de levantamento de dados também. Diferenças pequenas podem ser encontradas no tamanho da amostra, que é um pouco maior na pesquisa DataUff-luperj, e no período de realização do trabalho de campo. Enquanto a maior parte das entrevistas tomou 1 mês na segunda pesquisa, na primeira esta duração foi de pouco mais de 3 meses.

As maiores diferenças dizem respeito ao tema das pesquisas, e à distância/proximidade da pesquisa em relação às eleições municipais realizadas em outubro de 2000. O tema da pesquisa DataUff-luperj foi comportamento político e questões correlatas, e a pesquisa foi realizada durante a campanha eleitoral de 2000, coincidindo inclusive com o período de propaganda eleitoral “gratuita” no rádio e na televisão. Por outro lado, a pesquisa DataUff-CEAP ocorreu no início do ano de 2000, distante portanto das eleições, quando sequer as candidaturas estavam oficializadas, e o tema foi relações raciais. Eram poucas as perguntas sobre política nesta pesquisa.

A comparação entre as duas pesquisas é possível porque há perguntas idênticas, ou muito semelhantes, nos dois questionários. Uma delas, importante para realizar inferências acerca do suposto “voto racial”, pergunta ao entrevistado se ele já havia votado alguma vez em Benedita da Silva, conhecidamente uma figura de destaque no PT, e que emergiu politicamente com o lema “mulher, negra e favelada”. As perguntas foram assim formuladas nas pesquisas:

*Pesquisa DataUff-CEAP:*

- O(A) Sr(a) já votou alguma vez em Benedita da Silva?

*Pesquisa DataUff-luperj:*

- Agora vou dizer o nome de alguns políticos, e gostaria que o(a) Sr(a) me dissesse se já votou alguma vez neles. O(A) Sr(a) já votou alguma vez na Benedita da Silva?

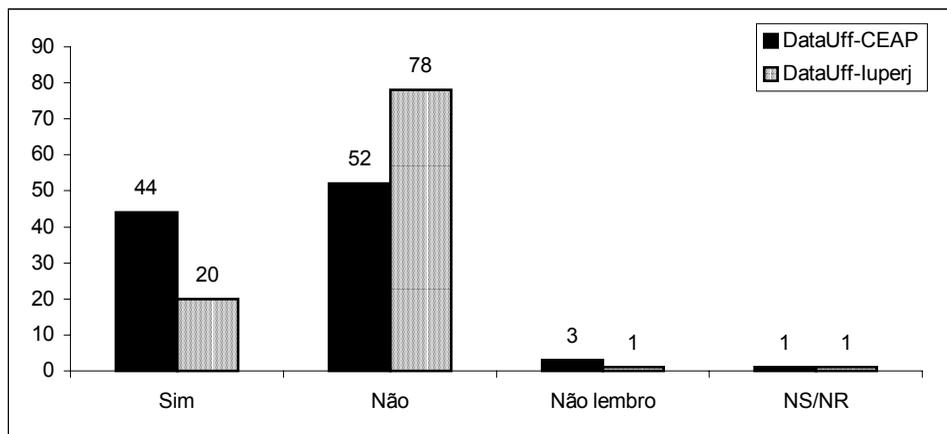
No caso da pesquisa DataUff-CEAP esta pergunta estava localizada na parte final do questionário, no último terço. Ao contrário, na pesquisa DataUff-luperj esta pergunta estava no primeiro terço do questionário, nesta pesquisa a Benedita da Silva era de fato a primeira pessoa da lista de políticos para os quais se perguntou se o entrevistado já havia votado alguma vez.

Como se pode notar, a redação de ambas as perguntas é muito semelhante, e a principal diferença diz respeito realmente à posição das mesmas nos respectivos questionários, e ao contexto no qual as perguntas foram formuladas, no primeiro caso depois de realizadas inúmeras perguntas sobre relações raciais, racismo e temas congêneres, e no segundo caso durante um processo eleitoral, e realizada após a formulação de algumas perguntas sobre política.

Como pode ser visto no Gráfico 1, o resultado para esta pergunta em cada uma das pesquisas é bastante diferente.

**GRÁFICO 1**

**Resultados para a pergunta: O(A) Sr(a) já votou alguma vez em Benedita da Silva? – Município do Rio de Janeiro (%)**



Na pesquisa sobre relações raciais, o percentual de pessoas que afirmam já ter votado em Benedita da Silva é mais de duas vezes maior do que o percentual da mesma resposta quando a pesquisa tem a política como tema. Por outro lado, algo em torno de 50% dizem nunca ter votado em Benedita quando o contexto de aplicação da pergunta é a pesquisa de relações raciais, enquanto que quase 80% afirmam nunca ter votado nela na outra pesquisa. A enorme disparidade entre os resultados pode significar que apenas uma das duas pesquisas tem uma medição válida para esta variável, ou nenhuma das duas apresenta esta característica.

Com se tratam de apenas duas pesquisas, uma para cada tipo de pergunta, foram geradas 100 estatísticas (por meio de números aleatórios) para cada uma das pesquisas (portanto, 200 no total) dentro dos limites do erro amostral (mais ou menos 5 pontos percentuais). O resultado deste exercício é apresentado na tabela 1 abaixo.

**TABELA 2**

**Simulação de resultados de pesquisas**

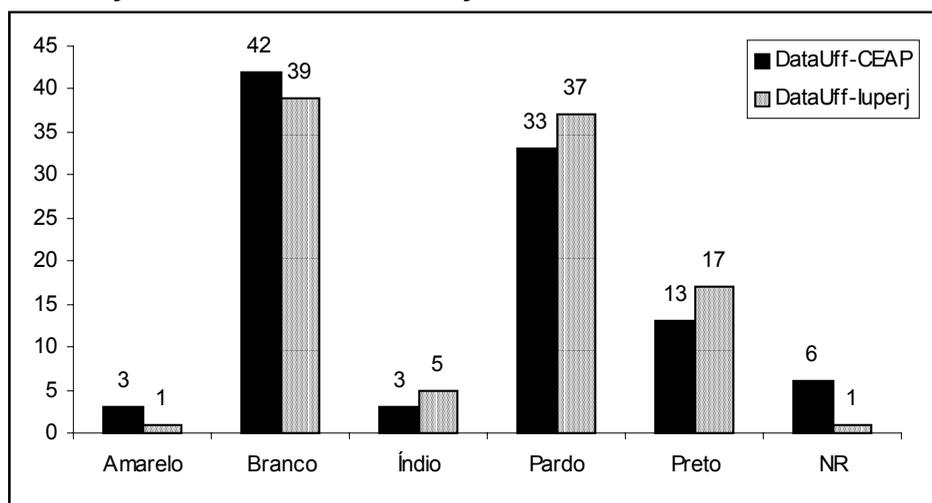
Simulação	Média	Desvio padrão
DataUff- Ceap	43,43	2,99
DataUff-luperj	19,68	2,93

O teste de diferenças entre médias apresenta uma estatística F muito grande e altamente significativa, indicando o que já se esperava: a diferença nos percentuais das respostas não pode ser atribuída à variação causal.

É interessante notar que, quando foi solicitado ao entrevistado para se auto-classificar nas definições de cores do IBGE a diferença entre as pesquisas ficou rigorosamente dentro do erro amostral (Gráfico 2)<sup>3</sup>. Além disso, de acordo com o esperado, uma simulação equivalente à apresentada na Tabela 1 não resulta em uma estatística F significativa para este caso.

### **GRÁFICO 2**

#### ***Auto-classificação do entrevistado nas definições de cores do IBGE***



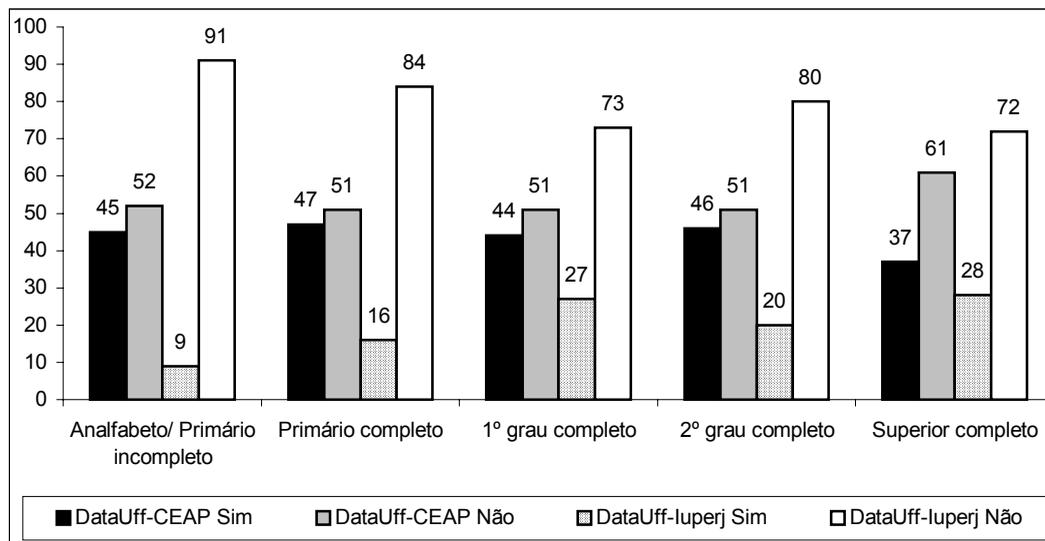
Na primeira pesquisa a pergunta sobre a auto-classificação da cor no critério IBGE estava no início do questionário, enquanto na segunda pesquisa esta pergunta se encontrava no final. Uma hipótese explicativa para as diferenças entre as duas perguntas, comparando-se as pesquisas, é que na pergunta sobre o voto em Benedita da Silva o entrevistado procurou responder, na pesquisa sobre relações raciais, algo que agradasse ao entrevistado, que fosse socialmente aceitável no contexto daquela pesquisa. Nesta pergunta, diferentemente da que trata da auto-classificação de cor, não há como o entrevistado conferir a validade da resposta, não há como saber se realmente o entrevistado já havia votado em Benedita da Silva. Note-se, todavia, que isto é apenas uma hipótese.

<sup>3</sup> Isto acontece também em outras perguntas que constaram dos dois questionários. Alguns exemplos são as perguntas sobre escolaridade, ocupação, religião e preferência partidária.

Os dados comparativos revelam que os menos escolarizados da pesquisa sobre relações raciais, buscaram em maior proporção a resposta afirmativa do que a mesma faixa de escolaridade na outra pesquisa (Gráfico 3).

**GRÁFICO 3**

**Resultados para a pergunta: O(A) Sr(a) já votou alguma vez em Benedita da Silva? por nível de escolaridade – Município do Rio de Janeiro (%)**



\* As somas dos percentuais das respostas sim e não, não totaliza 100% porque foram excluídas da tabela as respostas não lembro e aqueles que não quiseram responder à pergunta.

Há várias diferenças importantes que merecem ser destacadas. A primeira é que na pesquisa sobre relações raciais as diferenças entre os percentuais de quem responde sim (ou não) por faixa de escolaridade são praticamente inexistentes da escolaridade mais baixa até o 2º grau completo, e pequena (9%) entre estas escolaridades e os de grau superior. Na pesquisa que trata de política, pelo contrário, há uma enorme variação: o percentual de eleitores de Benedita da Silva cresce muito com a escolaridade e marca uma diferença de 20% entre as duas faixas extremas de instrução!

A segunda diferença importante é que na pesquisa sobre relações raciais os de escolaridade superior tendem a votar menos na Benedita do que os de escolaridade mais baixa, é o oposto que ocorre na outra pesquisa, particularmente quando se compara os que têm superior completo com as duas faixas de escolaridade mais baixas.

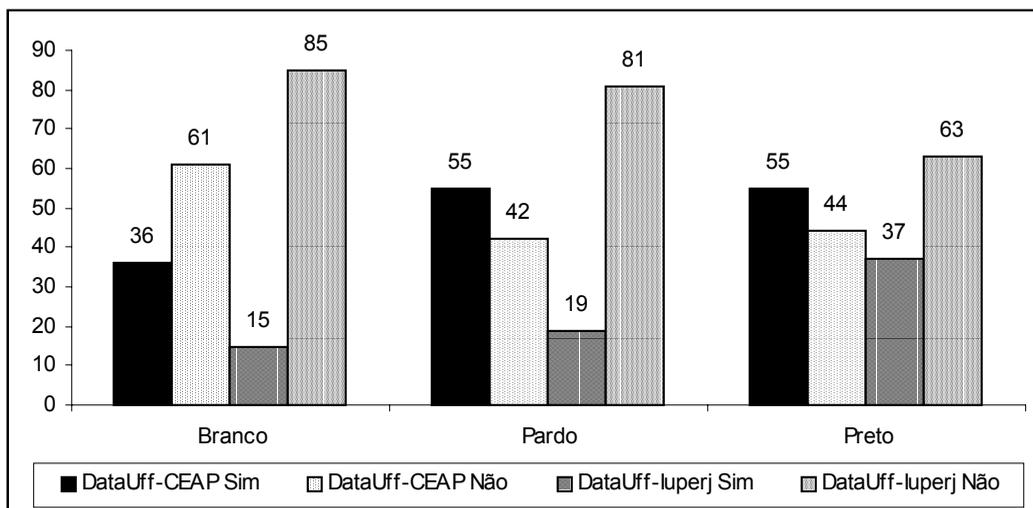
Por fim, a diferença entre os que responderam sim na faixa de escolaridade mais baixa é de mais 34% na pesquisa DataUff-CEAP. Esta diferença vai caindo

com o aumento da escolaridade e atinge o seu mínimo (9%) junto aos que têm curso superior completo.

Como se sabe, existe correlação entre cor e nível de escolaridade. Na média, os brancos tendem a ter escolaridade mais elevada do que pretos e pardos. Assim, as diferenças apontadas na tabela acima se refletem no voto em Benedita da Silva por cor, como pode ser observado no Gráfico 4.

**GRÁFICO 4**

**Resultados para a pergunta: O(A) Sr(a) já votou alguma vez em Benedita da Silva? por cor auto-declarada do entrevistado – Município do Rio de Janeiro (%)**



\* As categorias amarelo e índio foram eliminadas para efeito deste cruzamento por apresentarem um número muito pequeno de casos em ambas as pesquisas. Mais uma vez, pelas mesmas razões indicadas acima as somas dos percentuais das respostas sim e não, não totaliza 100%

Para as três cores/raças, o percentual daqueles que declaram já ter votado alguma vez em Benedita é bem maior na pesquisa sobre relações raciais do que na pesquisa sobre política. Mais interessante, este percentual é 21% maior junto aos brancos, 18% no grupo dos pretos, e 36% mais elevado junto aos pardos. A rigor, isto significa que dependendo da pesquisa escolhida, obtém-se duas conclusões opostas:

Pesquisa DataUff-CEAP: os pardos tendem a votar de maneira muito semelhante aos pretos. Para as duas cores, 55% disseram já ter votado em Benedita da Silva, ao passo que esta foi a resposta para apenas 36% dos brancos.

Pesquisa DataUff-luperj: os pardos tendem a votar de maneira muito semelhante aos brancos. No caso dos pardos, 19% disseram já ter votado em Benedita da Silva percentual estatisticamente idêntico aos 15% dos brancos que

responderam sim a esta questão. Por outro lado, esta foi a resposta para 37% dos pretos.

O que as duas pesquisas mostram – e há de fato convergência quanto a isto – é que há diferenças importantes entre a proporção de brancos e pretos que votam em Benedita da Silva.

Como afirmado acima, uma das hipóteses explicativas para a grande diferença, entre as pesquisas, dos resultados da pergunta sobre o voto em Benedita da Silva é a da resposta socialmente aceitável. Se isto for verdade, então para esta medição a pesquisa DataUff-luperj seria a mais adequada. Não há como testar de forma adequada esta hipótese. O máximo que se pode fazer é avaliar se na pesquisa DataUff-luperj a posição da pergunta no questionário pode ter influenciado a resposta. Caso haja indícios de que isto não aconteceu, a hipótese da resposta socialmente aceitável em uma pesquisa sobre relações raciais fica fortalecida.

Na pesquisa DataUff-luperj, antes de ser realizada a pergunta sobre se já havia votado antes em Benedita, foram feitas 36 perguntas na seguinte ordem:

- Três perguntas sobre a disponibilidade do entrevistado de ser encontrado em casa;
- Quatro perguntas sobre título de eleitor, local onde vota, se votou na última eleição, se pretendia votar naquela eleição;
- Seis perguntas sobre a situação geral do Brasil, maior problema e situação econômica;
- Duas perguntas sobre intenção de voto para prefeito do Rio de Janeiro;
- Uma pergunta sobre rejeição a candidatos a prefeito do Rio de Janeiro;
- Cinco perguntas de avaliação de desempenho de governantes, sendo 3 destas sobre o presidente;
- 15 perguntas sobre a utilização de diferentes mídias como meio de informação política.

Apenas nas perguntas sobre intenção de voto e rejeição aparecia o nome de Benedita da Silva em um disco, como uma das várias opções de resposta<sup>4</sup>. Isto quer dizer que após a realização de 20 perguntas que não mencionavam o seu nome, foi perguntado ao entrevistado se ele já havia votado alguma vez em Benedita da Silva.

---

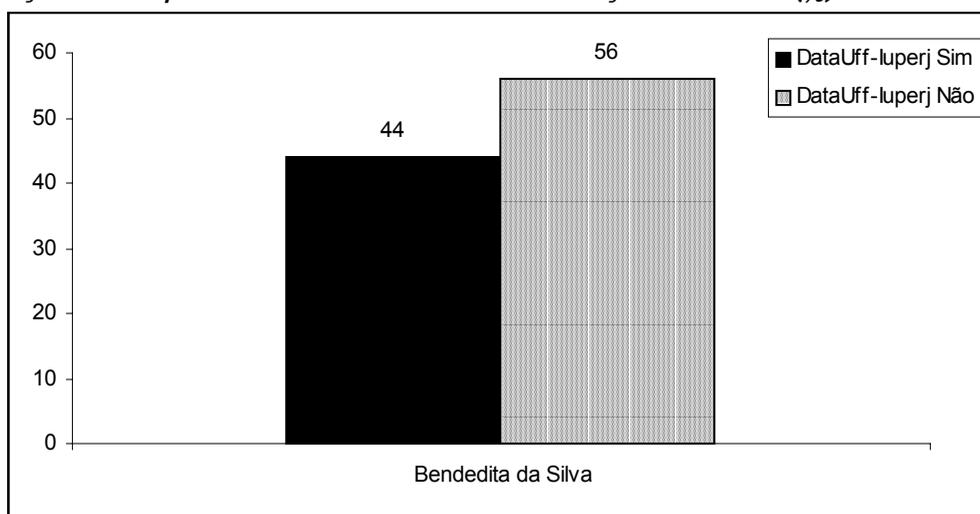
<sup>4</sup> Vale registrar que na pesquisa sobre relações raciais, o nome de Benedita da Silva aparecia pela primeira vez justamente na pergunta sobre se já havia votado nela.

Aparentemente a estrutura do questionário não tendia a sub dimensionar a resposta sim a esta pergunta. O inverso pode ter acontecido, porque o nome de Benedita tinha sido mencionado anteriormente, e porque muitos declararam que iriam votar nela nas eleições para prefeito de 2000, então poderia haver uma tendência dos entrevistados a afirmar que já haviam votado em Benedita sem ter de fato feito isto antes. Ainda assim, repito que o mais provável é que a memória sobre o voto em Benedita não tenha sido inflada.

Como afirmado acima, na pesquisa DataUff-luperj havia uma pergunta para mensurar a intenção de voto. Há a possibilidade de que aqueles que afirmaram já ter votado em Benedita, sejam os mesmos que tinham declarado que iriam votar nela na eleição de 2000. A tabela abaixo permite que esta possibilidade seja avaliada.

**GRÁFICO 5**

***Intenção de voto por voto em Benedita da Silva em eleições anteriores (%)***



Os dados mostram que há uma divisão ao meio do eleitorado de Benedita da Silva, na eleição de 2000, quando se pergunta se eles já haviam votado anteriormente nela. Isto significa que a pergunta sobre intenção de voto não tendeu a induzir as respostas na pergunta sobre em quem já havia votado.

Para finalizar esta avaliação da validade de uma medição, farei agora a comparação dos resultados das duas pesquisas com as votações que Benedita da Silva teve nas eleições majoritárias na capital. Iniciarei realizando algumas qualificações sobre os dados dos resultados eleitorais:

1. Benedita da Silva é uma política muito conhecida na cidade do Rio de Janeiro. Ela iniciou sua carreira como vereadora, foi eleita deputada federal, e disputou sua primeira eleição majoritária em 1992, concorrendo ao cargo de prefeito, e sua segunda eleição majoritária foi para uma cadeira no Senado em 1994.
2. Para efeito desta avaliação não considerarei relevante a memória do voto em eleições proporcionais. É razoável supor que há mais dificuldade de se recordar em quem se votou para um cargo legislativo do que para um cargo executivo.
3. Na eleição de 1992 Benedita da Silva teve 32,9% dos votos válidos no primeiro turno (o que equivale a 21,6% dos votos de todo o eleitorado uma vez que a abstenção foi de 13,2%). Esta votação a qualificou para disputar o 2º turno contra César Maia. No 2º turno ela teve 48,1% dos votos válidos, o que equivale a 34,5% de todo o eleitorado com a abstenção de 15,8%.
4. Em 1994 Benedita da Silva foi eleita senadora com 44% dos votos de todo o eleitorado da capital que compareceu às eleições.
5. Quando se considera a memória do voto, as três eleições majoritárias disputadas por Benedita da Silva têm características diferentes:
  - a. A primeira foi disputada oito anos antes da realização das pesquisas, e a segunda seis anos antes, ou seja, nos dois casos muito tempo se passou entre a eleição e a realização das pesquisas. O resultado esperado é que neste caso o nível de lembrança não seja grande.
  - b. Há mais chances de se recordar o voto para prefeito do que para senador. Os dados de voto em branco e voto nulo mostram que o eleitor valoriza mais a eleição para o prefeito de sua cidade do que para o Senado. O cargo de Senador é visto pelo eleitor como algo mais distante, mais intangível.
  - c. Há mais chances de se recordar do voto no 1º do que do 2º turno. Na eleição em dois turnos o eleitor escolhe o seu candidato preferido no primeiro turno. Em geral no segundo turno a lógica de escolha é diferente: ou se repete o voto no candidato do 1º turno, um percentual muito grande de eleitores faz isto quando o seu candidato passa para a 2ª rodada eleitoral, ou se escolhe o menos pior quando seu candidato preferido não vai para o 2º turno.
6. Como afirmado acima, quando um candidato passa para o 2º turno o eleitor tende a repetir o voto dado no 1º turno. A proporção daqueles que mudam de voto, atestada pelas pesquisas de opinião, é muito pequena, da ordem de 5%. Além disso, no caso de Benedita da Silva, é razoável supor que muitos dos que votaram nela em 1992 para prefeita, votaram novamente nela para senadora em 1994. Há razões para se fazer esta suposição:

- a. As duas eleições foram próximas, separadas apenas por dois anos, período este no qual Benedita da Silva permaneceu em evidência na mídia, mantendo na memória o voto de seu eleitor de 1992.
- b. Os eleitores simpatizantes do PT tendem a votar nos candidatos do PT.
- c. A derrota de Benedita para César Maia para a prefeitura foi de virada e apertada, deixando frustrados seus eleitores. A eleição de 1994 seria uma maneira de dar a vitória que Benedita não teve dois anos antes.

Realizadas estas qualificações, apresento na tabela abaixo o percentual dos que afirmaram em cada uma das pesquisas já ter votado em Benedita, e os seus votos nas eleições majoritárias que ela disputou, como proporção de todo o eleitorado da capital, ou seja, considerando-se as abstenções.

**TABELA 3**  
***Voto em Benedita da Silva em eleições majoritárias e memória do voto (%)***

<i>Eleições majoritárias</i>			<i>Já votou em Benedita</i>	
1992 (1)	1992 (2)	1994	DataUff-CEAP	DataUff-luperj
21,6	34,5	44*	44	20

*\* O percentual foi calculado sobre o total dos eleitores que compareceram às urnas no município do Rio de Janeiro. Caso tivesse sido sobre todo o eleitorado, ou seja, considerando-se abstenções, este percentual seria bem menor.*

Há uma diferença fundamental entre as duas pesquisas. Na pesquisa sobre relações raciais, o percentual daqueles que afirmam já ter votado em Benedita é maior do que os percentuais de voto da Benedita em cada eleição separadamente. No caso da outra pesquisa ocorre exatamente o oposto, esta proporção é menor do que suas votações. A pesquisa DataUff-CEAP apresentaria o resultado mais acurado caso a cada eleição o conjunto de eleitores de Benedita fosse totalmente diferente, ou ao menos muito diferente, da eleição anterior, o que significa negar a qualificação número 6 que assume que o eleitor tende a repetir o voto. Além disso, seria necessário também desconsiderar – o que é impossível – os efeitos das mudanças demográficas: falecimento de eleitores, eleitores que deixam de votar por causa da idade, e eleitores que passaram a votar depois de 1994, quando Benedita disputou sua última eleição majoritária.

Assim, os indícios apontam que a pesquisa DataUff-luperj, para esta medição em particular, é mais acurada que a pesquisa DataUff-CEAP. Isto significa que as evidências aqui apresentadas tendem a sustentar a hipótese de que os entrevistados na pesquisa sobre relações raciais buscaram a resposta socialmente aceitável. No final do questionário, que tratava em inúmeras perguntas de preconceito racial, seria “politicamente correto” responder que já havia sido eleitor de Benedita da Silva.

## ***Conclusões***

A análise da medição realizada por duas perguntas muito semelhantes revelam alguns pontos que merecem destaque.

### **1 – Pequenos detalhes importam**

A elaboração de um questionário de pesquisa pode parecer, à primeira vista, uma tarefa simples e trivial. Contudo, o exemplo deste artigo mostra que os efeitos do posicionamento de uma pergunta no questionário sobre os resultados da pesquisa podem ser muito grandes, e até mesmo invalidar os resultados de uma pesquisa. Assim, o que é detalhe se torna extremamente relevante, exigindo que os questionários de pesquisa sejam cuidadosamente elaborados e pré-testados. Uma alternativa a isto é a utilização de casos como o apresentado aqui, e a realização de experimentos com perguntas.

### **2 – O efeito do contexto da pesquisa**

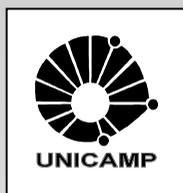
Toda pesquisa tende a apresentar em seus resultados os efeitos do contexto. No caso do voto em Benedita da Silva, a pesquisa sobre relações raciais foi o contexto que levou os entrevistados a se lembrarem mais deste voto do que em uma pesquisa sobre política. Afinal, pegaria mal passar uma pesquisa inteira dizendo que não é racista, e ao final da entrevista dizer que nunca havia votado em Benedita da Silva. Em cada pesquisa este contexto é diferente, e ele pode não ser apenas o tema da pesquisa, mas também sub-temas de perguntas em um questionário. O contexto pode ser também as condições externas à pesquisa, situações de comoção nacional ou congêneres podem vir a influenciar nos resultados de uma pesquisa, dependendo, é claro, do tema pesquisado.

*Recebido para publicação em maio de 2002*

# TENDÊNCIAS

Ano 8, nº2

ENCARTE  
DA  
REVISTA  
DO  
CESOP



*Tendências* enfoca a eleição presidencial de 2002. Esta é a quarta eleição nacional direta para presidente que ocorre no período pós-85, concentra as disputas para as eleições dos governos estaduais e do Distrito Federal, 2/3 da composição do Senado, para as cadeiras de deputados federais e estaduais, e envolve mais de 115 milhões de eleitores.

O quadro político de 2002 traz aspectos interessantes: Lula(PT) disputa a presidência pela 4ª vez no período pós-85, e em 2002, disputa com base na aliança com o PL, PCdoB e PCB; Serra(PSDB/PMDB), ex-ministro da Saúde, é candidato do governo Fernando Henrique eleito em 1994 e reeleito em 1998, as duas vezes com vitórias de 1º turno; Ciro Gomes (PPS), candidato da aliança PPS, PDT e PTB, disputou também a eleição de 1998, e Garotinho, candidato do PSB, entra na disputa com a bagagem de ex-governador do estado do Rio de Janeiro.

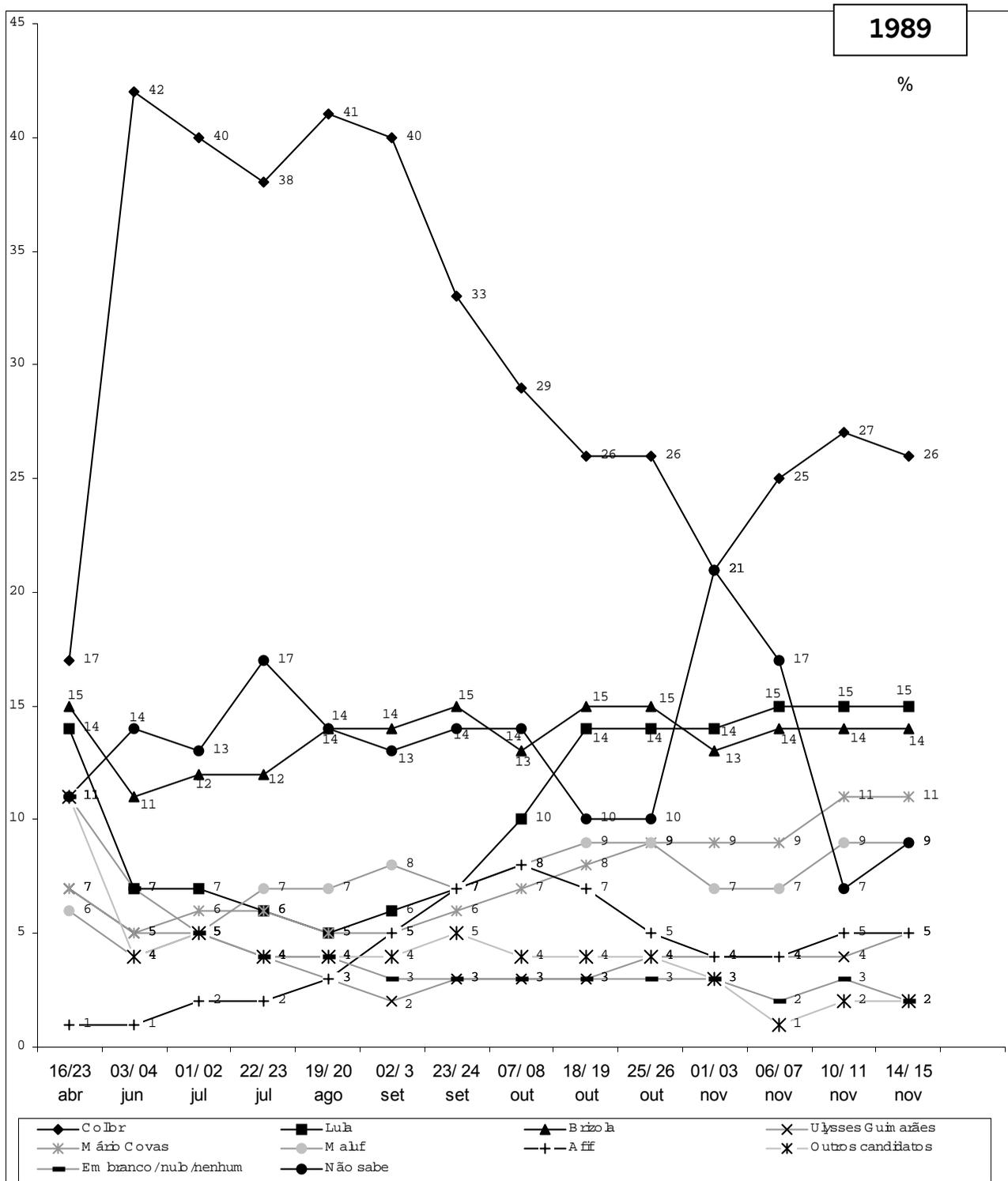
Este encarte foi produzido quando já se sabia que a eleição presidencial de 2002 seria decidida no 2º turno entre Lula e Serra. Os resultados do Tribunal Superior Eleitoral registraram os seguintes resultados para os principais candidatos no 1º turno: Luis Inácio Lula da Silva, 46,44% dos votos válidos; José Serra, 23,20%, Antony Garotinho, 17,87% e Ciro Gomes, 11,97% dos votos.

Optamos por apresentar ao leitor uma breve mas útil visão comparada das tendências de voto nas 4 campanhas presidenciais, 1989, 1994, 1998 e o 1º turno de 2002, e uma breve descrição das bases sociais dos candidatos em cada uma de suas participações em pleitos presidenciais.

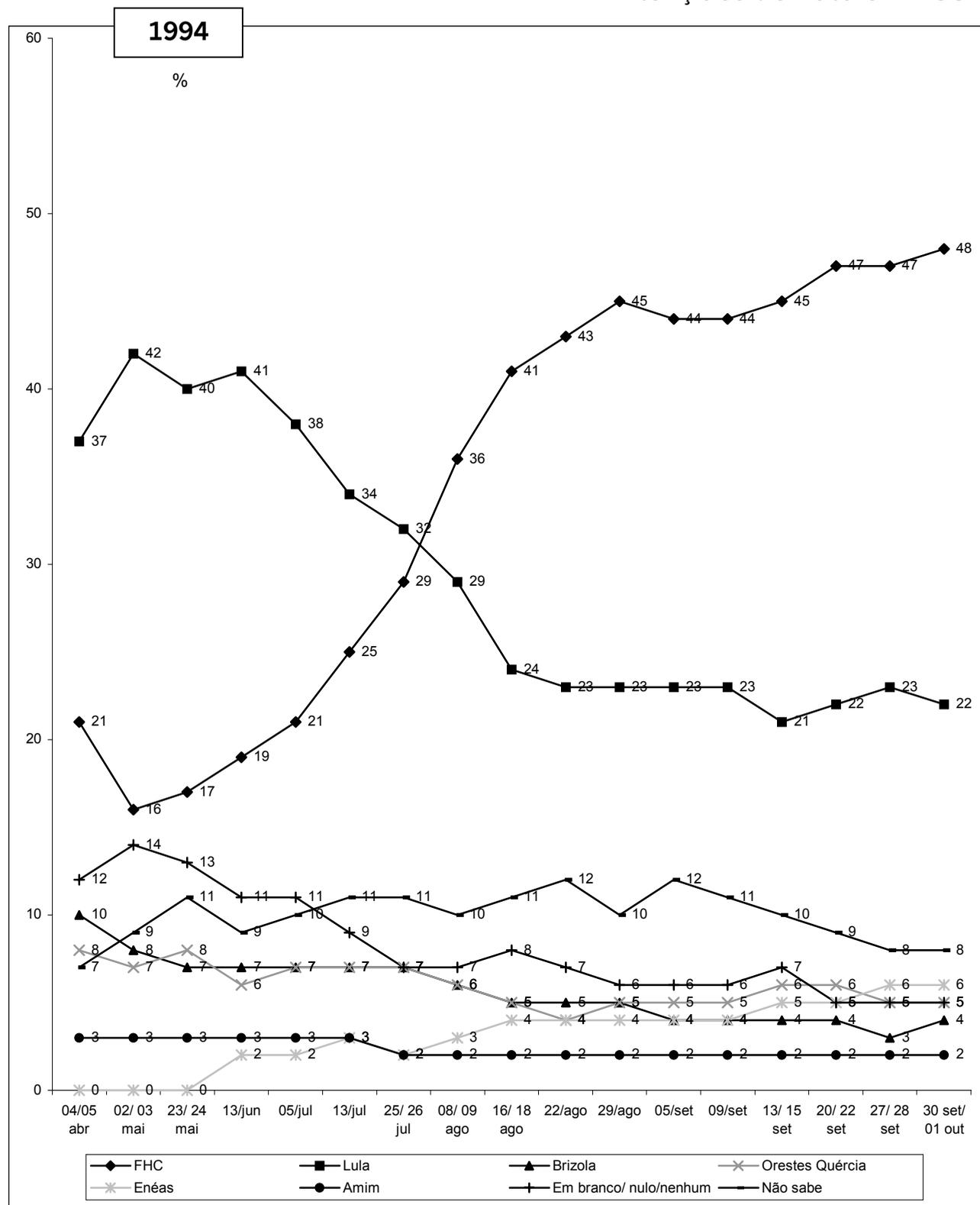
*Tendências* também apresenta opiniões de eleitores sobre os problemas do país e assuntos ligados a um dos principais temas da campanha eleitoral de 2002: violência urbana e segurança pública. Os dados mostram algumas diferenças entre simpatizantes de candidatos e partidos quanto a temas morais polêmicos e prementes, pena de morte, prisão perpétua, porte de arma e o uso do exército para contenção da violência.

Por fim, o tema política e religião volta a ser tratado por *Tendências*. Em 1995, OP (vol.III, nº1) publicou dados e reflexões sobre essa relação, analisada à luz das tendências de comportamento na eleição presidencial de 1994. Em 2002, os grupos religiosos marcaram com destaque a agenda eleitoral, definindo apoios a candidatos específicos. Com base em duas pesquisas realizadas nos momentos inicial e final do 1º turno, mostramos a distribuição dos grupos religiosos entre partidos e candidatos.

Intenções de voto em 1989

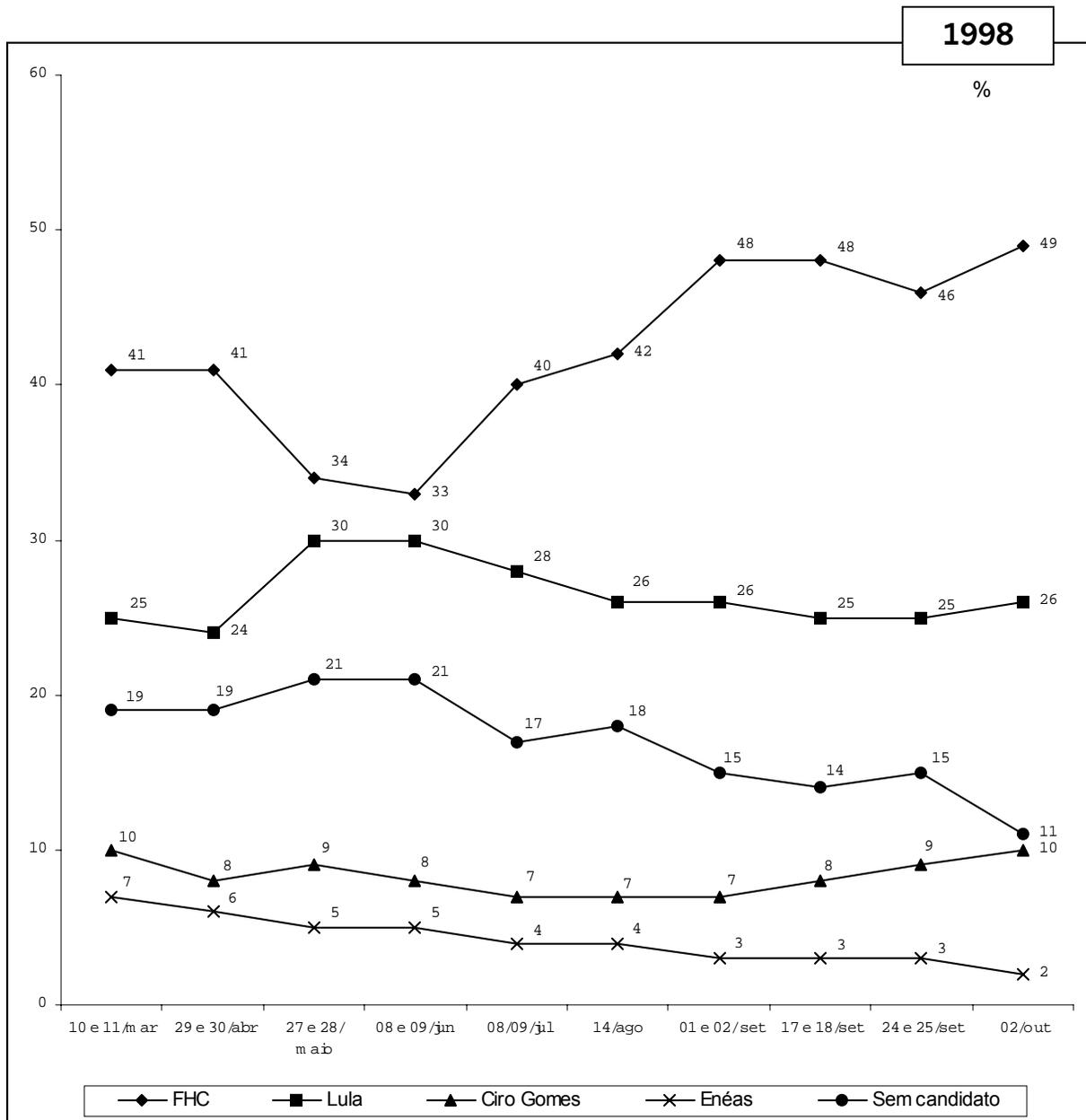


Obs: "Outros candidatos": Sílvio Santos, Aureliano Chaves, Jânio Quadros, Ronaldo Caiado, Afonso Camargo

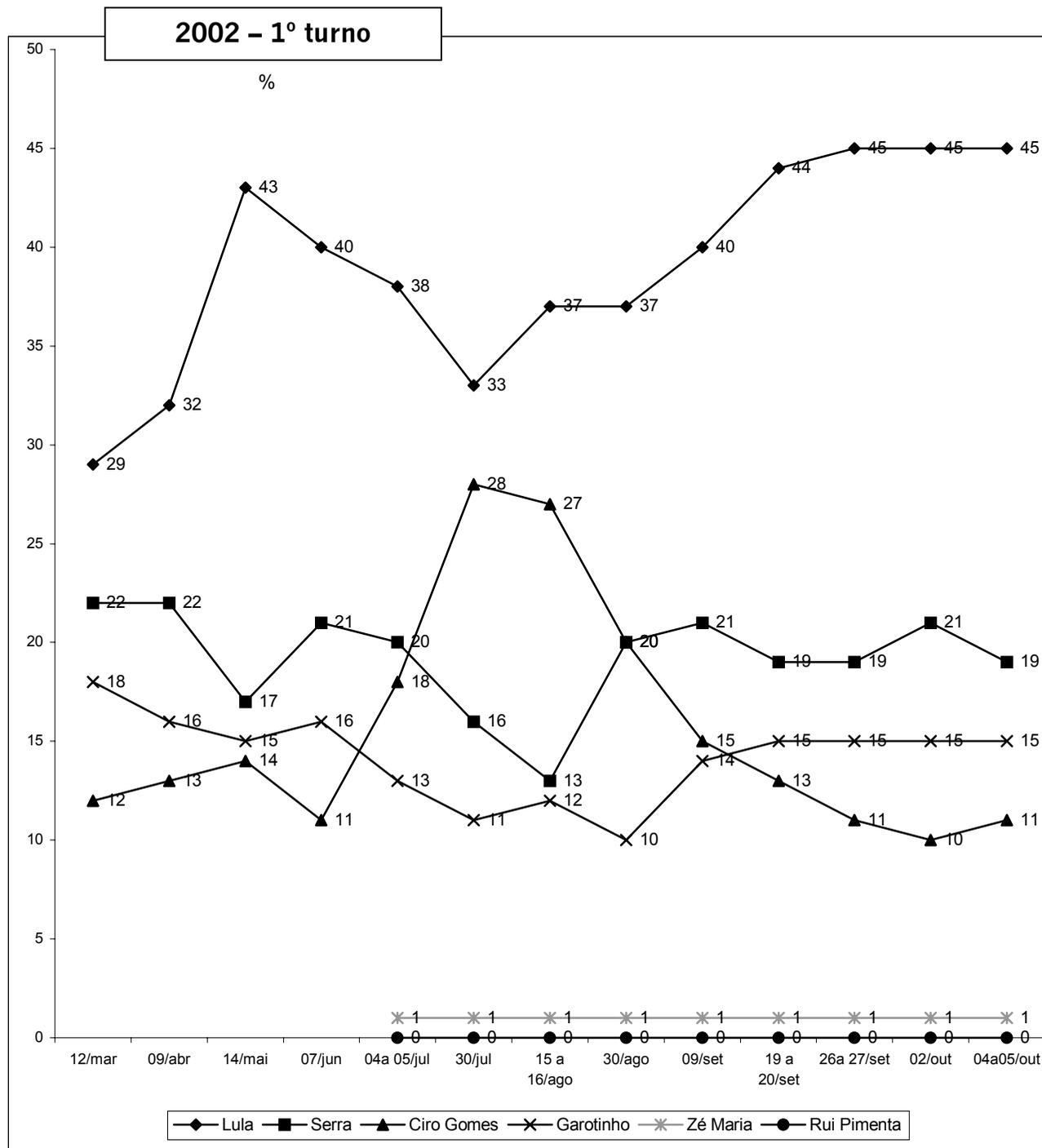


Obs: Não constam no gráfico os seguintes candidatos: José E. Andrade Vieira, Flávio Rocha, Carlos Gomes, que juntos somam menos que 3%.

Intenções de voto em 1998



Obs: Não constam no gráfico os seguinte candidatos: João de Deus, Eymael, Vasco Neto, Syrakis, Sérgio Bueno, Brigadeiro Ivan Frota, que juntos somam menos que 3%.

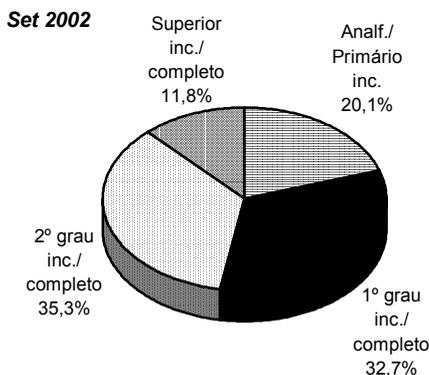
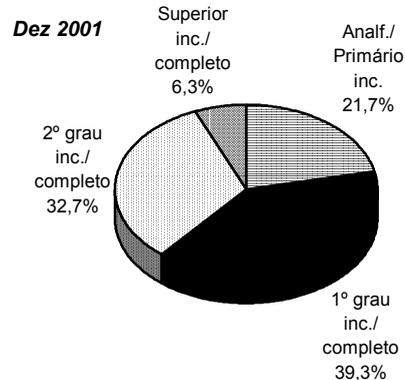
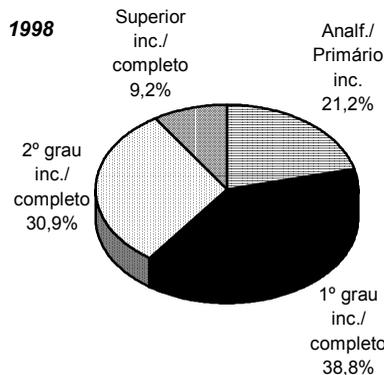
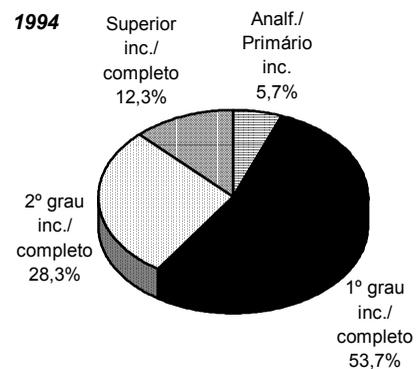
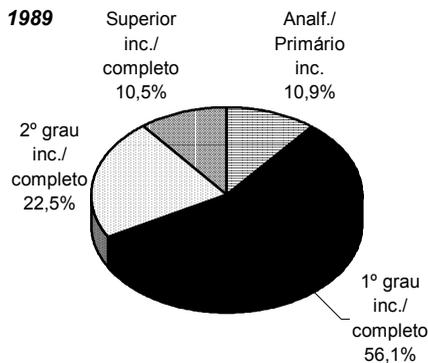


Quem são as bases sociais dos candidatos a presidência?

As bases sociais de Lula

Segundo Escolaridade

Em 1989, o público com intenção de votar em Lula era predominantemente de baixa escolaridade. Esse perfil se destacou até 1998. No entanto, os dados de 2002 mostram que houve um aumento das intenções entre o público com maior escolaridade. Os dados mais recentes apontam o aumento das intenções entre o público com segundo grau. Há uma diferença importante entre os dados de dezembro de 2001 e setembro de 2002, que apontam uma diminuição das intenções de voto entre o público com apenas primeiro grau.



Fonte: IBO/BR89.NOV-00200

Pergunta: Este é o modelo da cédula que vai ser utilizado em 15 de novembro. Em quem o(a) Sr(a) votaria se a eleição fosse hoje? (resposta estimulada e única);

Fonte: DAT/BR94.SET-00377

Fonte: DAT/BR98.SET-00870

Fonte: DAT/BR01.DEZ-01599

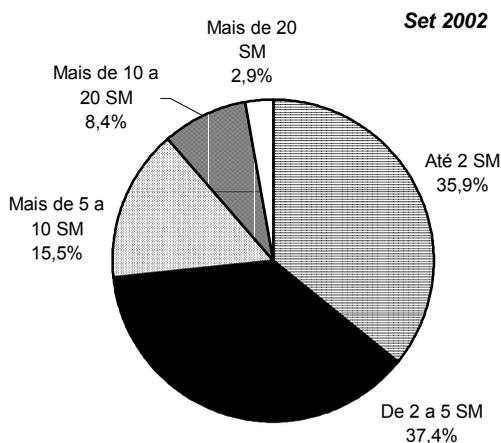
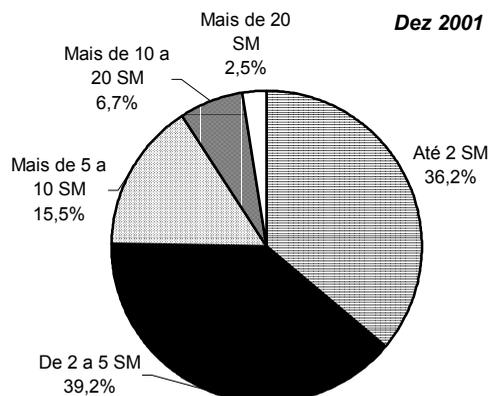
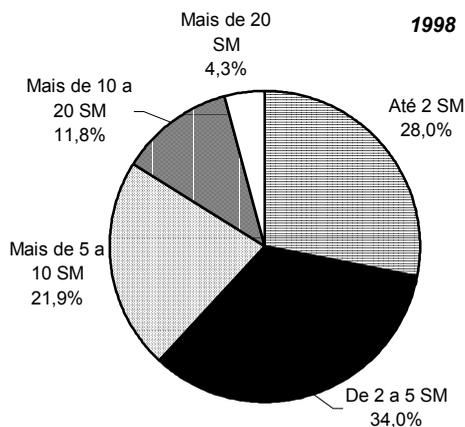
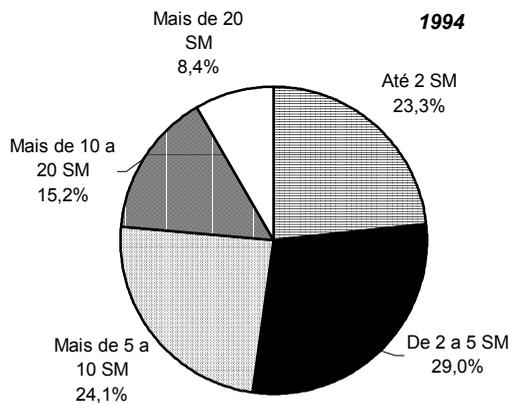
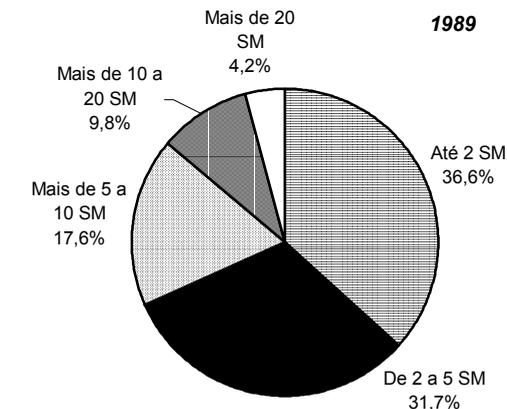
Fonte: DAT/BR02.SET-01692

Pergunta (igual para todas as pesquisas): Se a eleição para presidente fosse hoje e os candidatos fossem estes, em quem você votaria para presidente da República? (Resposta estimulada e única)

Pergunta: Até que ano da escola você estudou?

### Segundo Renda

Outro aspecto que se destaca entre os que declaram votar em Lula é a concentração nas faixas de baixa renda. Esse aspecto se mantém desde 1989 até 2002.



**Fonte:** IBO/BR89.NOV-00200

**Pergunta:** Este é o modelo da cédula que vai ser utilizado em 15 de novembro. Em quem o(a) Sr(a) votaria se a eleição fosse hoje? (resposta estimulada e única);

**Fonte:** DAT/BR94.SET-00377

**Fonte:** DAT/BR98.SET-00870

**Fonte:** DAT/BR01.DEZ-01599

**Fonte:** DAT/BR02.SET-01692

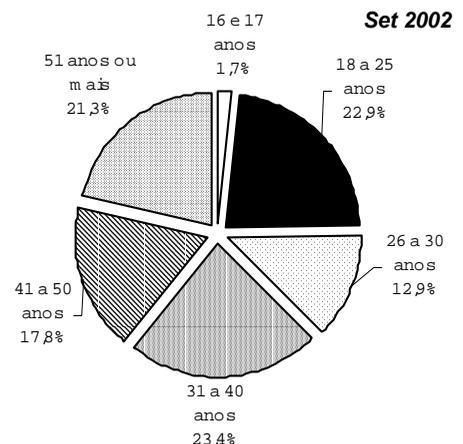
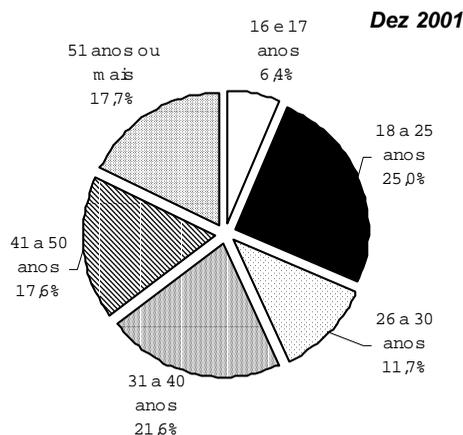
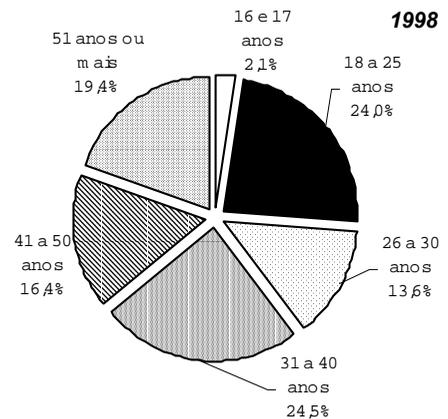
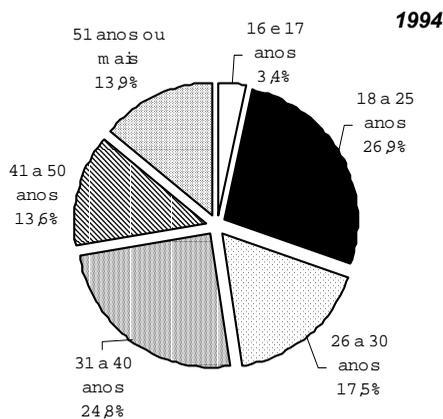
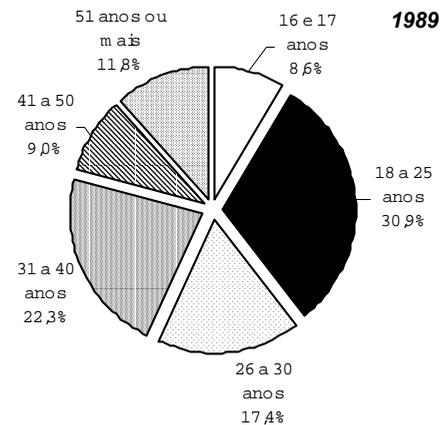
**Pergunta** (igual para todas as pesquisas): Se a eleição para presidente fosse hoje e os candidatos fossem estes, em quem você votaria para presidente da República? (Resposta estimulada e única)

**Pergunta:** Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é aproximadamente a renda familiar na sua casa? (Resposta estimulada)

## As bases sociais de Lula

Em relação à idade, há uma ligeira mudança nesse período. De 1989 a dezembro de 2001, as intenções entre os jovens (18 a 25 anos) se destacavam como as maiores, comparativamente às intenções obtidas nas outras faixas de idade. Os dados de setembro de 2002 trazem uma nova característica: um aumento das intenções entre os adultos e os mais velhos, que já se apresentava já 1998. Em 2002, o público que declara votar em Lula é melhor distribuído nas diferentes faixas.

### Segundo Idade



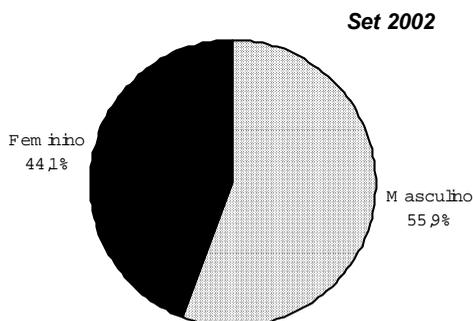
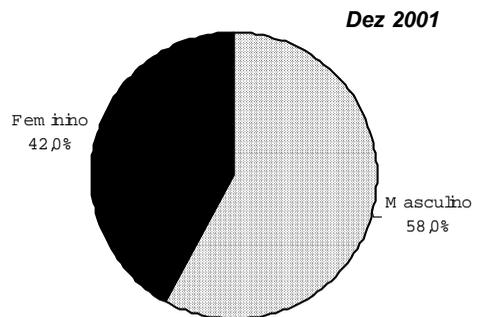
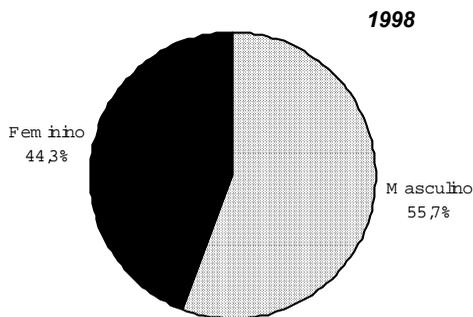
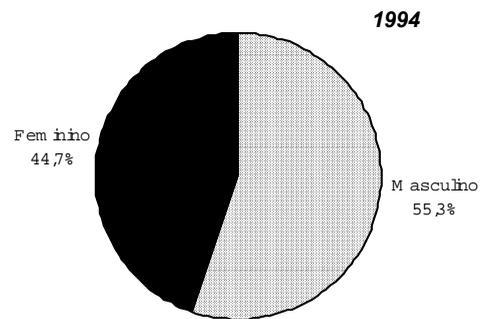
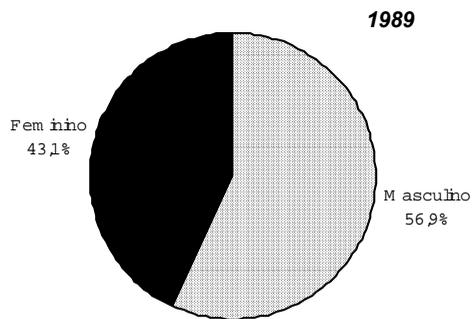
**Fonte:** IBO/BR89.NOV-00200 - **Pergunta:** Este é o modelo da cédula que vai ser utilizado em 15 de novembro. Em quem o(a) Sr(a) votaria se a eleição fosse hoje? (resposta estimulada e única);

**Fonte:** DAT/BR94.SET-00377; **Fonte:** DAT/BR98.SET-00870; **Fonte:** DAT/BR01.DEZ-01599; **Fonte:** DAT/BR02.SET-01692  
**Pergunta** (igual para todas as pesquisas): Se a eleição para presidente fosse hoje e os candidatos fossem estes, em quem você votaria para presidente da República? (Resposta estimulada e única)

## As bases sociais de Lula

### Por Sexo

Desde 1989 as bases de Lula são maioria entre os homens. A diferença entre as intenções de voto de homens e mulheres tornou-se um pouco maior em dezembro de 2001. Em setembro de 2002 (1º. turno), essa diferença volta à média dos anos anteriores.



**Fonte:** IBO/BR89.NOV-00200

**Pergunta:** Este é o modelo da cédula que vai ser utilizado em 15 de novembro. Em quem o(a) Sr(a) votaria se a eleição fosse hoje? (resposta estimulada e única);

**Fonte:** DAT/BR94.SET-00377

**Fonte:** DAT/BR98.SET-00870

**Fonte:** DAT/BR01.DEZ-01599

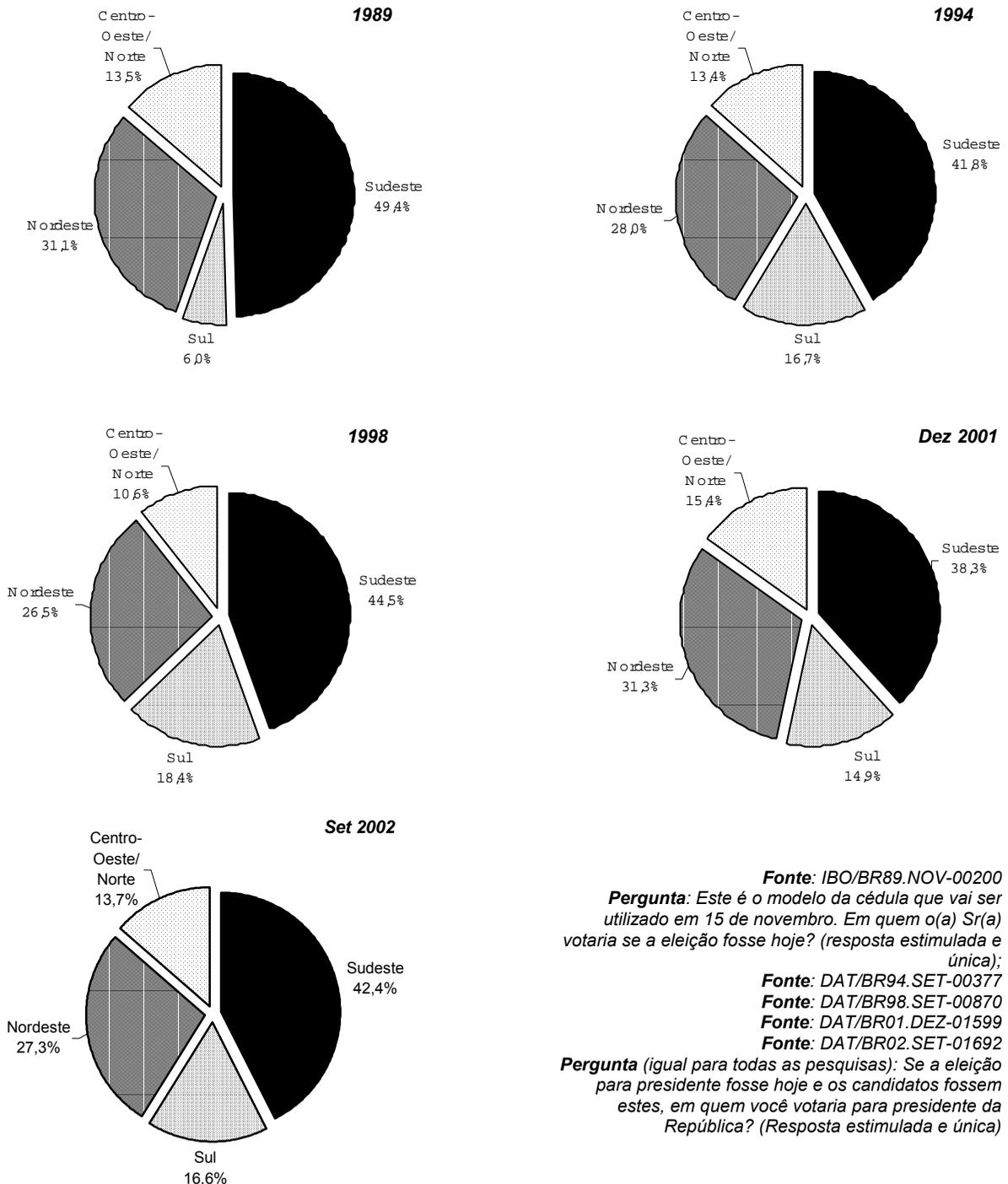
**Fonte:** DAT/BR02.SET-01692

**Pergunta** (igual para todas as pesquisas): Se a eleição para presidente fosse hoje e os candidatos fossem estes, em quem você votaria para presidente da República? (Resposta estimulada e única)

## As bases sociais de Lula

### Segundo Região

Desde 1989 até 2002, Lula concentra as intenções de voto na região sudeste. Em 1989, o predomínio da região sudeste é claro. No período 1989-2002 há um aumento das intenções na região sul, sobretudo nas eleições de 1994.



Fonte: IBO/BR89.NOV-00200

Pergunta: Este é o modelo da cédula que vai ser utilizado em 15 de novembro. Em quem o(a) Sr(a) votaria se a eleição fosse hoje? (resposta estimulada e única);

Fonte: DAT/BR94.SET-00377

Fonte: DAT/BR98.SET-00870

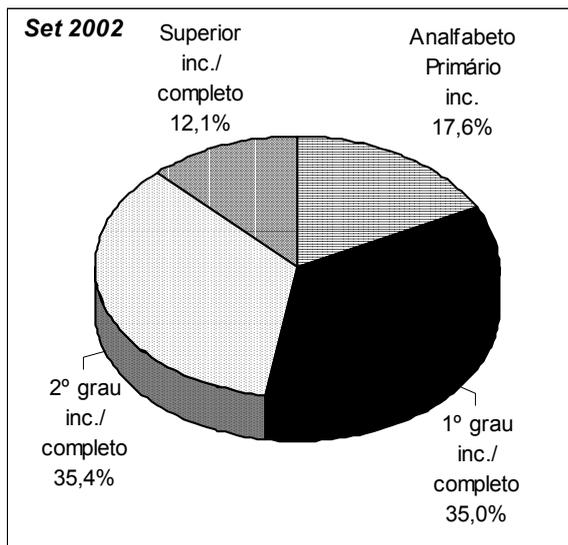
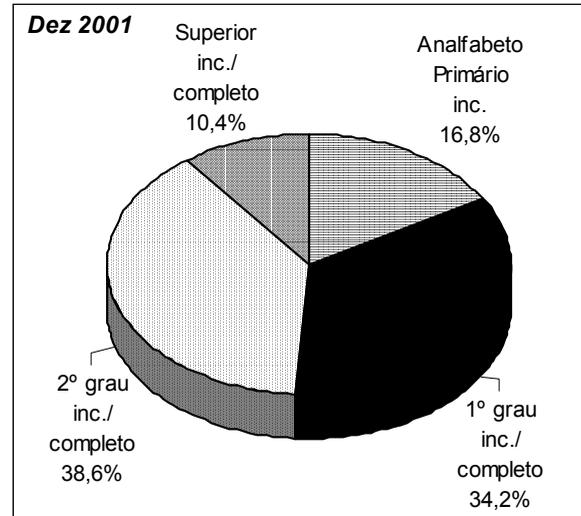
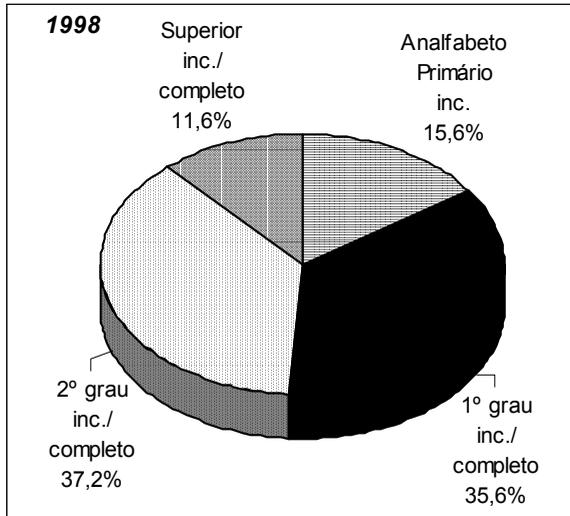
Fonte: DAT/BR01.DEZ-01599

Fonte: DAT/BR02.SET-01692

Pergunta (igual para todas as pesquisas): Se a eleição para presidente fosse hoje e os candidatos fossem estes, em quem você votaria para presidente da República? (Resposta estimulada e única)

### Segundo Escolaridade

Nas duas campanhas em que Ciro participou, as intenções de voto estiveram concentradas nas faixas de menor escolaridade.



Fonte: DAT/BR98.SET-00870

Fonte: DAT/BR01.DEZ-01599

Fonte: DAT/BR02.SET-01692

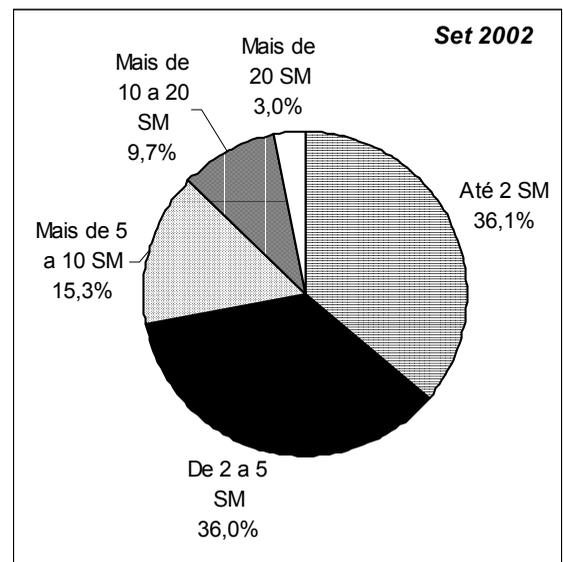
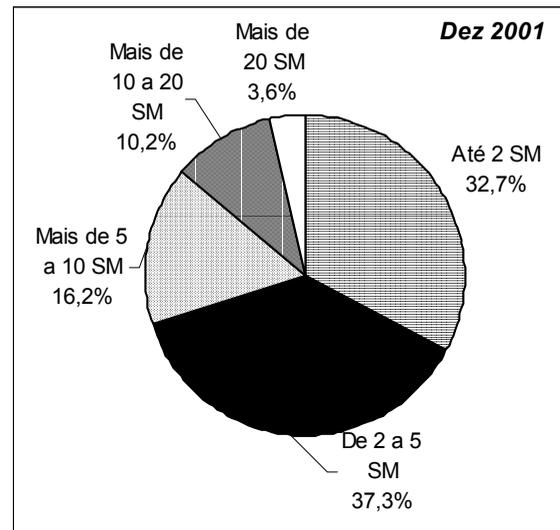
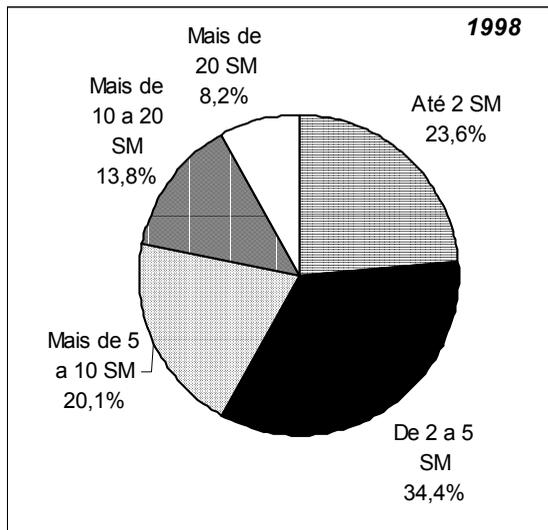
**Perguntas:** (igual para todas as pesquisas):  
Se a eleição para presidente fosse hoje e os candidatos fossem estes, em quem você votaria para presidente da República?  
(Resposta estimulada e única)

Até que ano da escola você estudou?

## As bases sociais de Ciro Gomes

### Segundo Renda

Entre 1998 e 2002, a proporção de intenções de voto em Ciro se mantiveram concentradas nas mais baixas faixas de renda, e aumentaram de uma campanha a outra.



**Fonte:** DAT/BR98.SET-00870

**Fonte:** DAT/BR01.DEZ-01599

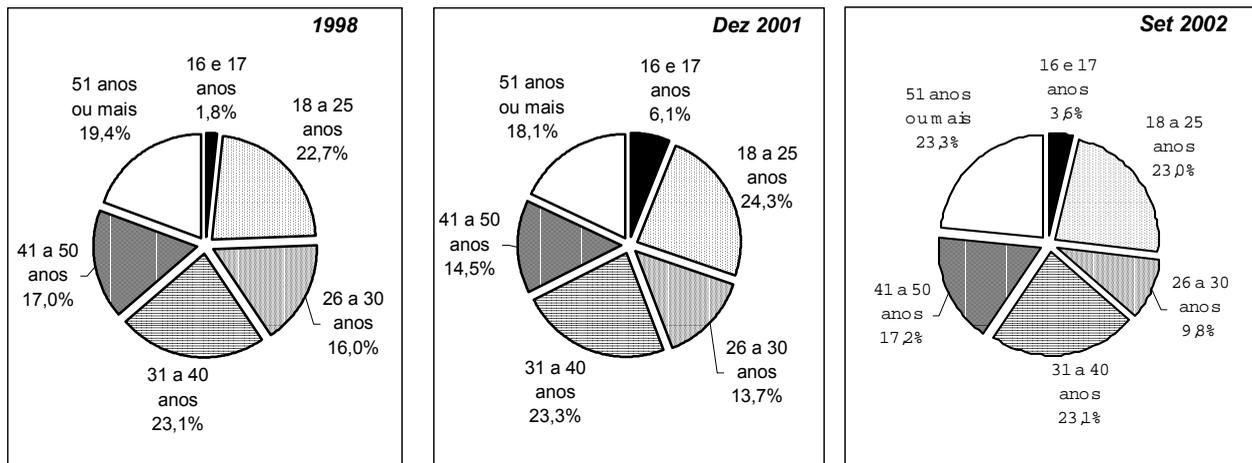
**Fonte:** DAT/BR02.SET-01692

**Pergunta** (igual para todas as pesquisas): Se a eleição para presidente fosse hoje e os candidatos fossem estes, em quem você votaria para presidente da República? (Resposta estimulada e única)

**Pergunta:** Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é aproximadamente a renda familiar na sua casa? (Resposta estimulada)

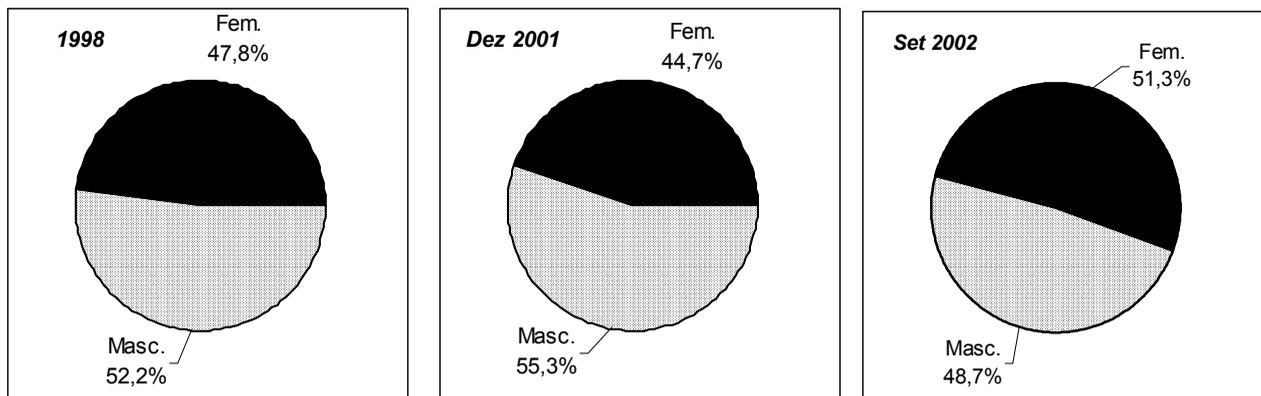
### Segundo Idade

Em relação à idade, há uma ligeira mudança no perfil das bases de Ciro no período 1998-2002. Os dados mais recentes (setembro 2002) mostram que as intenções de voto diminuem para a faixa de idade dos 26 aos 30 anos e aumentam para o público com mais de 51 anos.



### Por Sexo

Entre 1998 e 2002 se altera o perfil das bases de Ciro por sexo: as mulheres tornam-se maioria em 2002.



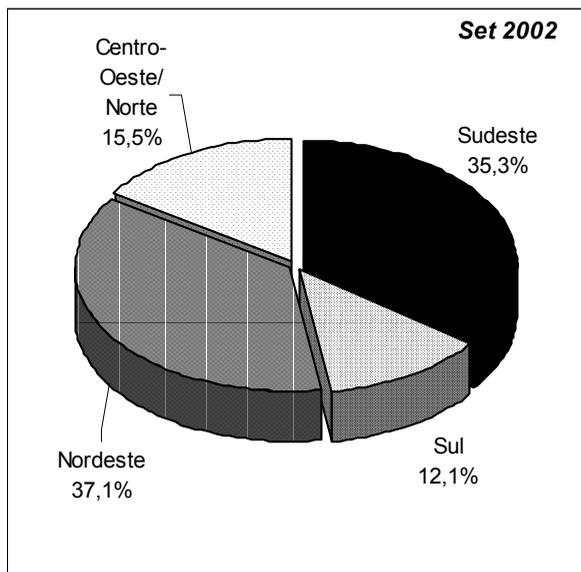
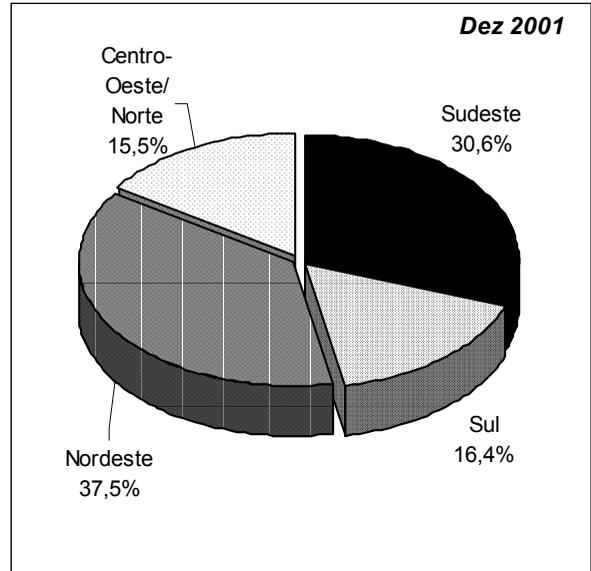
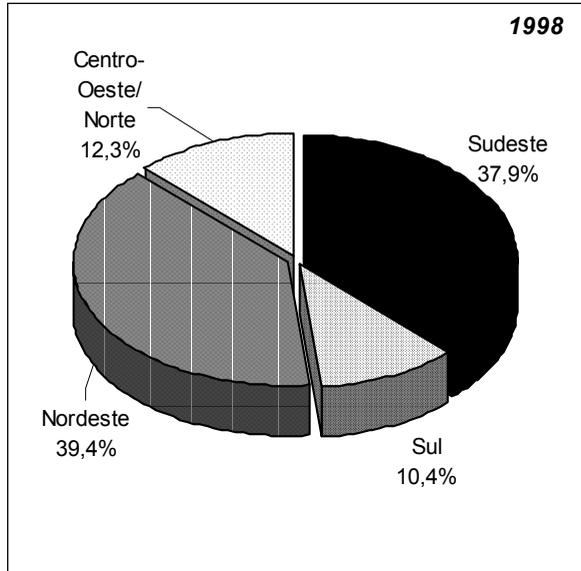
Fonte: DAT/BR98.SET-00870; Fonte: DAT/BR01.DEZ-01599; Fonte: DAT/BR02.SET-01692

Pergunta (igual para todas as pesquisas): Se a eleição para presidente fosse hoje e os candidatos fossem estes, em quem você votaria para presidente da República? (Resposta estimulada e única)

## As bases sociais de Ciro Gomes

### Segundo Região

Não houve alterações significativas entre as eleições de 1998 e 2002 quanto às bases regionais de Ciro Gomes: Nordeste e Sudeste concentraram as intenções de voto.

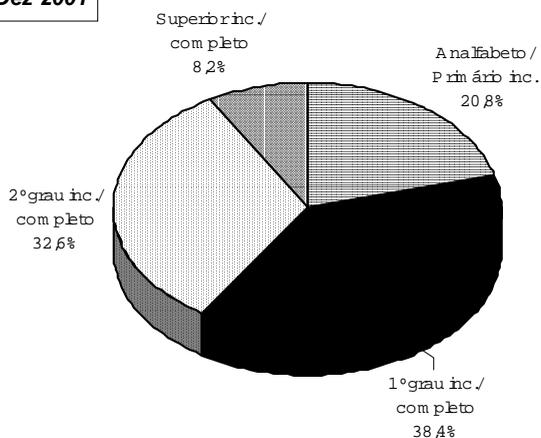


**Fonte:** DAT/BR01.DEZ-01599  
**Fonte:** DAT/BR02.SET-01692  
**Pergunta** (igual para todas as pesquisas): Se a eleição para presidente fosse hoje e os candidatos fossem estes, em quem você votaria para presidente da República? (Resposta estimulada e única)

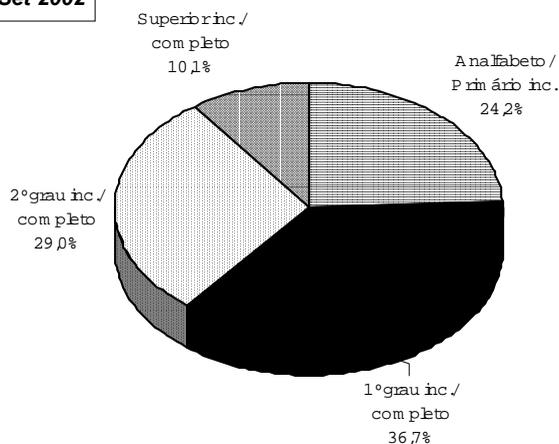
### Segundo Escolaridade

Durante a campanha em 2002, as duas maiores alterações entre os identificados com Serra estão nos extremos das faixas de escolaridade: aumentam as proporções de intenção de voto entre os mais e os menos escolarizados.

Dez 2001



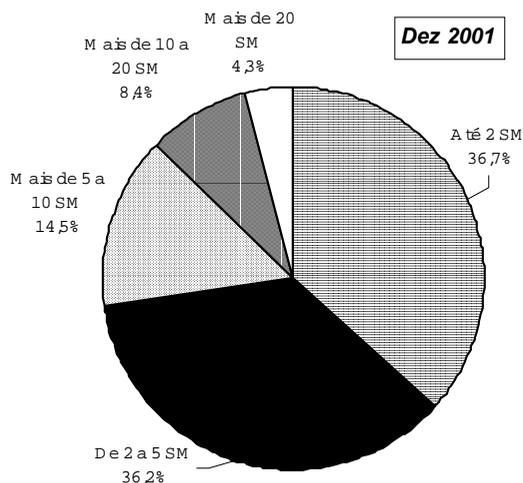
Set 2002



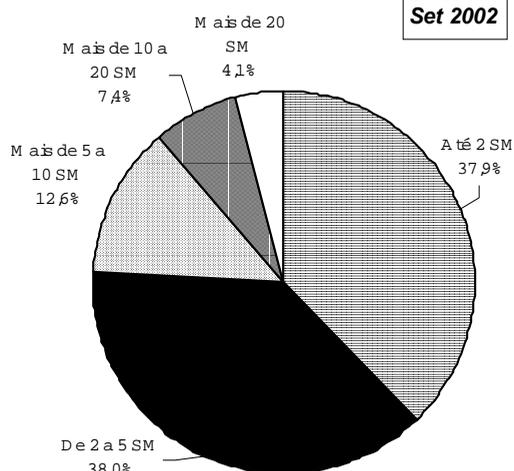
Já quanto à distribuição das intenções por faixa de renda, os dados mostram que a campanha para o 1º turno praticamente não alterou as proporções.

### Segundo Renda

Dez 2001



Set 2002



Fonte: DAT/BR01.DEZ-01599; Fonte: DAT/BR02.SET-01692

**Pergunta** (igual para todas as pesquisas): Se a eleição para presidente fosse hoje e os candidatos fossem estes, em quem você votaria para presidente da República? (Resposta estimulada e única)

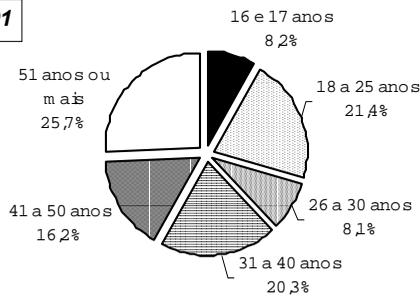
**Pergunta:** Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é aproximadamente a renda familiar na sua casa? (Resposta estimulada)

## As bases sociais de Serra

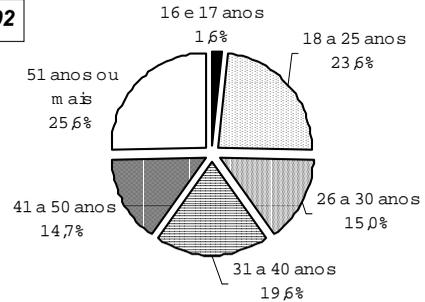
### Segundo Idade

O dado mais destacado quanto às intenções de voto por idade é a significativa diminuição entre os jovens de 16 e 17 anos. Quanto ao sexo, predominam as mulheres

Dez 2001

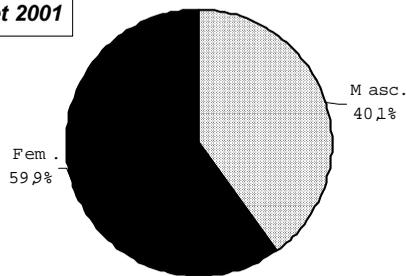


Set 2002

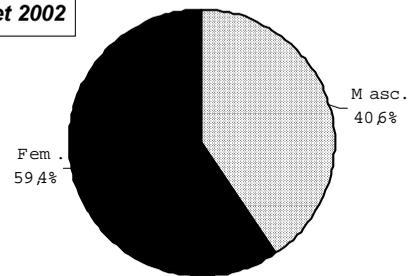


### Por Sexo

Set 2001



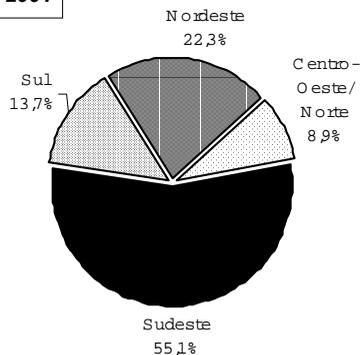
Set 2002



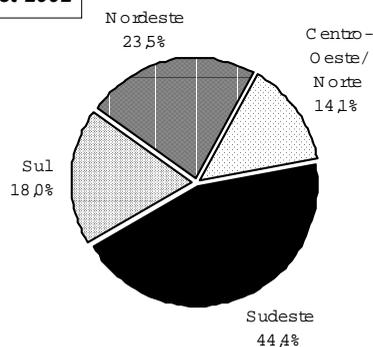
### Segundo Região

Os dados mostram que, com exceção da região sudeste, a campanha foi capaz de ampliar a penetração do candidato nas demais regiões do país.

Dez 2001



Set 2002



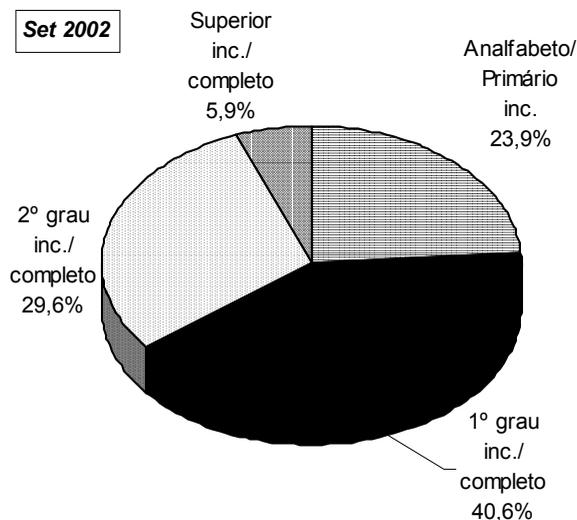
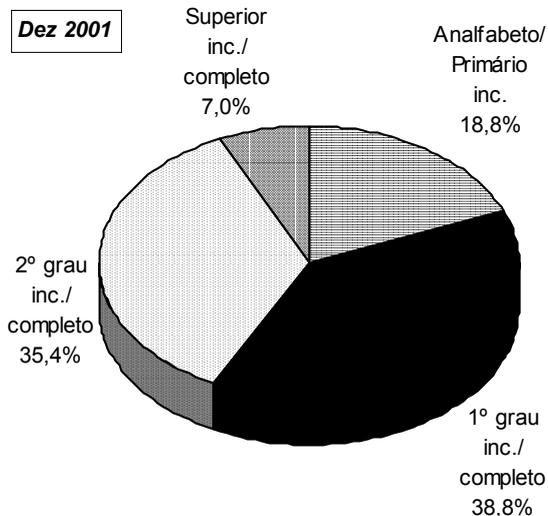
Fonte: DAT/BR01.DEZ-01599;

Fonte: DAT/BR02.SET-01692

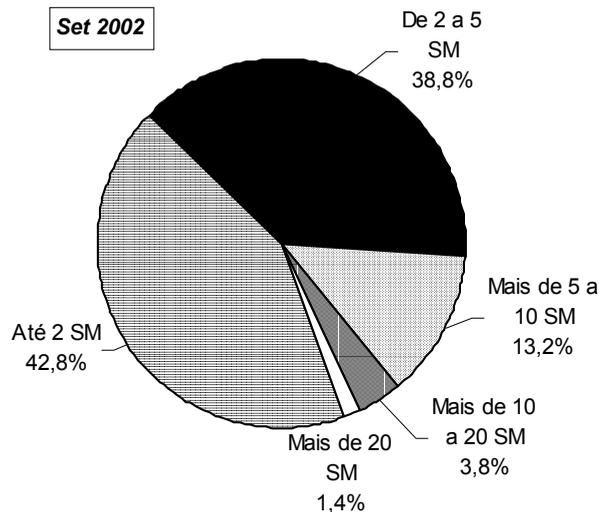
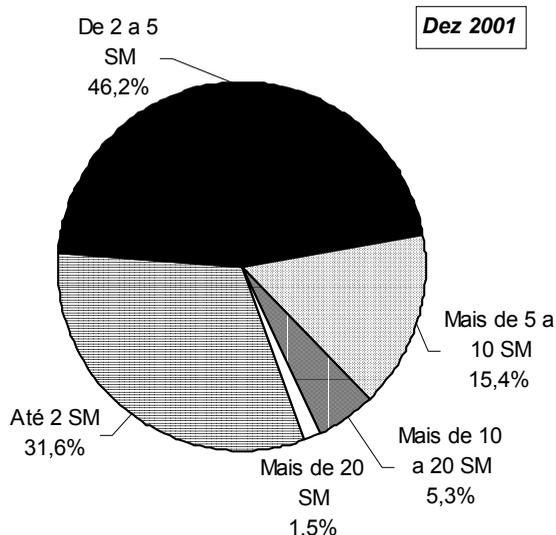
**Pergunta** (igual para todas as pesquisas): Se a eleição para presidente fosse hoje e os candidatos fossem estes, em quem você votaria para presidente da República? (Resposta estimulada e única)

### Segundo Escolaridade

Durante a campanha do 1º turno aumentam as intenções de voto para Garotinho nos segmentos menos escolarizados e de menor renda. Na faixa de renda de até 2 salários mínimos, a proporção de intenções aumenta em quase 10 pontos.



### Segundo Renda



Fonte: DAT/BR01.DEZ-01599; Fonte: DAT/BR02.SET-01692

**Pergunta** (igual para todas as pesquisas): Se a eleição para presidente fosse hoje e os candidatos fossem estes, em quem você votaria para presidente da República? (Resposta estimulada e única)

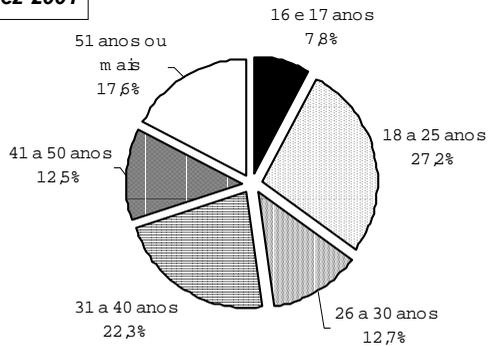
**Pergunta:** Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é aproximadamente a renda familiar na sua casa? (Resposta estimulada)

## As bases sociais de Garotinho

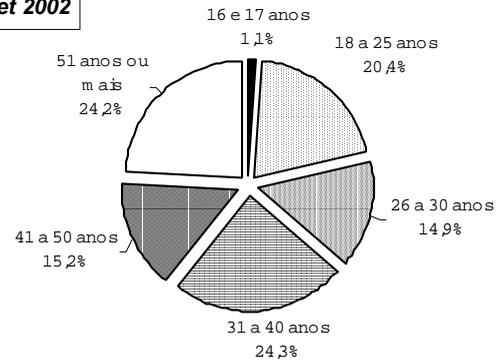
### Segundo Idade

Ao longo da campanha, Garotinho aumentou a penetração de sua candidatura em todas as faixas de eleitores com mais de 25 anos, manteve o predomínio feminino de suas bases, e teve um aumento considerável de pontos percentuais na região nordeste.

Dez 2001

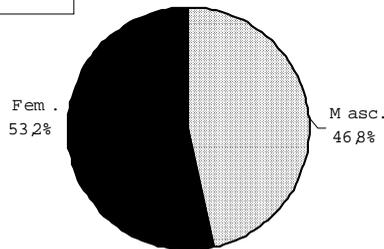


Set 2002

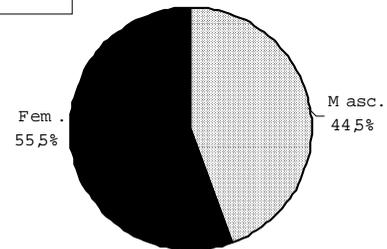


### Por Sexo

Dez 2001

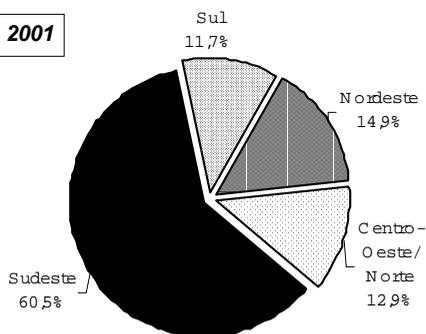


Set 2002

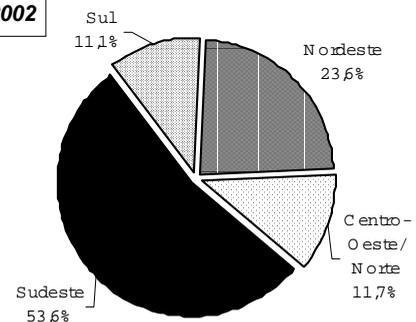


### Segundo Região

Dez 2001



Set 2002

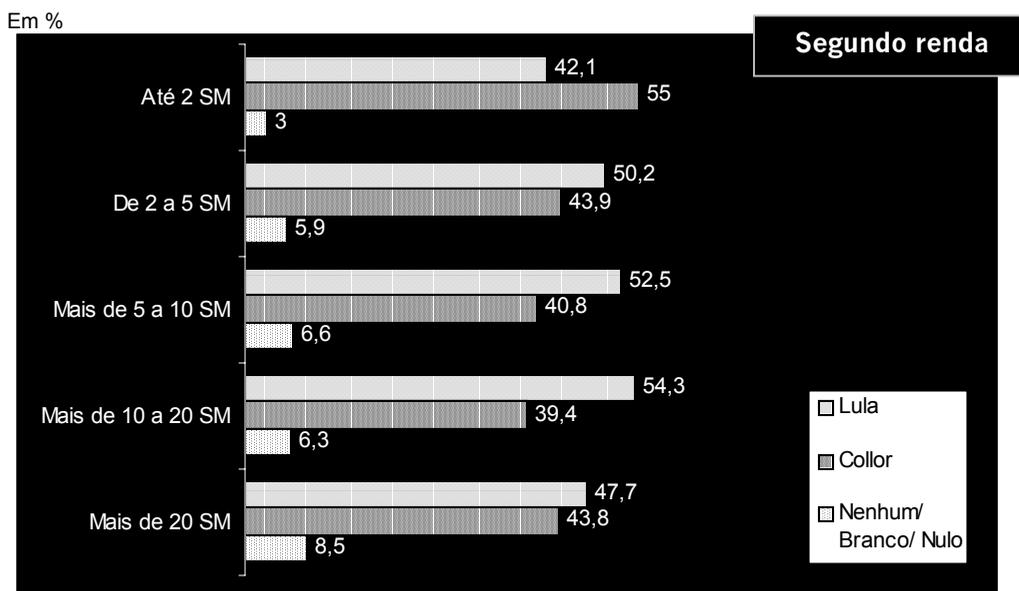
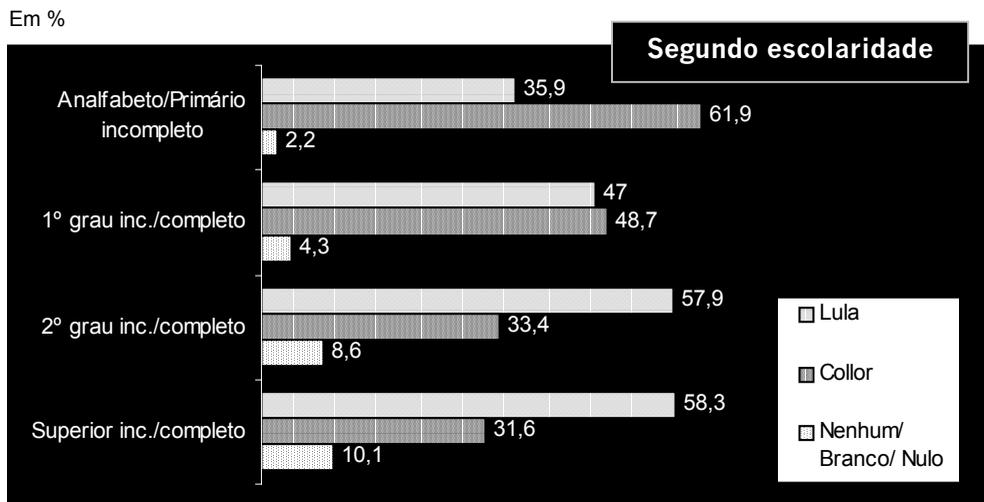


Fonte: DAT/BR01.DEZ-01599; Fonte: DAT/BR02.SET-01692

Pergunta (igual para todas as pesquisas): Se a eleição para presidente fosse hoje e os candidatos fossem estes, em quem você votaria para presidente da República? (Resposta estimulada e única)

### Entre candidatos: Comparação das bases sociais

Lula e Collor claramente polarizam as intenções de voto em 89, segundo renda e escolaridade: Lula tem as preferências entre os mais escolarizados e nas maiores faixas de renda: Collor entre os menos escolarizados e nas faixas de renda mais baixas.



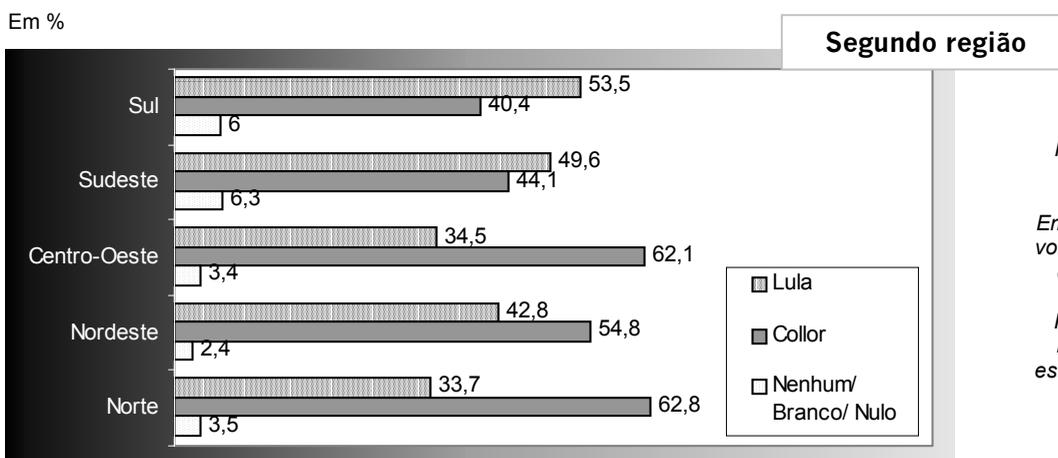
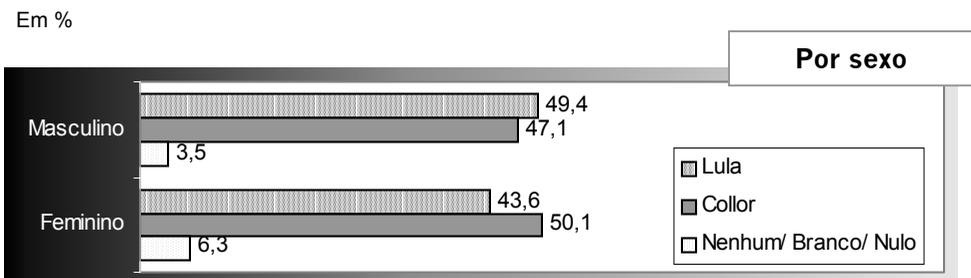
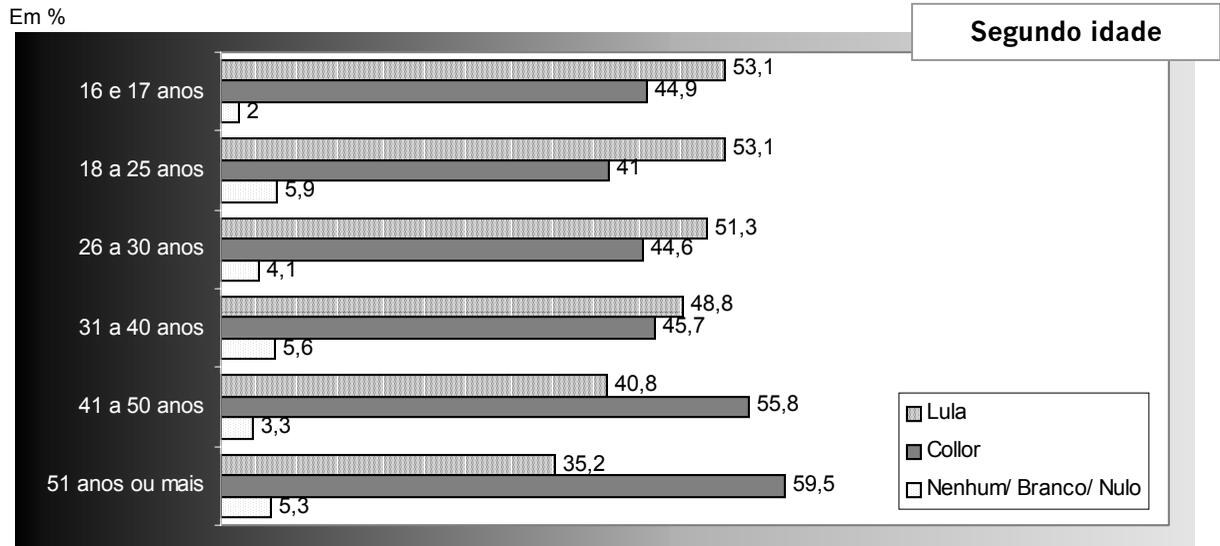
Fonte: IBO/BR89.DEZ-00208

Pergunta: Em quem o(a) Sr(a) votaria se o 2º turno da eleição para presidente da República fosse hoje? (resposta estimulada e única);

## 1989: Lula e Collor (2º turno)

### Comparação das bases sociais

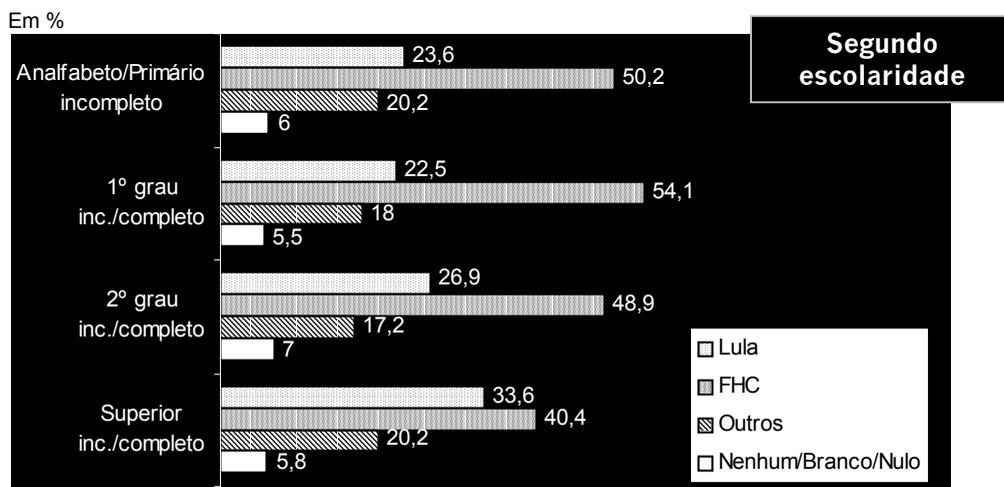
Lula e Collor também polarizam quanto às preferências segundo sexo e idade: Lula tem a maior proporção de intenção de voto entre homens, e Collor, entre as mulheres; Lula tem maior preferência entre os mais jovens e Collor, nas faixas de maior idade. Por região, é claro o destaque de Lula no Sul, em 1989; para Collor, esse destaque é claro nas regiões Norte e Centro-Oeste.



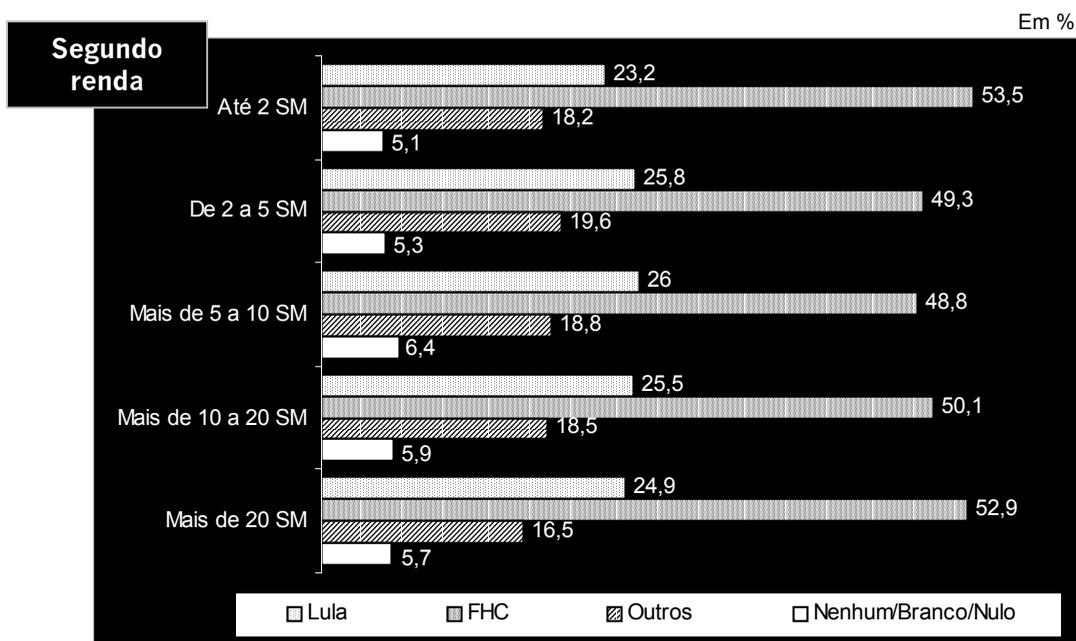
**Fonte:**  
IBO/BR89.DEZ-00208  
**Pergunta:**  
Em quem o(a) Sr(a) votaria se o 2º turno da eleição para presidente da República fosse hoje? (resposta estimulada e única);

### Comparação das bases sociais

Lula e FHC têm bases claramente distintas: as maiores proporções de intenção de voto para Lula estão entre os mais escolarizados, para FHC, entre os menos escolarizados.



Lula apresenta suas maiores proporções nas faixas de renda de 2 a 5 SM e 5 a 10 SM. FHC tem as maiores proporções nas 2 faixas extremas.



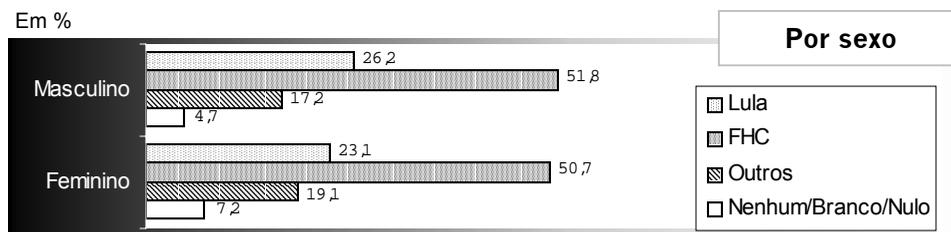
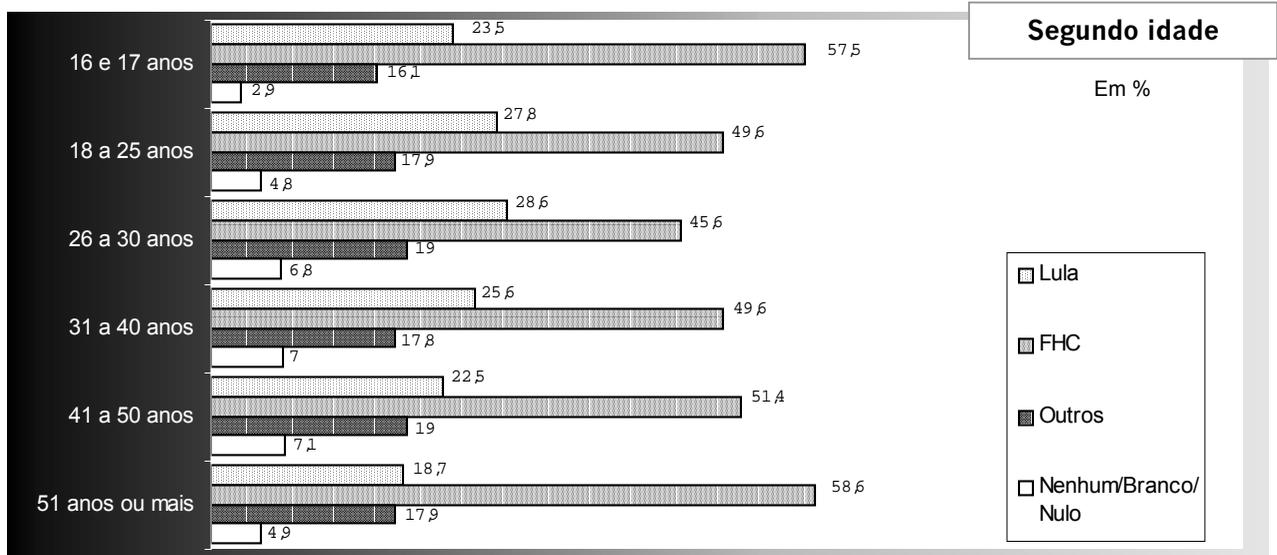
Fonte: DAT/BR94.SET-00377

Pergunta (igual para todas as pesquisas): Se a eleição para presidente fosse hoje e os candidatos fossem estes, em quem você votaria para presidente da República? (Resposta estimulada e única)

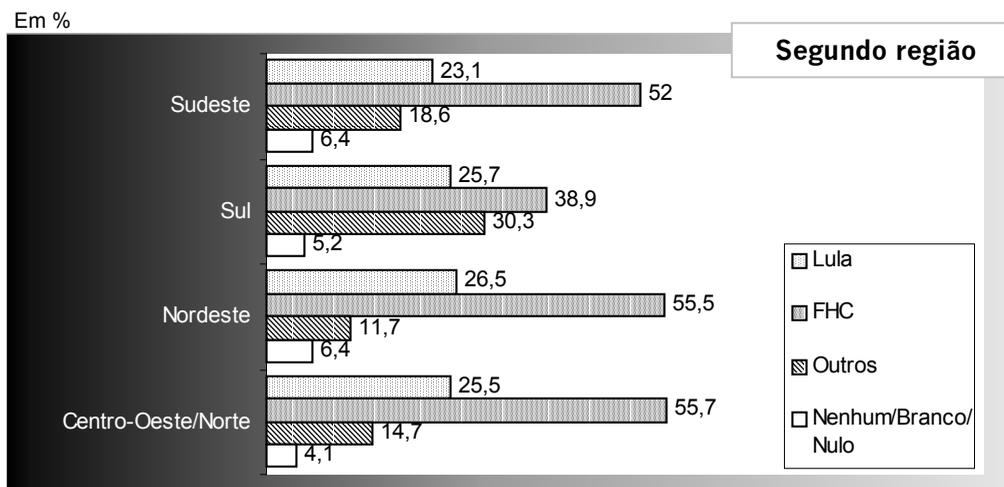
## 1994: Lula e FHC

### Comparação das bases sociais

Em 94, FHC se destaca nos extremos das faixas de idade, e igualmente entre homens e mulheres; Lula se destaca entre os mais jovens e entre os homens.



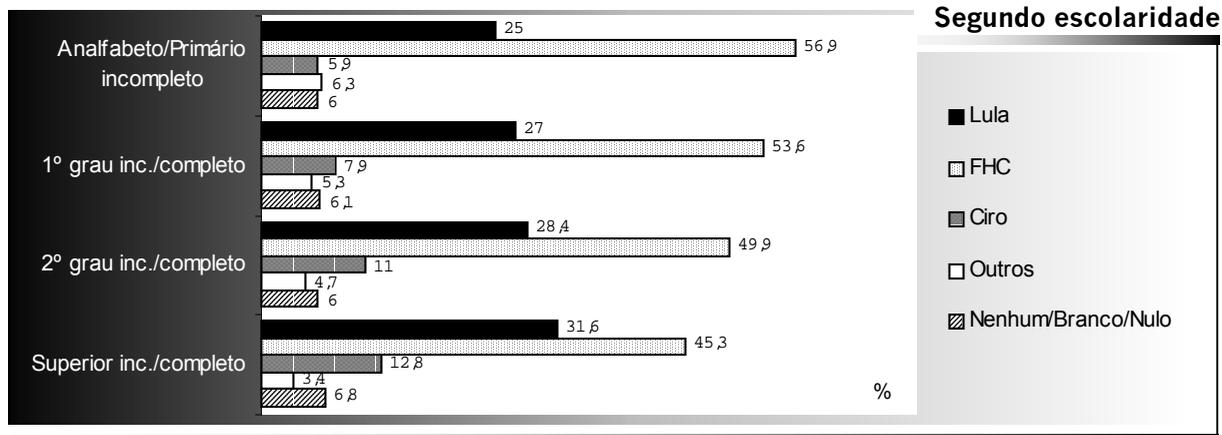
As proporções das intenções de voto em Lula são muito próximas em todas as regiões; para FHC há destaques claros: a menor proporção no Sul e as maiores no Nordeste e Norte/ Centro-Oeste



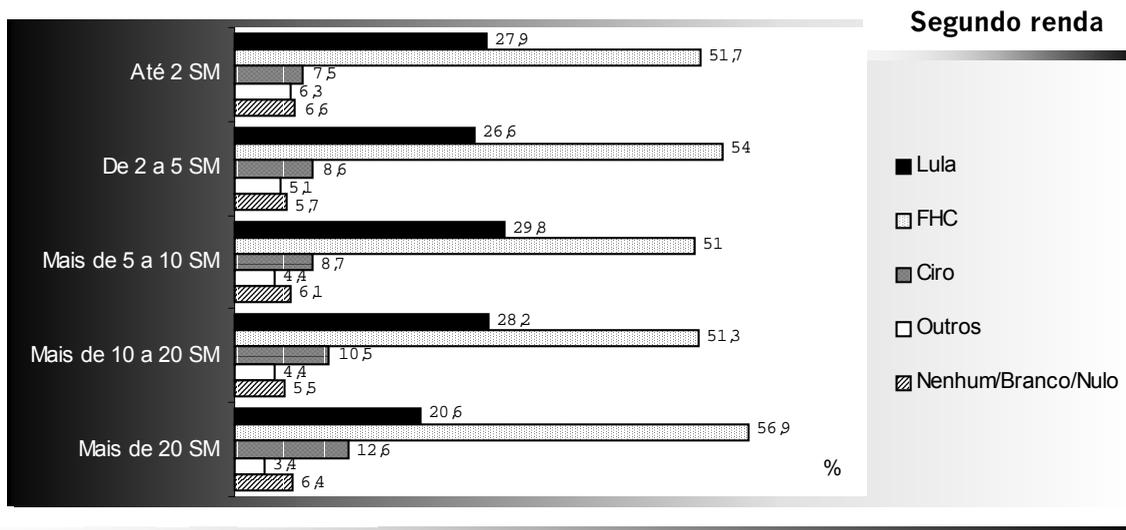
**Fonte:**  
DAT/BR94.SET-00377  
**Pergunta** (igual para todas as pesquisas):  
Se a eleição para presidente fosse hoje e os candidatos fossem estes, em quem você votaria para presidente da República? (Resposta estimulada e única)

### Comparação das bases sociais

Lula e Ciro Gomes mostram uma penetração maior de suas candidaturas entre os mais escolarizados. Conforme aumenta a escolaridade, aumenta também o número de intenções de voto para ambos. FHC se destaca entre os de menor escolaridade



Em 98, FHC obtêm proporções significativas em todas as faixas de renda. Lula e Ciro têm desempenho inverso: Lula apresenta as maiores proporções nas faixas mais baixas, e Ciro, nas mais altas.



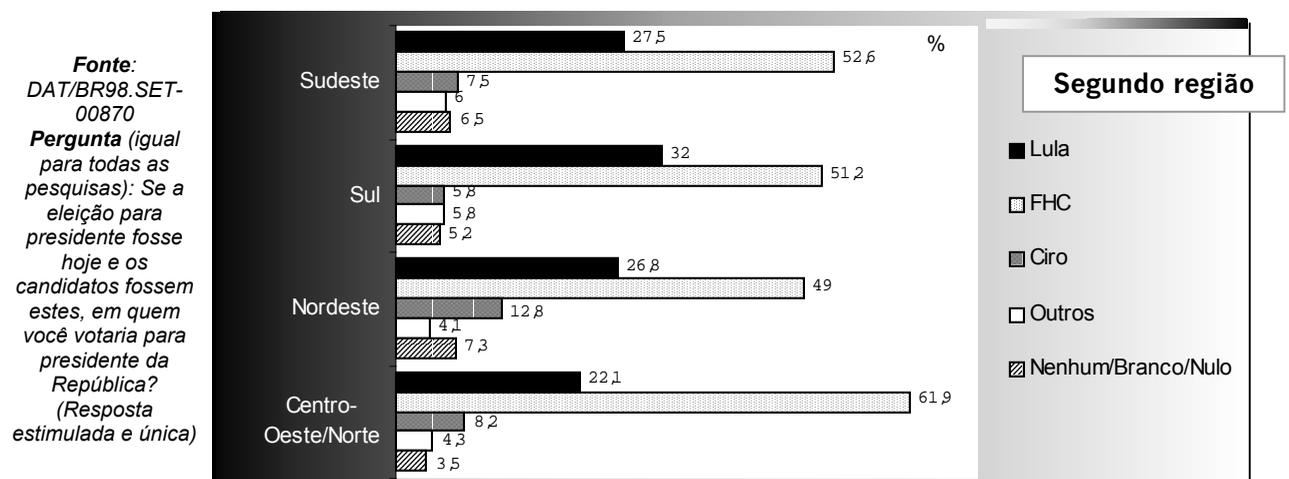
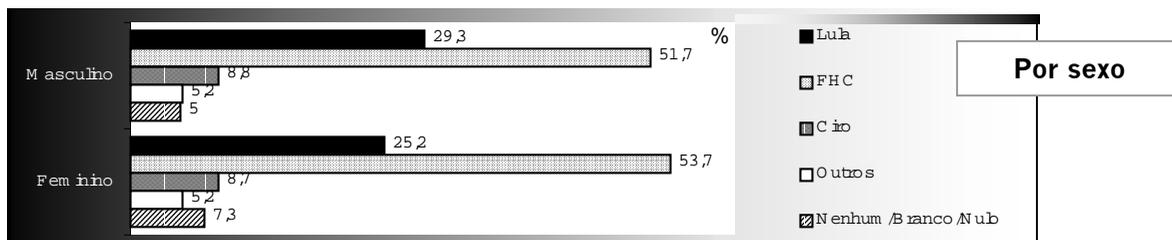
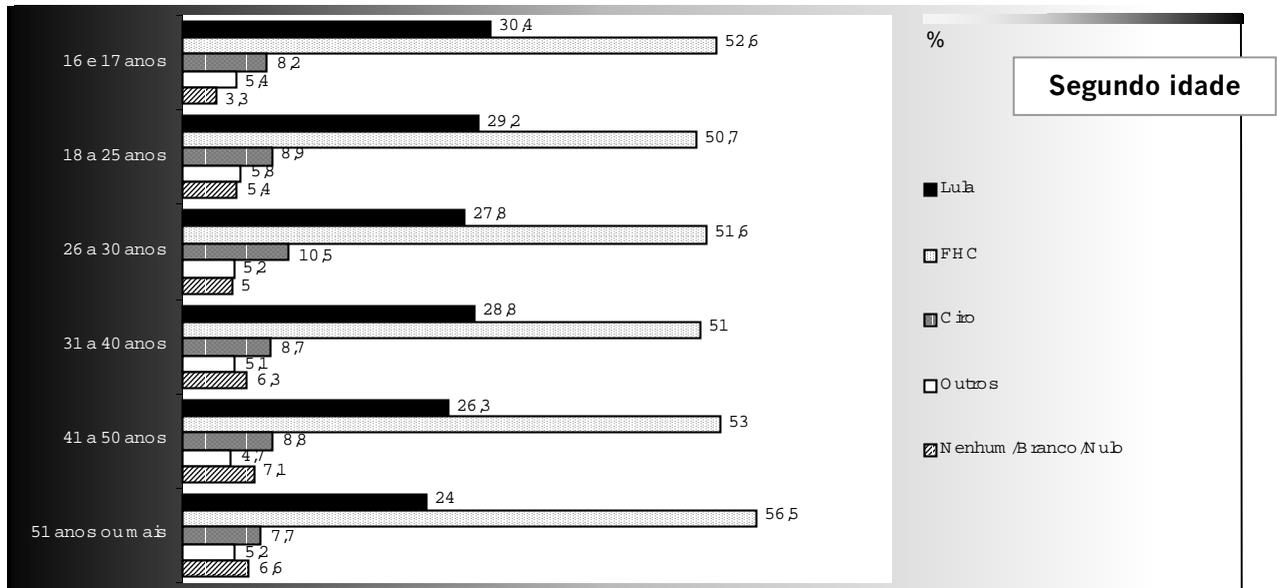
Fonte: DAT/BR98.SET-00870

Pergunta (igual para todas as pesquisas): Se a eleição para presidente fosse hoje e os candidatos fossem estes, em quem você votaria para presidente da República? (Resposta estimulada e única)

## 1998: Lula, FHC e Ciro

### Comparação das bases sociais

FHC e Ciro têm uma penetração semelhante de suas candidatura por faixa de idade. Lula se destaca entre os mais jovens. A mesma semelhança entre FHC e Ciro ocorre para a distribuição de intenções por sexo. Para Lula, mantém-se a maioria para os homens, observada nas eleições anteriores. A distribuição regional das intenções de voto mostra as maiores diferenças entre candidatos: os destaques estão no desempenho de FHC na região Norte/ Centro-Oeste; Lula na região Sul e Ciro, no Nordeste.



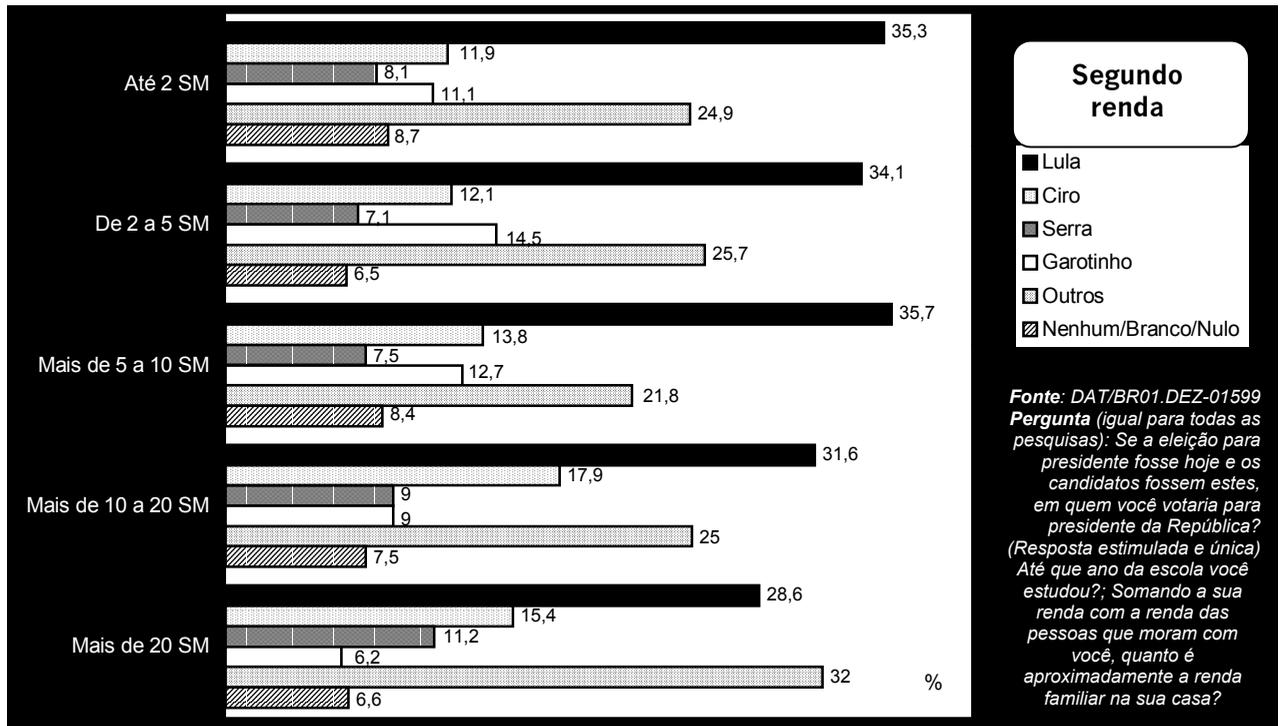
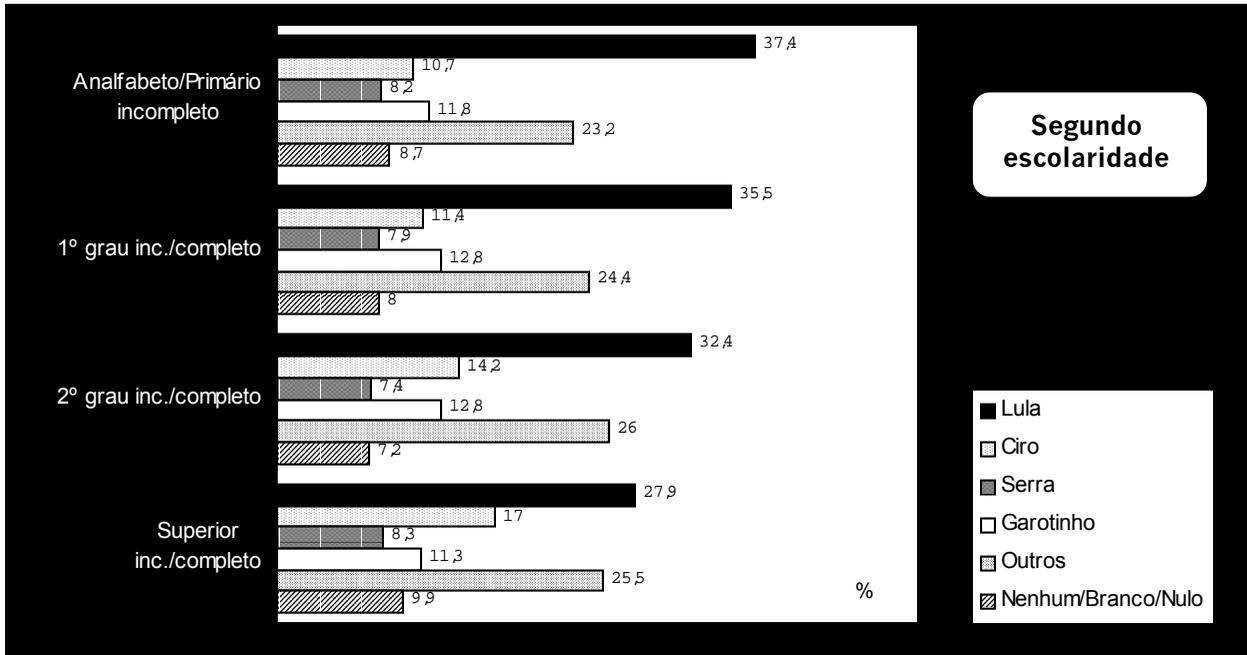
**Fonte:**  
DAT/BR98.SET-00870  
**Pergunta (igual para todas as pesquisas):** Se a eleição para presidente fosse hoje e os candidatos fossem estes, em quem você votaria para presidente da República? (Resposta estimulada e única)

# Eleições Presidenciais

## 1º turno da Eleição 2002: Lula, Ciro, Serra e Garotinho (Dezembro de 2001)

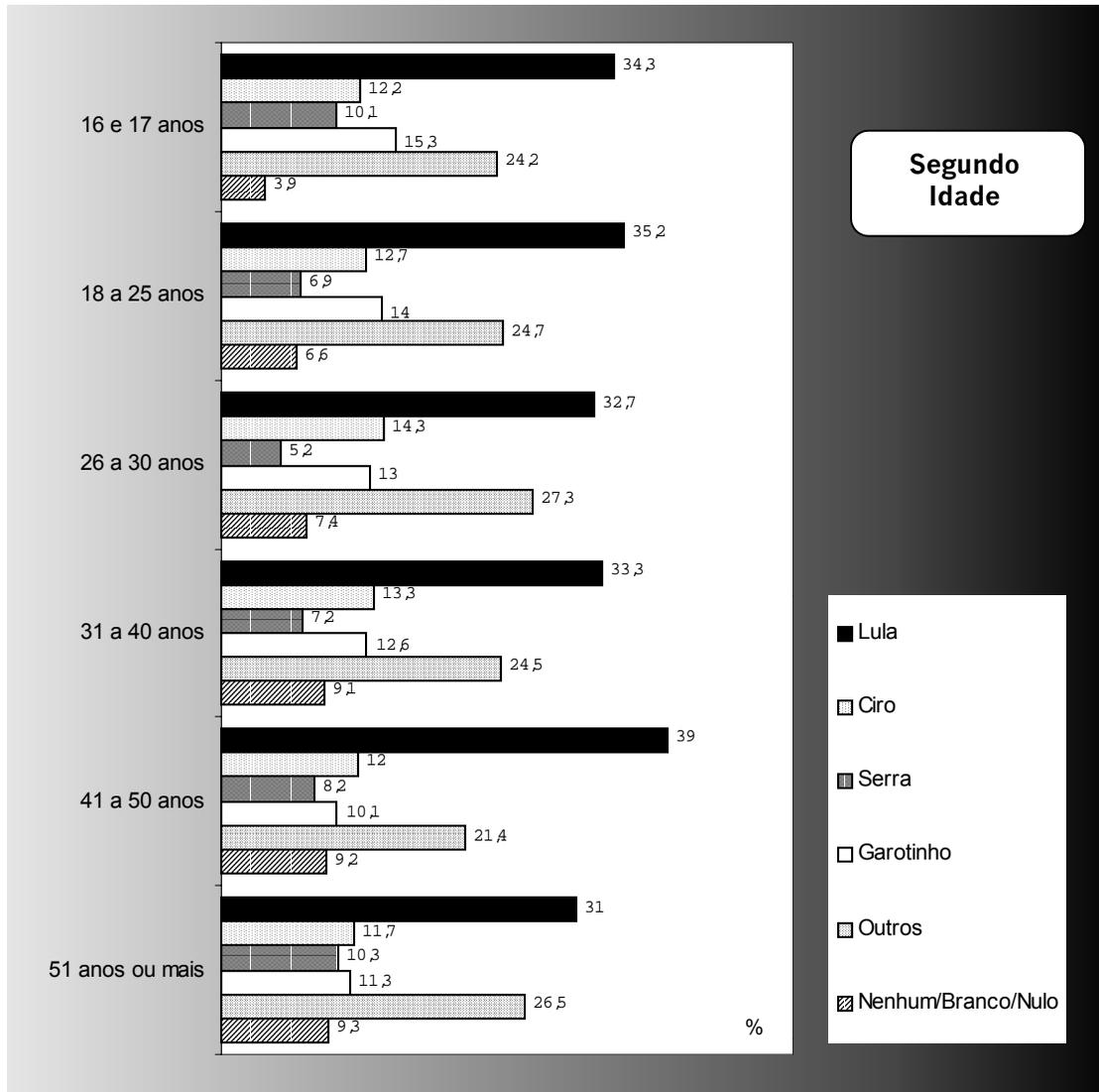
### Comparação das bases sociais

Ainda em 2001, apenas as intenções de voto em Lula mostram um perfil melhor definido por renda e escolaridade: as maiores proporções estão nas menores faixas de escolaridade e renda



## Comparação das bases sociais

No início da campanha de 2002, não havia diferenças significativas das intenções de voto por idade para os 4 candidatos.



Fonte: DAT/BR01.DEZ-01599

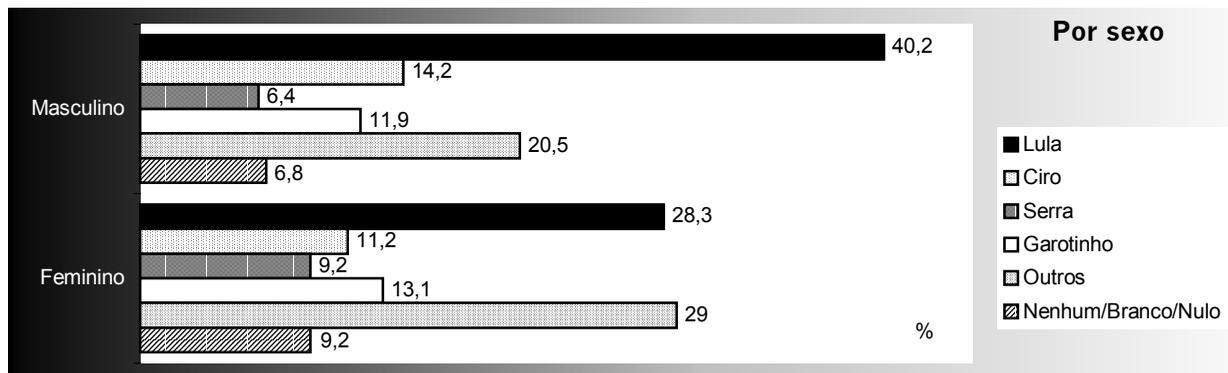
### Pergunta

(igual para todas as pesquisas):

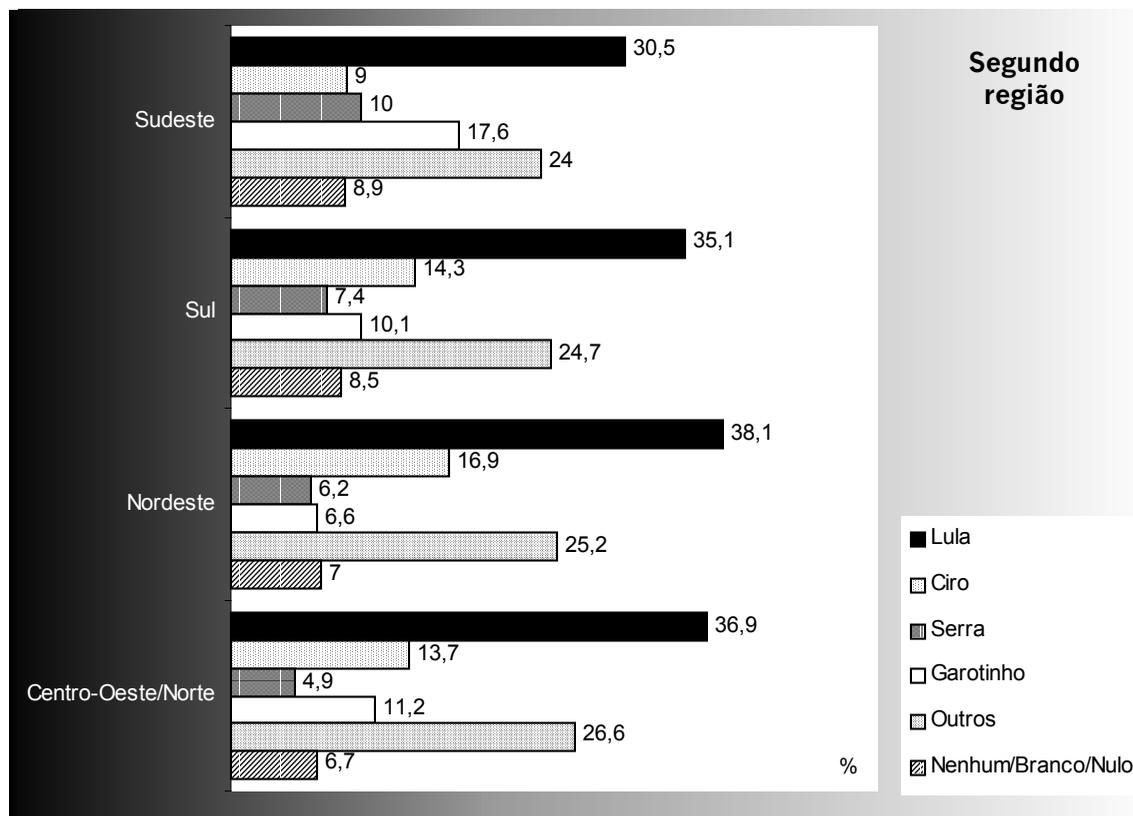
Se a eleição para presidente fosse hoje e os candidatos fossem estes, em quem você votaria para presidente da República? (Resposta estimulada e única)

## Comparação das bases sociais

Ainda em 2001, as intenções de voto para Lula estavam claramente concentradas nos homens. Os outros candidatos mostram diferenças, mas não são significativas.



Quanto à distribuição das intenções por região, as proporções para Lula e Ciro são maiores na região Nordeste, Garotinho se destaca na região Sudeste e Serra tem sua menor proporção também no Sudeste

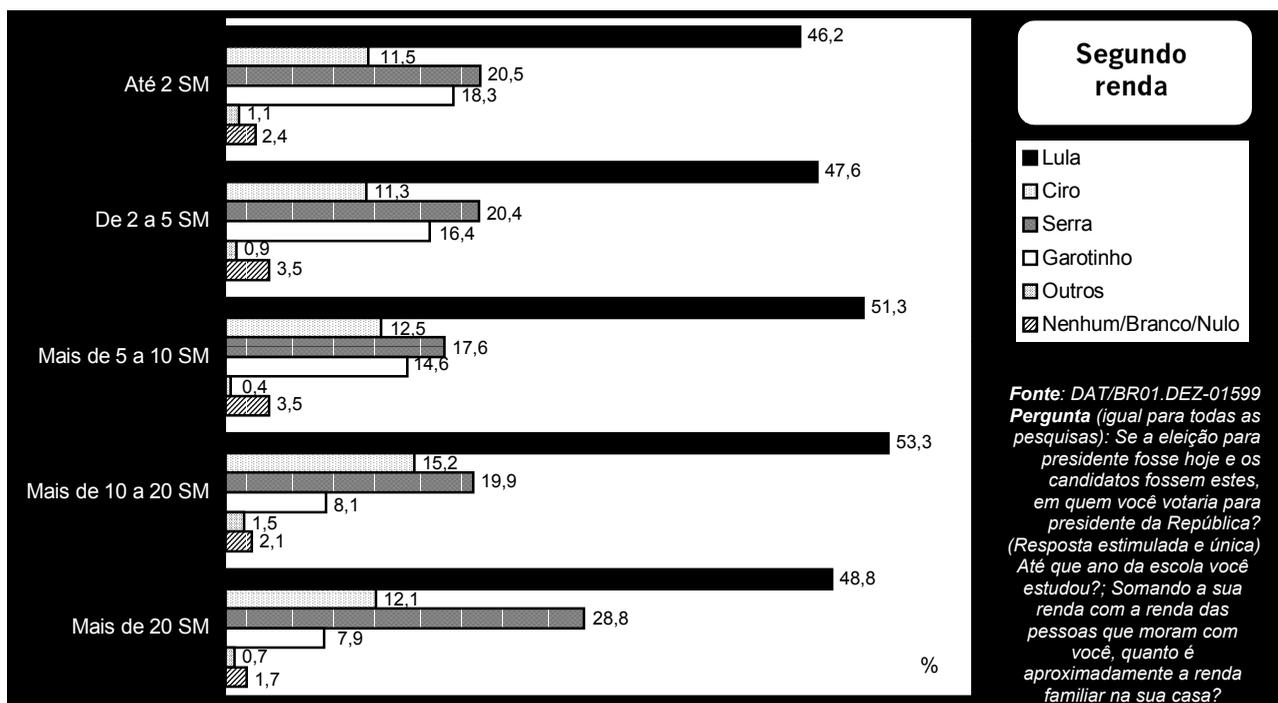
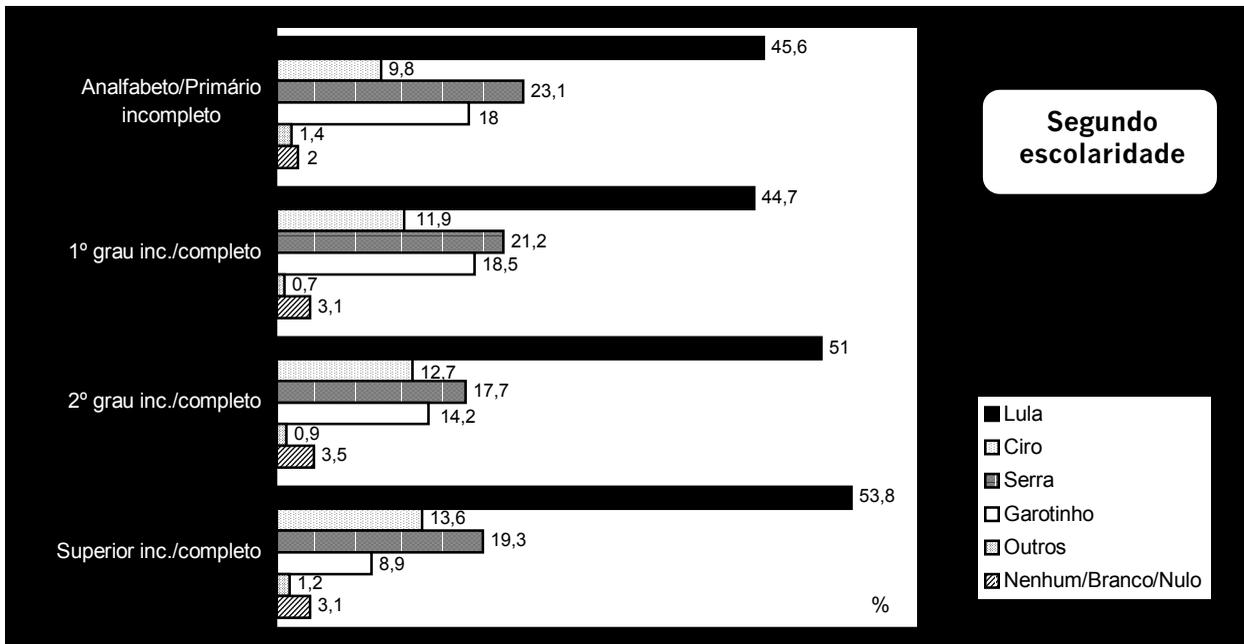


**Fonte:** DAT/BR01.DEZ-01599; **Pergunta:** (igual para todas as pesquisas):  
Se a eleição para presidente fosse hoje e os candidatos fossem estes,  
em quem você votaria para presidente da República? (Resposta estimulada e única)

## 2002: Lula, Ciro, Serra e Garotinho (Setembro de 2002)

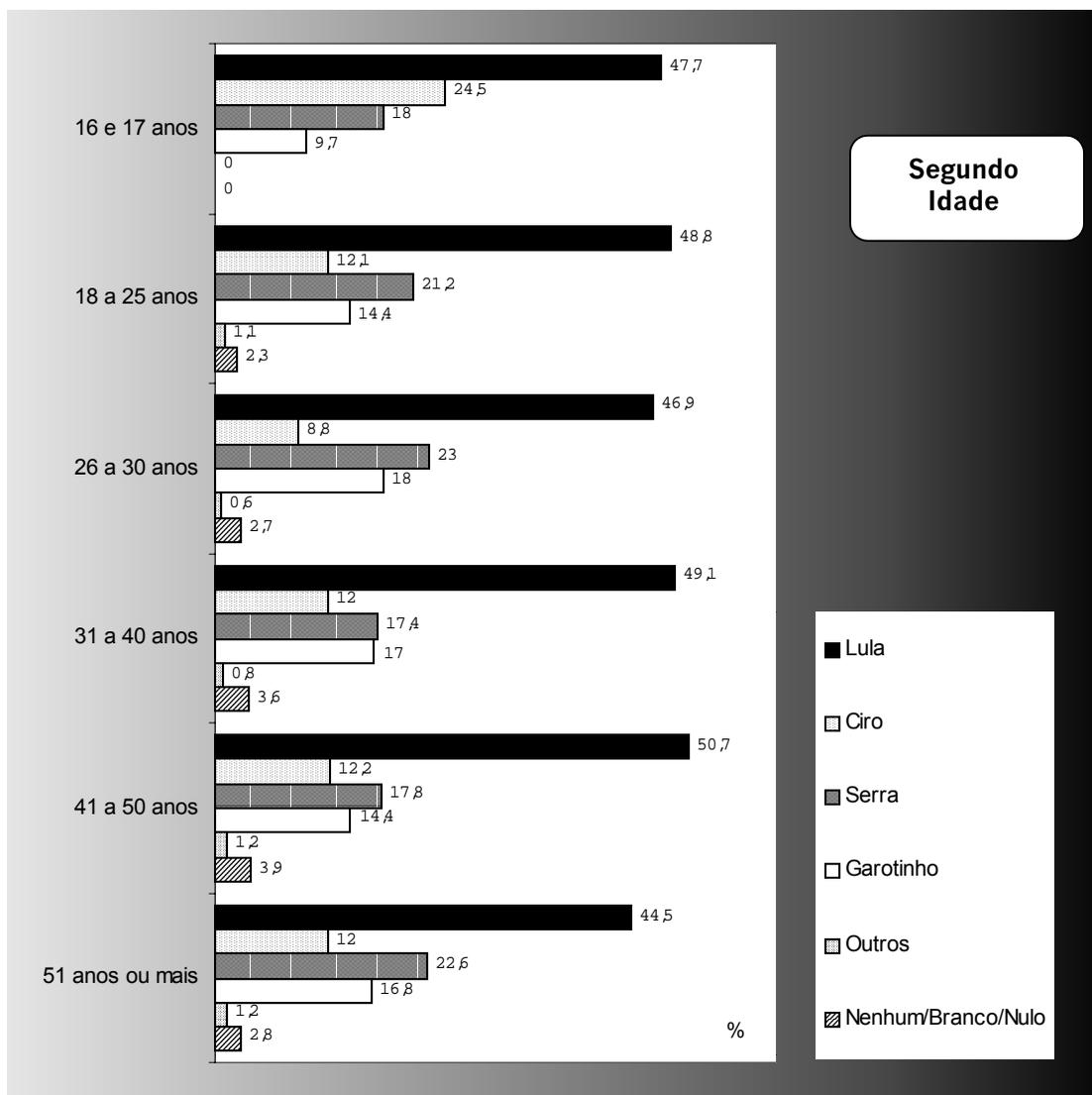
### Comparação das bases sociais

Já no final da campanha para o 1º turno, em Setembro, ficam mais nítidos os segmentos de penetração maior dos candidatos: as intenções de voto em Ciro crescem com o grau de escolaridade e renda; em Serra, crescem com o grau de escolaridade, mas diminuem nas faixas de renda maior; Garotinho tem direção inversa: as intenções de voto diminuem com a escolaridade, e também com o aumento da renda. As maiores intenções de voto em Lula acompanham o aumento da escolaridade e, quanto à renda, são maiores nas faixas médias.



## Comparação das bases sociais

Quanto à idade, é nítida a maior preferência de Ciro entre os jovens de 16 e 17 anos; para Garotinho, essa é a faixa de idade de menor penetração. Para Serra, as menores proporções também estão entre os mais jovens, e para Lula, inversamente, a menor proporção está entre os com mais de 51 anos.



Fonte: DAT/BR02.SET-01692

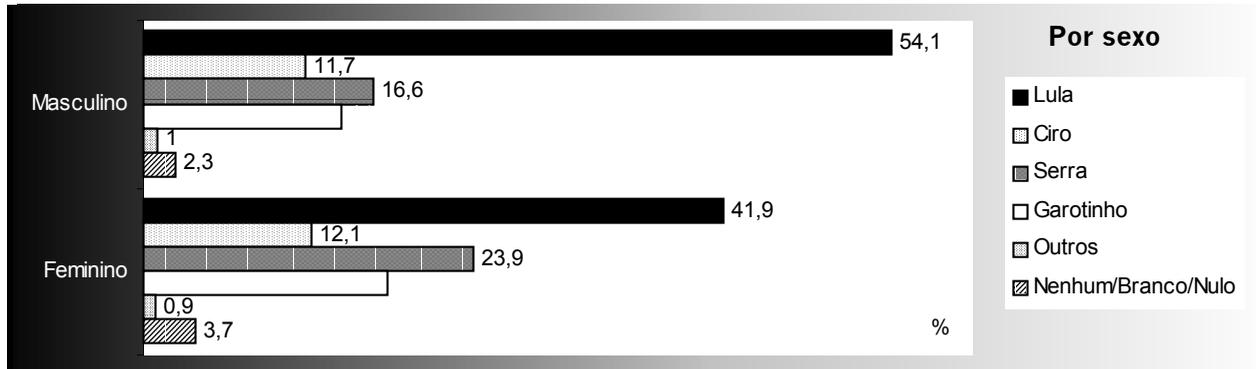
### Pergunta

(igual para todas as pesquisas):

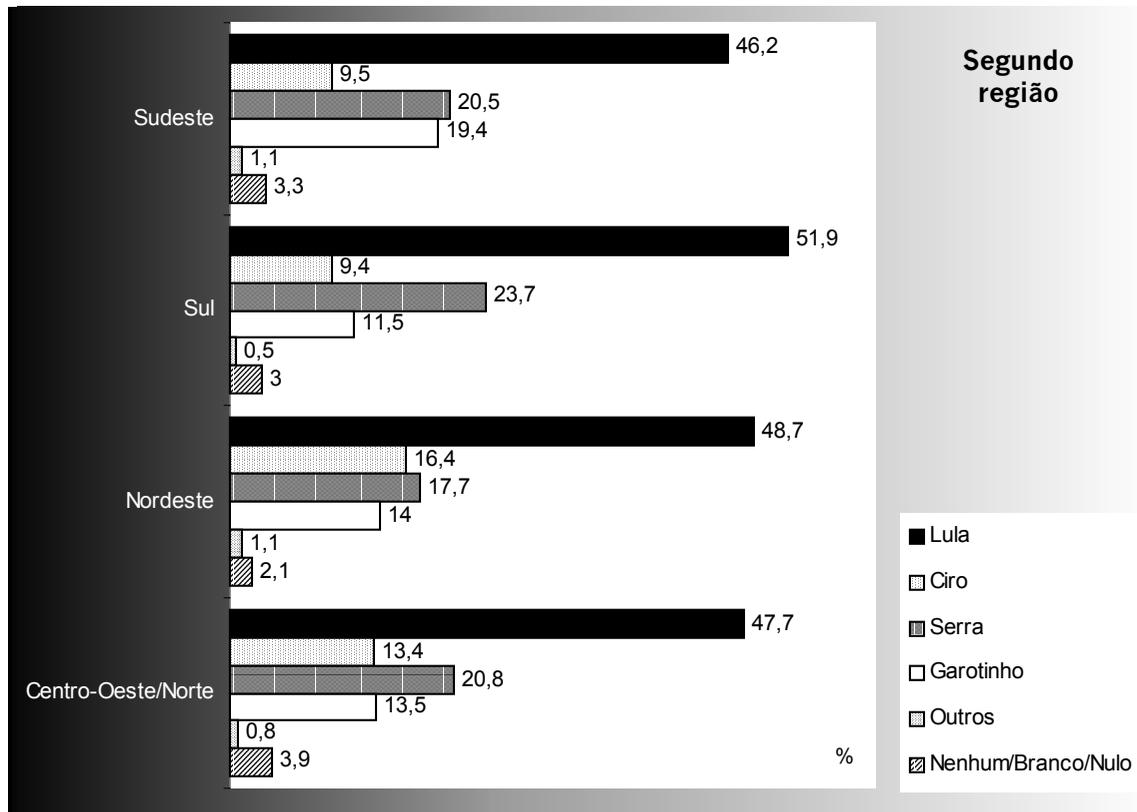
Se a eleição para presidente fosse hoje e os candidatos fossem estes, em quem você votaria para presidente da República? (Resposta estimulada e única)

## Comparação das bases sociais

A predominância dos homens nas intenções de voto em Lula se mantém no 1º turno de 2002, tal como fora nas outras eleições. Em Serra o predomínio é feminino.



Distribuídos por região, os dados indicam a clara disputa das intenções entre Serra e Garotinho no Sudeste, de Ciro e Serra no Nordeste e de Ciro e Garotinho no Norte/ Centro-Oeste. Lula tem sua maior penetração na região Sul.



Fonte: DAT/BR01.DEZ-01599

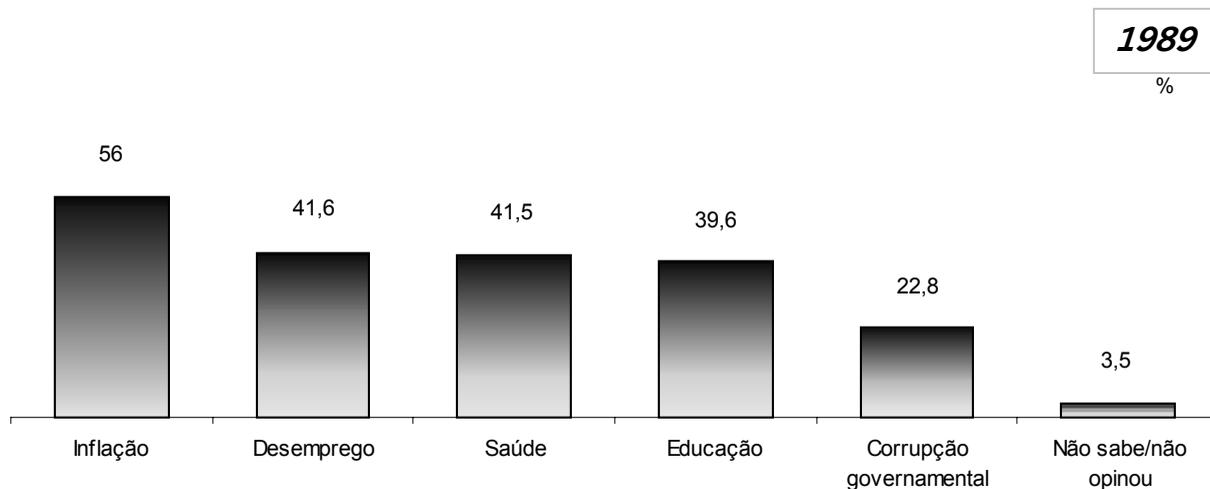
Pergunta: (igual para todas as pesquisas): Se a eleição para presidente fosse hoje e os candidatos fossem estes, em quem você votaria para presidente da República? (Resposta estimulada e única)

### *Principais problemas do país em 1989, 1994, 1998 e 2002*

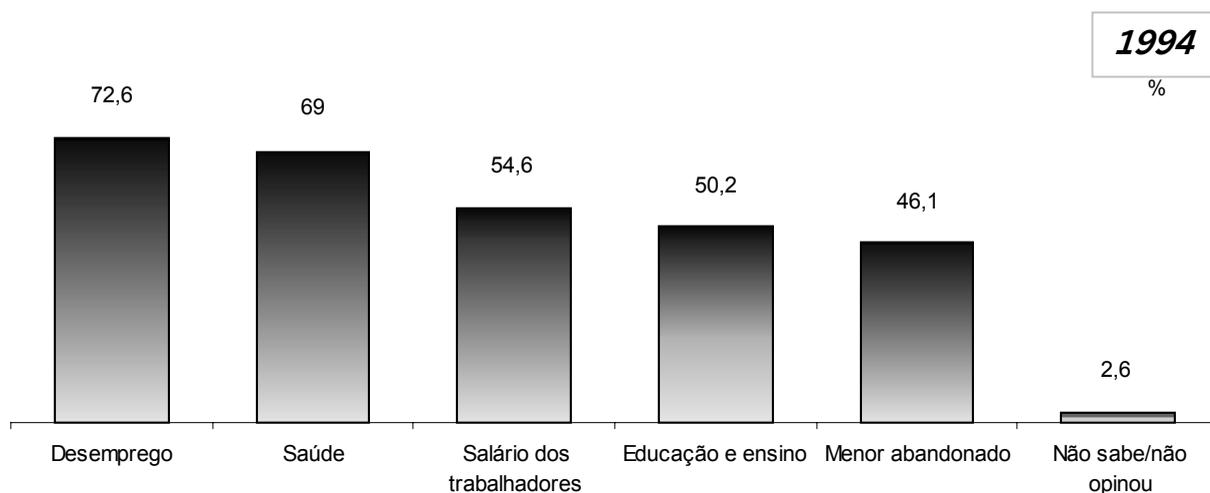
#### O quê mudou e o quê continua como problema na percepção do eleitor

##### Áreas que vêm enfrentando os problemas mais graves (os mais citados)

A inflação é o grande destaque entre os problemas apontados em 1989.



Em 94, o desemprego concentra mais de 70% das citações sobre os principais problemas.



(1989) Fonte: IBO/BR89.OUT-00193 (31 de outubro)

**Pergunta:** E pensando agora na situação do Brasil, por favor, diga-me quais são as três áreas que o (a) Sr(a). acha que o Brasil vem enfrentando problemas mais graves? (até três opções – resposta estimulada)

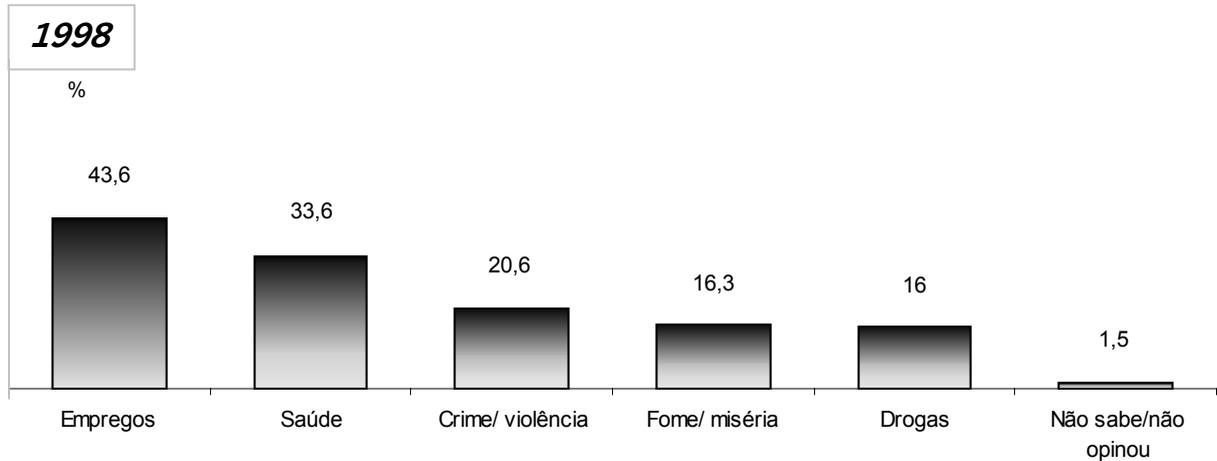
(1994) Fonte: IBO/BR94.OUT-00378 (02 de outubro)

**Pergunta:** Aqui está uma lista das áreas em que as pessoas acham que o Brasil vem enfrentando problemas de maior ou menor gravidade. Por favor, diga-me quais as cinco áreas em que o(a) Sr(a). acha que o Brasil vem enfrentando problemas mais graves? (Múltipla) (cinco áreas)

## O quê mudou e o quê permanece como problema na percepção do eleitor

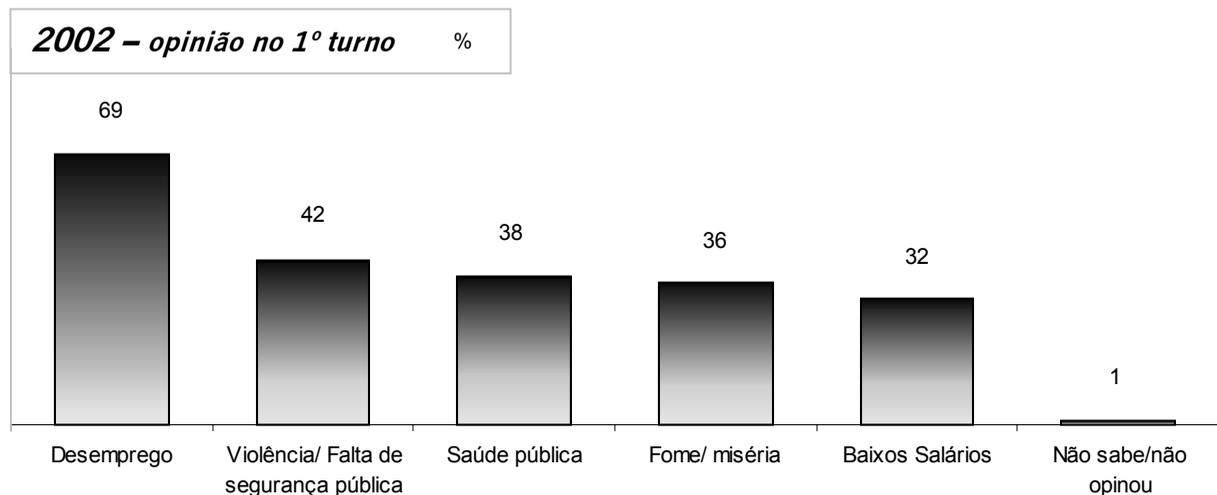
### Áreas que vêm enfrentando os problemas mais graves (os mais citados)

**Fome/Miséria** e **Drogas** são apontadas em 1998 como um dos principais problemas, mas é o emprego que se destaca como principal dentre os mencionados.



Em 2002, o **desemprego** é apontado novamente como o principal problema, repetindo a seqüência dos anos eleitorais anteriores.

**Violência e da falta de segurança** aparece como segundo problema mais grave.



(1998) Fonte: IBO/BR98.OUT-01259 (18 de setembro)

**Pergunta:** Aqui está uma lista de itens onde os brasileiros vêm enfrentando problemas de maior ou menor gravidade. Diga quais as duas áreas onde, na sua opinião, o Brasil está enfrentando maiores problemas: (duas opções)

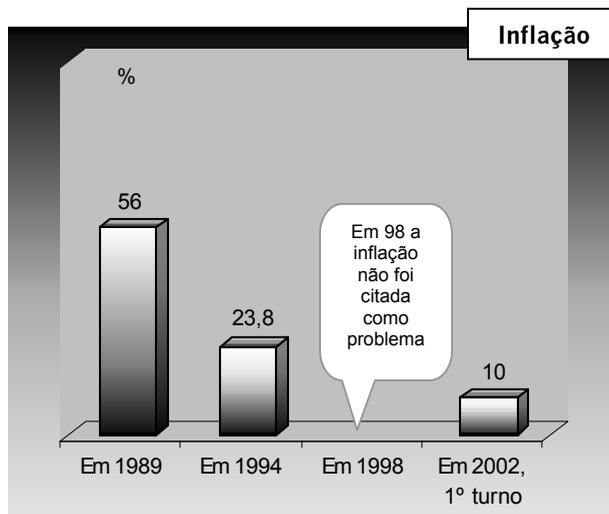
(2002) Fonte: OPP249 AGO 2002

**Pergunta:** Na sua opinião, quais as três principais problemas do país hoje?

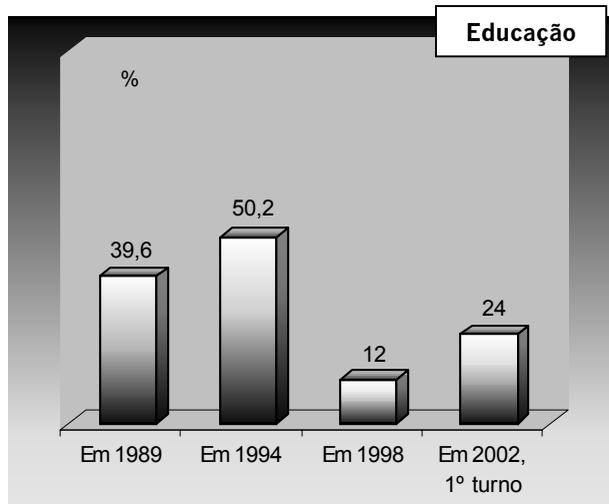
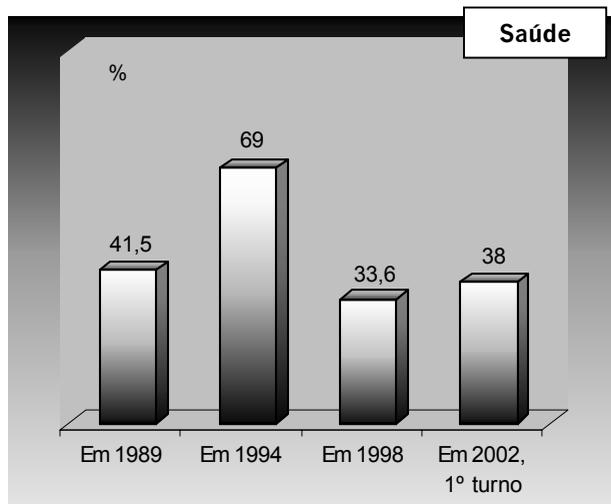
## Principais problemas do país em 1989, 1994, 1998 e 2002

### Os principais problemas apontados em cada eleição para presidente

No quadro comparativo dos principais problemas apontados nos anos eleitorais, destaca-se a trajetória da **Inflação**. Foi apontada em 1989 como o problema mais grave; em 1994 e 2002 esteve entre as áreas mais citadas e, em 1998, não foi mencionada.



**Saúde e Educação** são citados entre as cinco áreas com problemas mais graves em todos os anos, desde 1989.



(1989) Fonte: IBO/BR89.OUT-00193 (31 de outubro)

**Pergunta:** E pensando agora na situação do Brasil, por favor, diga-me quais são as três áreas que o (a) Sr(a). acha que o Brasil vem enfrentando problemas mais graves? (até três opções – resposta estimulada)

(1994) Fonte: IBO/BR94.OUT-00378 (02 de outubro)

**Pergunta:** Aqui está uma lista das áreas em que as pessoas acham que o Brasil vem enfrentando problemas de maior ou menor gravidade. Por favor, diga-me quais as cinco áreas em que o(a) Sr(a). acha que o Brasil vem enfrentando problemas mais graves? (Múltipla) (cinco áreas)

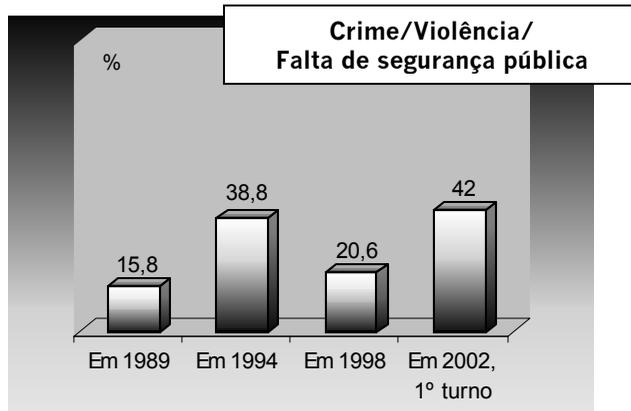
(1998) Fonte: IBO/BR98.OUT-01259 (18 de setembro)

**Pergunta:** Aqui está uma lista de itens onde os brasileiros vêm enfrentando problemas de maior ou menor gravidade. Diga quais as duas áreas onde, na sua opinião, o Brasil está enfrentando maiores problemas: (duas opções)

(2002) Fonte: OPP249 AGO 2002

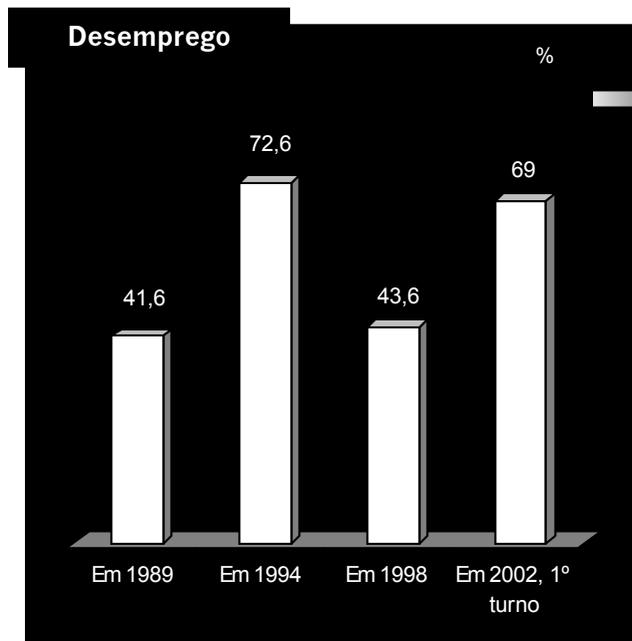
**Pergunta:** Na sua opinião, quais as três principais problemas do país hoje?

## Os principais problemas apontados em cada eleição para presidente

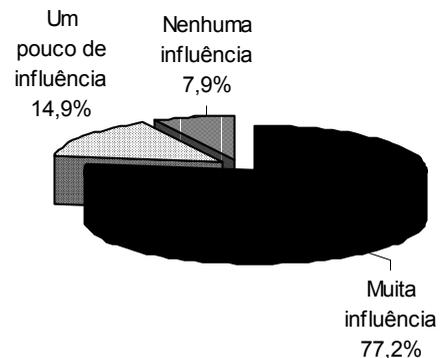


No período 1989-2002, a **Violência** e a **Segurança Pública** são apontadas crescentemente.

Em todas as campanhas do período o desemprego é o problema mais citado, e no 1º turno de 2002 influencia o voto para um número significativo de pessoas.



### Influência do desemprego na decisão do voto



Fonte: DAT/BR02.SET-001691

Pergunta: Você diria que a questão do desemprego tem muita influência, um pouco de influência ou nenhuma influência no seu voto para presidente da República?

1989) Fonte: IBO/BR89.OUT-00193 (31 de outubro)

Pergunta: E pensando agora na situação do Brasil, por favor, diga-me quais são as três áreas que o (a) Sr(a). acha que o Brasil vem enfrentando problemas mais graves? (até três opções – resposta estimulada)

(1994) Fonte: IBO/BR94.OUT-00378 (02 de outubro)

Pergunta: Aqui está uma lista das áreas em que as pessoas acham que o Brasil vem enfrentando problemas de maior ou menor gravidade. Por favor, diga-me quais as cinco áreas em que o(a) Sr(a). acha que o Brasil vem enfrentando problemas mais graves? (Múltipla) (cinco áreas)

(1998) Fonte: IBO/BR98.OUT-01259 (18 de setembro)

Pergunta: Aqui está uma lista de itens onde os brasileiros vêm enfrentando problemas de maior ou menor gravidade. Diga quais as duas áreas onde, na sua opinião, o Brasil está enfrentando maiores problemas: (duas opções)

(2002) Fonte: OPP249 AGO 2002

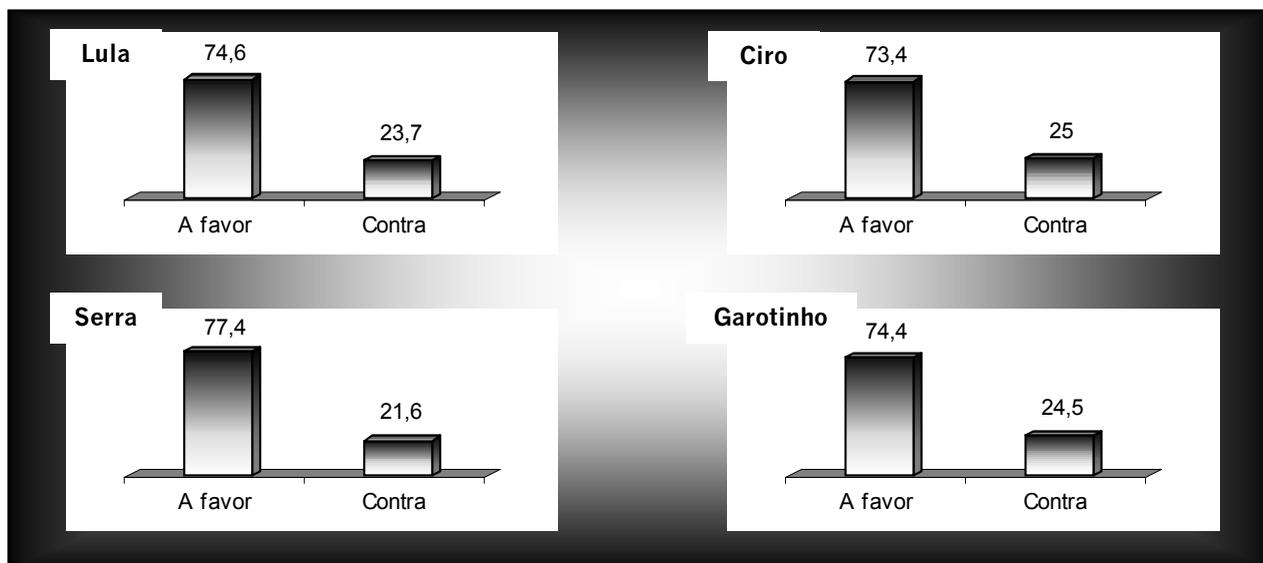
Pergunta: Na sua opinião, quais as três principais problemas do país hoje?

## 2002: Temas da violência e segurança pública

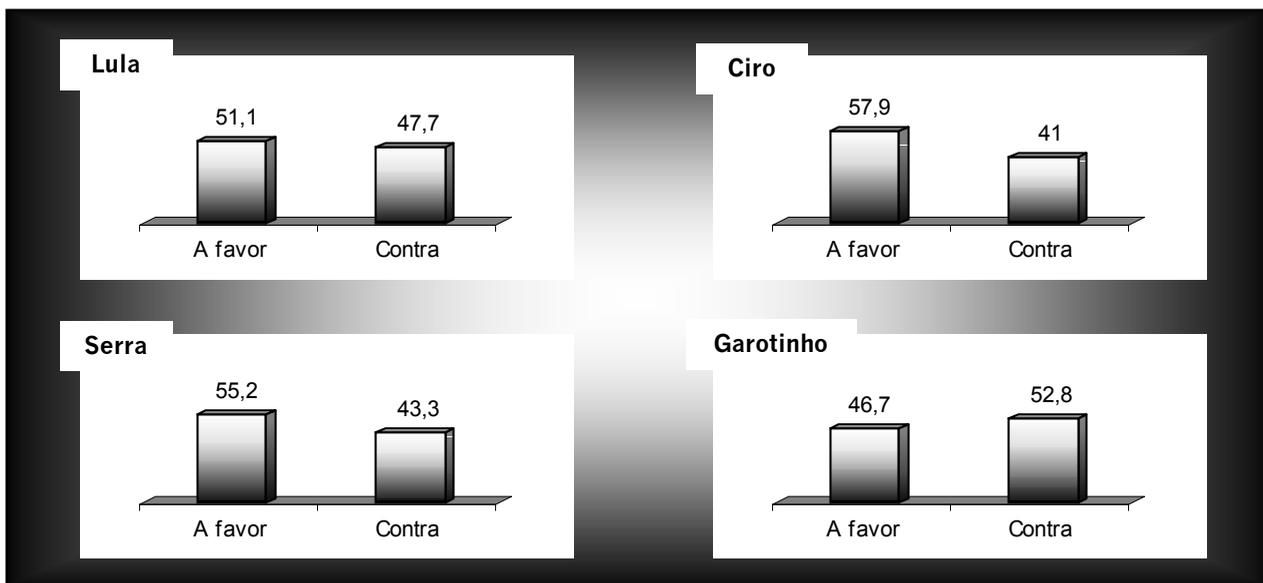
### Opiniões do eleitorado no 1º turno de 2002 por candidato

É notável a predominância de opiniões favoráveis à prisão perpétua para todos os candidatos, assim como também é a maioria dos que preferem a pena de morte, com exceção dos que se identificam com Garotinho.

**Prisão perpétua** (em %)



**Pena de morte** (em %)



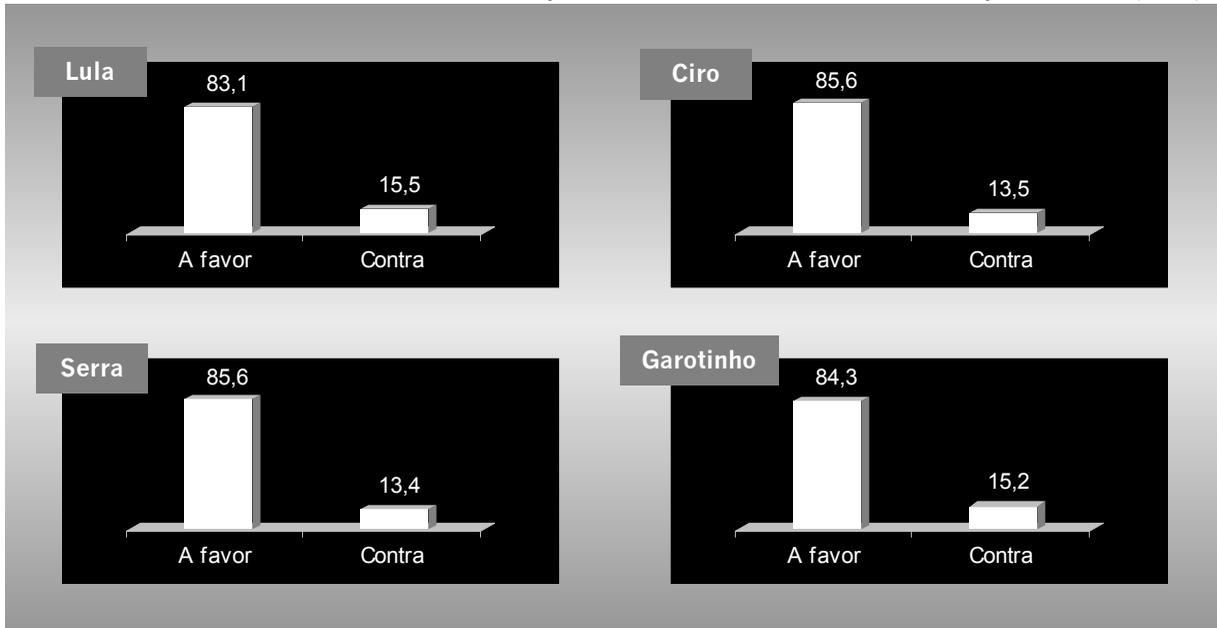
Fonte: DAT/BR02.FEV-01601

**Perguntas:** Alguns nomes já estão sendo cogitados como candidatos a presidente. Se a eleição para presidente fosse hoje e os candidatos fossem estes (mostre cartão correspondente), em quem você votaria para presidente da República? (resposta estimulada e única); Se hoje houvesse uma consulta à população, você votaria a favor ou contra a adoção da prisão perpétua no Brasil?; E se hoje houvesse uma consulta à população, você votaria a favor ou contra a adoção da pena de morte no Brasil?

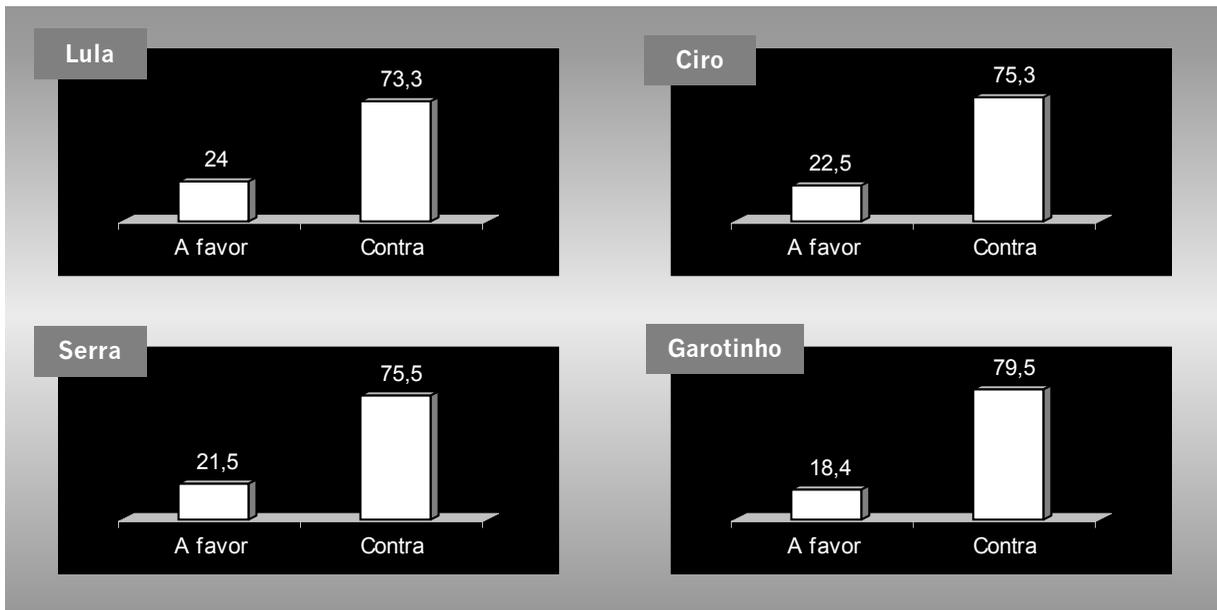
## Uso do exército contra a violência

Destacam-se ainda mais a opinião favorável ao uso do exército para conter a violência para todos os entrevistados, independentemente do candidato. O mesmo ocorre com as opiniões contrárias ao porte de arma.

Opiniões do eleitorado no 1º turno de 2002 por candidato (em %)



## Porte de arma (em %)



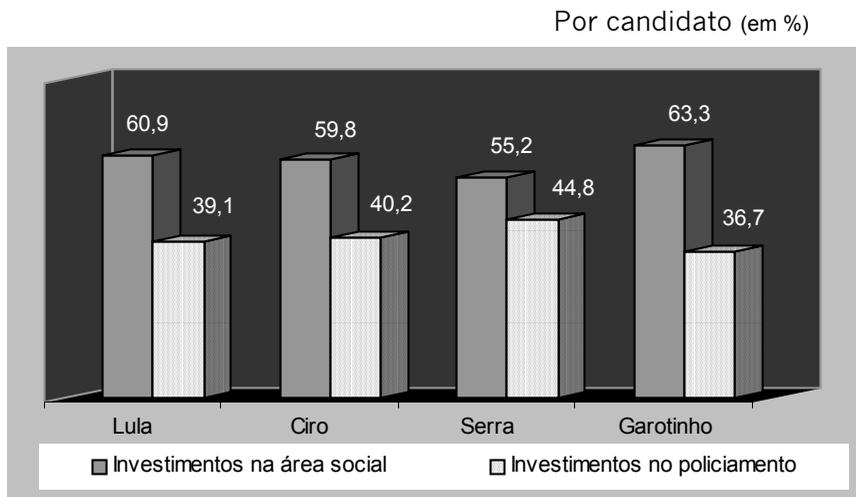
Fonte: DAT/BR02.FEV-01601

Perguntas: Alguns nomes já estão sendo cogitados como candidatos a presidente. Se a eleição para presidente fosse hoje e os candidatos fossem estes (mostre cartão correspondente), em quem você votaria para presidente da República? (resposta estimulada e única); Você é a favor ou contra que o exército seja convocado para combater a violência nas ruas das grandes cidades?; Você é a favor ou contra a venda de armas de fogo a civis?

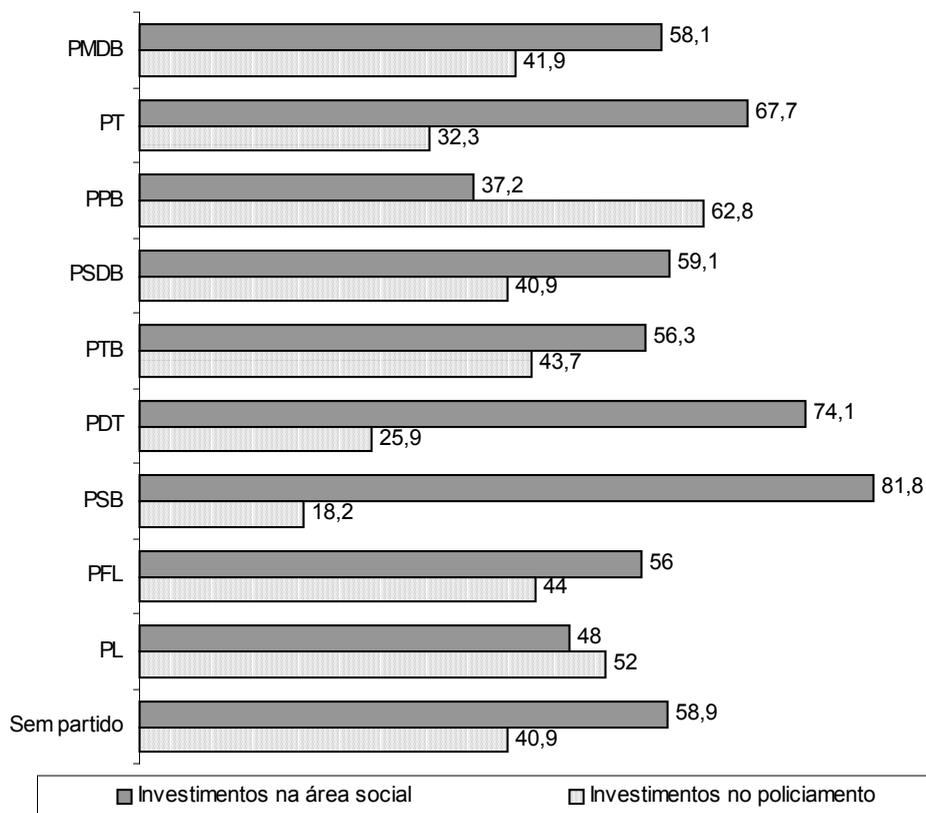
## 2002: Temas da violência e segurança pública

### Opiniões sobre a política de combate à violência urbana

Na questão sobre o **combate à violência urbana, a maioria dos entrevistados apontou os investimentos na área social** como uma solução para o problema. Mas, os identificados com Lula e Garotinho são os que se destacam.



Por partido (em %)



Os identificados com PSB, PDT e PT são os que apóiam o investimento social. Os identificados com PPB e PL são os que mais apóiam o policiamento.

**Fonte:** DAT/BR02.FEV-01601

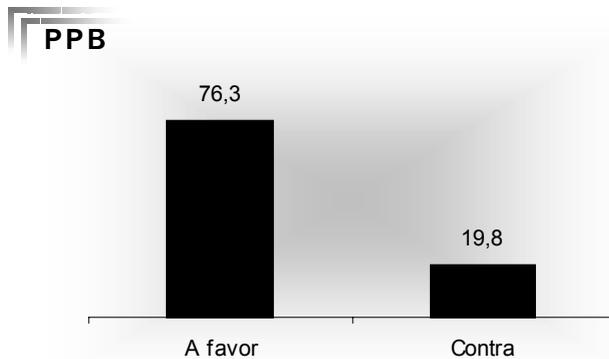
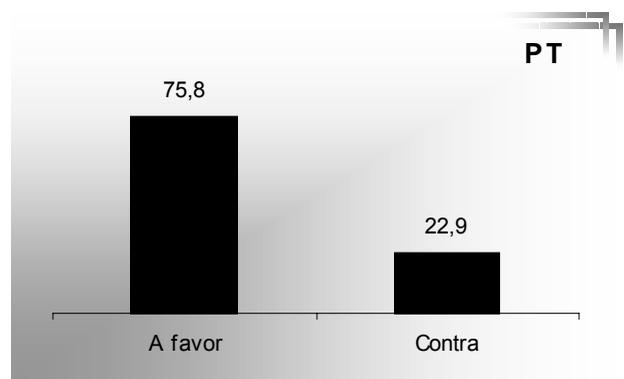
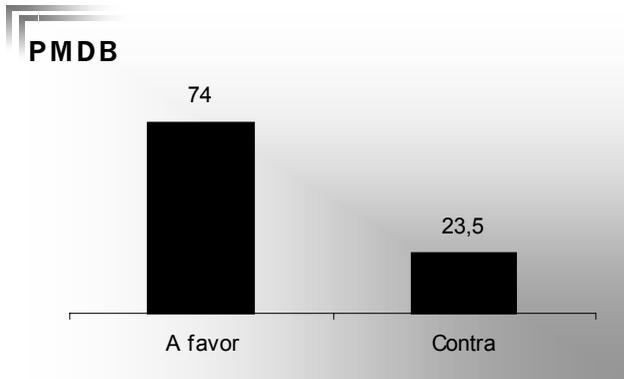
**Perguntas:** Na sua opinião, para combater a violência o governo deveria priorizar investimentos no social como por exemplo, ações de combate ao desemprego e melhorias na educação, ou os investimentos deveriam ser voltados principalmente para segurança como por exemplo aumentar o número de policiais treinados e equipados nas ruas?; Qual é o seu partido político de preferência ?

2002: Temas da violência e segurança pública

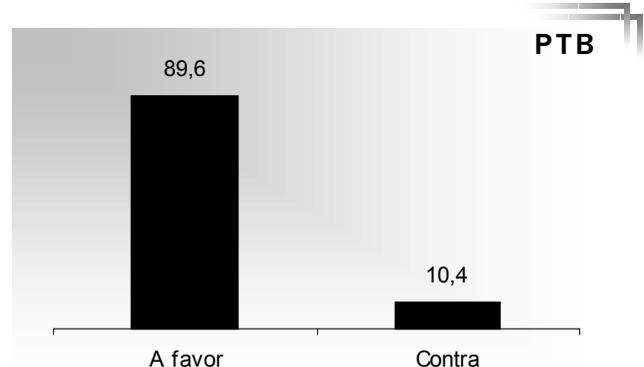
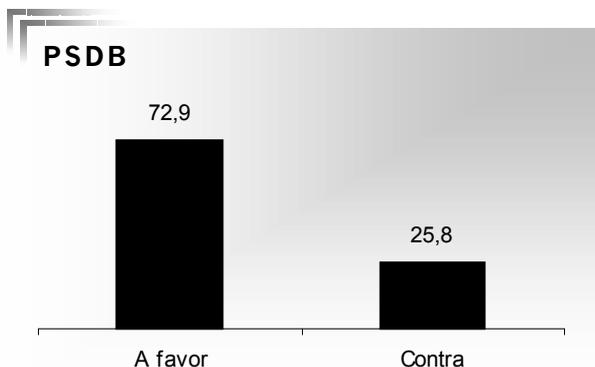
Opiniões do eleitorado no 1º turno, por partido

As questões da violência urbana ultrapassam as distinções partidárias: a grande maioria dos entrevistados identificados com partidos políticos e mesmo os não identificados apóiam a adoção da prisão perpétua e o uso do exército no combate à violência

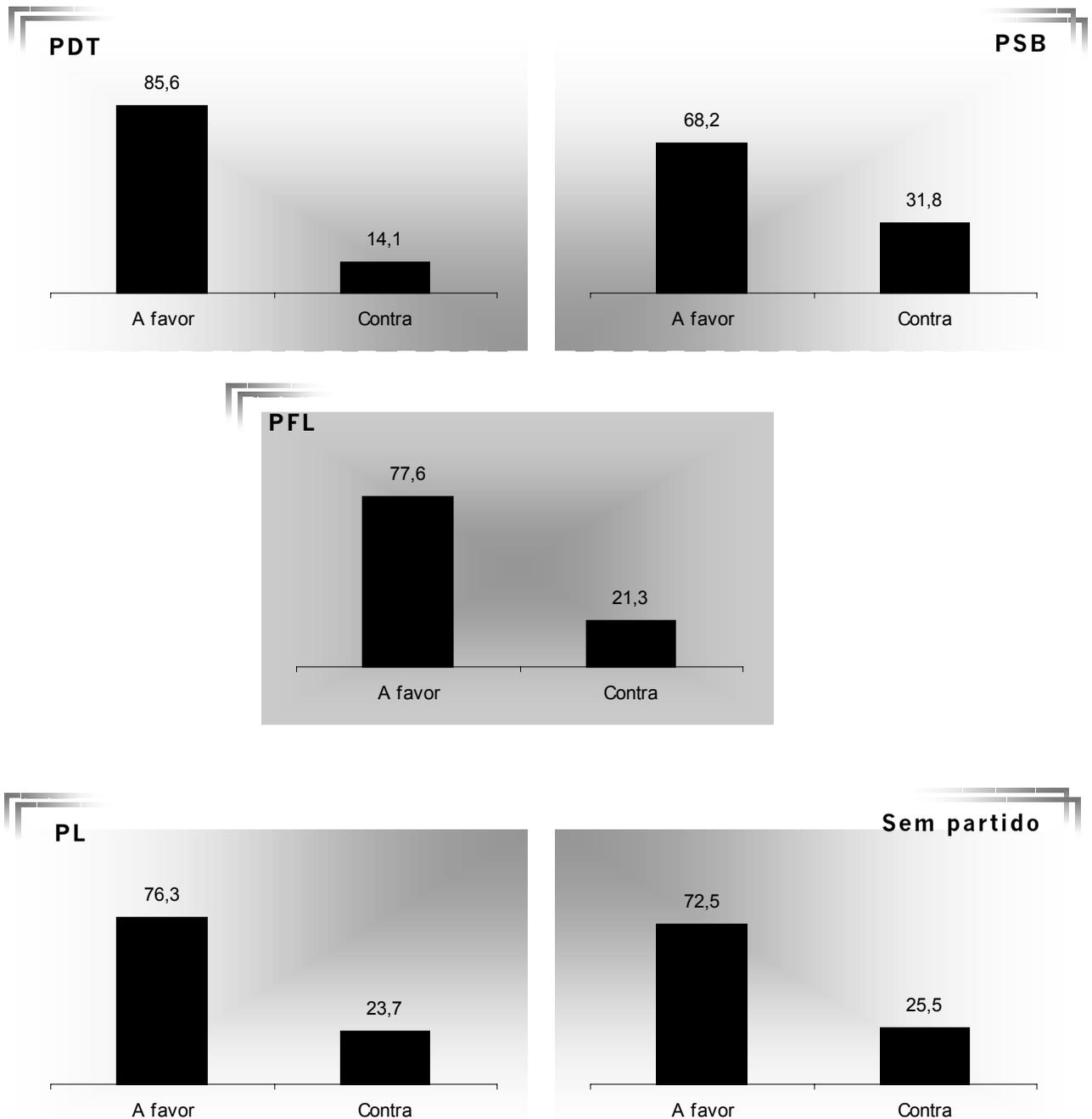
**Prisão perpétua** (em %)



**Fonte:**  
DAT/BR02.FEV-01601  
**Perguntas:**  
Qual é o seu partido político de preferência ?;  
Se hoje houvesse uma consulta à população, você votaria a favor ou contra a adoção da prisão perpétua no Brasil ?



Opiniões do eleitorado no 1º turno de 2002 por partido (em %)



Fonte:

DAT/BR02.FEV-01601

Perguntas:

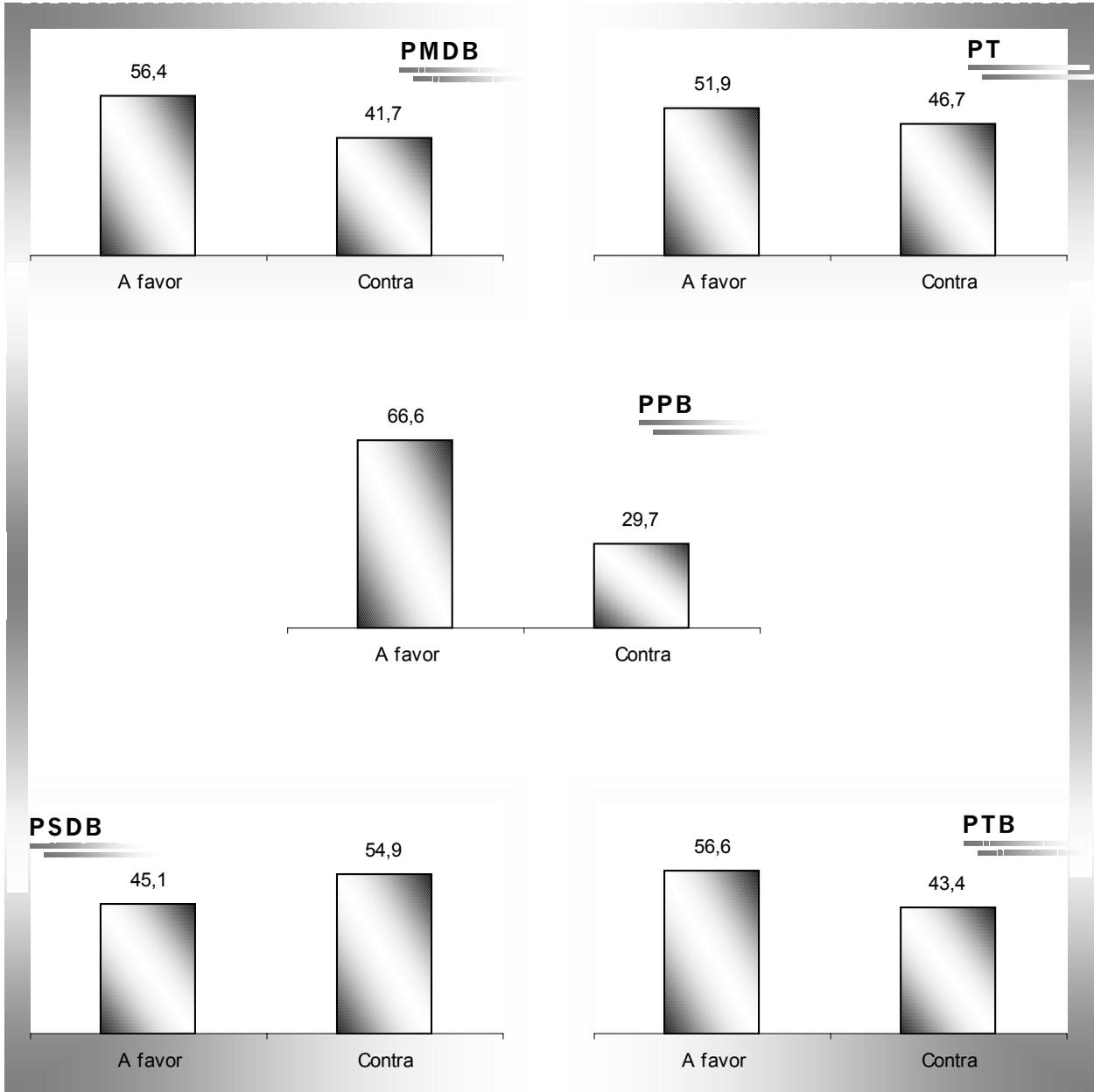
Qual é o seu partido político de preferência ?;

Se hoje houvesse uma consulta à população, você votaria a favor ou contra a adoção da prisão perpétua no Brasil ?

2002: Temas da violência e segurança pública

Sobre a adoção da pena de morte, as opiniões dividem os identificados com os partidos: os que se identificam com o PSDB e PL são os únicos contrários à adoção.

**Pena de Morte** (em %)



Fonte: DAT/BR02.FEV-01601

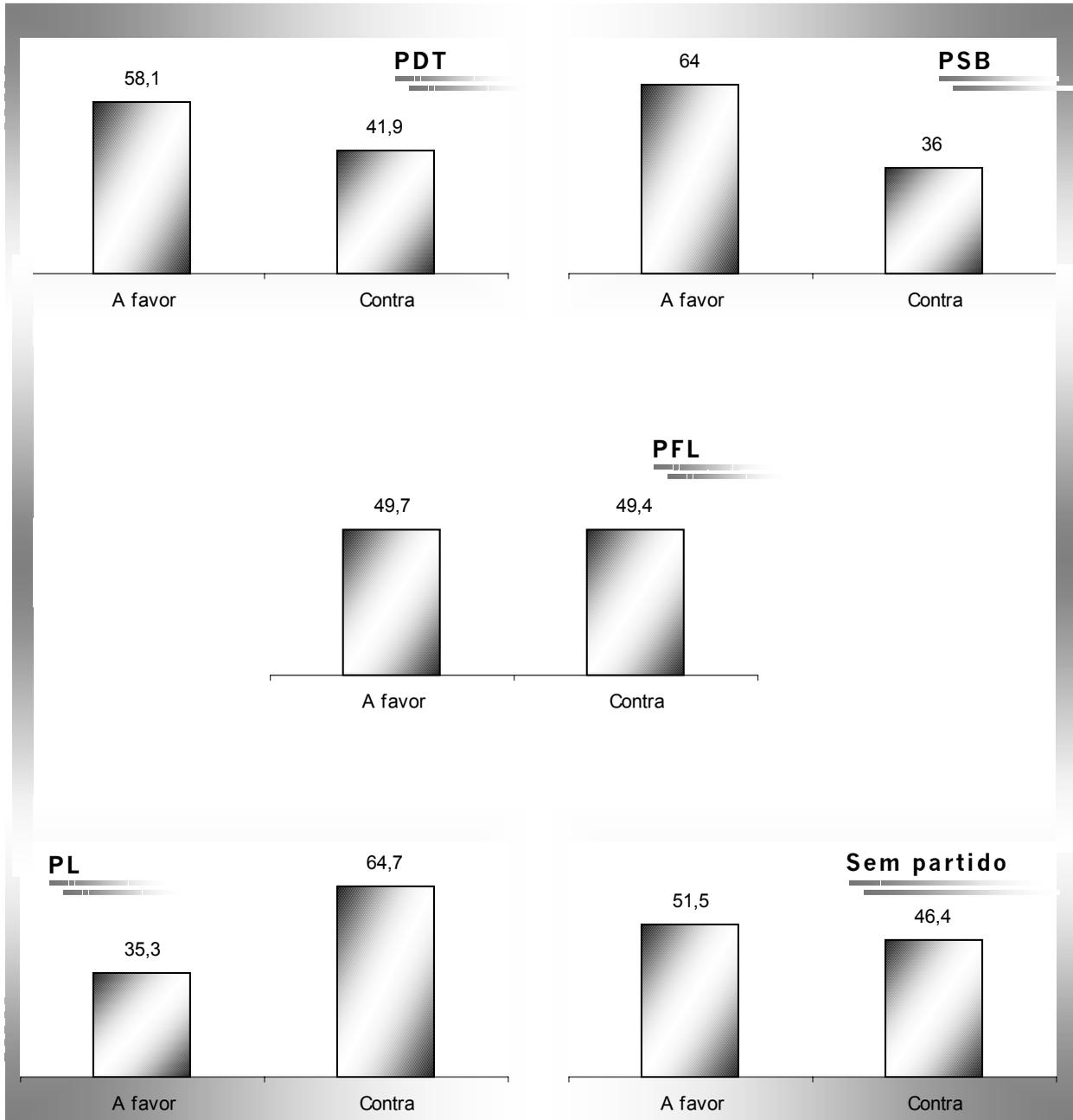
**Perguntas:**

Qual é o seu partido político de preferência ?;

E se hoje houvesse uma consulta à população, você votaria a favor ou contra a adoção da pena de morte no Brasil ?

## Pena de Morte

Opiniões do eleitorado no 1º turno de 2002 por partido (em %)



Fonte: DAT/BR02.FEV-01601

Perguntas:

Qual é o seu partido político de preferência ?;

E se hoje houvesse uma consulta à população, você votaria a favor ou contra a adoção da pena de morte no Brasil ?

2002: Temas da violência e segurança pública

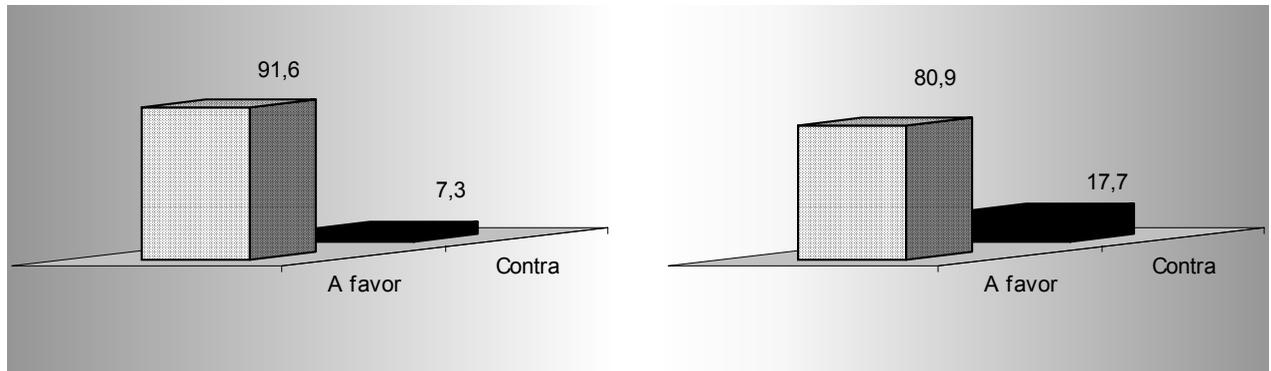
Também o uso do exército no combate à violência urbana é uma medida aprovada pela grande maioria dos entrevistados independentemente da identificação partidária. Apenas o PL apresenta a menor proporção de aprovação (70,9%).

Uso do exército no combate à violência

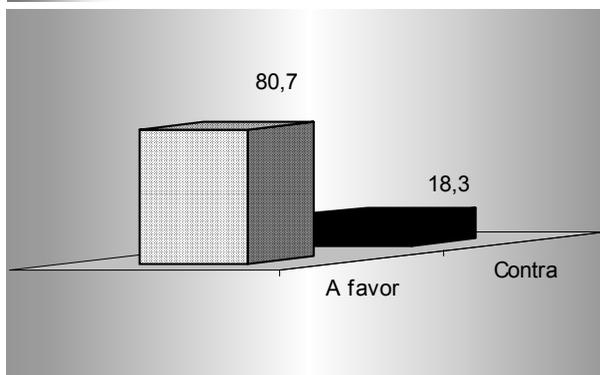
PMDB

Opiniões do eleitorado no 1º turno de 2002 por partido (em %)

PT

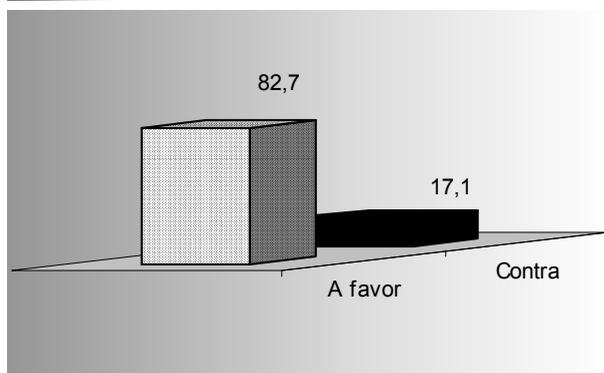


PPB

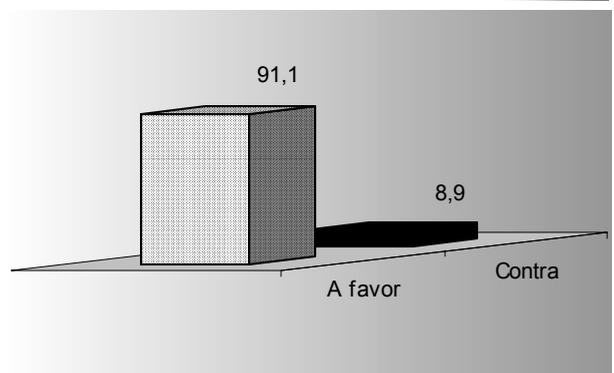


**Fonte:**  
 DAT/BR02.FEV-01601  
**Perguntas:** Qual é o seu partido político de preferência ?; Você é a favor ou contra que o exército seja convocado para combater a violência nas ruas das grandes cidades?; Você é a favor ou contra a venda de armas de fogo a civis ?

PSDB



PTB

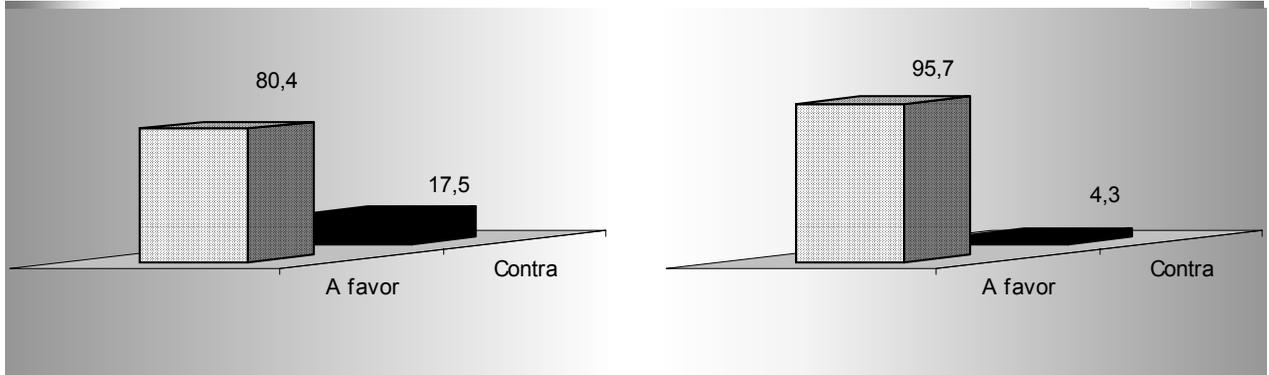


## Uso do exército no combate à violência

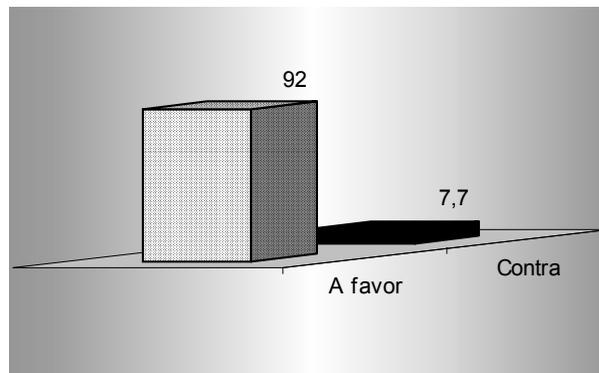
**PDT**

Opiniões do eleitorado no 1º turno de 2002 por partido (em %)

**PSB**

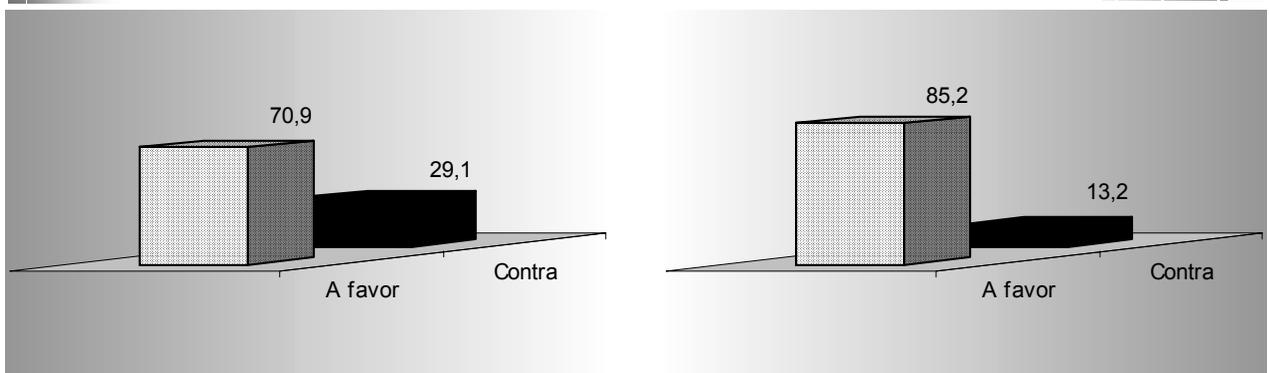


**PPB**



**PL**

**Sem partido**



**Fonte:**

DAT/BR02.FEV-01601

**Perguntas:** Qual é o seu partido político de preferência ?;

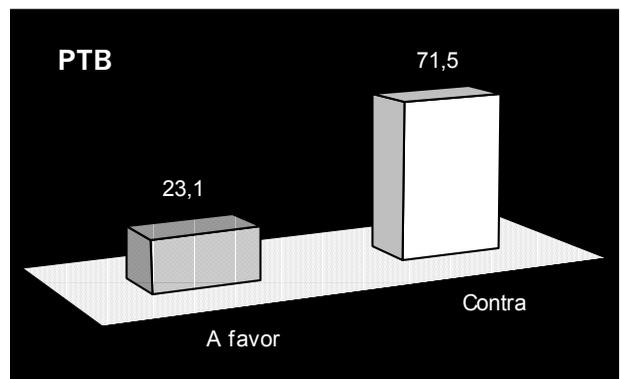
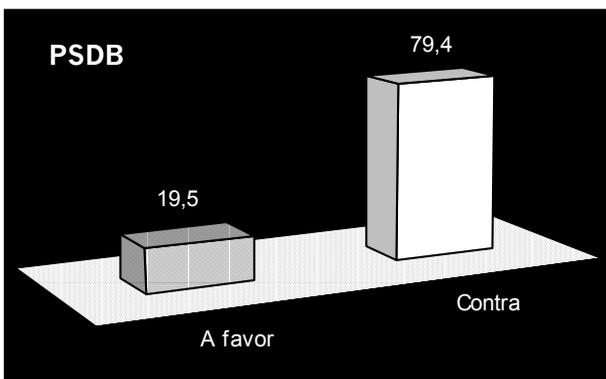
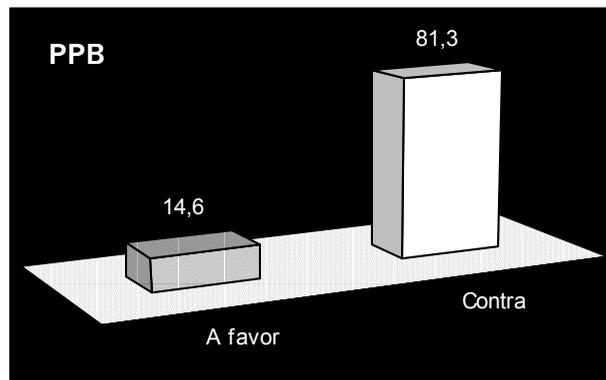
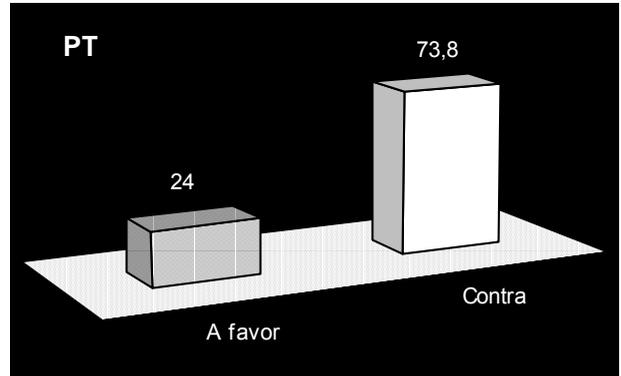
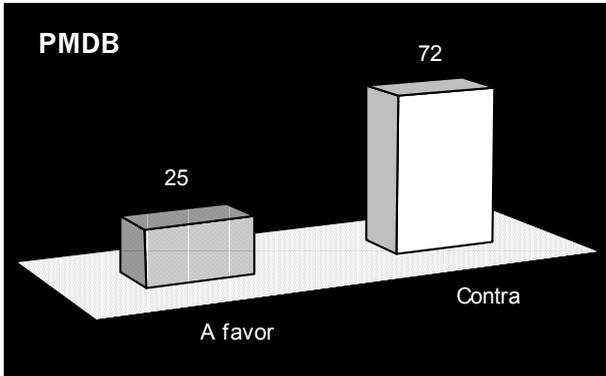
Você é a favor ou contra que o exército seja convocado para combater a violência nas ruas das grandes cidades?; Você é a favor ou contra a venda de armas de fogo a civis ?

*Temas da violência e segurança pública:2002*

A aprovação do porte de arma mostra maiores distinções entre identificados com partidos: são mais favoráveis o PDT, o PMDB e o PT.

**Porte de arma**

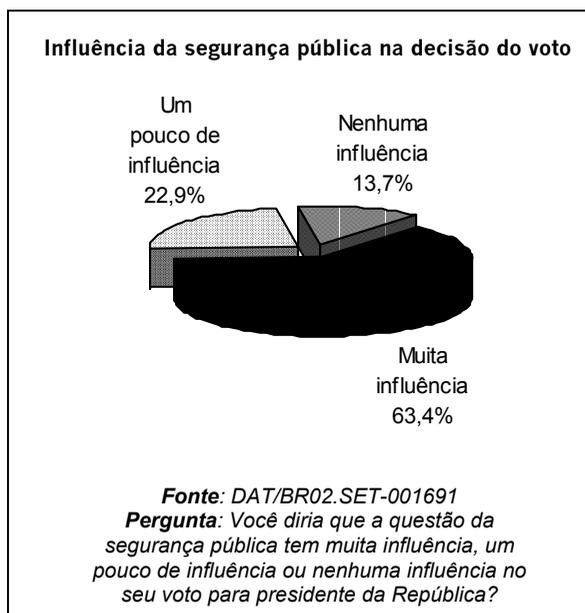
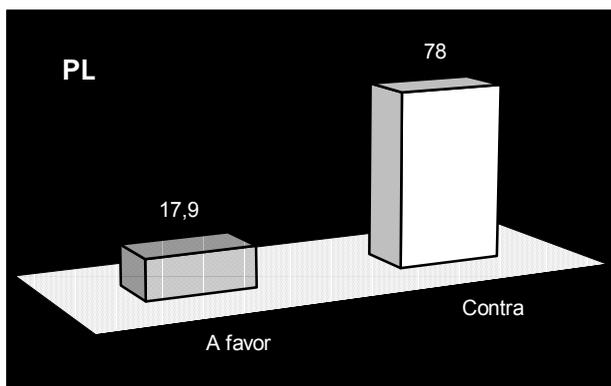
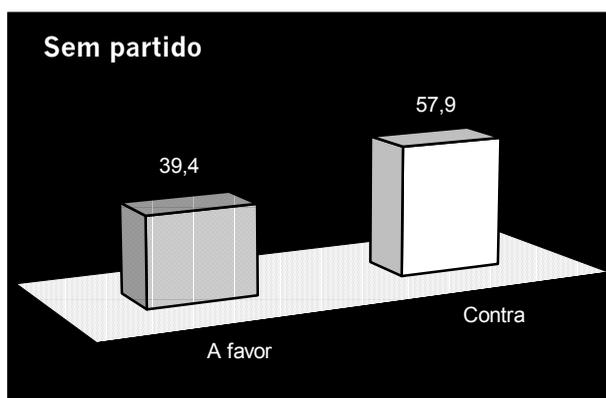
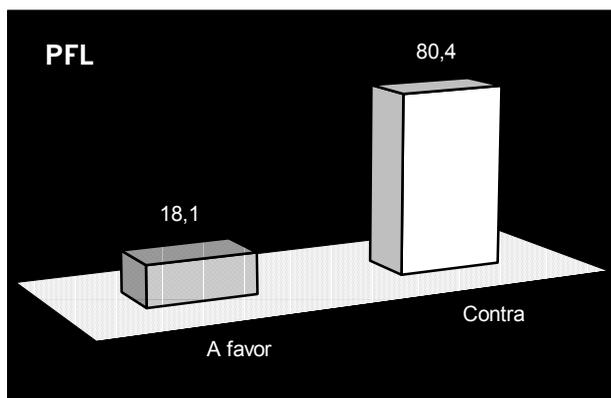
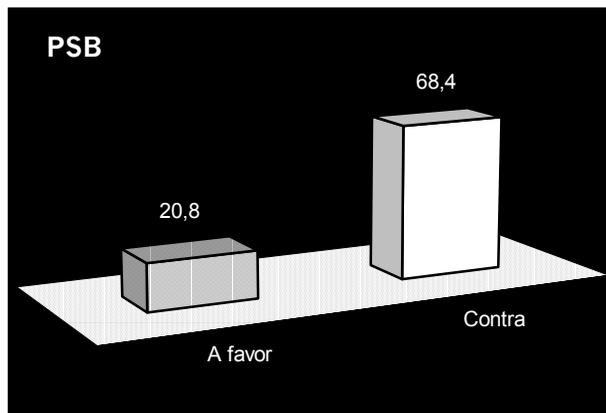
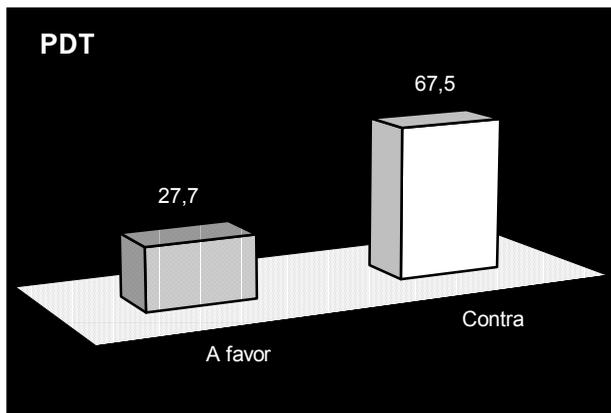
Opiniões do eleitorado no 1º turno de 2002 por partido (em %)



Fonte: DAT/BR02.FEV-01601

Perguntas: Qual é o seu partido político de preferência ?; Você é a favor ou contra que o exército seja convocado para combater a violência nas ruas das grandes cidades?; Você é a favor ou contra a venda de armas de fogo a civis ?

Opiniões do eleitorado no 1º turno de 2002 por partido (em %)



Fonte: DAT/BR02.FEV-01601

**Perguntas:** Qual é o seu partido político de preferência ?  
Você é a favor ou contra que o exército seja convocado para combater a violência nas ruas das grandes cidades?; Você é a favor ou contra a venda de armas de fogo a civis ?

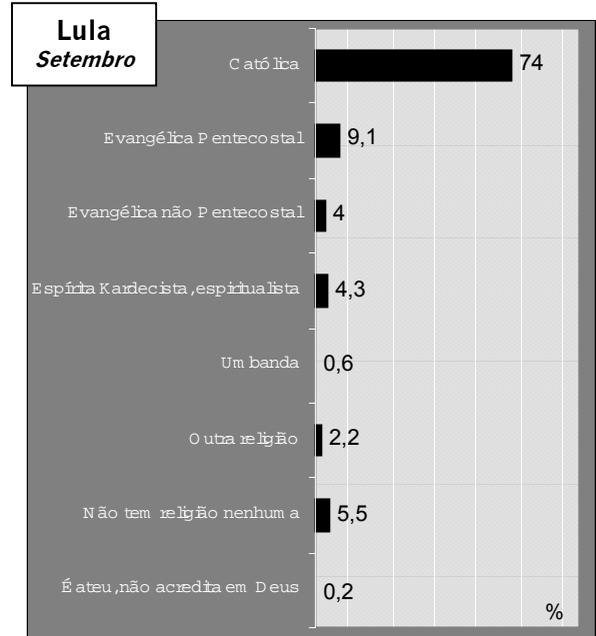
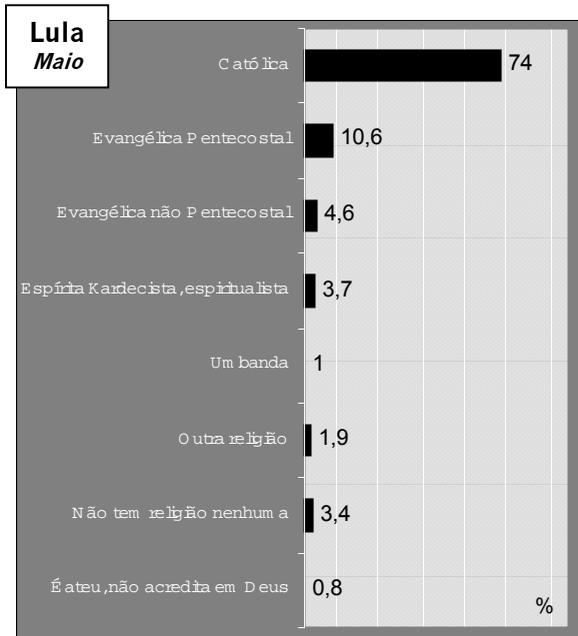
Fonte: DAT/BR02.SET-001691

**Pergunta:** Você diria que a questão da segurança pública tem muita influência, um pouco de influência ou nenhuma influência no seu voto para presidente da República?

Religião e Política em 2002

Qual a religião dos eleitores de Lula, Serra, Ciro e Garotinho?

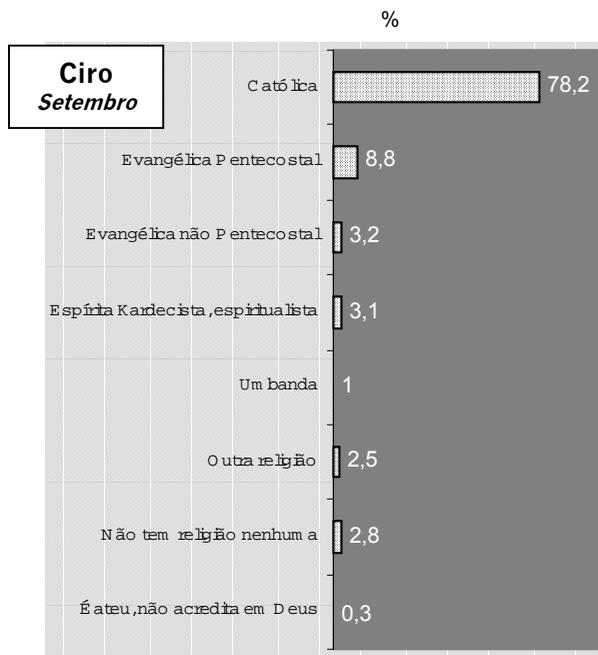
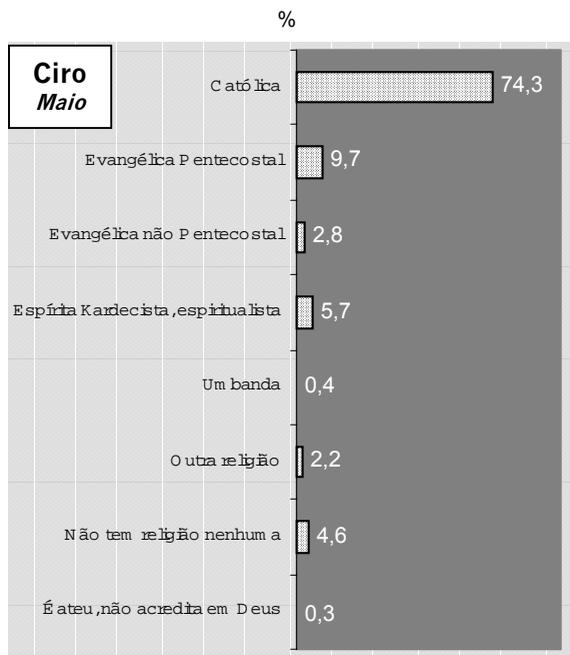
A campanha do 1º turno foi marcada pelo debate sobre a influência de grupos religiosos na votação de candidatos, em específico, Garotinho, ex-governador do Rio de Janeiro. Os católicos são a maioria entre os que declaram votar em Lula e Serra, mas no decorrer da campanha, Lula aumenta sua penetração entre os evangélicos.



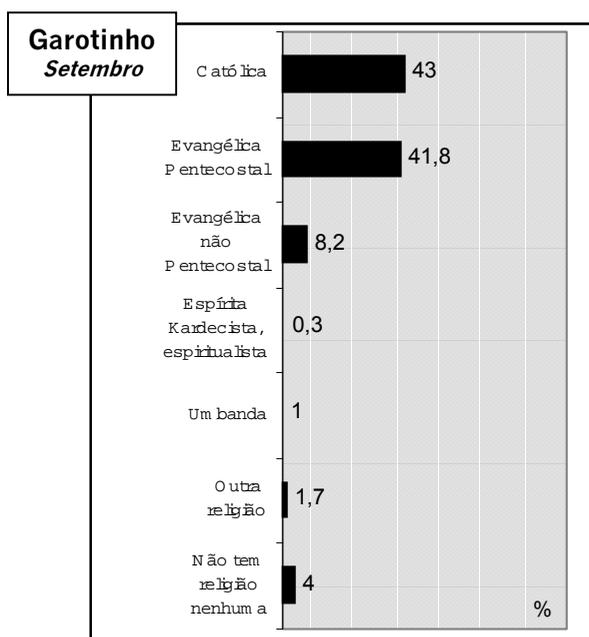
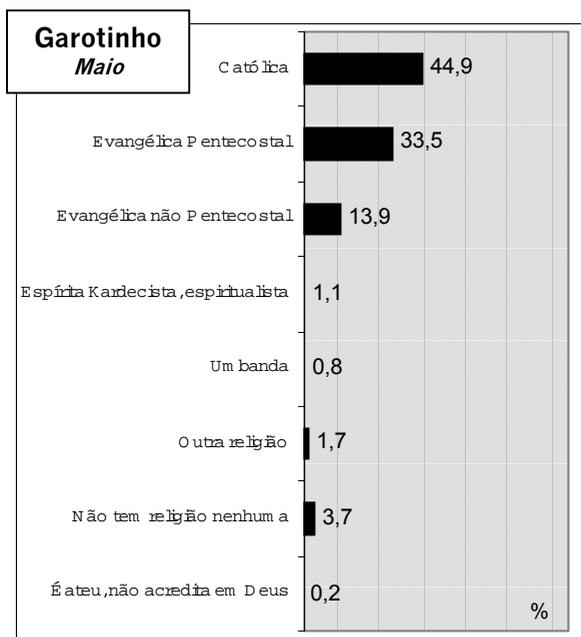
Fonte: DAT/BR02.MAI-01604; DAT/BR02.SET-01691

Perguntas: Se a eleição para presidente fosse hoje em qual destes candidatos você votaria? (estimulada); Eu vou ler uma lista de religiões e gostaria que você me dissesse qual delas é a sua?

Também são os católicos o grupo que predomina na votação de Ciro.



Já os que declaram votar em Garotinho são, em sua maioria, evangélicos, pentecostais e não pentecostais, ultrapassando os católicos.

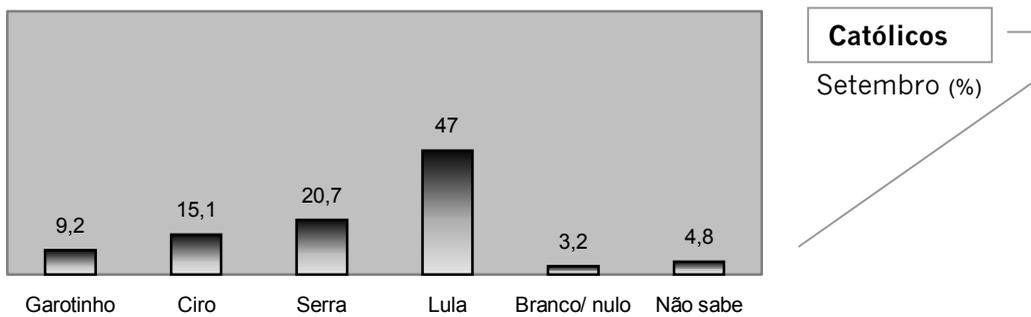
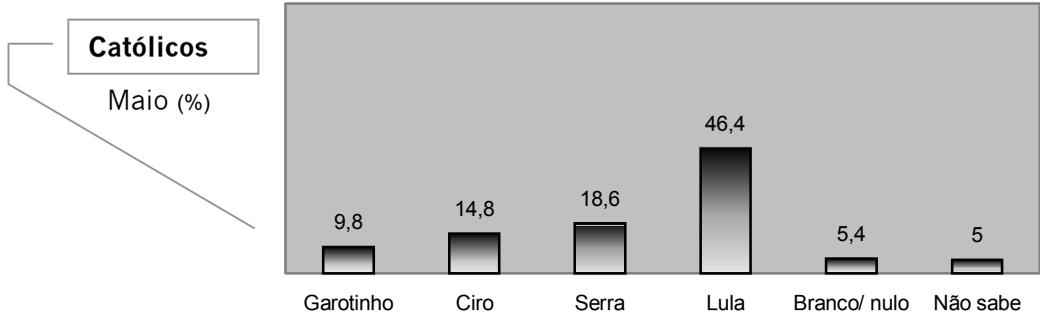


Fonte: DAT/BR02.MAI-01604; DAT/BR02.SET-01691

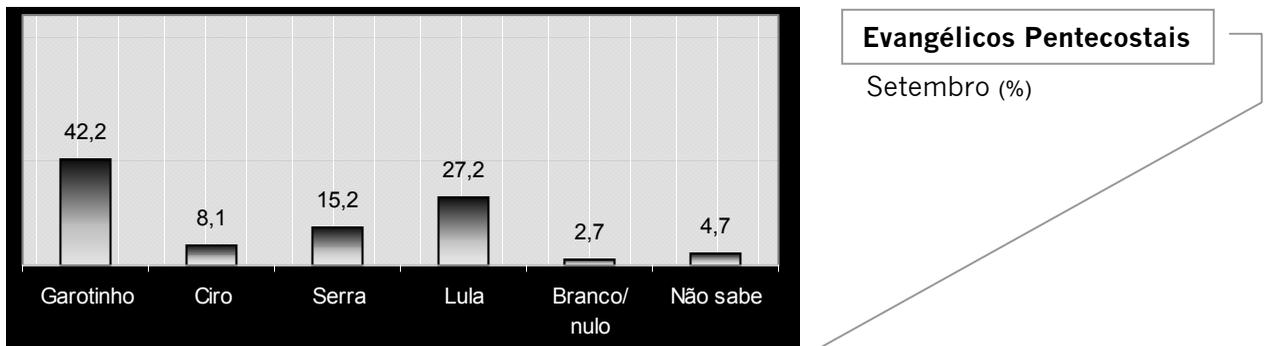
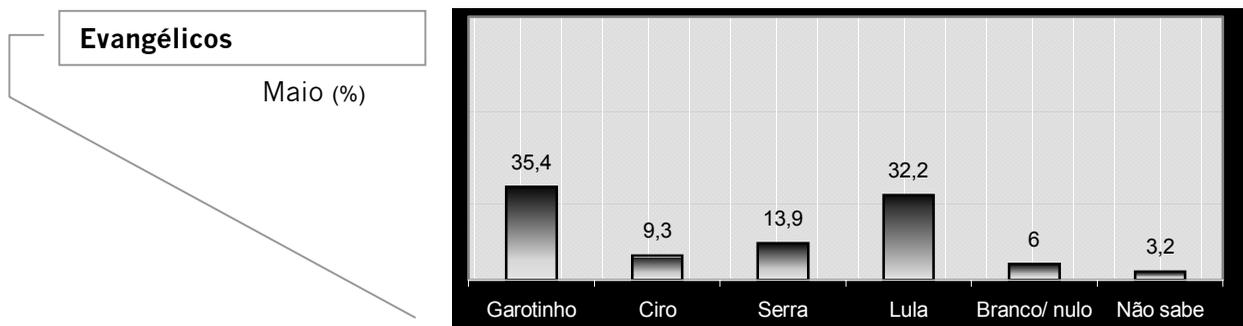
Perguntas: Se a eleição para presidente fosse hoje em qual destes candidatos você votaria? (estimulada); Eu vou ler uma lista de religiões e gostaria que você me dissesse qual delas é a sua?

## Com quais candidatos estão os grupos religiosos?

As oscilações da campanha



De maio para setembro de 2002, as intenções de voto em Garotinho cresceram entre os **evangélicos pentecostais** enquanto neste grupo, Lula sofreu uma redução das intenções de voto

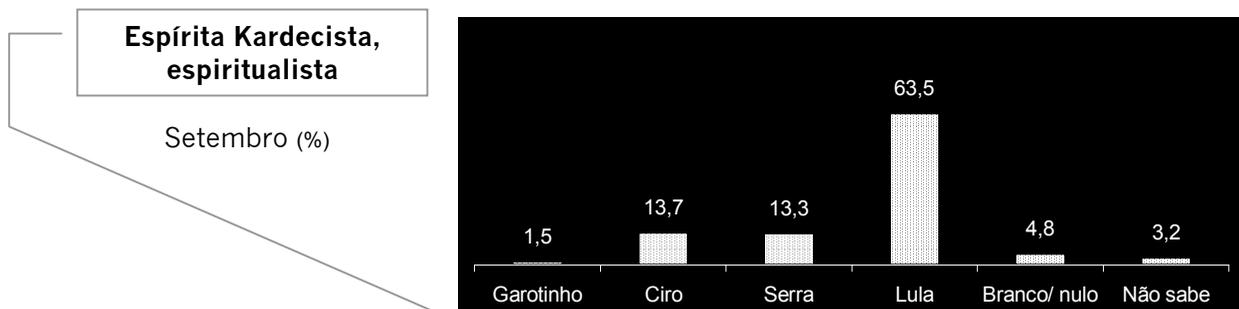
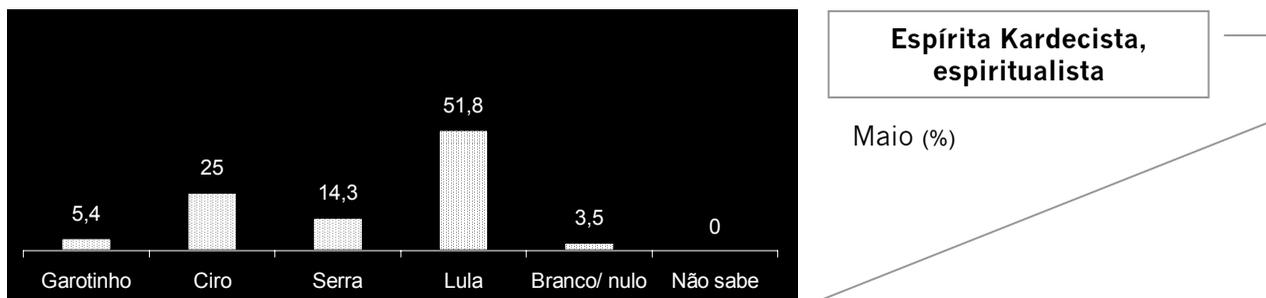
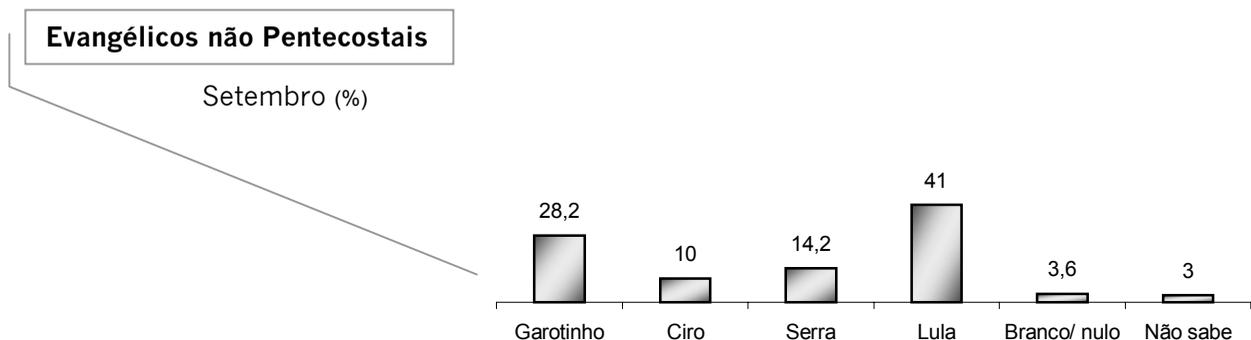
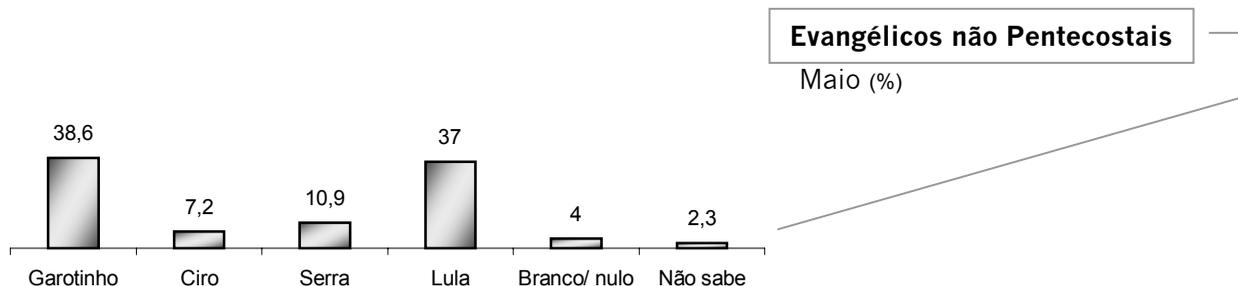


**Fonte:** DAT/BR02.MAI-01604; DAT/BR02.SET-01691 - **Perguntas:** Se a eleição para presidente fosse hoje em qual destes candidatos você votaria? (estimulada); Eu vou ler uma lista de religiões e gostaria que você me dissesse qual delas é a sua?

## Com quais candidatos estão os grupos religiosos?

Já entre os evangélicos não pentecostais, nesse mesmo período, observa-se um aumento da intenção de voto em Lula e uma queda na intenção de voto em Garotinho

### As oscilações da campanha



Fonte: DAT/BR02.MAI-01604; DAT/BR02.SET-01691 - Perguntas: Se a eleição para presidente fosse hoje em qual destes candidatos você votaria? (estimulada); Eu vou ler uma lista de religiões e gostaria que você me dissesse qual delas é a sua?

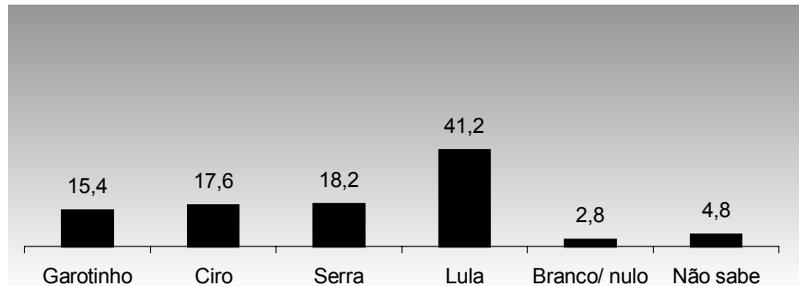
## Com quais candidatos estão os grupos religiosos?

As oscilações da campanha

No final do 1º turno Lula concentrou as preferências dos que não tem religião e Serra teve uma ligeira maioria entre os ateus.

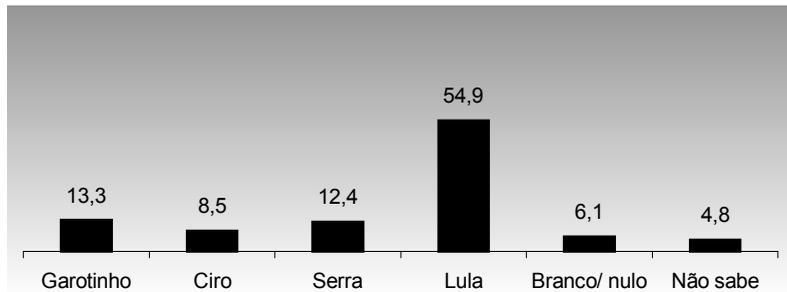
**Não tem religião nenhuma**

Maio (%)



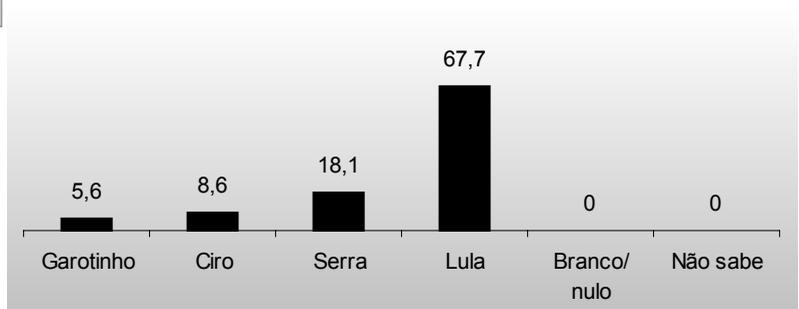
**Não tem religião**

Setembro (%)



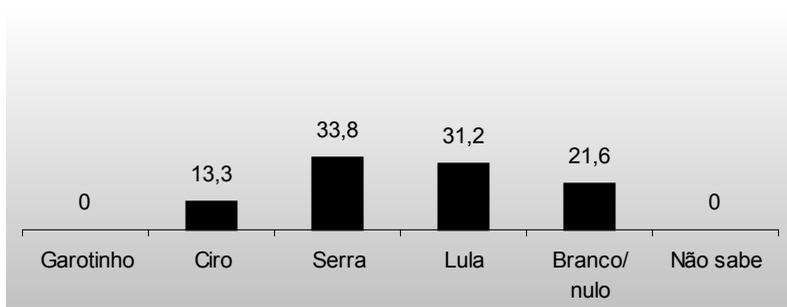
**É ateu, não acredita em Deus**

Maio (%)



**É ateu, não acredita em Deus**

Setembro (%)



Fonte: DAT/BR02.MAI-01604; DAT/BR02.SET-01691 - Perguntas: Se a eleição para presidente fosse hoje em qual destes candidatos você votaria? (estimulada); Eu vou ler uma lista de religiões e gostaria que você me dissesse qual delas é a sua?

## FICHAS TÉCNICAS

Pesquisa	Data	População	Tipo de amostra	N.º de entrevistas
IBO/BR89.NOV-00200	6 a 10/novembro, 1º turno	Eleitores do Brasil	Representativa do eleitorado da área em estudo, elaborada por quotas proporcionais em função das variáveis sexo, idade, atividade, posição na ocupação, grau de instrução, localização geográfica	3.650
DAT/BR94.SET-00377	27 e 28/setembro	Eleitores moradores e votantes na cidade	Estratificada com sorteio aleatório, por localização geográfica e nível sócio econômico	21.292
DAT/BR98.SET-00870	17 e 18/setembro	Eleitores do Brasil	Amostragem estratificada por sexo e idade com sorteio aleatório dos entrevistados	19.797
DAT/BR01.DEZ-01599	12 a 14 de dezembro	População acima de 16 anos	Amostragem estratificada por sexo e idade com sorteio aleatório dos entrevistados	12.126
DAT/BR02.SET-01692	27 de setembro	Eleitores do Brasil	Amostragem estratificada por sexo e idade com sorteio aleatório dos entrevistados	6.030
IBO/BR89.OUT-00193	31 de outubro	Eleitores do Brasil	Quotas de sexo e idade/estratificadas: região e nível sócio-econômico	3.650
IBO/BR94.OUT-00378	02 de outubro	Eleitores do Brasil	Representativa, por quotas proporcionais de sexo, idade, atividade e localização geográfica	3.000

## FICHAS TÉCNICAS

IBO/BR98.OUT-01259	18 de setembro	S/i	S/i	3.000
OPP249 AGO 2002	17 a 19 de Agosto de 2002	Eleitores do Brasil	Amostras representativas da população	2.000
DAT/BR02.FEV-01601	Fevereiro de 2002	População acima de 16 anos	Amostragem estratificada por sexo e idade com sorteio aleatório dos entrevistados	3.857
IBO/BR89.DEZ-00208	Dezembro de 1989	Eleitores do Brasil	Representativa do eleitorado da área em estudo, elaborada por quotas proporcionais em função das variáveis sexo, idade, atividade, posição na ocupação, grau de instrução, localização geográfica	3.483

# OPINIÃO PÚBLICA

Outubro de 2002

Vol. VIII, nº2

## CONTENTS

	<i>Pág.</i>
<i>Political parties in Latin America</i> Manuel Alcántara Sáez Flavia Freidenberg	137
<i>How candidates for the Presidency are nominated? Rules and procedures in the Latin America political parties</i> Flavia Freidenberg Francisco Sánchez López	158
<i>Party coherence in Latin America parliamentary elites</i> Leticia M. Ruiz Rodríguez Mercedes García Montero	189
<i>Ideological structuration of groups and parties in Venezuela (1998-2000)</i> Marisa Ramos	230
<i>From João Goulart to Hugo Chávez: the Venezuelan politics and the Brazilian experience</i> Octavio Amorim Neto	251
<i>To kill and then, die</i> Gláucio Ary Dillon Soares	275
<i>Can we trust the measurement of trust?</i> Susanne Lundâsen	304
<i>The effect of the context and the question position on the results of measurement</i> Alberto Carlos de Almeida	328
<b>TENDÊNCIAS</b> <i>Encarte de Dados de Opinião Pública - Ano 8, nº 2</i>	341



OPINIÃO PÚBLICA  
Campinas  
Vol. VIII, nº 2 - p.137-393  
**Outubro 2002**  
ISSN 0104-6276





ISSN 0104-6276